

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	7
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	13
1.5 Principais clientes	54
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	55
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	68
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	69
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	70
1.10 Informações de sociedade de economia mista	71
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	72
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	73
1.13 Acordos de acionistas	74
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	76
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	77
1.16 Outras informações relevantes	78
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	92
2.2 Resultados operacional e financeiro	111
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	113
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	114
2.5 Medições não contábeis	116
2.6 Eventos subsequentes as DFs	120
2.7 Destinação de resultados	121
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	123
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	124
2.10 Planos de negócios	125
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	126
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	127
3.2 Acompanhamento das projeções	129

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	130
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	153
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	156
4.4 Processos não sigilosos relevantes	161
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	166
4.6 Processos sigilosos relevantes	167
4.7 Outras contingências relevantes	168
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	169
5.2 Descrição dos controles internos	172
5.3 Programa de integridade	175
5.4 Alterações significativas	178
5.5 Outras informações relevantes	179
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	180
6.3 Distribuição de capital	185
6.4 Participação em sociedades	186
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	189
6.6 Outras informações relevantes	190
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	191
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	197
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	198
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	202
7.4 Composição dos comitês	219
7.5 Relações familiares	233
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	234
7.7 Acordos/seguros de administradores	235
7.8 Outras informações relevantes	236
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	239

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	243
8.3 Remuneração variável	247
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	249
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	255
8.6 Outorga de opções de compra de ações	256
8.7 Opções em aberto	257
8.8 Opções exercidas e ações entregues	258
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	259
8.10 Outorga de ações	260
8.11 Ações entregues	262
8.12 Precificação das ações/opções	263
8.13 Participações detidas por órgão	264
8.14 Planos de previdência	265
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	266
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	268
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	269
8.18 Remuneração - Outras funções	271
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	272
8.20 Outras informações relevantes	273
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	275
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	276
9.4 Outras informações relevantes	277
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	278
10.1 Descrição dos recursos humanos	280
10.2 Alterações relevantes	281
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	283
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	284
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	287
10.5 Outras informações relevantes	291
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	292
11.2 Transações com partes relacionadas	293
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	294
11.3 Outras informações relevantes	295
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	296
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	297
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	298
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	310
12.5 Mercados de negociação no Brasil	311
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	312
12.7 Títulos emitidos no exterior	313
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	314
12.9 Outras informações relevantes	315
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	316
13.1 Declaração do diretor presidente	317
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	318
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	319
13.2 Declaração do diretor presidente	320

1.1 Histórico do emissor

Nossa Companhia foi constituída com o objetivo de criar um complexo educacional brasileiro, focado no ensino superior e caracterizado por aliar qualidade pedagógica para nossos estudantes com resultados financeiros para nossos acionistas. Este objetivo se mostrou viável a partir da experiência significativa de um grupo de gestores que, de um lado, possuem vocação para o setor educacional e, de outro lado, agregam experiência no gerenciamento de empresas, incluindo processos de planejamento e reestruturação.

Essa combinação de vocação e experiência, aliada ao forte espírito empreendedor de nossos integrantes, fez com que nossos acionistas fundadores, antes mesmo da nossa criação formal, dessem início à jornada do grupo em 2003, quando foi feita a aquisição da Minas Gerais Educação S/A., mantenedora do Centro Universitário UNA (“UNA”), na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tradicional instituição de ensino superior da capital mineira.

Em 2006, nossos acionistas fundadores também se tornaram os únicos associados da Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS, mantenedora do Centro Universitário Monte Serrat (“Unimonte”), instituição criada na década de 70, na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo. Ao ingressar na Unimonte nossos fundadores foram capazes de realizar uma reestruturação administrativa, financeira, acadêmica, de imagem e de pessoas, com foco na gestão integrada (sobretudo no âmbito financeiro e de pessoas) e esforços intensos de integração acadêmica com a UNA, proporcionando ganhos significativos em qualidade de ensino. A Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS foi convertida, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A., da qual a Companhia hoje detém 100% do capital social. A IES mantida pela Unimonte teve sua denominação alterada em 2018 para Centro Universitário São Judas Tadeu – Campus Unimonte, passando a estar completamente integrada à Universidade São Judas Tadeu.

No início de 2009, nossa controlada então denominada Instituto Mineiro de Educação e Cultura UniBH S.A. (“IMEC”) adquiriu os direitos sobre a manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte (“UniBH”), da FUNDAC-BH. O UniBH é uma das instituições mais tradicionais da capital mineira. Fundado em 1964, tornou-se uma referência no ensino, pesquisa e extensão na região. Seguindo os exemplos de reestruturação da UNA e Unimonte, promovemos uma ampla e significativa reestruturação do UniBH, que se encontrava em delicada situação financeira. Em setembro de 2018 foi aprovada a alteração do nome empresarial do IMEC, que passou a ser denominado IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A. Desde sua aquisição o UniBH já contava com um curso de Medicina. Em 2016 conseguimos aprovar um aumento de vagas, levando referido curso a contar com 160 vagas anuais autorizadas.

No segundo semestre de 2009, após um acordo em uma disputa societária envolvendo nossos acionistas fundadores e os então acionistas minoritários das nossas controladas UNA e Unimonte, nossos acionistas fundadores detentores da maioria do capital dessas sociedades conferiram suas participações à Companhia. A partir de então, passamos a ser detentores de 62,75% do capital social de tais controladas. Os demais 37,25% do capital social das controladas permaneceram sob titularidade de outra sociedade pertencente aos antigos acionistas minoritários até 20 de dezembro de 2012, quando adquirimos participação societária residual minoritária em todas as controladas, passando a deter 100,0% do capital social da UNA, UniBH e Unimonte.

Em abril de 2012, admitimos como sócio, através de um aumento de capital, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, que passou a deter, em operações sequenciais à época, 28,54% do nosso capital social.

Em março de 2013, em um movimento de verticalização de nossos negócios na cidade de São Paulo, adquirimos inicialmente 58,0% das ações da BR Educação Executiva S.A. (“BR Educação”) e o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, conferiu ao nosso capital os demais 42,0% das ações de emissão da BR Educação, com o que passamos a deter 100,0% das ações desta companhia. A BR Educação era titular de 50,0% do capital social da HSM do Brasil S.A. e da HSM Educação S.A., empresas focadas na educação continuada, principalmente para a área corporativa, sendo os demais 50,0% detidos, à época, pelas sociedades RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., com as quais foi assinado um acordo de acionistas.

No primeiro semestre de 2013, como forma de otimizar a gestão do grupo, iniciamos uma reestruturação com o objetivo de segregarmos os ativos imobiliários anteriormente detidos por nossas controladas em duas sociedades detidas integralmente por nossos acionistas fundadores.

Em 24 de outubro de 2013, a CVM deferiu o nosso pedido de registro de emissor na categoria “A”, bem como o nosso pedido de registro de nossa oferta pública de ações. Na ocasião, contávamos com 49 mil alunos distribuídos em 17 campi em 3 Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

1.1 Histórico do emissor

Em 10 de abril de 2014, assinamos o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, através do qual nossa subsidiária integral Brasil Educação S/A (nova denominação da Minas Gerais Educação S.A.) adquiriu 100% do capital social da sociedade mantenedora da Universidade São Judas Tadeu, sediada na capital do Estado de São Paulo. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 18 de junho de 2014.

Em abril de 2014, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações vendeu parte de sua participação no mercado e parte ao Península Fundo de Investimento em Participações, zerando completamente sua posição acionária em nosso capital em maio de 2015.

Em 17 de dezembro de 2014, celebramos Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, Distrato do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas, Transação e Outras Avenças através do qual a BR Educação Executiva S.A. (“BREE”), nossa subsidiária integral, adquiriu a totalidade das ações das HSM, com o que as HSM se tornaram subsidiárias integrais da BREE. Dessa forma, nós passamos a deter, indiretamente, 100% das ações das HSM, sendo encerrados consequentemente os acordos de acionistas das HSM, até então vigentes.

Em 18 de dezembro de 2015, assinamos o Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da SOCIESC e outras Avenças, através do qual a PGP Educação S.A. (“PGP”), nossa subsidiária integral, assumiu a titularidade de todos os direitos sobre a Sociedade Educacional de Santa Catarina (“SOCIESC”), sediada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Fundada em 1959, quando da criação da Escola Técnica Tupy, a SOCIESC é uma das maiores referências de ensino de qualidade na Região Sul do país. A partir do ano 2000, expandiu fortemente suas atividades, para atuação em diversas modalidades de ensino (do Ensino Fundamental à Pós- Graduação), com unidades presenciais em 5 cidades de Santa Catarina (Joinville, Florianópolis, Blumenau, São Bento do Sul e Balneário Camboriú) e na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Desde julho de 2017 nossa estratégia de expansão orgânica abriu mais duas unidades no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Itajaí e Jaraguá do Sul. Recentemente, com a aprovação da aquisição do Unicuritiba, passamos a utilizar exclusivamente essa nova marca adquirida na cidade de Curitiba, pelo que a Sociesc deixou de atuar no Estado do Paraná, concentrando suas atividades em Santa Catarina.

Em 04 de março de 2016, aprovamos a formação de uma sociedade, em joint venture, com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, denominada “Le Cordon Bleu Anima Educação Ltda.” (“LCB Anima”), através da qual a Companhia e o grupo Le Cordon Bleu detêm participação de 50% cada. Fundada em 1895 e construída em mais de um século de tradição e excelência, a rede Le Cordon Bleu está comprometida com a inovação e as melhores práticas de Gastronomia, Hospitalidade e Gestão através de uma rede internacional, com presença em mais de 20 países, contando com excelência em ensino, aprendizagem e pesquisa, realizados em conjunto com o desenvolvimento de produtos e serviços de altíssimo padrão de qualidade. No mês de maio de 2018 foi inaugurado o “Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo”.

Em 28 de junho de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da FACEB Educação Ltda., mantenedora da Faculdade Alis de Bom Despacho e da Faculdade de Educação de Bom Despacho, sediadas na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais. Até então com aproximadamente 4,3 mil alunos distribuídos em um portfólio de cursos diversificado e de alto valor agregado, incluindo Direito, Engenharias, Arquitetura, Medicina Veterinária e Agronomia, a Alis Educacional S.A. já era referência na região em que atuava e reconhecida pelo seu compromisso com a inovação e com a qualidade de ensino. Dentro da nossa estratégia de expansão, as mantidas Alis Educacional S.A. passaram a ser denominadas UNA. Em 3 de maio de 2017, seu projeto de excelência possibilitou à Faculdade UNA de Bom Despacho (“UNA Bom Despacho”) o credenciamento como Centro Universitário UNA de Bom Despacho. A UNA Bom Despacho abriu em 2017 uma nova unidade na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais e no ano de 2018 uma nova unidade na cidade de Jataí, no Estado de Goiás, ampliando o alcance da marca UNA para além do Estado de Minas Gerais. Em 2019 uma nova unidade da UNA foi aberta no Estado de Goiás, na cidade de Itumbiara.

Em 12 de agosto de 2016, assinamos o Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa controlada HSM do Brasil S/A passou a ser titular da totalidade de quotas e direitos da sociedade GKT Treinamento Consultoria e Editora Ltda., cujo nome fantasia é “Academia de Estratégia” — ACAD”. A ACAD tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e tem por objeto social a prestação de serviços de treinamento em geral, incluindo desenvolvimento gerencial e profissional, capacitação executiva e desenvolvimento estratégico, consultoria educacional, organização, produção e promoção de eventos e edição de livros. A ACAD já foi incorporada na HSM do Brasil S.A. com integral consolidação das atividades.

Em 3 de outubro de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da Politécnico Participações Ltda (nova denominação da Eurolatino Participações Ltda) e Instituto Politécnico de Ensino Ltda., mantenedores da Faculdade Politécnica de Uberlândia e da Faculdade Politécnica de Goiás, sediadas nas cidades de Uberlândia e Catalão, Estados de Minas Gerais e Goiás,

1.1 Histórico do emissor

respectivamente. Então com aproximadamente 2,3 mil alunos matriculados, distribuídos em 14 cursos de graduação presencial, são incluídos neste portfólio 4 cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, entre outros. Seguindo nossa estratégia de marcas regionais e expansão, as faculdades oriundas dessa aquisição se tornaram Faculdades UNA.

Em 01 de novembro de 2017, a BR Educação, nossa subsidiária integral, foi cindida, com versão total de seu patrimônio para a HSM do Brasil S.A. e PGP. Em virtude da cisão, a HSM do Brasil S.A. e a PGP, até então nossas controladas indiretas, passaram a ser nossas subsidiárias integrais. A cisão total da BR Educação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, de forma a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração, na PGP, das atividades educacionais, em especial cursos, e a concentração, na HSM do Brasil S.A., das atividades relacionadas a eventos corporativos, criação e alienação de conteúdo, edição e produção de conteúdo relacionado à educação cooperativa.

Em 01 de dezembro de 2017, o Instituto Politécnico de Ensino Ltda. incorporou a Politécnico Participações Ltda. Desta forma, a PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser a titular de 100% do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, controladas pela Companhia, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades no Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

Em 2018, a SOCIESC foi transformada, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Sociedade de Educação Superior e Cultura – SOCIESC S/A, da qual a PGP Educação S/A detém, na presente data, 100% do capital social.

Em 01 de janeiro de 2018, a HSM do Brasil S/A incorporou a ACAD. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades na nossa controlada HSM do Brasil S/A. Todas as operações acima listadas visam assegurar a expansão das atividades do Grupo no âmbito educacional.

Em 22 de fevereiro de 2018, os acionistas aprovaram a alteração do nome empresarial da até então “GAEC Educação S.A.” para “ÂNIMA HOLDING S.A.”, vez que a Companhia é conhecida no mercado por “Ânima” e, também, com vistas a retratar sua atividade principal.

Em 18 de julho de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos sobre a Manutenção de Instituição de Ensino Superior e outras Avenças, por meio do qual a PGP, firmou negócio jurídico que resultou na titularidade da manutenção e dos direitos da Faculdade Jangada, sediada na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. A transação representou um importante passo em nosso plano de expansão em Santa Catarina. No início de 2018, a SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA - SOCIESC S.A. (“SOCIESC” ou “UniSociesc”) iniciou suas atividades em Jaraguá do Sul, cidade que está a menos de 50Km de Joinville, onde se encontra sua principal operação. Seguindo nossa estratégia de expansão, a Faculdade Jangada passou a ser denominada Faculdade SOCIESC de Jaraguá do Sul.

Em mais um importante passo para nosso plano de crescimento na região do oeste de Minas Gerais e Goiás, reforçando nossa atuação na cidade de Catalão, Estado de Goiás, foi celebrado, em 01 de agosto de 2018, o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser titular da totalidade das quotas da CESUC Educação SS Ltda. (“CESUC”), mantenedora do Centro de Ensino Superior de Catalão, e da Sociedade Catalana de Educação Ltda, mantenedora da Faculdade de Ensino Superior de Catalão e da Faculdade de Tecnologia de Catalão – FATECA. O CESUC é a principal instituição de Ensino Superior de Catalão e contava então com aproximadamente 2,5 mil alunos matriculados, distribuídos em 9 cursos de graduação presencial, incluídos neste portfólio cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Psicologia entre outros. A integração do CESUC com a UNA possibilita a captura de sinergias, compartilhamento de melhores práticas e novos investimentos, buscando sempre melhorar continuamente a qualidade do ensino por meio da integração e valorização das comunidades acadêmicas e dos times de gestão. Mantendo nossa estratégia de expansão, a CESUC teve sua denominação alterada para UNA Catalão.

Ainda no final de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Transferência de Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., passou a ser titular da manutenção e dos direitos da Faculdade Divinópolis (FACED), sediada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. Fundada em 1969, a FACED é uma das principais instituições de Ensino Superior de Divinópolis, com aproximadamente 800 alunos e 5 cursos de graduação (administração, direito, ciências contábeis, moda e psicologia). A transação acelerou o processo de crescimento orgânico, da UNA na cidade, fortalecendo nossa posição competitiva na cidade com relevante incremento na oferta de vagas.

Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações (“Península FIP”), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais (o “Acordo de Acionistas com o Península FIP”).

1.1 Histórico do emissor

Em agosto de 2019 celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A., um negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda. e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 5 unidades, sendo um centro universitário localizado na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contavam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. A Companhia acredita que a transação apresenta alto potencial de criação de valor a seus acionistas, especialmente em relação à taxa interna de retorno do investimento, representando um passo muito importante em sua estratégia de expansão, com a primeira operação na região Nordeste, e um portfólio que inclui dois cursos de Medicina: um curso já autorizado com 126 vagas anuais, em seu terceiro ano de funcionamento e um curso autorizado em fevereiro de 2020, com início de funcionamento no segundo semestre de 2020, com 50 vagas. Desta forma, esta Transação marca a entrada estratégica da Companhia na Região Nordeste e também o fortalecimento da vertical de Saúde do Grupo Ânima, que vem sendo implementada por uma equipe especializada, de dedicação exclusiva e com vasta experiência na implantação e autorização de mais de 50 cursos de Medicina no Brasil, em IES Privadas e Públicas ao longo dos últimos anos.

Em novembro de 2019, se deu a assinatura do Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE ocorrida em fevereiro de 2020, e do MEC. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Como resultado da transação, caso exerça a opção objeto do referido Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, a Companhia potencializará sua posição como uma das instituições mais relevantes no mercado de ensino superior brasileiro de alta qualidade, assumindo, com as marcas UniSociesc e UNISUL, posição de liderança no Estado de Santa Catarina, um dos maiores mercados do Brasil, e com alto atributo de excelência acadêmica e garantindo presença em 7 das 11 maiores praças deste Estado. A UNISUL possuía 1,3 mil alunos de Medicina. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade da vendedora. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação de eventuais créditos, inclusive dos aluguéis dos imóveis onde estão instalados os campi das IES UNISUL, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Além da UNISUL ser reconhecidamente uma marca de forte reputação e entre as líderes da região, se exercida a opção, a Companhia aumenta de forma relevante seu número de vagas de medicina, em regiões prósperas do país e cidades com elevado potencial de aumento de vagas, se e quando o marco regulatório permitir, fortalecendo ainda mais a “vertical da saúde”. O perfil institucional da UNISUL se encaixa perfeitamente com a estratégia da Companhia: marcas locais fortes e de referência em qualidade acadêmica em seus respectivos mercados.

Em dezembro de 2019 foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., um negócio jurídico que resultou na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possuía cerca de 5.200 estudantes. O crescimento da base de alunos associado as sinergias acadêmicas e administrativas nos fazem estimar as sinergias dessa operação em R\$ 29,2 milhões/ano em 2025. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade dos vendedores. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação dos aluguéis dos imóveis onde está instalado o campus da UNICURITIBA, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Com esta união, a Companhia visa potencializar todas as características que tornaram o UNICURITIBA uma das instituições de ensino superior mais destacadas no país e, ao mesmo tempo, abrir novos horizontes de crescimento e amadurecimento. Portanto, a expectativa é que o UNICURITIBA possa atuar de maneira ainda mais estratégica em frentes diversas, como o aprimoramento da experiência e aprendizado dos seus alunos, a consolidação do portfólio de cursos em linha com as necessidades do mercado, e a maior adaptação à evolução do mundo e das nuances do universo do trabalho. Para a Companhia, a integração com o UNICURITIBA intensifica os recentes movimentos promovidos no Sul do País, na busca por ampliar a oferta de educação de qualidade a um número cada vez maior de brasileiros.

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de

1.1 Histórico do emissor

curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Companhia, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A (“INSEGNARE”) com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. que resultou na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Responsável pela formação de 3.800 alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um novo curso, aprovado em 2022, na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

As transações mencionadas acima, realizadas em 2020, não estiveram sujeitas à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sendo os resultados das adquiridas já consolidados em nossos resultados a partir dos meses em que realizadas.

Em 18 de novembro de 2020, a Dysgu Educacional Ltda., subsidiária da Companhia, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças e demais instrumentos conexos, visando a aquisição do controle societário da MEDROOM, empresa de base tecnológica (startup) líder no Brasil no desenvolvimento de soluções em tecnologias imersivas (Realidade Virtual – RV e Realidade Aumentada - RA) para educação médica. O novo hub oferecerá, para as startups, programas de desenvolvimento de negócios que incluem conexão com grandes empresas, mentoria, espaço de trabalho, programas da SingularityU Brazil, acesso à rede global da Singularity University e a programas específicos realizados internamente com startups e grandes corporações.

Em novembro de 2020, foi celebrado um contrato de aquisição dos ativos e operações do Grupo Laureate no Brasil (“Transação”), com total alinhamento com nosso posicionamento de alta qualidade, com a tradição e origem de nossas marcas e gozam de sólida reputação em seus respectivos mercados. A operação foi condicionada à aprovação pelo CADE.

Em 21 de janeiro de 2021, após 10 meses atuando sob co-gestão, exercemos em o direito de aquisição da titularidade da manutenção sobre a UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL. Com o fechamento da transação, a Universidade UNISUL passou a ser mantida pela Ânima Educação.

Em 30 de abril de 2021 adquirimos 100% das cotas do CENTRO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO SUPERIOR LTDA - CEFOS (“CEFOS”), mantenedora das FACULDADE DE DIREITO MILTON CAMPOS e FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO MILTON CAMPOS. As Faculdades Milton Campos (as Faculdades) são instituições particulares de ensino superior, localizadas em área nobre da região metropolitana de Belo Horizonte-MG. Criada em 1972 por iniciativa de duas dezenas de juristas, professores da UFMG, advogados e outros profissionais liberais, a Faculdade de Direito nasceu com o objetivo de instituir em Minas Gerais um curso de Direito que oferecesse ensino jurídico de alta qualidade e desse aos alunos condições de refletir sobre o exercício profissional e contribuir para seu aperfeiçoamento. As Faculdades possuem 3 cursos autorizados, sendo destaque o curso de Direito, que possui 801 alunos (do total de 1.082 alunos da IES). Autorizado em 1975 e com 374 vagas anuais autorizadas, o curso é considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima (5), de acordo com o Ministério da Educação, sendo o primeiro colocado na aprovação da OAB em Minas Gerais e o 5º no Brasil entre as instituições privadas, diferenciando-se pela alta qualidade do ensino e do corpo docente.

Em 12 de maio de 2021 a aquisição de todos os ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE, tendo referida decisão transitado em julgado e, portanto, se tornado definitiva, nesta data. Conforme pactuado, superada a condição suspensiva da aprovação pelo CADE, o fechamento final da transação com a integração das atividades dos ativos brasileiros da Laureate que se tornaram de titularidade do grupo Ânima Educação aconteceu no dia 28 de maio de 2021, o mesmo ocorrendo com os ativos que transferidos, na mesma data, pela Ânima Educação ao fundo Farallon.

A atuação em geografias complementares e relevantes é mais uma das características desta operação. A aquisição nos permitiu expandir a presença em mercados que correspondem atualmente a 75% do total de matrículas no ensino superior brasileiro. Além disso, a Companhia passou a contar com novas vagas de Medicina em cidades importantes do País, o que tornou a Companhia um grupo educacional ainda mais destacado nesse segmento no país, como a segunda maior representante do país em número de alunos e vagas de medicina, e a de melhores indicadores do MEC, entre todas as

1.1 Histórico do emissor

grandes empresas desse segmento. As marcas diferenciadas, em localização privilegiada e complementar, a significativa ampliação da atuação no segmento da educação médica, somadas a um amplo leque de sinergias potenciais, tornaram essa operação uma oportunidade única de ampliação de nosso propósito, escala e impacto na sociedade.

Em 7 de julho de 2021 celebramos um contrato que resultou na aquisição de parte das ações ordinárias e preferenciais da Gama Academy (“Gama Academy”), uma plataforma digital para formação de habilidades tecnológicas, com a aquisição total concluída em 2023. A Gama Academy é uma Edtech, que seleciona e capacita profissionais na área de tecnologia. A chegada da Gama Academy foi pensada como o embrião de uma vertical de ensino de tecnologia, alavancando a oferta de habilidades digitais para os próprios alunos do Ecossistema Ânima e empresas parceiras além do lançamento de um novo portfólio de cursos regulados no contexto do *lifelong learning*.

Em 29 de junho de 2021, anunciamos a celebração de contratos de alienação para a Bahema Educação S.A. (“Bahema”), das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau (“EIs”), do Colégio Tupy (“COT”) em Joinville, além de um compromisso de sublocação de espaços nos campi das Instituições de Ensino Superior (“IES”) da Companhia, para abertura de escolas da Bahema.

Em 29 de novembro de 2021, anunciamos um grande passo para a nossa vertical de medicina, a Inspirali, com a criação de uma aliança estratégica, por meio de um Acordo de Investimentos e Outras Avenças (“Acordo de Investimentos”) com a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão (“DNA Capital”), que resultou em um investimento de R\$1,0 bilhão, em 31 de março de 2022, na INSPIRALI S.A. (“Inspirali”), subsidiária da Ânima Educação, e a uma participação correspondente da DNA Capital na Inspirali equivalente a 25,0% de seu capital social total e votante. A DNA Capital foi fundada em 2013 com o objetivo de empoderar companhias líderes em saúde, conectando, acelerando e otimizando empresas que estão criando o futuro do setor. É um dos maiores investidor em *healthcare* da América Latina e um dos mais reputados da indústria. A aliança estratégica com a DNA Capital permite uma conexão entre academia e o *healthcare*, promovendo a integração entre os desafios da vida real e suas soluções a partir das práticas da saúde e parceiros. Além de contribuir para a experiência e empregabilidade dos estudantes, potencializar o *lifelong learning* e aceleração da expansão, colocando a Inspirali na vanguarda do mercado de educação médica. Desta forma, criando muito valor de longo prazo para nossos *stakeholders*.

No dia 30 de novembro de 2021, assinamos, por meio da controlada, Inspirali Educação S.A. (“Inspirali”), um CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA E OUTRAS AVENÇAS e demais instrumentos conexos (“Contratos”), em que celebramos uma transação, que resultou na aquisição imediata do controle do IBCMED SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO S.A. (“IBCMED”), uma plataforma digital para a formação de pós-graduação de profissionais de saúde, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026. O IBCMED foi fundado em 2015, com objetivo de capacitar profissionais da área médica através de cursos de pós-graduação *lato sensu* e já é uma referência nacional na educação médica continuada e obteve resultados expressivos nos últimos anos, contando com uma rede de mais de 5 mil médicos que já participaram de seus cursos. Em 04 de julho de 2023 foi exercida a opção da aquisição da totalidade de participação.

Em 8 fevereiro de 2022 a Ânima Educação e a Telefônica Brasil firmaram um contrato de investimento para a constituição de uma joint-venture na área de educação, a Vivae, que têm por intuito operacionalizar uma plataforma digital de educação com cursos livres de capacitação, em plataforma digital, com foco em educação continuada e empregabilidade em áreas como, por exemplo, Tecnologia, Gestão, Negócios e Turismo.

Com um importante passo de estruturação de governança corporativa, em 27 de julho de 2023 a Inspirali, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) concedeu à Inspirali Educação S.A. (“Inspirali”) o registro de emissor de valores mobiliário na categoria “B”. Esse registro permite à Inspirali acessar o público em geral por meio de emissões de títulos de dívida e foi realizado para fins de cumprimento de obrigação contratual assumida pela Inspirali no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures de 29 de março de 2022.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Com o propósito de transformar o Brasil pela educação, a Ânima é um dos maiores e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade do país, com um portfólio de marcas valiosas e um dos principais players de educação continuada na área médica. A companhia é composta por mais de 385 mil estudantes, distribuídos em 18 instituições de ensino superior, e em mais de 600 polos educacionais por todo o Brasil.

Nesses mais de 20 anos de experiência no setor de ensino superior brasileiro, contamos com uma rede de 18 instituições de ensino superior com *campi* localizados nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e polos de apoio por todo o território nacional. Nossas instituições: UNA, Anhembi Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR. Além de contar com a Inspiralí, empresa que reúne todos os cursos de medicina do nosso Ecossistema.

Integradas também ao Ecossistema Ânima estão marcas especialistas em suas áreas de atuação, como HSM, HSM University, EBRADI (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP), SingularityU Brazil e Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, além do Instituto Ânima.

MISSÃO

Construir uma rede nacional de instituições de educação fundamentada e comprometida com a qualidade, inovação e avaliação do processo de aprendizagem e integrada à cultura regional.

VISÃO

Transformar o país pela educação, sendo referência em práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, respeitando a pluralidade, a valorização das pessoas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

VALORES

Comprometimento, cooperação, reconhecimento, respeito, transparência e inovação.

PRINCÍPIOS

- TRANSFORMAÇÃO – transformar o país pela educação é o que nos move.
- O ALUNO – o aluno é o centro da escola e o professor é a sua grande inspiração.
- TECNOLOGIA – a tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país.
- CONFIANÇA – confiamos em nossas escolas e nossos filhos estudam nelas.
- INTERAÇÃO – em uma escola, até as paredes educam. A educação está em cada interação.
- LÍDERES – nossos líderes são empreendedores.
- FUTURO – o resultado não é um fim, mas o meio para se construir o futuro.
- A ÂNIMA – a Ânima é da Ânima.
- LIBERDADE E LEALDADE – entregamos o que prometemos com liberdade na discussão e lealdade na execução.

A coragem e confiança no futuro sempre nos marcaram desde a nossa fundação e estiveram presentes em momentos de grande turbulência nesses últimos anos, como a crise financeira de 2008, as mudanças significativas do FIES (2014) e a pandemia iniciada em 2020. Na realidade, as mudanças do ambiente se tornaram propulsores para nos reinventarmos e alcançarmos grandes realizações, como a aquisição do UNIBH em 2009, o projeto de expansão orgânica (Q2A) em 2016 e a aquisição transformacional que realizamos em junho de 2021 (aquisição dos ativos do Grupo Laureate Brasil), concretizando a formação do maior Ecossistema de Educação Superior de Qualidade do Brasil. Essa nova Companhia é a tangibilização de uma grande conquista, fundamentada em um elevado senso de responsabilidade na realização do nosso propósito, que é a construção de um País melhor, transformado por uma proposta de educação de qualidade.

Nossa instituição tem como princípio preservar e fomentar a interação entre professores e estudantes, respeitando a autonomia e características de seus docentes, em equilíbrio com os ganhos de escala e de qualidade auferidos com a padronização de diretrizes curriculares, processos e sistemas. Nosso modelo acadêmico, que começou a ser implantado desde 2008, é fundamentado em uma metodologia educacional própria que contempla forte interdisciplinaridade, com foco no desenvolvimento de competências, além de uma organização curricular modular, na qual são estabelecidas linhas de formação com indicação dos elementos básicos de progressão do estudante no curso. O modelo de currículo modular proporciona grande flexibilidade para a gestão acadêmica, e acreditamos resultar em qualidade superior de ensino, evidenciada pelos rankings e resultados de avaliações divulgados pelo MEC anualmente.

Entendemos que o setor de educação no Brasil apresenta grande potencial de crescimento e consolidação por diversas razões, dentre as quais destacamos:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- (i) crescimento populacional, bem como do mercado de trabalho;
- (ii) aumento da renda familiar;
- (iii) aumento da demanda por mão de obra qualificada;
- (iv) recente e crescente oferta de crédito educacional pelo setor privado;
- (iv) fragmentação do setor, que está em meio a um processo de consolidação.

Como resultado da excelência acadêmica que vem sendo implementada, em 2018, a Ânima foi reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como o melhor centro universitário privado de Santa Catarina (UniSociosc) e a segunda melhor de São Paulo (Universidade de São Judas Tadeu). No mesmo ano, a Ânima também foi reconhecida pelo MEC como o melhor Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e o segundo melhor de Bahia (UNIAGES).

Possuímos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas de educação, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz em capacidade de conciliar escala com oferta de ensino de alta qualidade.

Atentos às oportunidades de M&A, fomos disciplinados e resilientes, realizando movimentos de expansão de nossa proposta, por meio da aquisição de instituições de ensino com marcas fortes e tradicionais, de alta reputação, alinhadas com nosso posicionamento, e com potencial de ganhos significativos de margem, consolidando a oportunidade de edificar nossas estratégias de crescimento com verticais de ensino abrangendo não somente a graduação, mas também relacionadas a toda a vida de nossos alunos.

Em 2014, a Ânima Educação se estruturou para participar do Programa Mais Médicos (PMM), tendo tido sucesso nos certames de 2014 e 2017 e em 2019, instituiu a vertical de Medicina, denominada Inspirali e que em 2021 se tornou uma empresa do grupo. O programa Mais Médicos é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidade Básicas de Saúde (UBS), além da oferta de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais. Os últimos movimentos de M&A realizados pela Ânima Educação também aumentam a exposição da Inspirali, que passou a ser a marca que reúne os cursos de medicina da Ânima Educação.

A Inspirali, é conduzida por uma equipe, que há mais de 10 anos assessorou 54 Instituições de Ensino Superior dentre as quais 19 Universidades, 17 Centros Universitários e 18 Faculdades na elaboração de seus projetos político-pedagógicos para implantação e/ou reestruturação de cursos de Medicina.

Como resultado deste esforço a companhia venceu a concorrências (como nas cidades de Cubatão no Estado de São Paulo, e na cidade de Tucuruí, Estado do Pará). A Inspirali modernizou a proposta acadêmica dos Cursos de Medicina da companhia e mapeou instituições de ensino de medicina em todo o território Brasil com perfil compatível com o da Ânima Educação, contribuindo assim para o pipeline de fusões e aquisições, como foram os casos das Faculdades Ages de Medicina em 2019; da Faseh, UniFG e Unisul em 2020; e da UAM, UNP e UNIFACS em 2021. Atualmente, a Inspirali conta com 12 mil alunos matriculados em nossos cursos de Medicina, majoritariamente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país, as mais privilegiadas. Para informações sobre número de vagas e amadurecimento de vagas campus a campus e ano a ano, acesse nossa [planilha interativa no site de RI](#).

A Inspirali, em linha com a tendência do setor, foca também em desenvolver soluções que agreguem valor a todo o ciclo de vida de nosso aluno: admissão, escola médica, residência médica e ao seu “*lifelong learning*”.

Em 2022 a Inspirali firmou uma aliança estratégica com a DNA Capital para um importante passo para seguirmos criando valor para os principais *stakeholders*: alunos, equipe e acionistas diante da oportunidade de conexão entre academia e o setor de saúde, promovendo a integração entre os desafios da vida real e suas soluções a partir das práticas da saúde e parceiros - além de contribuir para a experiência e empregabilidade dos estudantes, potencializar o *lifelong learning* e manter nossa firme rota de expansão, colocando a Inspirali numa posição de vanguarda – com um diferenciado ecossistema do mercado de educação médica inserido no setor de saúde.

Nosso portfólio inclui a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Acreditamos ser líderes em termos de participantes no mercado de organização de grandes eventos de gestão empresarial, com público médio anual de oito a nove mil participantes, que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Os eventos organizados pela HSM no Brasil têm por objetivo estimular a discussão de temas de vanguarda de gestão global, e contam com a participação de conferencistas mundialmente reconhecidos, como Yuval Noah Harari, Michael Phelps e Peter Diamands.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A HSM, fundada há mais de 30 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company, que integram metodologia e acompanhamento diferenciados para atender às necessidades das empresas no desenvolvimento de seus colaboradores e líderes. Adicionalmente, a HSM é responsável pela Revista HSM Management, além do HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão.

Em 2016, a Ânima lançou a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), instituição que oferece cursos de Pós-Graduação 100% on-line, além de cursos preparatórios para o exame da OAB (também oferecido integralmente à distância). Nossos cursos possuem como patronos os principais nomes do direito brasileiro, como Ives Gandra, Humberto Theodoro Junior, Pedro Paulo Teixeira Manus, dentre outros.

Em maio de 2018, foi inaugurado um relevante projeto da Ânima Educação: a Le Cordon Bleu São Paulo. Formada a partir de uma joint venture com a Le Cordon Bleu Paris, a Ânima trouxe para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a principal rede de escolas de culinária e hospitalidade do mundo, com 35 institutos em 20 países. A Le Cordon Bleu Paris combina inovação e criatividade com tradição através de seus certificados e diplomas. A instituição, agora também paulistana, está dedicada a fornecer o mais alto nível de instrução culinária e de hospitalidade através de programas de nível mundial.

Desde 2016, iniciamos um processo de evolução digital, quando adotamos a metodologia *Lean* para resolução de problemas relacionados aos serviços acadêmicos e financeiros prestados aos nossos alunos. Rapidamente aprendemos que tecnologia seria um meio fundamental para o atingimento de nossos resultados, mas que exigiria muito mais de nossos esforços de transformação.

Então, em 2018, demos início a uma nova fase: Transformação digital. Muito além de encontrar soluções baseadas em tecnologia, estamos mudando nossa forma de interagir e trabalhar. Nossas decisões precisavam ter o aluno no centro e ser orientadas por dados. Tecnologia não poderia mais ser um departamento, mas uma competência das áreas de negócios. Com essas referências demos um novo sentido para a nossa jornada e potencializamos nossa contribuição para transformar o país pela educação.

Contamos com *squads*, distribuídas em times multidisciplinares com competência e autonomia para desenvolver produtos e serviços conectados a um fluxo de valor orientado pela centralidade no aluno. Como base, as *squads* trabalham com foco em gerar impacto de negócio e garantir valor para todos os stakeholders. O desafio é contínuo com ciclos de entregas mais curtos e experimentação, aprendizado e adaptação como premissas essenciais.

Em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização à distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

A Ânima se destacou em 2019 entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil, de acordo com o Valor Inovação Brasil (julho de 2019), se posicionando em terceiro lugar no ranking do setor de serviços. Ainda em 2019 a Ânima figurou no Anuário Época Negócios 360º Melhores Empresas do Brasil como a melhor companhia do setor de educação no quesito Governança Corporativa, e a segunda melhor na dimensão de Visão de Futuro. Especificamente sobre o departamento de Relações com Investidores, a companhia foi eleita por ter o Melhor Programa de RI assim como Melhor Executivo de RI dentre as companhias small cap, pelo IR Magazine Brazil Awards 2019. A Companhia foi eleita pela CNN a empresa mais notável na categoria educação no ano de 2020. Em maio de 2021 recebemos o reconhecimento da revista Exame de melhor ESG (referente a práticas ambientais, sociais e de governança) no segmento Educação na premiação "Melhores ESG". Entre 2021 e 2023 fomos premiados pela Institutional Investor Magazine nas categorias no setor de Educação (Melhor CEO, Melhor CFO, Melhor Profissional de RI, Melhor Time de RI, Melhor Programa de RI, Melhor Evento Investidor/Analista, Melhor ESG,) e sempre ocupando os primeiros lugares do ranking. Em 2021 fomos escolhidos como o Melhor Departamento Financeiro no setor Educação e em 2022 como Melhor Departamento de Compliance no Finance & Law Summit Awards.

Movimentos recentes de expansão, somados à base de ativos de medicina em maturação resultarão em um aumento significativo dos resultados operacionais, a execução do processo de integração desses novos projetos tem sido bem-sucedida.

A tabela abaixo apresenta nossos principais indicadores financeiros e operacionais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

R\$ milhões (exceto em %)	2023	2022	Δ2023/ 2022
Receita Líquida	3.732,9	3.563,2	4,8%
Lucro Bruto	2.458,5	2.275,3	8,1%
<i>Margem Bruta</i>	65,9%	63,9%	2,0pp
Resultado Operacional	1.526,8	1.465,9	4,2%
<i>Margem Operacional</i>	40,9%	41,1%	-0,2pp
EBITDA Ajustado	1.208,1	1.073,0	12,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	32,4%	30,1%	2,3pp
EBITDA Ajustado ex-IFRS16	923,5	729,6	26,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada ex-IFRS16</i>	24,7%	20,5%	4,2pp
Lucro Líquido Ajustado ¹	(46,4)	250,6	n.a.
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	-1,2%	7,0%	-8,2pp
Geração de Caixa Operacional	1.111,8	915,2	21,5%
Geração de Caixa da Empresa	711,0	249,8	184,6%

Indicadores Operacionais	2023	2022	Δ2023/ 2022
Base de Alunos Total ²	405.473	393.671	3,0%
Base de Alunos Ensino Acadêmico ²	346.719	331.378	4,6%
Ticket Médio Ânima Core (R\$/mês)	785	777	1,0%
Ticket Médio Ensino Digital (R\$/mês)	209	187	12,2%
Ticket Médio Inspirali (R\$/mês)	8.536	8.129	5,0%
Evasão Graduação Presencial ³	-8,1%	-8,2%	0,1pp

Partindo de uma operação inicial em 2003 com cerca de 3,8 mil estudantes matriculados, apresentamos um crescimento sólido e constante de nossos resultados nos últimos 20 anos, tanto por crescimento orgânico, quanto por aquisições. A nossa receita líquida consolidada cresceu 4,8% (2023 vs. 2022), registrando para R\$ 3,7 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um crescimento de 34,4%. No último ano, o nosso EBITDA Ajustado apresentou crescimento de 33,7%.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. Produtos e Serviços Comercializados

Atualmente, organizamos nossas atividades em três segmentos operacionais, quais sejam:

Ensino Acadêmico:

- **Ânima Core:**

Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.

- **Inspirali:**

Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.

Lifelong Learning

Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in *company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, as nossas receitas foram compostas (i) pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais relativos ao ensino superior, prestados em nossos campi e (ii) pelos valores relativos aos serviços educacionais de educação executiva continuada.

Para maiores informações sobre os nossos serviços prestados e sobre nossas unidades de ensino e instalações, vide nessa Seção 1 deste Formulário de Referência.

b. Receita Proveniente do Segmento e sua Participação na Receita Líquida da Companhia.

Na tabela abaixo a nossa receita líquida para últimos três exercícios sociais:

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ânima Core	2.296,8	61,5%
Segmento Lifelong Learning	183,1	4,9%
Segmento Inspirali	1.253,0	33,6%
Total	3.732,9	100,00%

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ânima Core	2.291,1	64,3%
Segmento Lifelong Learning	187,3	5,2%
Segmento Inspirali Educação Médica	1.084,8	30,5%
Total	3.563,2	100,0%

c. Lucro ou Prejuízo Resultante do Segmento e sua Participação no Lucro Líquido da Companhia.

Indicamos na tabela abaixo o nosso lucro líquido em cada um desses segmentos para os últimos três exercícios sociais:

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ânima Core	(280,2)	131,4%
Segmento Lifelong Learning	18,0	(8,5%)
Segmento Inspirali	357,9	(167,9%)
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(309,0)	144,9%
Total	(213,2)	100,0%

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido
Segmento de Ânima Core	(102,7)	(900,8)%
Segmento Lifelong Learning	34,0	298,2%
Segmento Inspirali	414,7	3.637,7%
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(334,6)	(2.935,1)%
Total	11,4	100,0%

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os serviços educacionais ofertados pelas instituições que integram a Ânima Educação vão da Educação Básica à Pós-Graduação, passando pela Graduação (tecnológica, bacharelado e licenciatura), Pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), cursos de idiomas, cursos e programas de extensão e educação executiva, nas modalidades presencial e digital, além de projetos de consultoria a empresas e órgãos públicos, em diferentes áreas de atuação. Todos os produtos e serviços ofertados aos alunos estão organizados em uma perspectiva da aprendizagem ao longo da vida (*Life Long Learning*) e compõem de forma integrada o Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A).

a. Características do processo de produção:

1. Cursos Presenciais

A modalidade de ensino presencial é ofertada pela Ânima em todos os seus segmentos de atuação (ensino básico, graduação, pós-graduação e cursos livres). Os cursos presenciais mesclam diferentes metodologias de ensino a fim de assegurar que o processo de aprendizagem se dê de forma autônoma, individualizada e efetiva. Mesmo na modalidade presencial, a tecnologia está presente em todas as práticas acadêmicas, mediante a utilização de modernas plataformas de aprendizagem, dentre elas merecem destaque:

- (i) **Ulife - Sala de Aula Virtual** (ambiente digital de aprendizagem da respectiva unidade curricular, que favorece o desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas e a interação professor-aluno e entre alunos).
- (ii) **Vida & Carreira** (componente curricular para ingressantes e plataforma digital com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das competências atitudinais e comportamentais do discente durante toda a jornada, além de promover o desenvolvimento de um projeto de inovação cidadã e a conexão com o mundo de trabalho);
- (iii) **Ebradi OAB 100%** (programa de verificação e acompanhamento da aprendizagem, exclusivo para os concluintes do curso de Direito, voltado à empregabilidade através da preparação do futuro egresso para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil e para concursos públicos).
- (iv) **Laboratórios de simulação realística e cenários virtuais de práticas.** (cada área de conhecimento possui recursos tecnológicos para o desenvolvimento de habilidades e competências e tomada de decisão)

As práticas educacionais adotadas pela Ânima estão em constante e ininterrupto processo de revisão e atualização, a fim de assegurar que a vivência prática da profissão e o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais necessárias ao perfil do egresso pretendido ocorram, efetivamente, do primeiro ao último dia do curso. Esse movimento de repensar o modo e a forma como ensinamos e aprendemos tem como marco o ano de 2008, momento no qual a Ânima definiu sua opção pelo regime modular para estruturação de seus currículos.

A modularização deu oportunidade a construção de matrizes curriculares inovadoras, interdisciplinares e flexíveis, possibilitando a utilização de modernos recursos tecnológicos no, até então, tradicional ambiente universitário, além de assegurar eficiente gestão financeira e melhor alocação dos recursos da Companhia.

Por meio de um rigoroso processo de qualidade, que vai da concepção acadêmica dos cursos à gestão da oferta semestral de turmas e disciplinas, concebemos um modelo próprio de gestão que, além de atender a todos os requisitos legais e institucionais, assegura diferenciada qualidade acadêmica, ranqueando nossos cursos de graduação nas melhores posições, segundo dados oficiais do Ministério da Educação. A expertise do modelo de gestão concebido pela Ânima está na conciliação entre qualidade acadêmica e eficiência operacional.

A evolução de nossos indicadores e crescimento exponencial das operações da Companhia ao longo dos 20 anos nos instigou a buscar, constantemente, a melhoria dos nossos produtos e o aprimoramento dos processos acadêmicos.

Imbuídos na missão de transformar o país pela educação iniciamos, em 2015, o projeto de convergência curricular, entendendo ser esse o primeiro esforço para a concepção de um modelo acadêmico robusto, escalável e gerenciável. A primeira etapa do projeto, dedicada à uniformização das matrizes curriculares para as IES Ânima, foi concluída no primeiro semestre de 2016, apresentando ganhos acadêmicos e operacionais, já apurados, muito consistentes.

Em outubro de 2016, a Companhia redesenhou sua estrutura organizacional e, dentre outras mudanças, instituiu a Vice-Presidência Acadêmica, que incorporava a estrutura da anterior Diretoria Acadêmica, tendo como escopo principal assegurar a evolução constante do modelo acadêmico e a criação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem ("E2A"), com implementação de um piloto em agosto de 2017.

Em 2019, a Vice-Presidência Acadêmica, liderada pela professora Denise Campos, ganhou o reforço de um time engajado de colaboradores, incorporando a Diretoria de Integração Curricular, com os coordenadores responsáveis pelas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

áreas de conhecimento (Arquitetura e Urbanismo & Design, Ciência Médicas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Arte & Comunicação, Ciências Humanas, Tecnologia da Informação & Computação, Ciências Jurídicas, Engenharias, Gestão & Negócios, Turismo & Hospitalidade), a Diretoria de Estratégia e Planejamento, a Diretoria de Projetos para o Sucesso do Aluno e a Diretoria de Personalização, a fim de assegurar sinergia entre o projeto acadêmico e o plano de negócio da empresa, e o desafio de traduzir, interna e externamente, o que seria o Índice de Qualidade Ânima, o IQA, nosso DNA de qualidade acadêmica.

O E2A surge em um momento em que a Companhia reflete sobre suas práticas e redefine seu escopo de atuação, renovando seu compromisso de maximizar os resultados acadêmicos já alcançados, sem perder o foco na eficiência operacional e no fortalecimento da governança. Projetado para representar um modelo de educação contemporizado com a sociedade do século 21, assumindo como vocação ser um projeto acadêmico diferenciado.

O E2A tem como diferencial a formação por competências, como forma de garantir a empregabilidade dos egressos. Novas formas acadêmicas de se planejar e organizar os currículos foram criadas e algumas premissas se tornaram pilares para a sustentação das escolhas acadêmicas que o regem, dentre elas a formação por competências, a interdisciplinaridade, a empregabilidade, o docente, o ambiente digital e a avaliação processual, como metacognição.

Os cursos ofertados pela Ânima, construídos com a participação de professores e coordenadores de todo o Ecossistema, são organizados em Unidades Curriculares, de forma integrada, em níveis de ambiência, que levam em consideração, sobretudo, as competências a serem desenvolvidas. Rompe-se com a ideia de currículo pautado na “distribuição de disciplinas em grades” em que o conhecimento é “prisioneiro” de pontos de vista singulares, definitivos, estanques, incomunicados e passa-se a considerar a Unidade Curricular organizada por competências como a unidade mínima do currículo, trabalhando temas que superam as tradicionais barreiras disciplinares, com a atuação de pelo menos dois professores que trabalham de forma integrada no planejamento das aulas, atividades, desempenhos e avaliações.

Todas as experiências que se vivenciam dentro e fora da Instituição de Ensino, e que se constituem como instrumentos viabilizadores da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão passaram, desde 2019, a integrar o currículo. Os projetos e atividades de extensão compõem 10% da carga horária dos cursos, cumprindo a Resolução no. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, mas principalmente, promovendo a aplicação dos conhecimentos em projetos que promovem a relação da Universidade com as demandas da sociedade. Estes projetos são também instrumentos para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, novas experimentações e desenvolvimento de novas competências, o que permite ofertar ao estudante um autônomo, personalizado, sólido e crítico processo de formação.

A mudança proposta está assentada em dois pilares: i) emprego da tecnologia a serviço da aprendizagem; ii) currículo pensado e organizado a partir das necessidades do aluno do século 21. Ao disponibilizar um projeto de formação para o estudante em qualquer tempo e onde quer que ele esteja, a antiga sala de aula, marcada pelo excesso de aulas expositivas, se transmuta em um espaço contemporâneo, híbrido, entendido como a sala de aula ampliada, voltado ao desenvolvimento de competências e habilidades mediante a realização de práticas, experimentações, problematizações, vivências e demonstrações de desempenho. Além de preparar o aluno para a vivência profissional, as salas de aulas ampliadas geram o senso de comunidade, a sociabilidade, convivência, coletivismo e o senso de pertencimento.

No currículo dos cursos, é ofertado para os alunos ingressantes o Programa de Vida & Carreira que tem o objetivo de fazer a conexão do projeto de vida do aluno, o projeto de formação proposto pelo E2A e a realidade do mundo do trabalho. No primeiro semestre o projeto de formação é apresentado ao aluno, que faz uma avaliação das suas competências socioemocionais e pode escolher cursar trilhas para o autodesenvolvimento. Com o auxílio dos professores tutores, os alunos refletem sobre o projeto de vida e a cada Unidade Curricular cursada, é conferida uma certificação das competências profissionais e socioemocionais e esta informação passa a integrar o currículo profissional do aluno, que vai sendo construído na Plataforma ao longo da formação. A Plataforma também oferece vagas de estágios e oportunidades de trabalho. Ao clicar na vaga desejada, o aluno recebe um score, resultado da comparação entre as competências exigidas pela vaga e as competências que possui. Desta forma, o programa contribui para o discente no que se refere à autogestão da carreira, indicando também as competências que ainda precisará desenvolver.

Com a concepção e implementação do E2A, a Ânima Educação avança mais no objetivo de criar um marco institucional para o que almeja como um indicador de sua qualidade. O Índice de Ânima de Qualidade – IAQ – obtido pelos resultados de seus processos de Avaliação Interna (AI) somados aos de sua Avaliação Externa (AE) (avaliações in loco em processos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, bem como ENADE) e também aos Índices de Conclusão de Curso (ICC) que, por sua vez, serão somados aos resultados obtidos em pesquisas que apontem onde estão nossos egressos (Empregabilidade e Carreira – EC). A representação dessa equação da qualidade seria: $AI + AE + ICC + EC = IAQ$. Para a obtenção desse indicador, temos envidado nossos esforços, pois fomos o primeiro grupo educacional brasileiro a adotar o modelo de formação por competência em escala, assumindo a dianteira da inovação no ensino superior, e gerando *benchmarking* para várias outras escolas do país.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Aulas híbridas

Desde 2018, a Ânima Educação iniciou uma jornada de atualização de seus sistemas para viabilizar a flexibilização e personalização da aprendizagem de modo que a mediação pelo presencial ou digital, quando a legislação assim permitir, seja uma escolha do aluno, atendendo suas preferências e necessidades. A alteração regulatória por meio da Portaria MEC Nº 2117/2019, que aumenta o limite da oferta digital nos cursos presenciais de 20% (vinte por cento) para 40% (quarenta por cento), vai ao encontro da tendência de maior flexibilização no formato de aprendizagem, em linha com este posicionamento estratégico da Companhia.

Estudos recentes revelam que a educação híbrida, ao combinar metodologias e tecnologias, envolvendo a interação entre atividades educativas presenciais e online, potencializa a construção de aprendizagens significativas. Esta abordagem se apresenta como uma premissa do ecossistema de aprendizagem Ânima, tanto na modalidade de ensino presencial ou a distância.

O ambiente virtual de aprendizagem – AVA é utilizado para estudo dos materiais didáticos e interação entre alunos e professor tutor para discussão dos conteúdos e esclarecimento de dúvidas. Os encontros presenciais são destinados ao desenvolvimento de atividades de aplicação de conhecimentos, discussão, sínteses, atividades de avaliação e auto avaliação da aprendizagem, realização de exercícios, dentre outras, conforme características de cada área de conhecimento e sempre levando-se em conta o uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. O modelo híbrido mais adotado nas aulas é o da sala de aula invertida (*flipped classroom*),

Material Didático

Cuidadosamente selecionado pelos professores-referência da Ânima, o material didático das disciplinas híbridas é constituído pela combinação dos conteúdos curados das nossas bibliotecas digitais combinando diversos tipos de objetos de aprendizagem, tais como: vídeos, podcasts, animações, infográficos interativos e conteúdo *online*, produzidos por uma equipe de designers educacionais e gráficos. O material é organizado sob a forma de atividades que se conectam de forma fluida ao material e às atividades dos encontros presenciais/síncronos. Sob a coordenação da área de Curadoria & Aprendizagem Digital da Ânima, o planejamento da curadoria e organização dos conteúdos dos materiais se estruturam a partir do plano de ensino, em conformidade com as ementas, bibliografias (básica e complementar) e perfil do egresso constantes no Projeto Pedagógico do Curso.

A relação do aluno com os conteúdos ocorre por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com a mediação de um professor, que também disponibiliza materiais complementares para ampliação e aprofundamento dos estudos.

Além do material didático, os alunos utilizam as bibliotecas virtuais parceiras à Ânima, tais como: a Biblioteca Digital, Minha Biblioteca, Ebsco, Senac, dentre outras fontes. Essas bibliotecas referenciam e apoiam o processo ensino-aprendizagem com diversos recursos interativos e dinâmicos, possibilitando o acesso a informações atualizadas e legitimadas por selos editoriais de referência como: Manole, Contexto, InterSaberes, Casa do Psicólogo, Papirus, Ática, Scipione, Educus, Cia das Letras, Jaypee Brothers, Aleph, Rideel, Lexicon, Callis, Interciência, Digital Page, ArtMed, Artes médicas, Bookman, Penso, McGraw-Hill); Grupo Gen (Ed. LTC, Forense, Método, Atlas, Guanabara Koogan, Roca); e Saraiva.

As bibliotecas virtuais estão disponíveis, gratuitamente para toda a comunidade Ânima e de forma ilimitada.

2. Cursos na modalidade a Distância – EAD

No segundo semestre de 2010, foi criado o Instituto Una de Educação a Distância, constituído com o objetivo de conduzir a concepção, a produção, a difusão, a gestão e a avaliação dos projetos em EaD. Em julho de 2014, foi publicada a portaria do MEC de credenciamento do Centro Universitário Una para oferta de cursos a distância, atualmente com 27 cursos de licenciatura, bacharelado e educação tecnológica, bem como de pós-graduação *lato sensu*, distribuídos em 22 polos de atendimento presencial nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

A oferta de cursos à distância, pela Ânima, aumentou substancialmente em 2016, com o portfólio do Centro Universitário SOCIESC, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, nessa modalidade de ensino. O Centro Universitário SOCIESC, naquele ano, dispunha de 15 (quinze) cursos de graduação na modalidade a distância, distribuídos em seus 22 (vinte e dois) Polos de Atendimento Presencial nos Estados do Paraná e Santa Catarina, já credenciados pelo MEC.

Em 2017, o Centro Universitário Una de Bom Despacho foi credenciado para oferta de Educação a Distância, tendo iniciado a oferta de graduação EaD. Naquele ano foram ofertados 15 (quinze) cursos de graduação a distância, distribuídos em seus 20 (vinte) Polos de Atendimento Presencial nos Estados de Minas Gerais e Goiás. No mesmo ano, o Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH foi credenciado para oferta de cursos de graduação a distância. O Centro

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Universitário São Judas Tadeu – CSJT foi credenciado em 2018, ofertando 19 (dezenove) cursos de graduação a distância em 9 (nove) Polos de Atendimento Presencial para EaD no Estado de São Paulo. A Universidade São Judas Tadeu também está credenciada para oferta de cursos de graduação a distância, desde 2019.

Em 2020 a Universidade São Judas Tadeu lançou um novo produto digital “São Judas Live”. Esse produto faz uso intensivo de tecnologia, promovendo aulas síncronas, nas quais o docente atua com os alunos em um ambiente virtual utilizando ambientes simulado de prática, bibliotecas e laboratórios digitais. Além do ambiente digital, sempre que desejar, o aluno pode utilizar os espaços de estudos do campus e participar das atividades acadêmicas promovidas pela escola. Inicialmente, foi ofertado um portfólio na São Judas, em três áreas do conhecimento: Gestão & Negócios, Ciências Humanas e Educação e TI & Comunicação. Em 2021, esse produto foi expandido para as marcas: Una Live, Sociesc Live e Ages Live com a ampliação do portfólio para 73 cursos distribuídos em 10 áreas do conhecimento.

Ainda em 2021, a Ânima incorpora o portfólio EAD dos cursos 100% Digitais, ofertando mais de 70 cursos de graduação e 170 cursos de pós-graduação nas áreas do conhecimento: Arquitetura e Urbanismo & Design, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Agrárias & Meio Ambiente, Ciências Humanas, Ciências Jurídicas, Comunicação & Artes, Engenharias, Gestão & Negócios, TI & Computação e Turismo & Hospitalidade, nas instituições: Anhembi-Morumbi, UNP, FPB, UNIFG-PE, UNIFACS, UNIRITTER, IBMR, FADERGS e UNISUL.

Os cursos 100% digital, tem como concepção um processo educativo realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por educadores-tutores proporcionando uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/ tempo e que desenvolva as competências necessárias para a formação dos futuros profissionais.

Os conteúdos das disciplinas foram estruturados por unidades de estudos, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional, mediada por ferramentas tecnológicas como laboratórios de simulação, vídeos interativos e por educadores-tutores.

Os diferenciais da escolha de curso para essa modalidade:

- Interação mediada por educadores-tutores da área de formação;
- Materiais assíncronos (referenciais e complementares);
- Laboratórios de simulação de atividades práticas e vídeos 360;
- Acesso a milhares de títulos de livros por meio das bibliotecas digitais;
- Apoio dos polos presencial com laboratórios de informática e acesso wi-fi para realização das atividades, e
- Autonomia para organização dos estudos.

Em 2022 os cursos desta modalidade passaram também a serem organizados em Unidades Curriculares Digitais, seguindo as premissas de integração do currículo e do ensino por competências presentes no Ecossistema Anima de Aprendizagem. Todas as Unidades Curriculares oferecidas contam com acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – ULIFE, acessível a qualquer dispositivo móvel.

A Ânima adota uma abordagem híbrida de educação combinando situações de aprendizagem com a utilização de recursos tecnológicos digitais em momentos presenciais e virtuais. Mesmo os estudantes que optaram por realizar o curso 100% digital, tem à sua disposição uma programação de atividades acadêmicas, científicas e culturais das quais pode participar, além da possibilidade de utilização dos espaços de convivência e laboratórios para estudo sempre que desejar. Além destes diferenciais, o modelo incorpora momentos de interação síncrona com os professores. O conecta traz situações problemas, com base no material de estudo. O Talk mobiliza as competências desenvolvidas na Unidade Curricular Digital para situações reais e práticas da carreira escolhida. Por fim, a Plenária sistematiza e sintetiza os conhecimentos desenvolvidos na Unidade Curricular Digital.

Em coerência com os avanços das discussões sobre hibridiz em Educação, a Ânima adotou seu próprio modelo de educação híbrida vendo nele uma forma inovar, de concretizar a integração curricular e de possibilitar experiências de aprendizagem mais personalizadas aos estudantes.

De acordo com Moran (2015) há três dimensões importantes do currículo para a inovação na educação híbrida: ênfase no projeto de vida dos alunos; ênfase em valores e competências amplas; integração de tempos, espaços, metodologias, tecnologias em equilíbrio com aprendizagens individuais e grupais. (MORAN, 2015, p.29). Estes princípios orientam o projeto de educação híbrida da Ânima e pautam os projetos pedagógicos dos cursos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os cursos Live

Os cursos Live se constituem em um modo de estudar totalmente digital em que há uso intensivo de tecnologia, com acesso a ambientes simulados de prática, bibliotecas e laboratórios digitais. Os alunos podem estudar de forma totalmente digital, ou grande parte dos estudos por meio digital, por meio de aulas síncronas, conduzidas pelo professor. Estas aulas são também gravadas e disponibilizadas no Ulife para que o aluno possa acompanhar em qualquer tempo.

São cursos voltados àqueles estudantes que possuem afinidade com tecnologias, almejam maior flexibilidade quando ao tempo e o lugar em que realizarão seus estudos, mas não abrem mão de uma formação sólida com a presença de professores e interação com os seus pares.

Destacam-se alguns diferenciais destes cursos:

- Ensino Humanizado e aulas com professores reais ao vivo
- Aprendizado através de estudos de caso agregando teoria e prática
- O aluno pode vivenciar sua profissão na prática através de estágios e atividades em laboratórios virtuais de última geração
- Avaliação ocorre no AVA em formato 100% digital
- Conexão com o mundo do trabalho através da plataforma Vida & Carreira

Seguindo-se os princípios da educação híbrida, além de bibliotecas digitais, os estudantes podem realizar atividades experimentais nos laboratórios de simulação digitais da Anima, podem frequentar o campus para estudar, usufruir dos espaços de convivência e participar dos eventos realizados e são incentivados a isso.

As aulas são síncronas e ocorrem sistematicamente em todos os dias da semana, são gravadas e disponibilizadas juntamente com os demais materiais da unidade curricular na sala de aula virtual do Ulife.

Metodologia

Na Ânima, o processo ensino-aprendizagem se orienta pelo uso de metodologias ativas, valorizando, portanto, a colaboração, a interação, a congruência entre atividades teóricas e práticas desafiadoras, envolvendo situações diversificadas que favorecem a aplicação do conhecimento em situações reais ou simuladas envolvendo a futura profissão, assim como o uso de estratégias diversificadas de engajamento dos estudantes com o apoio intensivo de tecnologias e recursos e objetos digitais de aprendizagem.

Os docentes dos cursos participam de espaços de formação permanente para atuarem no currículo e desenvolverem competências de literacia digital. Além disso, são mestres e doutores com conhecimento profundo nas temáticas da sua docência.

Em cada unidade curricular, o processo ensino-aprendizagem é conduzido por dois professores que trabalham de forma integrada no Ulife sala virtual, que é a plataforma digital da Ânima para o desenvolvimento das aulas. Na sala de aula virtual do Ulife, além de um material produzido exclusivamente para as unidades curriculares dos cursos Live, os estudantes e professores contam com diversas ferramentas e recursos de aprendizagem e de comunicação.

Os conteúdos de estudo são produzidos a partir de um trabalho cuidadoso de curadoria realizado e organizado por um professor especialista e posteriormente é transformado em um material dialógico e interativo pelas equipes da área de Aprendizagem Digital, com a inserção de diversos recursos como *motion videos*, infográficos, podcasts, recursos gamificados, etc., com vistas a promover a melhor experiência de aprendizagem aos estudantes.

Os alunos estudam o material e outros que são disponibilizados pelos professores da Unidade Curricular, em grupo e individualmente, de formas síncrona e assíncrona. Na sala de aula virtual estudantes e professores contam ainda com diversas ferramentas de comunicação assíncrona além de trilhas para o desenvolvimento de projetos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

3. Intervenção Pedagógica

A Intervenção Pedagógica é uma gerência dentro da VPEA, Vice-Presidência de Estratégia Acadêmica, na Diretoria de Curadoria e Aprendizagem, responsável pelos projetos e programas voltados ao apoio à aprendizagem do estudante e que vão impactar na jornada estudantil do aluno, rumo a realização do seu sonho de conclusão do ensino superior.

Acolher, conhecer e apoiar. Com esses três pilares, os programas de Intervenção Pedagógica têm a missão de conduzir nossos alunos por uma caminhada de aprendizagem segura, engajada e com um profundo sentimento de pertencimento ao Ecosistema Ânima.

A atuação junto aos alunos acontece por meio de cinco programas: Acolher, Monitoria Acadêmica, Liderando, Nivelamento, Ingressante Tardio e Conhecer.

Acolher

O Acolher é um projeto de acolhimento para todos os alunos ingressantes do Ecosistema Anima de Aprendizagem. O objetivo do projeto é tirar dúvidas, aconselhar, direcionar e ajudar o aluno a concretizar o sonho da graduação. É um projeto de Aluno para Aluno, de veteranos para calouros! O Acolher visa aumentar o engajamento e a sensação de pertencimento dos nossos estudantes

Todo o acolhimento acontece a partir de grupos liderados por estudantes veteranos, chamados gerúndios. Cada gerúndio representa uma grande área do conhecimento:

- Codando (TI & Computação)
- Cuidando (Ciências Biológicas & da Saúde)
- Engenheirando (Engenharias)
- Desembolando (Ciências Humanas - Psicologia e Serviço social)
- Ensinando (Ciências Humanas - Licenciaturas)
- Veterinando (Ciências Agrárias & Meio Ambiente)
- Endireitando (Ciências Jurídicas)
- Negociando (Gestão e Negócios)
- Comunicando (Comunicação & Artes)
- Projetando (Arquitetura e Urbanismo & design)

Monitoria Acadêmica

A monitoria, para os calouros, é um apoio de outros estudantes que já estão em suas jornadas acadêmicas há mais tempo. É uma oportunidade de ajudar o estudante a se ambientar no Universo Acadêmico e no Ecosistema Anima de Aprendizagem, além apoiar o desenvolvimento de sua trilha personalizada de aprendizagem

Liderando

O Projeto Liderando tem como objetivo estimular o engajamento dos estudantes no processo de representação, para atuarem na defesa dos interesses discentes no plano institucional, fortalecendo o diálogo com corpo docente e coordenadores de curso e prestando assistência para a mediação de conflitos.

Nivelamento

O Programa de Nivelamento tem por objetivo ofertar para alunos/as de graduação cursos livres em todas as escolas do Ecosistema Ânima como medida pedagógica visando contribuir no desempenho acadêmico e na permanência dos/as estudantes na instituição.

O nivelamento está estruturado no ambiente de aprendizagem (Ulife) para todos/as os/as estudantes e é totalmente online. Atualmente são ofertados 10 cursos, são eles: Análise de dados; Análise de textos; Produção textual; Fundamentos de matemática; Gramática; Fundamentos de física; Química; Fundamentos de biologia; Pré-cálculo; Introdução à programação.

Ingressante Tardio

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Programa Ingressante tardio tem como objetivo favorecer a permanência dos/as alunos/as de graduação que ingressam tardiamente em todas as escolas do Ecossistema Ânima a partir de ações realizadas por docentes, líderes de turma, coordenação do curso, monitores e do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI), para que o aluno se sinta pertencente e integrado na sua turma e no seu curso.

Além disso, no programa de apoio ao ingressante tardio, o estudante terá apoio dos professores para atualizar dos temas levantados em sua turma, orientações sobre gestão de tempo, apoio de seus colegas monitores, acolhimento dos veteranos pelo projeto acolher, cursos de nivelamento, dentre outras coisas. Todas essas ferramentas tornarão a jornada do ingressante tardio mais tranquila, orientando e ajudando nesse começo tão importante.

Este programa está estruturado no ambiente de aprendizagem (Ulife) e é totalmente online.

4. Pós-Graduação

A educação continuada possui relevante destaque no Projeto Acadêmico e no Plano de Negócios das Instituições de Ensino Ânima, ao longo dos seus 17 anos de atuação no mercado educacional brasileiro.

Até 2013, os cursos de especialização eram ofertados exclusivamente na modalidade presencial, nos campi das IES Ânima. Em 2014, com o Credenciamento do Centro Universitário Una para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, iniciou-se a oferta dos cursos de pós-graduação EaD pela Una. Em 2016, foi definida a expansão na pós-graduação EaD e, mediante parceria celebrada entre a Una e a EBRADI, elaborou-se um portfólio inovador e de diferenciada qualidade técnica na área do Direito, com o lançamento de seis cursos de especialização online, nas seguintes áreas: Advocacia Tributária; Advocacia do Direito Negocial Imobiliário; Direito Penal e Processo Penal Aplicados; Advocacia Trabalhista; Advocacia Cível e Advocacia Empresarial. A concepção do projeto acadêmico para os referidos cursos contou com a participação direta de renomados juristas do país, a saber: Ives Gandra Martins; Flávio Tartuce; Guilherme De Souza Nucci; Pedro Paulo Teixeira Manus; Humberto Theodoro Júnior e Marcus Elidius Michelli de Almeida.

Ainda em 2016, em uma ação sinérgica à implementação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem, foi definido o novo desenho curricular dos cursos de pós-graduação lato sensu. O modelo em questão é fruto de um denso processo de pesquisa mercadológica desenvolvido entre setembro de 2015 e outubro de 2016 que, dentre outros objetivos, buscou:

- (i) Mapear as principais competências profissionais e comportamentais pretendidas pelo mercado para os egressos de cada uma das grandes áreas de atuação profissional;
- (ii) Conhecer as melhores práticas educacionais, nacionais e internacionais, no campo da pós-graduação lato sensu;
- (iii) Definir o perfil de egresso pretendido pela Ânima para os seus cursos de especialização e assegurar a lapidação do discente no decorrer do curso;
- (iv) Conceber produtos atrativos e de reconhecida qualidade acadêmica, a fim de ampliar a participação da Companhia no referido segmento, em todas as suas praças de atuação;
- (v) Majorar a taxa de conversão dos egressos dos cursos de graduação, assegurando a permanência do aluno nas IES, através dos programas de educação continuada.

O novo design curricular testado, inicialmente, em um projeto piloto na área da Gestão e ampliado, a partir do 1º semestre de 2017, para todas as grandes áreas do conhecimento, foi estruturado a partir das seguintes premissas acadêmicas:

- (i) Concepção de módulo comum por área do conhecimento, com duração de 120 horas, assegurando que todos os conteúdos ministrados no decorrer do curso guardem íntima relação com a área de atuação do futuro egresso;
- (ii) Inclusão da disciplina “Autoconhecimento e Autodesenvolvimento Pessoal e Profissional” na matriz curricular de todos os cursos de pós-graduação lato sensu. O conteúdo em questão foi desenvolvido em parceria com Grupo DMRH e com a Cia de Talentos que, juntas, somam mais de 50 anos de atuação no mercado brasileiro e em vários países da América Latina dedicados à atração, recrutamento, seleção e desenvolvimento de jovens profissionais;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- (iii) Utilização, por todos os discentes dos cursos de especialização, do inventário de personalidade FACET5. A ferramenta, fundamentada na Big 5 Theory, é um recurso mundialmente empregado em seleção, treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos, que permite o entendimento de como as pessoas diferem em termos de comportamento, motivação, atitudes e aspirações;
- (iv) Construção, pelo aluno, do seu próprio PDI – Plano de Desenvolvimento Individual, visando o desenvolvimento dos gaps identificados durante sua jornada de autoconhecimento;
- (v) Disponibilização, pelo Grupo DMRH, do menu de opções de desenvolvimento para as competências avaliadas no FACET5, a saber: a) Liderança; b) Comunicação; c) Relacionamento Interpessoal; d) Análise e Tomada de Decisão; e) Iniciativa e Empenho; f) Planejamento e Organização;
- (vi) Introdução da disciplina Negociação, em formato de skills para o trabalho, no módulo comum da pós-graduação, propiciando ao aluno a capacidade de dominar os saberes e as competências necessárias à sua atuação profissional nos processos de negociação e tomada de decisões estratégicas voltadas ao negócio em que atua;
- (vii) Parceria com a HSM, referência nacional em conhecimento de Gestão, dando oportunidade a todos os alunos a vivência de diferentes experiências através da utilização das várias plataformas e da participação nos eventos promovidos pela HSM;
- (viii) Inclusão da “Experiência Internacional” na matriz curricular dos cursos de Gestão. Diferentemente do “módulo internacional”, comumente ofertado por outras IES, a ‘experiência internacional’ concebida pela Ânima Educação assegurará a participação de todos os alunos efetivamente matriculados no curso, assegurando o enriquecimento do currículo e da vivência profissional do discente;
- (ix) Assessoria de carreira no decorrer e após a conclusão do curso de especialização, visando a empregabilidade dos alunos;
- (x) Obediência aos requisitos legais exigidos para a expedição do certificado de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu na área pretendida pelo aluno, com especial atenção à regulamentação própria a cargo dos Conselhos de Classe.

Dentre outras motivações, objetivou-se, quando da concepção do novo projeto de educação continuada, estabelecer condições efetivas para ampliar a participação da Universidade São Judas Tadeu no mercado de especialização da cidade São Paulo, Estado de São Paulo. Com o novo portfólio, implementado no 2º semestre de 2016, a USJT apresentou crescimento de 60,84% em sua base de alunos da pós-graduação, se comparado ao resultado obtido no 1º semestre de 2016.

Na edição de 2017 do “Guia do MBA” publicada pelo Jornal o Estado de São Paulo, o Centro Universitário Una se destaca dentre as IES da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pelo grande número de cursos recomendados. Do total dos 51 cursos indicados na capital mineira, 14 são ofertados pela Una, a saber: MBA em Auditoria em Saúde e Gestão da Qualidade; MBA em Gestão Estratégica de Projetos; MBA em Gestão de Qualidade; MBA em Logística; MBA em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente; MBA em Coaching: Life, Executive e Business Coaching; MBA em Gestão Estratégica de Pessoas; MBA em Liderança Estratégica e Gestão de Equipes de Alta Performance; MBA em Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional; MBA em Gestão Estratégica de Finanças Corporativas; MBA em Gestão Tributária; MBA em Mercado Financeiro com ênfase em Banking; MBA em Controladoria e Auditoria; MBA em Gestão Estratégica de Negócios.

O projeto acadêmico inovador, financeiramente acessível e direcionado para o desenvolvimento das competências técnicas, gerenciais e comportamentais dos seus alunos credenciam a Ânima Educação para ampliar sua participação no mercado de pós-graduação lato sensu, sendo essa a meta a ser perseguida.

Em 2018, reportando para a Vice-Presidência de Educação Continuada, foi constituída a Diretoria de Pós-Graduação *Lato Sensu*, com o objetivo de estruturar os processos e sistemas da Companhia para uma atuação mais eficiente e relevante em toda a vida adulta e profissional dos nossos alunos. Consequentemente, tornando a Ânima Educação um dos players mais relevantes no *lifelong learning* em todo o território brasileiro.

Em 2020 foi concebido e implementado um projeto de pós-graduação lato sensu disruptivo, com catálogo de cursos em todas as áreas do conhecimento, conectado ao Ecossistema Ânima de Aprendizagem. Neste projeto, as disciplinas foram substituídas por *nanodegrees*, que podem ser ofertados de forma individual ou compondo cursos de pós-graduação lato

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

sensu. Cada *nanodegree* está voltado para o desenvolvimento de competências específicas que visam atender às exigentes demandas do mundo do trabalho, proporcionando uma experiência integrada ao estudante.

O design curricular dos cursos de pós-graduação lato sensu contempla momento de estudos assíncronos e experiências digitais síncronas, mobilizando hard e soft skills e com os professores, experts e com os demais alunos, criando uma rede nacional de relacionamento profissional.

Conectado ao mundo do trabalho, os cursos oferecem certificações intermediárias a cada *nanodegree* concluído com aprovação, potencializando o currículo do estudante e oportunizando um desenvolvimento profissional progressivo.

Em 2021, o catálogo foi expandido para 82 (oitenta e dois) cursos com duração de 12 meses. Também em 2021 foram lançados 32 (trinta e dois) cursos com tempo de integralização de seis meses, permitindo a expansão e flexibilidade de oferta. Em 2023 atingimos um portfólio com 148 (cento e quarenta e oito) cursos. Os alunos selecionam as experiências que desejam cursar, de acordo com suas necessidades profissionais e de seus interesses pessoais. Dentre as experiências expandimos a oferta de experiências desenvolvidas em parceria com empresas (ensino dual) e experiências da cultura internacional, as quais possibilitam aos alunos vivências e discussões em temas globais, ministradas em outro idioma.

5. Educação Executiva Continuada

Tanto as modalidades presenciais, como a virtual, são usadas como metodologia para prestação de nossos serviços de educação executiva continuada.

As atividades de educação executiva continuada são planejadas anualmente e seu processo inclui a escolha de temas de interesse do mercado executivo e a identificação de palestrantes especializados, como autores de *best-sellers* na área de gestão, além da prospecção e identificação de mercados regionais com demanda para os nossos eventos. A identificação dos temas a serem abordados e dos locais de realização dos nossos eventos, dá-se por meio da análise do nosso público-alvo.

6. O Projeto de Inovação da Ânima

A Ânima tem como um dos seus pilares estratégicos a “Qualidade e Inovação Acadêmica”, e por isto tem tradição em propor e implementar inovações acadêmicas e pedagógicas em suas Instituições de Ensino Superior. Suas escolas foram as primeiras no Brasil a adotar o ensino modular em todos os seus cursos, o que garantiu uma engenharia de currículo inteligente e equilibrou a equação qualidade de ensino, escala e eficiência operacional.

Posteriormente, mais um passo inovador foi dado, ao propor a inserção da interdisciplinaridade na matriz curricular de todos os cursos de suas Instituições, o que, por consequência, vem criando um espírito empreendedor e inovativo nos nossos estudantes e professores. Isto se refletiu no fato de que nossos alunos e professores estão sendo premiados em diversos concursos de inovação. Como exemplo, somos bicampeões do prêmio Santander de inovação (2013 e 2014), e há seis anos temos premiado as melhores iniciativas de inovação em sala de aula. Assim, está no DNA acadêmico da Ânima buscar, inovar e aprimorar seus processos de ensino e aprendizagem.

Em 2016, a Ânima Educação resolveu mais uma vez desenhar um projeto de educação que estivesse à frente de seu tempo. Observando os mais relevantes debates sobre educação inovadora no Brasil e no mundo, bem como algumas iniciativas que aconteciam dentro de suas próprias escolas, desenhamos um conceito de educação que se materializará em uma revolução em três esferas, no conteúdo, no método e na gestão. Buscamos mudar o que ensinamos, como ensinamos e como nossas escolas estão estruturadas para isto. Para materializar esse conceito, definimos o nosso Plano Estratégico de Inovação ao qual demos o nome de Ecossistema Ânima de Aprendizagem que consiste em um ambiente equilibrado, totalmente voltado para aprimorar o processo de aprendizagem e que conecte os diferentes stakeholders da educação – alunos, professores, familiares, funcionários e outros. Assim, seus quatro pilares são: Projeto de Vida, Itinerário Formativo Flexível, Novo Docente e Ambiência Digital, os quais estão harmonicamente construídos de forma que todos levarão o aluno a aprender mais, o professor a ensinar melhor e a escola a fazer mais sentido e oferecer produtos e serviços que atendam à formação de um cidadão do século 21.

O Ecossistema Ânima de Aprendizagem adotou, em 2020, um currículo integrado e por competências. Está alinhado aos conceitos educacionais do século XXI que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. As habilidades são a chave essencial para iniciar uma prática profissional para enfrentar problemas da vida real. Para que isso aconteça, o currículo da Ânima é projetado para ter alunos de diferentes cursos e matrículas na mesma classe, organizados em níveis de ambiência. O Core Curriculum é adotado por grandes universidades em todo o mundo e tratam assuntos que dizem respeito ao nível do ensino e proporcionam uma visão global da realidade. Nestas Unidades alunos de diversos cursos compartilham a mesma sala. As Unidades Curriculares de área tratam de temas comuns à uma área de conhecimento e os

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

alunos de diversos cursos da mesma área compartilham o ambiente, o que proporciona mais riqueza nas discussões e no trabalho colaborativo. Já as Unidades de Curriculares Específicas apresentam temas e desafios específicos da carreira escolhida. De uma forma Geral, as unidades curriculares não possuem pré-requisitos, desenvolvendo competências e abordando todo o conteúdo necessário para desenvolvê-lo, o que permite a convivência de alunos de diferentes semestres de ingresso, permitindo o desenvolvimento de networking e a aprendizagem por pares, contribuindo também para uma melhor eficiência operacional.

A Ânima, em seu Plano Estratégico de Inovação, adota um caminho radicalmente diferente das escolas que operam com números expressivos de alunos pois, ao invés de empacotar e padronizar conteúdos e despersonalizar o professor, ela oferta uma formação personalizada, mesmo em escala. Para além disso, ela cria renovados papéis da atuação docente (tutor e mentor), adotando metodologias de aprendizado ativo, e que, por conseguinte, geram mais significado para professores e alunos, e propondo a construção de novos espaços (reais e virtuais) de criação e socialização de conhecimento. A transformação proposta pela Ânima dá novo significado à relação entre as pessoas – professores, estudantes, funcionários, familiares, comunidade e mercado – mas também à relação entre esses entes e o conhecimento. Portanto, o projeto Ânima caminha para a construção de um ambiente, real, virtual ou híbrido, que aprimore o processo de ensino e aprendizagem.

Em suma, propomos inovações nos processos de aprendizagem através de novos tipos de relacionamento alunos/professores/escolas, criando a possibilidade de o estudante construir um itinerário formativo flexível e personalizado, estruturado com base em seu projeto de Vida & Carreira (resultante de quem ele é, do que ele quer e de nossa proposta de formação), ancorado por um professor que passa a atuar muito mais como tutor e mentor deste estudante do que como mero curador/criador/transmissor de conteúdo. Nossa revolução educacional ainda se estrutura na criação de espaços de experimentação, de inovações, de socialização de conhecimento e da conexão de múltiplas plataformas.

O Plano Estratégico de Inovação - Ecossistema Ânima de Aprendizagem:

Projeto de Vida & Carreira:

Oferece ao estudante a possibilidade de construir um projeto de futuro, acadêmico e pessoal, em que ele possa desenvolver habilidades cognitivas (aprender conteúdos), mas também habilidades comportamentais, o que auxilia na personalização da trajetória do estudante.

Materialmente, buscamos desenvolver um conjunto de atividades presenciais e virtuais que darão conta da construção do projeto de vida do estudante, possibilitando a flexibilização e personalização de seu itinerário formativo, e permitindo que os estudantes estejam melhor preparados para atuar no mundo do trabalho.

O componente curricular Vida & Carreira é ofertado em um ambiente híbrido, composto da sala de aula onde acontece o encontro dos alunos ingressantes com o tutor e uma plataforma desenvolvida em conjunto com um fornecedor parceiro. Por meio da Plataforma Vida & Carreira os estudantes fazem um *assessment*, preenchem o questionário diagnóstico de ingresso e elaboram os currículos profissionais. A medida em que são aprovados nas Unidades Curriculares, os estudantes recebem uma certificação e a competência é atualizada automaticamente em seu currículo. A partir do segundo semestre do curso, os alunos contam com o auxílio de mentores, estudantes veteranos, professores e profissionais, por meio do aplicativo Ulife Mentoria, que também está sendo desenvolvido por um fornecedor parceiro.

Flexibilização e Personalização do Percorso Formativo:

Oferece ao estudante a possibilidade de ele realizar uma trajetória acadêmica que esteja em alinhamento com seu próprio Projeto de Vida, isto é, que ele possa construir um caminho de formação que, por um lado, atenda às exigências acadêmicas específicas do exercício de uma atividade/profissão, mas ao mesmo tempo reflita seus desejos profissionais futuros.

Operacionalmente, as equipes acadêmica e de tecnologia da informação da Ânima farão uma reengenharia de currículos, bem como adequação dos sistemas, para darem conta dessa transformação. Ao final, queremos que o aluno possa, junto a seus tutores/mentores, construir uma trajetória acadêmica e profissional que tenha real significado e seja ancorada em Unidades Curriculares (obrigatórias por áreas de conhecimento), e Projetos de Extensão de seu interesse (que façam sentido na formação, mas que resultem de escolhas tutoradas) e Unidades Curriculares Personalizáveis (aquelas que dão o tom personalista à formação). Esta flexibilização permite exercitar o conceito de autonomia de escolha do estudante, que somada ao direcionamento do Projeto de Vida & Carreira, formará um aluno mais completo e mais realizado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ensino Dual:

O Ensino Dual faz parte das experiências de aprendizagem dos estudantes do ecossistema Ânima na perspectiva do *Life Long Learning*, integrando universidade e mundo do trabalho. Passam a atuar em conjunto na formação dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para os desafios das profissões e mercado de trabalho. Este conceito inovador de ensino se dá por meio da integração entre universidade e os desafios reais do trabalho, com a inserção dos nossos estudantes em atividades desenvolvidas com empresas parceiras, aplicando e ampliando os conhecimentos e competências desenvolvidas.

O Ensino Dual possibilita uma formação conectada às necessidades do mundo do trabalho e amplia a vivência e aplicação prática dos conhecimentos em cenários reais ao longo do percurso formativo dos estudantes. As vivências nestes cenários reais também intensificam o desenvolvimento das competências socioemocionais, tão necessárias para atuação em todas as profissões e áreas de atuação. O conjunto destas experiências ao longo do curso diminui a distância entre estudantes e empresas, candidatos e vagas, expectativas e realidade, teoria e prática, pois, para os desafios atuais e futuros é necessário formar profissionais capazes de criar, liderar, comunicar, negociar, analisar, executar, adaptar, mudar e transformar a realidade.

No ecossistema Ânima, são mais de 500 empresas parceiras no Ensino Dual e 280 unidades curriculares duais sendo ofertadas em 2024/1 para mais de 50 mil alunos.

Tecnologias Educacionais:

Em 2023 foi realizado um processo de pesquisa e escuta com professores e estudantes de todas as escolas do Ecossistema Anima, que subsidiou a implantação de melhorias Ulife relacionadas às funcionalidades e usabilidade. Além disso, cada área de conhecimento realiza estudos, juntamente com os professores em jornada, de tecnologias que proporcionem a melhoria da aprendizagem dos alunos e a da organização do trabalho pedagógico dos docentes, seja no contexto e especificidades das áreas de conhecimento bem como inovações que possam potencializar o E2A. Estes novos recursos são debatidos nos programas de formação de professores e de gestão da unidade mínima do currículo (Gestão por UC). Estas tecnologias, ao serem selecionadas, são introduzidas primeiramente em projetos pilotos, acompanhados pelos docentes, gestores acadêmicos e pelas equipes da Transformação Digital. Durante a execução dos projetos são analisados os ganhos efetivos em termos de aprendizagem ou do apoio ao trabalho docente, além da viabilidade da utilização em escala. Ao final de um semestre letivo pode-se decidir pela introdução da tecnologia no projeto pedagógico, pela continuidade do piloto ou por seu encerramento. Todo este processo conta com a participação dos docentes que conduzem as Unidades Curriculares.

Podemos citar como exemplos de tecnologias pilotadas em 2023 as aplicações e experiências para simulação e treinamento em saúde com realidade virtual; plataforma de situações clínicas simuladas, o Núcleo de Práticas Jurídicas Digital, plataforma para o desenvolvimento de projetos colaborativos nas Unidades Curriculares, plataforma de construção coletiva de conhecimento com apoio da Inteligência Artificial e ambientes digitais imersivos para o desenvolvimento de habilidades e competências.

Ânima Lab:

O espaço é um centro de inovação voltado à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo. É ainda um centro de treinamento e capacitação de pessoas, um lugar de convívio e troca de conhecimentos. No Ânima Lab, alunos, professores e comunidade podem desenvolver produtos e projetos, contando com suporte de profissionais com experiências em startups. O Ânima Lab surgiu de uma extensiva pesquisa feita pela instituição junto às escolas mais inovadoras do Brasil e do mundo. Diante dessas pesquisas, descobrimos que além de ter um bom currículo, bons professores mentores e tecnologias disponíveis, precisávamos mudar as metodologias de aprendizagem e, os espaços disponíveis. Assim, o Ânima Lab é um grande espaço de aprendizagem, uma sala de aula ampliada e diferenciada.

Ânima Hub – Empreendedorismo de base tecnológica

Alinhado com o terceiro princípio da Anima – “a tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país”, foi criado o Anima Hub, uma rede de laboratórios temáticos com o objetivo de catalisar e fomentar oportunidades de inovação e empreendedorismo de base tecnológica nas áreas do conhecimento do Ecossistema Anima. Estudantes das 10 áreas do conhecimento, organizados em *squads*, desenvolvem soluções tecnológicas em parceria com estudantes e professores da área de tecnologia. Em 2022 o Anima Hub apresenta 100 squads nas várias instituições que compõem o Ecossistema, organizadas. Em 2023 foram atendidas 464 squads, nos 37 laboratórios temáticos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ânima Nest - Núcleo de Desenvolvimento de Startups dos estudantes da Ânima

Junto ao Laboratório de Experimentação Docente foi criado um espaço para desenvolvimento dos projetos inovadores propostos por estudantes das escolas da Ânima, o qual chamamos de Ânima Nest (Núcleo de Desenvolvimento de Startups dos Estudantes da Ânima). Acreditamos que o contato frequente entre professores e alunos inovadores, intermediados pela equipe de inovação da Ânima, possa acelerar projetos inovadores e fomentar novas ideias para utilização em nossas salas de aula ou na sociedade. O Ânima Nest é o programa de pré-aceleração de startups conduzido pela equipe do Ânima Lab. Essa iniciativa tem como objetivo fomentar atividades de inovação e empreendedorismo no âmbito educacional, incentivando a comunidade acadêmica a se engajar em ações inovadoras.

O Ânima Nest seleciona projetos que serão desenvolvidos pelas suas equipes com o apoio de uma programação intensa de cursos e oficinas durante oito semanas. As atividades foram elaboradas com o intuito de desenvolver o modelo de negócio de cada projeto. Além da programação presencial, o programa prevê o apoio do aplicativo Ânima Nest Academy, que possui textos e vídeos como material de suporte às atividades presenciais e fonte de estudo para os participantes. As equipes selecionadas também terão direito ao uso dos espaços de *coworking* do Ânima Lab sem nenhum custo.

Em 2023 foram atendidos 597 projetos no programa de pré-aceleração do Anima Nest.

Instituto Ânima de Inovação, Pesquisa e Cultura:

Criado com o objetivo de expandir as atividades do anterior Instituto UNA de Responsabilidade Social, fundado em 2005, e à expertise histórica em pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociesc. Assim, o Instituto Ânima, sem fins lucrativos tem por finalidade o fomento, estímulo e desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação do nível básico ao superior. Além disso, é seu papel promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como o FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID. Atualmente, o instituto conta com vários projetos distribuídos nas áreas de Projetos Culturais, Sociais e de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica. Em 2023, intensificou-se a integração das atividades de pesquisa do Instituto Anima com o Anima Core, seja em parceria com os programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo Ecossistema, seja desenvolvendo atividades de pesquisa junto aos cursos de graduação, em destaque para a área de Ciências Biológicas e da Saúde.

Ulife - Plataforma de relacionamento virtual:

Não há como discutir educação inovadora ou educação do século 21 sem pensar nos relacionamentos virtuais e ambientes digitais. Assim, a construção de uma plataforma de relacionamento virtual é imprescindível ao processo de inovação da Ânima. Batizado de Ulife (Sua Vida e Vida Universitária), uma plataforma digital para conectar estudantes, professores, conteúdos e espaços de aprendizagem para a melhoria do processo de aprendizagem. Desenvolver e implantar uma plataforma digital para dispositivos móveis de relacionamento aluno-aluno, aluno-professor e aluno-escola é parte estratégica da construção da ambiência digital da Ânima. Queremos saber quem é este nosso aluno, o que ele sabe, o que faz e o que quer fazer, ao mesmo tempo que queremos conectá-lo a possíveis tutores e mentores e dar a ele o conteúdo que lhe for pertinente. Queremos, com a plataforma, materializar o nosso entendimento de que uma vida de sucesso é uma vida equilibrada entre quatro aspectos: o conhecimento formal, o conhecimento informal, a experiência de vida e a experiência profissional. Também, pretendemos desenvolver e implantar um algoritmo de recomendação que permita indicar, a partir do perfil do aluno, do seu projeto de vida e das recomendações de seu professor-mentor, conteúdos formais e informais, produtos e serviços que façam sentido àquele estudante. Por fim, incorporar constantemente o máximo de tecnologias que facilitem o aprendizado de maneira adaptativa, permitindo direcionamento de conteúdo de forma personalizada para o aluno.

Em 2023 foi realizado um processo de pesquisa e escuta com professores e estudantes de todas as escolas do Ecossistema Anima, que subsidiou a implantação de melhorias Ulife relacionadas às funcionalidades e usabilidade. Além disso, cada área de conhecimento realiza estudos, juntamente com os professores em jornada, de tecnologias que proporcionem a melhoria da aprendizagem dos alunos e a da organização do trabalho pedagógico dos docentes, seja no contexto e especificidades das áreas de conhecimento bem como inovações que possam potencializar o E2A. Estes novos recursos são debatidos nos programas de formação de professores e de gestão da unidade mínima do currículo (Gestão por UC). Estas tecnologias, ao serem selecionadas, são introduzidas primeiramente em projetos pilotos, acompanhados pelos docentes, gestores acadêmicos e pelas equipes da Transformação Digital. Durante a execução dos projetos são analisados os ganhos efetivos em termos de aprendizagem ou do apoio ao trabalho docente, além da viabilidade da utilização em escala. Ao final de um semestre letivo pode-se decidir pela introdução da tecnologia no projeto pedagógico, pela

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

continuidade do piloto ou por seu encerramento. Todo este processo conta com a participação dos docentes que conduzem as Unidades Curriculares.

Formação Docente:

Mudança significativa em uma escola ou na educação de maneira geral não prescinde da ação docente. Assim, o aprimoramento do ensinar e do aprender e das formas como isto acontece dependerá, sobremaneira, da formação e do engajamento dos docentes, assim como de sua disponibilidade para assumir novos e renovados papéis. Nesse sentido, temos o SALA MAIS, o programa de formação e capacitação docente da Ânima, com o objetivo de engajar os professores em sua formação contínua e permanente. Um programa que inspire e faça sentido para eles de modo a que se sintam empoderados e no papel de agentes de mudança.

O programa possui duas perspectivas: uma de formação, voltada para a investigação de temas relevantes para o trabalho docente considerando o Ecossistema Ânima de Aprendizagem, e outra de capacitação, voltada para o enriquecimento do repertório metodológico, tecnológico e criativo dos docentes. Juntas, contribuem para a ampliação do horizonte de conhecimento de professores universitários quanto aos aspectos relacionados ao ofício de ser professor no ensino superior, suas implicações e desafios, e às ferramentas que podem ser utilizadas para que o trabalho seja construído de forma a fazer sentido, tanto para professores quanto para alunos, no reforço contínuo da sala de aula como espaço de interações humanas.

O programa tem os seguintes objetivos:

- Envolver toda a comunidade Ânima em reflexões sobre os cursos de graduação (propostas, tendências, interfaces e especificidades).
- Formar e capacitar professores para a transformação da sala de aula em um espaço de interações, experiências significativas e protagonismo dos estudantes.
- Investigar temas relevantes para o trabalho docente, de modo a fortalecer o Ecossistema Ânima de Aprendizagem e a permitir que cheguem efetivamente às salas de aula.
- Enriquecer o repertório metodológico e tecnológico dos professores universitários Ânima.
- Tratar não apenas de aspectos gerais de formação e capacitação docente, mas também de aspectos específicos de cada área do conhecimento, por meio, sobretudo, do compartilhamento de experiências.
- Promover a socialização de práticas pedagógicas inovadoras no ensino de graduação.
- Integrar os docentes de todas as IES Ânima em eventos de interação, trocas de experiências e divulgação de trabalhos de investigação (pesquisa-ação) sobre o trabalho docente e a sala de aula.

Dentre os programas de Formação contínua está o Simpósio Docente, evento que marca o início do semestre, momento em que toda a comunidade acadêmica se reúne para celebrar os resultados alcançados e as perspectivas futuras, além de ser um momento de reflexão do fazer docente. Em fevereiro de 2021 foi convidado como palestrante o Prof. José Moran e em agosto de 2021 o Dr. Fritjof Capra. Ao todo foram 7.602 participantes do Simpósio Docente em 2021. No primeiro semestre de 2022 o convidado foi o escritor Mia Couto que promoveu uma reflexão sobre a educação e as questões relacionadas ao meio ambiente. Já no segundo semestre de 2022, o professor Eduardo Giannetti trouxe reflexões sobre a educação superior no Brasil no atual cenário político, econômico e mundial em um debate mediado pela jornalista Natuza Nery.

O SALA MAIS é organizado para que o docente tenha possibilidade de formação e capacitação contínua durante o semestre. O Sala+ em 2021 foi oferecido para todos os docentes das escolas já integradas e as recentes escolas em integração. O programa ofertou trilhas de formação para organização do trabalho pedagógico em ambientes físicos presenciais e digitais. Para acolhimento e recepção dos docentes, esta edição foi conduzida não apenas durante o início de cada semestre letivo, com a proposta de uma formação em ambiente híbrido, mas também ao longo dos meses de setembro a novembro de 2021. Participaram das formações 6.731 pessoas ao longo de 2021. As temáticas discutidas e aprofundadas no Sala+ levam em consideração o momento de concretização do Ecossistema Ânima de Aprendizagem. Em 2022, buscando a consolidação do E2A, foram ofertadas aos quase 8 mil professores do ecossistema trilhas de aprendizagem que abordaram a organização do trabalho pedagógico em ambientes digitais e presenciais. No segundo semestre o tema foi o desenvolvimento de competências nos currículos integrados e os desempenhos complexos na avaliação A3, com mais de 10 mil participações nas oficinas. Em agosto também foi realizado o encontro E2A, que contou com a participação dos coordenadores acadêmicos de todo o ecossistema, onde foram discutidas as bases conceituais do

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

E2A e contou com a plenária do professor Howard Gardner, professor pesquisador de cognição e educação na Escola de Educação da Universidade de Harvard.

O horário coletivo é um programa de formação de professores em jornada de tempo integral e parcial. Conta com a participação de lideranças do Ecossistema como diretores, coordenadores de grande área, gestores e equipe das áreas do conhecimento da Diretoria de Integração Curricular. Por meio de encontros virtuais semanais e encontros presenciais no *campus*, são conduzidas temáticas para reflexões sobre os projetos conduzidos nas escolas, assim como a discussão da implementação exitosa do Currículo Integrado. Participaram, em 2021, 735 educadores do Ecossistema Ânima no horário coletivo.

“Transformar o país pela Educação”, a missão Ânima, tem grande parte de sua sustentação na contínua formação dos docentes e, também, de outros profissionais. Um ecossistema de aprendizagem requer um ecossistema de formação continuada. Por isso, a formação tem várias vertentes e formatos. A Ânima se coloca em um grande desafio: manter currículos atualizados, parte de um ecossistema em que as partes componentes estão conectadas e constroem um sentido compartilhado que propicia aos alunos várias experiências e atenção ao aprofundamento dos conceitos, ao incentivo à atitude investigativa, à inovação e à criação como base para desempenhos de compreensão.

Novos espaços de socialização de conhecimento:

A escola é, em si mesma, um espaço de criação, disseminação e socialização do conhecimento. Porém, as escolas se ancoraram muito no modelo de sala de aula tradicional como único espaço de aprendizagem, calcado em um sistema que fomentava a disciplina, a obediência, o foco no professor detentor do conhecimento e a uma hierarquia acadêmica.

Acreditamos, contudo, a escola deve ser um espaço que garanta o desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural; assim deve ser pensado como um espaço de trabalho colaborativo, integrado, multidisciplinar, compartilhado por estudantes, educadores, gestores e comunidades locais.

Neste sentido, ambientes de aprendizagem deixam de ser ambientes isolados em sua especialidade para serem espaços mais diversificados, que proporcionem mais possibilidades de aprendizado, interações afetivas do estudante com o seu meio acadêmico, favorecendo seu crescimento pessoal, a harmonia no relacionamento social, desenvolvimento do seu processo formativo e o compartilhamento de conhecimento.

Pilar do projeto de transformação, portanto, é a construção e reforma de espaços que permitam a utilização de novas metodologias de aprendizagem que diminuam a fragmentação de conhecimentos e as fronteiras entre professores, além de promover maior integração de saberes dando sentido ao desenvolvimento de competências profissionais e a novas formas de socialização do conhecimento.

Recriar o lócus do conhecimento e retirar o protagonismo da sala de aula, em conjunto com demais eixos descritos nos itens anteriores, serão capazes de transformar a escola em um local mais direcionado para a construção de conhecimentos e habilidades “na experiência” e “sobre a experiência” como uma forma de aprendizagem necessária para atuação dos alunos no século 21.

8. O Portfólio da Ânima

Nas Instituições de Ensino Superior da Ânima Educação são ofertados inúmeros cursos nos diferentes níveis, da Educação Básica à Pós-Graduação, sendo cursos técnicos profissionalizantes de nível médio regulares; cursos de graduação (de graduação tecnológica, de licenciatura e de bacharelado); cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Este portfólio é organizado no catálogo de cursos Ânima, para que gestores possam definir a oferta no *campus*, considerando as informações acerca da região onde está localizado. A oferta, por *campus*, é disponibilizada no site de cada Instituição de Ensino.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

9 - Corpo docente e serviços de apoio acadêmico

Titulação Docente em 31 de dezembro de 2023								
	Especialização		Mestrado		Doutorado		Total QTD	
Marca e Município	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
AGES_Irece	16	57,1%	9	32,1%	3	10,7%	28	100,0%
AGES_Jacobina	57	58,2%	30	30,6%	11	11,2%	98	100,0%
AGES_Paripiranga	23	29,1%	43	54,4%	13	16,5%	79	100,0%
AGES_Senhor do Bonfim	15	46,9%	16	50,0%	1	3,1%	32	100,0%
AGES_Tucano	3	60,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	100,0%
FADERGS_Porto Alegre	15	26,8%	34	60,7%	7	12,5%	56	100,0%
FASEH_Vespasiano	64	48,1%	43	32,3%	26	19,5%	133	100,0%
FPB_Joao Pessoa	32	39,0%	39	47,6%	11	13,4%	82	100,0%
IBMR_Rio de Janeiro	37	21,4%	86	49,7%	50	28,9%	173	100,0%
MILTON CAMPOS_Nova Lima	4	5,0%	46	57,5%	30	37,5%	80	100,0%
SÃO JUDAS_Cubatao	15	33,3%	11	24,4%	19	42,2%	45	100,0%
SÃO JUDAS_Guarulhos	3	3,4%	54	62,1%	30	34,5%	87	100,0%
SÃO JUDAS_Santos	15	12,1%	72	58,1%	37	29,8%	124	100,0%
SÃO JUDAS_Sao Bernardo do Campo	2	2,1%	54	56,3%	40	41,7%	96	100,0%
SÃO JUDAS_Sao Paulo	12	1,7%	355	49,2%	354	49,1%	721	100,0%
UAM_Piracicaba	42	42,9%	25	25,5%	31	31,6%	98	100,0%
UAM_Sao Jose dos Campos	57	49,6%	31	27,0%	27	23,5%	115	100,0%
UAM_Sao Paulo	79	16,4%	234	48,5%	169	35,1%	482	100,0%
UNA_Belo Horizonte	51	10,6%	274	57,1%	155	32,3%	480	100,0%
UNA_Betim	8	17,8%	29	64,4%	8	17,8%	45	100,0%
UNA_Bom Despacho	30	28,3%	51	48,1%	25	23,6%	106	100,0%
UNA_Catalao	15	27,8%	29	53,7%	10	18,5%	54	100,0%
UNA_Conselheiro Lafaiete	7	22,6%	21	67,7%	3	9,7%	31	100,0%
UNA_Contagem	8	6,5%	66	53,2%	50	40,3%	124	100,0%
UNA_Divinopolis	14	18,4%	45	59,2%	17	22,4%	76	100,0%
UNA_Itabira	16	23,5%	39	57,4%	13	19,1%	68	100,0%
UNA_Itumbiara	16	44,4%	13	36,1%	7	19,4%	36	100,0%
UNA_Jatai	11	25,6%	22	51,2%	10	23,3%	43	100,0%
UNA_Pouso Alegre	15	15,2%	61	61,6%	23	23,2%	99	100,0%
UNA_Sete Lagoas	15	27,8%	29	53,7%	10	18,5%	54	100,0%
UNA_Uberlandia	18	24,0%	33	44,0%	24	32,0%	75	100,0%
UNIBH_Belo Horizonte	68	19,7%	147	42,6%	130	37,7%	345	100,0%
UNICURITIBA_Curitiba	7	4,4%	83	52,2%	69	43,4%	159	100,0%
UNIFACS_Feira de Santana	2	33,3%	3	50,0%	1	16,7%	6	100,0%
UNIFACS_Salvador	141	32,3%	190	43,6%	105	24,1%	436	100,0%
UNIFG (BA)_Brumado	7	43,8%	5	31,3%	4	25,0%	16	100,0%
UNIFG (BA)_Guanambi	82	56,9%	48	33,3%	14	9,7%	144	100,0%
UNIFG (PE)_Jaboatao dos Guararapes	55	47,0%	49	41,9%	13	11,1%	117	100,0%
UNIFG (PE)_Recife	6	50,0%	5	41,7%	1	8,3%	12	100,0%
UNIRITTER_Canoas	7	16,7%	28	66,7%	7	16,7%	42	100,0%
UNIRITTER_Porto Alegre	21	13,0%	91	56,2%	50	30,9%	162	100,0%
UNISOCIESC_Blumenau	24	29,6%	38	46,9%	19	23,5%	81	100,0%
UNISOCIESC_Jaragua do Sul	19	28,4%	33	49,3%	15	22,4%	67	100,0%
UNISOCIESC_Joinville	24	15,2%	100	63,3%	34	21,5%	158	100,0%
UNISOCIESC_Sao Bento do Sul	12	38,7%	13	41,9%	6	19,4%	31	100,0%
UNISUL_Ararangua	6	75,0%	1	12,5%	1	12,5%	8	100,0%
UNISUL_Balneario Camboriu	5	22,7%	15	68,2%	2	9,1%	22	100,0%
UNISUL_Braco do Norte	3	50,0%	3	50,0%	0	0,0%	6	100,0%
UNISUL_Criciuma	2	25,0%	4	50,0%	2	25,0%	8	100,0%
UNISUL_Florianopolis	17	12,2%	66	47,5%	56	40,3%	139	100,0%
UNISUL_Icara	5	55,6%	4	44,4%	0	0,0%	9	100,0%
UNISUL_Itajai	4	12,5%	23	71,9%	5	15,6%	32	100,0%
UNISUL_Palhoca	227	52,4%	113	26,1%	93	21,5%	433	100,0%
UNISUL_Tubarao	116	38,8%	116	38,8%	67	22,4%	299	100,0%
UNP_Caico	8	80,0%	2	20,0%	0	0,0%	10	100,0%
UNP_Mossoro	30	50,0%	24	40,0%	6	10,0%	60	100,0%
UNP_Natal	137	39,4%	136	39,1%	75	21,6%	348	100,0%
UNP_Pau dos Ferros	6	85,7%	1	14,3%	0	0,0%	7	100,0%
Total	1756	25,2%	3237	46,4%	1989	28,5%	6982	100,0%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

10 . Portfólio de ações acadêmicas – COVID-19

A Ânima possui oito princípios norteadores e a tecnologia é um dos pilares do projeto de transformação do país pela educação. Entende-se a tecnologia como um importante elemento do Ecossistema, capaz de potencializar as salas de aula. No Ecossistema Ânima de Aprendizagem, espaços virtual e físico estão interconectados para fornecer uma experiência híbrida de aprendizagem ao estudante, em um processo formativo baseado na integração total de conteúdos digitais e vivências presenciais.

Desse modo, tendo a hibridez como um de seus princípios educacionais, todas as disciplinas e unidades curriculares presenciais possuem salas virtuais na plataforma Ulife, que são utilizadas de diferentes formas por professores e estudantes, seja como apoio aos estudos realizados na sala de aula física, por meio da disponibilização de materiais complementares e de fontes de pesquisa como bibliotecas digitais e bases de dados, - seja como extensão da sala de aula física, em que a configuração das aulas conecta momentos de interação, colaboração e envolvimento com o uso de tecnologias digitais e da plataforma.

Desde as primeiras experiências com o ensino híbrido, as escolas que integram a Ânima vêm evoluindo para diferentes níveis de presencialidade com apoio de tecnologias digitais, sustentadas pelo projeto acadêmico que forma o Ecossistema Ânima de Aprendizagem.

Migração das aulas para o ambiente digital

Diante da ameaça de Pandemia provocada pelo Corona vírus e do eminente avanço para o território nacional, a Vice-Presidência Acadêmica, juntamente com o Comitê de Prevenção e Cuidados, se antecipou ao planejamento de ações que assegurassem a continuidade das aulas para todos os estudantes das escolas da Ânima, num esforço conjunto de transposição das aulas presenciais para a plataforma ULife. Assim, de 13 a 19 de março, todas as escolas que integram a Ânima: Universidade São Judas (11 unidades em SP), Centro Universitário UNA (19 unidades em MG e GO), UniBH (1 unidade em MG), UniSociesc (10 unidades em BA e SE), Uniages (6 unidades na BA e SE), Unicuritiba (1 unidade no PR) e Unisul (6 unidades em SC) passaram a desenvolver suas aulas em ambiente digital, por meio da plataforma.

Cientes e convictos de que esta transposição deveria, a exemplo das aulas presenciais, primar pela excelência do ensino com o uso de metodologias ativas de aprendizagem, e promover uma ambiência acolhedora e engajadora de estudantes e professores, a Vice-Presidência Acadêmica desenvolveu um plano de ação estruturado nos seguintes componentes:

Formação Docente

A formação continuada de professores é uma política da Ânima que se consolida nas ações do Programa de Formação Docente SALA MAIS e seu planejamento se orienta nas necessidades mapeadas no contexto das práticas docentes, nas inovações na área da Educação, nas competências docentes para trabalho com os currículos integrados.

No cenário educacional das nossas escolas neste contexto de isolamento social, em que a docência se realiza em ambientes digitais, surgiu a necessidade e a oportunidade de potencializar o uso de recursos tecnológicos e combiná-los com as metodologias ativas de ensino-aprendizagem para fomentar aulas inovadoras, engajadoras e disruptivas. Desse modo, numa ação articulada entre o Programa de Formação Docente e a equipe da Aprendizagem Digital, estruturou-se as seguintes ações formativas de letramento digital e de apoio didático-pedagógico às aulas, para os professores:

- Tutoriais com orientações para a transição das aulas presenciais para o ambiente digital.
- Plantões de orientação e apoio ao uso de recursos e metodologias no ambiente digital
- Oficinas de Metodologias Inov-Ativas de Ensino-Aprendizagem em ambiente digital

A título de exemplo, algumas oficinas ofertadas desde o início das aulas no ambiente digital: Ferramentas educacionais: “Zoom e Poll Everywhere”; - “Possibilidades de uso do Podcast como recurso de ensino-aprendizagem”; - “Funcionalidades e recursos digitais para produção de conteúdo no ensino digital”; - “TBL no Ambiente Virtual”; - “Metodologias criativas para produção de conteúdo interativo”; - “Sala invertida no ambiente virtual”; - “Pesquisa e uso das Bibliotecas Digitais e Plataforma EBSCO”. Também foram ofertadas as oficinas da Google for Education Partner.

O desenvolvimento de oficinas também inclui aquelas orientadas para áreas específicas de conhecimento e que contribuem para viabilizar atividades práticas e aplicadas com o uso de recursos digitais. Alguns exemplos são: “Simulações Físicas com Interactive Physics”; - “Práticas experimentais de Ciências da Saúde em laboratório Virtual”; - “Sistema NX – Siemens – Projetos e Fabricação Digital”; - “Laboratório de Práticas Integrado 2A com simulações do PHET”.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Comunidade colaborativa: Grupo de Apoio Pedagógico & Inovação em Sala de Aula

Foi criado um grupo na rede interna Workplace, para troca de experiências, compartilhamento de boas práticas e iniciativas dos professores, dos vídeos das oficinas já realizadas, dos tutoriais e materiais de apoio às aulas, bem como divulgação dos plantões de apoio e da agenda de oficinas, dentre outros.

Acessibilidade

Para assegurar a participação, com equidade, dos estudantes com dificuldade de acesso ao ambiente digital, ao material e às aulas síncronas, a VPA tem apoiado os professores com orientações para o acolhimento e desenvolvimento de estratégias mais inclusivas, que promovam o engajamento sem a dependência direta dos recursos digitais.

A disponibilização de aulas síncronas off-line, a comunicação com o estudante via representantes de sala, por e-mail ou whatsapp, a elaboração de roteiros de estudo e pesquisa, são algumas das estratégias constantes destas orientações. Também foram disponibilizados Chromebooks para os estudantes que não possuem computador adequado para acesso às aulas e firmados acordos com as operadoras de telefonia, para aumento da quantidade de dados ofertada para os nossos estudantes.

Bem-estar e Saúde Mental

A Companhia ampliou os programas de Bem-estar e qualidade de vida e atenção à saúde mental. Para apoiar os estudantes no período de isolamento social, estão sendo desenvolvidas diversas iniciativas voltadas à promoção da saúde mental e o do bem-estar, tais como: aulas de Yoga, Meditação, Atenção Plena e introdução à filosofia do Aikidô.

Para assegurar a acessibilidade aos recursos do ambiente digital, foi realizado o mapeamento de todos os estudantes com necessidades educacionais específicas decorrentes de deficiência e posterior alinhamento junto aos núcleos de atendimento psicopedagógico no intuito de fornecer o suporte à equidade no processo de ensino aprendizagem.

Especificamente no que se refere ao estudante surdo, os intérpretes de Libras, acompanham e fazem a interpretação das aulas síncronas no ambiente digital e fornecem apoio aos estudos nas atividades assíncronas.

Extensão

A Coordenação de Extensão se mobilizou para apoiar a comunidade, incluindo estímulo a ações relacionadas diretamente ao combate à pandemia. Foi elaborado um edital permanente, em que alunos e professores podem propor iniciativas e projetos de extensão. Alguns projetos iniciaram ainda no primeiro semestre de 2020 realizados como, por exemplo, a produção de insumos para máscaras de proteção de profissionais da saúde, as "Face Shields", com equipamentos e profissionais de nossos espaços *maker*, os *Ânima Labs*, e a organização da área da saúde para promoção de saúde integral por meio digital, entre outras oportunidades voltadas à formação cidadã. Além disso, os projetos de extensão vigentes foram migrados para a ambiência digital, garantindo permanência dos professores e alunos nas ações pré-existentes.

Pesquisa

O programa de iniciação científica está oferecendo oficinas de apoio para estudantes e professores, sobre construção de currículo lattes, metodologia científica, dentre outras. Os encontros de abril do Journal Club serão destinados à discussão de questões sobre saúde mental no isolamento; aprendizagem significativa no isolamento; idosos no Brasil e isolamento frente ao COVID-19. Também foi publicado o Edital *Ânima Pesquisa & Extensão* para o desenvolvimento de estudos, ações e estratégias no enfrentamento ao COVID em todas as áreas do conhecimento.

A Diretoria de Pesquisa *Ânima*, o Programa de Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas e o Instituto *Ânima* estão desenvolvendo ações direcionadas a idosos, famílias e cuidadores. Os professores do *stricto sensu* também estão preparando conteúdos para ampla divulgação. Também está em fase de elaboração um livro com narrativas sobre as experiências e vivências dos estudantes neste período de isolamento social, contemplando também a realização de ações sociais de impacto.

Internacionalização

A área forneceu apoio personalizado aos estudantes alocados no exterior, em atividades de intercâmbio, que retomaram os estudos nas escolas do Grupo *Ânima* assim que retornaram ao Brasil. Além disso, mantém o apoio aos estudantes que optaram por dar continuidade às atividades no exterior, com apoio e orientação individual.

Também são ofertados *nanodegrees* internacionais no formato digital sobre os seguintes temas: Global Warming and Sustainability, International Negotiation, Social Media for Career Development, Principles of Finance, Business and Product Design, Yoga, Mental Health and High Performance, International Career.

Em parceria com a Carnegie Mellon University, os estudantes das Instituições *Ânima* passaram a ter acesso a um curso de Inglês digital personalizado. Esta plataforma faz uso de alta tecnologia de reconhecimento de voz, sendo acessível via

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

computador, tablet ou celular. Cada aluno tem uma experiência personalizada de aprendizado, dentro do seu próprio ritmo e desempenho. No atual contexto, reforçamos a comunicação deste curso para a comunidade acadêmica.

A volta ao campus

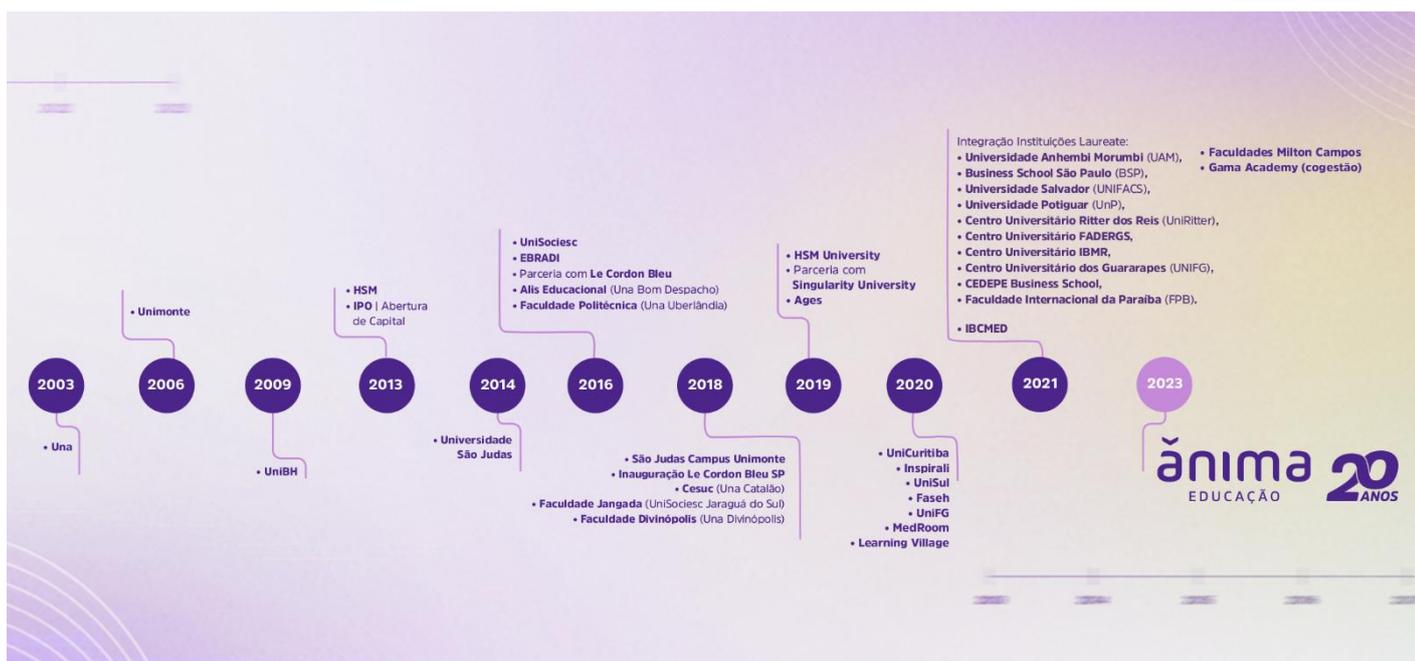
As ações desenvolvidas durante o período da pandemia, apontaram caminhos para uma sala de aula ainda mais híbrida, com a utilização intensiva dos recursos tecnológicos para a oferta de uma educação de qualidade. Em 2022, com a volta das atividades presenciais no *campus*, os gestores de área e coordenadores passaram a incorporar várias destas ações nos projetos pedagógicos de cursos, como o desenvolvimento de projetos de extensão híbridos em comunidades de aprendizagem regionais ou nacionais, oferta de cursos de extensão internacionais com a participação de alunos e professores de Universidades parceiras e a rotação por estações. O uso da tecnologia no contexto educacional também tem sido objeto de reflexão no Sala Mais, preparando continuamente os professores para a hibridiz e os desafios do cenário educacional atual.

b. Características do processo de distribuição.

A prestação de nossos Serviços Educacionais ocorre por meio das nossas instituições de ensino superior - presentes nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco – bem como pela nossa subsidiária dedicada à educação executiva continuada (HSM), pela nossa subsidiária dedicada à vertical de Direito (EBRADI - Escola Brasileira de Direito), a Gama Academy, pela *joint venture* promovida com a Le Cordon Bleu Paris, que está dedicada ao ensino da culinária e hospitalidade (Le Cordon Bleu São Paulo) e pela Inspirali, dedicada ao ensino de Medicina.

Além disso, em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

Em ordem cronológica, a trajetória de evolução da Ânima Educação, que em 2023 completou 20 anos, por meio de suas marcas e instituições pode ser vista a seguir:



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E MARCAS/SUBSIDIÁRIAS LIGADAS À ÂNIMA EDUCAÇÃO

>> Una

A Ânima Educação adquiriu o Centro Universitário Una no ano de 2003, sendo a primeira instituição integrante da organização. Com mais 60 anos de história, a Una é reconhecida em Minas Gerais e Goiás pela qualidade de seu ensino, comprovada pelos indicadores de qualidade do Ministério da Educação (MEC), e está presente nesses estados por meio de 17 unidades localizadas em pontos estratégicos de 13 cidades.

A Una está entre os melhores centros universitários privados de Minas Gerais, segundo o MEC, de acordo com a avaliação do IGC (Índice Geral de Cursos), o principal indicador nacional de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgado em abril de 2024. É uma posição que reforça o compromisso com a sólida formação profissional e humana de seus estudantes.

A Una conta com mais de 130 cursos de Graduação e Pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Ressalta-se o grande salto que a Una deu nos últimos cinco anos, adquirindo diversas unidades, visando seu plano de expansão com foco em elevar a educação superior nas cidades onde se instala. Foi destaque na edição 2022 do Guia da Faculdade, iniciativa da Quero Educação com o jornal 'O Estado de São Paulo', com diversos cursos estrelados em 4 e 5 estrelas. A instituição preza pela qualidade acadêmica e oferece projetos de extensão universitária que reforçam seus pilares de inclusão, acessibilidade e empregabilidade, além de infraestrutura e laboratórios de ponta, corpo docente altamente qualificado e projeto acadêmico diferenciado com uso de metodologias ativas de ensino. A Una também contribui para democratização do Ensino Superior ao disponibilizar uma oferta de cursos digitais com diversos polos de educação. Mais informações e detalhes em www.una.br.

>> UniBH

Considerado um dos melhores centros universitários privados da cidade de Belo Horizonte e de Minas Gerais após a divulgação do IGC (Índice Geral de Cursos), em abril de 2024, pelo Ministério da Educação, o UniBH é uma das mais tradicionais instituições de ensino da cidade de Belo Horizonte, com recém-completos 60 anos de atuação na cidade. Integrante da Ânima Educação desde 2009, é uma escola aberta e próxima da comunidade. Referência quando o assunto é qualidade acadêmica e extensão universitária, a instituição oferece projetos inovadores que integram ensino, pesquisa e extensão, aliados a uma estrutura física completa e moderna.

Consciente de seu papel social, o UniBH estabelece parcerias com a comunidade e desenvolve ações que beneficiam especialmente a população carente, com mais de mil atendimentos mensais prestados gratuitamente, além de importantes projetos ligados à sustentabilidade.

Em seu estruturado e moderno Campus Buritys, no bairro Estoril, na capital mineira, o UniBH oferece mais de 100 cursos de Graduação, nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e Graduação Tecnológica, além de dezenas de cursos de Pós-Graduação lato sensu e, também, diversos cursos de extensão.

A instituição investe constantemente no avanço tecnológico para contribuir ainda mais para o desenvolvimento cultural e acadêmico dos alunos. E isso o fez assumir uma posição de destaque no setor educacional, o que se reflete na qualidade da formação pessoal e profissional de quem passa pela instituição. Mais informações e detalhes em www.unibh.br.

>> Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte

Desde 2006, ano no qual a Unimonte passou a integrar nossos negócios, passamos a atuar na região da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. A Unimonte possui mais de 50 anos de história na região.

Em 2014, recebeu pela primeira vez o selo de Melhores Empresas para Trabalhar, do Instituto GTPW (Great Place to Work), da Revista Época. Foi a primeira instituição de ensino da região a conquistar tal reconhecimento e a única da Baixada Santista a figurar na lista. Após isso, recebeu ainda, em 2016, o selo GPTW América Latina.

Em abril de 2018, após realizarmos pesquisas e descobirmos a força que a marca São Judas tinha na Baixada Santista, tomamos a decisão de evoluir com a marca da Unimonte para Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte. Foi uma oportunidade de levar para a Baixada Santista a qualidade da segunda melhor Universidade privada do Estado, segundo dados do MEC (ENADE 2018), sem que os alunos tenham que se deslocar até a capital.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Centro Universitário São Judas - Campus Unimonte figura como o melhor de toda a Baixada Santista e entre os 10 melhores do Estado de São Paulo, segundo o MEC, de acordo com a avaliação do IGC (Índice Geral de Cursos), o principal indicador nacional de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgado em dezembro de 2022. Mais informações e detalhes em www.usjt.br.

>> Universidade São Judas Tadeu

Fundada em 1971 e integrante da Ânima Educação desde 2014, a Universidade São Judas é uma instituição reconhecida no mercado universitário em razão de sua solidez acadêmica comprovada por diversos indicadores. Com resultados importantes obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) ao longo dos anos, a instituição manteve o Índice Geral de Cursos (IGC) o nível 4, figurando entre as oito melhores universidades privadas da cidade de São Paulo. A nota da São Judas cresceu de 3, em 2017, para 4, em 2018, que mantém desde então, de acordo com a divulgação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Com esse índice, permanece no grupo de excelência do Ministério da Educação.

Adicionalmente, a Universidade São Judas está entre as instituições de ensino que mais aprovam na segundo os resultados do exame da Ordem, e é dona do selo OAB Recomenda há diversas edições consecutivas.

Com mais de 100 cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Graduação Tecnológica), Pós-graduação e MBA, além de cursos de Mestrado e Doutorado, nos últimos anos a Universidade São Judas ampliou sua presença na cidade de São Paulo e em regiões do Estado, tendo atualmente 11 unidades na Capital e no Estado de São Paulo, das quais 2 – Butantã e Mooça - que já existiam em 2014 quando a adquirimos, 3 – Paulista, Santo Amaro e Jabaquara – foram abertas em 2018 e 5 – Santana, Vila Leopoldina, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Cubatão (onde tem um curso de Medicina), abertas em 2019. Adicionalmente, a São Judas campus Unimonte traz toda a força da marca São Judas na Baixada Santista, sendo o melhor centro universitário da região, e integrando o Ecossistema Ânima desde 2016. Mais informações e detalhes em www.usjt.br.

>> UniSociesc

A UniSociesc, instituição que é referência em qualidade e relacionamento com o mercado na região Sul do Brasil, passou a integrar nossos negócios em 2016. Possui sua origem ligada a Escola Técnica Tupy, criada em 1959 por Hans Dieter Schmidt, presidente da Fundação Tupy S/A.

É uma das maiores instituições de ensino do Sul do país, com 11 campi localizados nas cidades de Balneário Camboriú, Blumenau, Curitiba, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul, todas no Estado de Santa Catarina.

Com professores experientes e ampla diversidade de cursos, há mais de meio século a UniSociesc se dedica a formar profissionais e transformar pessoas por meio de conhecimentos e vivências que desenvolvem competências, talentos e carreiras.

Tamanha dedicação à oferta de uma educação de qualidade, premissa de todas as instituições que integram a Ânima Educação, fizeram com que a UniSociesc conquistasse, em dezembro de 2019, a nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC), especificamente na cidade de Santa Catarina, após divulgação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação (MEC). Com IGC Contínuo de 4,20 (o que coloca a instituição na faixa 5), a UniSociesc da Capital conseguiu o melhor resultado entre todas as instituições de Santa Catarina, registrando ainda o 15º melhor índice contínuo do país. Mais informações e detalhes em www.unisociesc.com.br.

>> AGES

O Centro Universitário AGES faz parte da Ânima Educação desde agosto de 2019, marcando a entrada da organização no Nordeste do País. Reúne 29 cursos de graduação presencial e é dona de resultados acadêmicos consistentes, entre eles, o recredenciamento do Centro universitário de Paripiranga, em 2023, com conceito máximo do MEC 5, bem como o reconhecimento da graduação em Medicina, também com nota 5. Desenvolve suas atividades em quatro unidades acadêmicas, localizadas nas cidades baianas de Paripiranga, Jacobina, Senhor do Bonfim e Irecê.

A AGES é reconhecida por um projeto acadêmico baseado no uso intensivo de metodologias ativas já consolidadas, na humanização das relações de aprendizagem, bem como no rigor com a prática acadêmica. O cuidado da instituição para

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a oferta de uma educação de qualidade é comprovada pelos mais recentes indicadores de qualidade do MEC. Mais informações e detalhes em www.faculdadeages.com.br.

>> UniFG - BA

O Centro Universitário UniFG foi fundado, em 2002, em Guanambi, cidade localizada no sertão produtivo do sudoeste baiano. Iniciando sua trajetória como Faculdade Guanambi, foi alçada à categoria de Centro Universitário em 2017, com nota máxima pelo MEC.

A UniFG oferece mais de 20 cursos de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento, além da Medicina em duas unidades: Guanambi e Brumado. Possui, também, um programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito, o primeiro programa de Mestrado em Direito das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

A UniFG possui uma ampla rede de serviços prestados à comunidade local, através do Centro de Atendimento à Comunidade, Clínica Veterinária, Fazenda Universitária e Clínica Universitária, que reúne serviços na área de psicologia, medicina, nutrição, farmácia, fisioterapia e estética.

>> Faseh

A Faseh - Faculdade da Saúde e Ecologia Humana, integrante do Ecossistema Ânima, está localizada no município de Vespasiano, no Vetor Norte, área em expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tem como missão educar, produzir e socializar o saber universal a partir do Ensino, Extensão e Pesquisa, visando contribuir para o desenvolvimento de um cidadão crítico e ético e oferecer a mais alta qualidade de ensino para formar profissionais preparados para o mercado de trabalho. A faculdade tem como carro-chefe o curso de Medicina que recebeu nota 5 do MEC, estando entre um seleto hall de instituições de Ensino Superior que têm a pontuação máxima no curso e é direcionada pelo grupo da Inspirali, expert em educação Médica, de 14 escolas pelo Brasil.

Com autorização para funcionamento desde 2001, a Faculdade da Saúde e Ecologia Humana procura cumprir seu papel para com a sociedade, contribuindo para a inserção e acesso da população ao ensino superior, ofertando cursos de graduação e pós-graduação, além de serviços às comunidades da região em que está sediada e da capital. Mais informações em www.faseh.edu.br.

>> UNIRITTER

A UniRitter é uma das mais conceituadas e inovadoras instituições de ensino superior de Porto Alegre e Região Metropolitana da Capital. Com 52 anos de mercado, tem mais de 60 cursos de graduação presenciais e semipresenciais, além de ofertar diversas especializações em seus *campi*. A instituição, que valoriza o perfil inquieto de seus alunos e tem como missão expandir a experiência acadêmica aliada à responsabilidade socioambiental, formando pessoas para transformar o mundo, também conta com uma Clínica Escola de Saúde e um Hospital Veterinário para práticas acadêmicas. Recentemente, a UniRitter recebeu a pontuação máxima (nota 5) do Ministério da Educação (MEC) em relação à avaliação de credenciamento institucional.

>> FADERGS

Com mais de 19 anos de atividades, o Centro Universitário FADERGS tem como missão levar a educação de qualidade para um número cada vez maior de pessoas. Voltada à empregabilidade e à cultura empreendedora, a instituição recebeu nota máxima (5) na avaliação de Recredenciamento Institucional realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

Localizado na região central de Porto Alegre, o Centro Universitário facilita o acesso ao Ensino Superior em cursos de graduação presenciais e semipresenciais. A FADERGS recebeu a pontuação máxima (nota 5) do Ministério da Educação (MEC) em relação à avaliação de Recredenciamento Institucional, além de ser reconhecida com IGC 4 também pelo MEC quanto à qualidade de ensino.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

>> IBMR

É uma das mais conceituadas e inovadoras instituições de ensino superior do Rio de Janeiro. Com mais de 52 anos de tradição no mercado, tem mais de 60 cursos de graduação presenciais e semipresenciais. Sua missão é expandir a experiência acadêmica aliada à responsabilidade socioambiental, formando pessoas para transformar o mundo. O IBMR evidencia seu comprometimento com a educação, democratizando o acesso ao Ensino Superior por meio da disponibilização de uma ampla carteira de cursos digitais em diversos polos dentro e fora do Rio de Janeiro. A instituição também estimula a educação continuada, oferecendo cursos de pós-graduação lato sensu e extensão.

>> UNP

Com 43 anos de tradição e inovação, a UnP é a única universidade privada do Estado do Rio Grande do Norte e integra o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade do país. A universidade possui milhares de alunos entre os campi em Natal, Mossoró e Caicó, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação lato sensu, Mestrados e Doutorados.

Também contribui para democratização do ensino superior ao disponibilizar uma oferta de cursos digitais com diversos polos dentro e fora do Rio Grande do Norte. Como formadora de profissionais, a instituição tem compromisso com a cidadania, sempre pautada nos valores éticos, sociais, culturais e profissionais. Este propósito direciona o desenvolvimento e a prática de seu projeto institucional e dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece para a comunidade. Além disso, os alunos de Medicina da UnP contam com a Inspirali, um dos principais players de educação continuada na área médica. Para mais informações: www.unp.br.

>> FPB

A FPB está há 18 anos no mercado paraibano. A Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), tem como missão “Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado da Paraíba, mediante a preparação de profissionais com sólida formação humanística e técnico-científica, conscientes do seu papel social e comprometidos com o exercício da cidadania plena”. Atualmente, a FPB oferta 35 cursos entre graduação, e mais de 100 cursos de pós-graduação lato sensu.

Além disso, desenvolve importantes projetos que promovem a prática estudantil, através dos seguintes setores: Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), com o Escritório-Modelo e o 5º Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), ambos instalados no campus da faculdade, Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Oferta ainda o Centro de Conciliação e Mediação (CCM), com simulações e a participação dos alunos na resolução de conflitos reais e o Observatório de Violências, projeto implantado pelo curso de Serviço Social e Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH).

>> UNIFACS

Fundada em 1972 com o nome de Escola de Administração de Empresas da Bahia, a UNIFACS se tornou Faculdade Salvador (FACS), em 1980. Em 1997 foi credenciada como universidade junto ao Ministério da Educação, com conceito máximo. Única universidade privada da Bahia, em 2018, obteve nota 5 no credenciamento institucional e em 2019 alcançou IGC 4.

Reconhecida pela tradição, qualidade acadêmica, internacionalidade, empregabilidade e compromisso com o desenvolvimento regional, a UNIFACS oferece um ensino para além do espaço da universidade, tendo como princípio o atendimento às demandas da sociedade como uma das prioridades institucionais.

Com unidades em Salvador e Feira de Santana, a UNIFACS oferece mais de 100 cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. A pós-graduação conta com cursos lato (especializações e MBA's) e stricto sensu (mestrados e doutorados), além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão à comunidade. A instituição já formou mais de 55 mil estudantes e conquistou o reconhecimento sólido que a ratifica como a melhor universidade privada da Bahia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

>> UNIFG-PE

Com atuação em Pernambuco desde 2001, a Faculdade dos Guararapes se transformou em centro universitário em 2016 e desde então se chama UNIFG. Credenciada com nota máxima pelo Ministério da Educação (MEC) e integrante do Ecossistema Ânima, a instituição tem como inspiração o tripé “prática, próxima e plural”. Isso por conta da aplicabilidade da prática às aulas e projetos, proximidade com o aluno e respeito e valorização das diferenças.

O centro universitário disponibiliza infraestrutura moderna e laboratórios, além de equipe de profissionais habilitados. Oferece mais de 50 cursos de graduação e mais de 100 cursos de pós-graduação, disponibilizados nas modalidades presencial e digital, o que viabiliza a democratização do Ensino Superior. Além do campus Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, a UNIFG conta com uma unidade no bairro da Boa Vista, em Recife.

É a primeira instituição privada de ensino superior de Pernambuco a contar com posto avançado do Sebrae para desenvolver empreendedorismo com os alunos e ainda atender a comunidade. Na área de responsabilidade social, oferece serviços gratuitos ao público na área de Saúde e Direito, por meio do UNIFG Comunidade.

>> Universidade Anhembi Morumbi

Inovar requer ousadia e coragem, mas acima de tudo sabedoria. É preciso valorizar as experiências adquiridas no passado, perceber todas as nuances da realidade que o presente coloca e, finalmente, estar atento às mudanças e às oportunidades que o futuro reserva.

Em 1970, a Anhembi Morumbi nascia como a primeira faculdade do Brasil a oferecer curso superior na área de Turismo. Naquela época, muitos não entendiam a amplitude do segmento de Turismo, nem mesmo sua importância para a economia do País. Conceitos como potencial turístico e hospitalidade foram introduzidos. E o mais importante: foi iniciado um processo efetivo de qualificação profissional, cada dia mais valorizado pelo mercado de trabalho.

Desde então, o pioneirismo marca a história da Anhembi Morumbi, determinando mudanças profundas também nos rumos do ensino superior brasileiro. São muitos os exemplos de cursos inéditos lançados pela Instituição, entre eles, Gastronomia, Quiropraxia, Design Digital e Aviação Civil – áreas nas quais se tornou referência de ensino.

Oferece programas de graduação, graduação tecnológica e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, distribuídos nas áreas de Ciências da Saúde; Turismo e Hospitalidade; Negócios; Direito; Artes, Arquitetura, Design e Moda; Comunicação; Engenharia e Tecnologia e Educação. Além disso, a Medicina da Universidade Anhembi Morumbi é parte da Inspiralí, um dos principais players de educação continuada na área médica do país. Seus cinco campi estão localizados nas regiões da Avenida Paulista, Vila Olímpia, Mooca, São José dos Campos e Piracicaba.

Possui laboratórios de última geração e diferenciais como a internacionalidade, já tendo enviado, desde 2006, milhares de alunos do Brasil para realização de cursos no exterior, além de receber centenas de estudantes estrangeiros em seus campi, que se tornaram locais multiculturais para o aprendizado.

>> UniCuritiba

O UniCuritiba surgiu há sete décadas, a partir da visão do professor Milton Vianna, um dos nomes mais representativos da história do Direito e da educação paranaense. Com início de sua trajetória como Faculdade de Direito de Curitiba (FDC), foi fundada com pioneirismo pela Associação de Ensino Novo Ateneu, ofertando o primeiro curso particular de Direito no Paraná. É uma instituição de referência para os paranaenses e reconhecido pelo MEC como uma das melhores instituições de ensino superior de Curitiba (PR). Destaca-se por ter um dos melhores cursos de Direito do país, com selo de qualidade OAB Recomenda em todas as suas edições, além de ser referência na área de Relações Internacionais.

Possui uma estrutura completa e diferenciada, com mais de 60 laboratórios e professores mestres e doutores com vivência prática e longa experiência profissional. O UniCuritiba tem seu ensino focado na conexão com o mundo do trabalho e com as práticas mais atuais das profissões, estimulando o networking e as vivências multidisciplinares.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

>> Unisul

A UniSul possui 58 anos de história e desde 2021 passou a integrar o Ecossistema Ânima. Localizada em Santa Catarina, atualmente conta com os campi: Tubarão, Pedra Branca, Florianópolis, Araranguá, Braço do Norte, Criciúma, Içara e Itajaí. A instituição tem seus cursos consagrados entre os melhores do Sul do Brasil, também é uma das marcas empresariais mais lembradas da região, e com conceito máximo (5) na avaliação do Ministério da Educação (MEC).

A universidade é a mais premiada pela ADVB catarinense – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil. Tem em seu portfólio mais de 70 cursos de graduação presencial, 90 especializações, além de quatro cursos de Mestrado e quatro de doutorado nas seguintes áreas: Administração, Educação, Ciências da Saúde e Ciências da Linguagem. A UniSul também contribui para democratização do Ensino Superior ao disponibilizar uma oferta de cursos digitais com diversos polos dentro e fora do Estado de Santa Catarina. A Unisul é bastante atuante nas comunidades em que está inserida, por meio dos projetos de extensão. No último Balanço Social contabilizou 179.205 atendimentos a pessoas carentes a partir de projetos gratuitos; ao todo foram 131 projetos realizados por professores e alunos. A instituição possui a tradição de universidade empreendedora e participativa no próprio desenvolvimento de Santa Catarina – foi a primeira universidade de ensino superior a participar do planejamento pioneiro do estado em 1973.

>> Milton Campos

Integrada ao Ecossistema Ânima Educação em 2021, a Faculdade Milton Campos agrega ao seu legado mais de 50 anos de história, um modelo contemporâneo de ensino e estrutura alinhada às atuais práticas do Direito. Reconhecida como líder em aprovações na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Minas Gerais, especificamente entre as instituições privadas com mais de 100 alunos inscritos, e tendo conquistado o almejado "Selo Nacional OAB Recomenda" em todas as edições desde 2001, a instituição tem como premissa o foco na excelência e no compromisso com o ensino qualitativo do Direito em Minas Gerais.

Consciente de seu papel social, a Faculdade Milton Campos estabelece parcerias com a comunidade e desenvolve ações que promovem o acesso à justiça e a capacitação jurídica, especialmente para aqueles que não têm recursos para obter assistência jurídica especializada. Com um corpo docente altamente qualificado e uma abordagem pedagógica centrada no aluno, a instituição oferece uma experiência educacional enriquecedora que prepara os estudantes para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção da justiça social.

Localizada em um ambiente acadêmico inspirador e equipada com recursos tecnológicos de última geração, a Faculdade Milton Campos oferece uma variedade de cursos de graduação em Direito, além de programas de Pós-graduação *lato sensu*, Mestrado *stricto sensu* e cursos de extensão que ampliam o conhecimento e a *expertise* dos profissionais da área jurídica.

Comprometida com a inovação e a pesquisa jurídica, a instituição investe constantemente no avanço tecnológico e na atualização de sua infraestrutura, proporcionando aos alunos uma formação sólida e abrangente que os capacita a enfrentar os desafios do mundo jurídico contemporâneo.

Para mais informações e detalhes sobre os programas oferecidos pela Faculdade Milton Campos, visite www.mcampos.br

>> INSPIRALI

Criada em 2019, a Inspirali atua na gestão de escolas médicas do Ecossistema Ânima. É uma das principais empresas de ensino superior de Medicina no Brasil, com mais de 14 mil alunos (graduação, pós-graduação e extensão) e 14 instituições – localizadas em capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Florianópolis e Natal e em importantes centros de desenvolvimento do país, como Piracicaba (SP), São José dos Campos (SP), Cubatão (SP), Tubarão (SC), Vespasiano (MG) e Jacobina (BA).

As graduações em Medicina seguem modelo acadêmico reconhecido entre os mais inovadores do mundo e pensado para formar profissionais de alta performance com uma visão integral do ser humano. O portfólio da Inspirali contempla também cursos livres e especializações focados na medicina integrativa e aborda temas relevantes no cenário global, a exemplo da pós-graduação em cannabis medicinal, primeiro curso na área certificado pelo Ministério da Educação

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(MEC). A aprendizagem digital ativa oferece recursos tecnológicos (robôs de alta fidelidade e realidade virtual e aumentada MedRoom) e apoio socioemocional, assim como as atividades práticas e o acompanhamento personalizado.

>> HSM

Desde sua fundação, em 1987, a HSM acompanha o que há de mais inovador em gestão, trabalhando ao lado das lideranças de negócios para alcançar sua missão de transformar o país por meio do desenvolvimento de líderes e organizações. A marca passou a fazer parte da Ânima em 2013.

A HSM é uma plataforma de conhecimento, que faz a ponte entre o cenário global e a realidade brasileira, construindo redes colaborativas que impactam o desempenho das empresas e de suas equipes, e colocando as vozes mais importantes do mundo atual dos negócios em contato com executivos e gestores nacionais.

Em sua trajetória, realizou mais de 400 eventos, com a presença de mais de 120.000 executivos de 9.000 empresas, 135 edições da Revista HSM Management, além de 64 livros e mais de 20 mil assinantes da plataforma HSM Experience. Foram mais de 350 mil pessoas treinadas, mais de 16 mil projetos, 1,9 MM horas de treinamentos e mais de 350 professores e mentores.

Esse diálogo constante acontece nos eventos, nos programas customizados de educação executiva para médias e grandes empresas e no conteúdo distribuído pelas mais diversas e atuais plataformas de mídia. Mais informações e detalhes em www.hsm.com.br.

>> EBRADI (Escola Brasileira de Direito)

Fundada no final de 2016 pela Ânima Educação, em parceria com profissionais atuantes neste mercado há mais de 16 anos, a EBRADI (Escola Brasileira de Direito) oferece ensino de altíssima qualidade a distância, que engaja alunos com aulas voltadas à prática da advocacia, oferecendo base de conhecimento completa para atuação na área de especialização de preferência. Nasceu para se tornar referência em ensino digital na área jurídica.

O portfólio é sustentado por serviços exclusivos, conteúdo de alta qualidade e tecnologia que permeiam uma metodologia própria e inovadora, que unem a comodidade do aprendizado a distância com o acompanhamento especializado. Além de reunir grandes nomes do Direito e os melhores professores da área, a EBRADI oferece cursos pautados no ensino adaptativo e colaborativo, especialmente desenhados para elevar o padrão de empregabilidade e transformar a vida dos alunos. Mais informações e detalhes em www.ebradi.com.br.

>> Le Cordon Bleu

O Le Cordon Bleu é a principal rede global de institutos de artes culinárias e gestão de hospitalidade, que faz parte da história e possui uma rica herança acumulada ao longo de 129 anos. Hoje, o Le Cordon Bleu está presente em mais de 20 países, com 35 escolas e tem a Ânima Educação, no Brasil, como um de seus parceiros estratégicos. Por meio do vínculo entre ambas, em maio de 2018, foi inaugurada na cidade de São Paulo a primeira escola da rede no Brasil: o Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo. Neste e nos próximos anos, a parceria se expandirá para outras marcas do Ecossistema Ânima, em outros Estados do Brasil. Mais informações e detalhes em <https://www.cordonbleu.edu/sao-paulo/home/pt-br>

>> SingularityU Brazil

A instituição nasceu de uma parceria estratégica entre a Ânima Educação, por meio da HSM, e a Singularity University (SU), renomada universidade do Vale do Silício, nos Estados Unidos.

O objetivo é entregar versões locais dos programas transformadores da SU para empresários e executivos brasileiros. Localizada em São Paulo, a SingularityU Brazil visa ajudar as corporações brasileiras e líderes a entender melhor o impacto de tecnologias exponenciais, antecipar tendências e prepará-los para agir. Através de modelos e ferramentas de estratégias, liderança e inovação, a SingularityU Brazil ajudará as empresas a se reinventarem para navegar melhor pelo futuro.

A SU iniciou suas atividades no Brasil em abril de 2018, com o SingularityU Brazil Summit, em parceria com a HSM. Este evento, permitiu que se iniciasse um projeto que tem o potencial de contribuir para uma das transformações mais revolucionárias de nosso país. Mais informações e detalhes em www.singularityubrazil.com.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

>> HSM University

A HSM, a mais completa plataforma de educação corporativa do Brasil, criou a HSM University. A marca chegou ao ecossistema Ânima em 2019, com o objetivo de oferecer cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

A HSM University dispõe de cursos livres e de pós-graduação voltados para o aprimoramento das competências mais requisitadas pelo mercado de trabalho. Os módulos são compostos por treinamento de habilidades que farão a diferença quando colocadas em prática. Todas elas se baseiam em conceito e ferramentas extraídos dos grandes pensadores da gestão do país e do mundo. Mais informações e detalhes em www.hsmuniversity.com.br.

>> Gama Academy

A Gama Academy é uma Edtech, fundada por Guilherme Junqueira, em 2016, que seleciona e capacita profissionais na área de tecnologia. A Gama Academy é uma referência nacional na capacitação de habilidades digitais e obteve resultados expressivos nos últimos anos, tendo formado e/ ou treinado mais de 30 mil alunos e atendido mais de 650 empresas, com um crescimento de receita superior a 300% em 2020.

Por meio da sua plataforma educacional de qualidade (NPS de 93), que já conta com mais de 270 mil profissionais, o objetivo é formar habilidades para diminuir o gap crescente de talentos na área de tecnologia. A Gama Academy atende clientes B2C e B2B ajudando a selecionar candidatos e/ou desenvolver colaboradores com habilidades, que incluem programação, design, marketing, vendas e soft skills.

>> Instituto Ânima

Além de suas instituições de ensino superior e marcas subsidiárias, a Ânima também possui um instituto: o Instituto Ânima. É uma entidade sem fins lucrativos, que atua em projetos em diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo iniciativas como: projetos de integração entre as instituições Ânima; projetos sociais, culturais e de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação); captação de recursos; desenvolvimento e licenciamento; e gestão de startups.

O Instituto Ânima nasceu a partir de movimentos derivados da atuação de duas escolas que fazem parte da Ânima Educação. Em 2005, o Centro Universitário Una criou o Instituto Una de Responsabilidade Social, a fim de dar suporte às pesquisas e às atividades culturais e de extensão da instituição. Depois, este somou seus esforços com o histórico social de pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociesc, no sul do País, gerando, a partir desta integração, o que hoje é o Instituto Ânima.

O objetivo é o fomento, o estímulo e o desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação do nível básico ao superior. Além disso, é papel do Instituto Ânima promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID, entre outros. Mais informações e detalhes em www.nossoinstitutoanima.com.br.

CAMPI

Ao final de 2023, possuíamos cerca de 80 unidades de ensino superior, distribuídos em 53 cidades. A grande maioria dos nossos *campi* funciona em imóveis alugados e conta com a infraestrutura adequada para a prestação de serviços de educação, incluindo bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios específicos adequados aos cursos ofertados, auditórios, espaços voltados à inovação e empreendedorismo, entre outros. Ao inaugurar ou adquirir novos *campi*, normalmente construímos ou reformamos as instalações existentes a fim de adequá-las aos nossos padrões, visando garantir a qualidade e características de nossa marca.

Processos

Possuímos processos profissionais de captação, fidelização e retenção de alunos em nossas instituições de ensino. Todos os nossos processos são estruturados de forma a apresentarem atribuições claramente definidas para os nossos colaboradores. O andamento dos mesmos é metodicamente controlado por meio de indicadores de desempenho

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

previamente definidos. Nosso método de gestão busca obter níveis elevados de eficiência operacional e padronização de procedimentos, de modo a facilitar a replicação e controle de nossas IES.

Atração

No final de 2023 e início de 2024, foram realizadas reestruturações no time de Atração, que hoje conta 4 áreas ligadas diretamente à Vice-presidência de Marketing e Crescimento, sendo elas: **Comercial, Marketing, Estratégia e Produtos, Planejamento e Indicadores.**

A Diretoria Comercial, composta pelas áreas:

- **Central de Atendimento ao Candidato:** área destinada para atender exclusivamente candidatos, atuando em todas as etapas da Jornada de atração, da inscrição à matrícula. Com atendimento presencial, CAC's distribuídas em todas as unidades, e recentemente implementada a modalidade de Atendimento Digital, mais um avanço da área, com a opção de atendimento remoto por vídeo.
- **Relacionamento Empresas & Escolas:** Equipe dedicada para relacionamento com escolas e empresas com foco em promover nossas marcas, por meio de ações de ativação, divulgação e eventos, contribuindo significativamente na captura de *leads* e matrículas.
- **Operações comerciais:** área composta pelo NAPS, departamento estruturado para organizar todos os processos seletivos (vestibulares) das instituições, garantindo a regulação e a lisura no processo de seleção dos candidatos e **área de melhoria contínua**, que dá suporte a todo time de atração, definindo processos e fluxos de vendas, além de buscar soluções e inovações para evolução da jornada de atração.
- **Contact Center:** equipe de Call Center dedicada para conversão do funil. Atualmente, tendo como principal canal de contato WhatsApp, os operadores de maneira ativa ou receptiva, dão suporte aos candidatos para evoluírem no processo de admissão, da inscrição à matrícula, esclarecendo dúvidas sobre cursos, modelo acadêmico, diferenciais das nossas escolas, processo seletivo etc.
- **Comercial da Pós-Graduação e Novas receitas:** A área de Novas Receitas é responsável por desenvolver e implementar estratégias inovadoras para aumentar as fontes de receita da companhia. Focamos em identificar oportunidades de mercado, criar parcerias estratégicas e lançar novos produtos e serviços que atendam às necessidades emergentes dos nossos estudantes. Nossa equipe trabalha de forma colaborativa para impulsionar o crescimento sustentável, diversificando as fontes de renda e garantindo a competitividade da empresa no mercado. Na educação continuada, o time atua ativamente na atração de candidatos para programas de pós-graduação e cursos livres, utilizando diversos canais de comunicação, incluindo WhatsApp e e-mail.

A Diretoria de Estratégia e Produtos, composta pelas áreas:

- **Gerência de portfólio:** responsável pela definição de portfólio de ofertas e análises de concorrentes, dados do censo INEP, benchmarks no Brasil e Exterior, além de outras ferramentas de inteligência competitiva para melhor definição das estratégias de portfólio e produtos, maximizando a participação no mercado e posicionamento das marcas.
- **Gerência de precificação:** Possuímos uma área de Pricing que define a estratégia de preços da Ânima, que está alinhada com seu posicionamento de qualidade e baseada no gerenciamento de dados, considerando a maximização de receita e margem. Com base nos estudos com um de nossos conselheiros, Antonoaldo Neves, CEO da TAP Air Portugal em 2019, conseguimos analisar muitos aspectos dos dados do perfil do aluno e definir uma estratégia de preços personalizada. Obtemos e analisamos detalhes como Index de preços vs arena competitiva, tendências de mercado, mapa de valor percebido, taxas de conversão, margem bruta e performance por SKU. Com isso, todas essas informações são consideradas na composição do preço sugerido ao aluno, além da demanda e localização do curso para maximizar nossa receita.
- **Pesquisa & Estratégia:** fornece informações que suportam o negócio de maneira transversal para diferentes vice-presidências. O trabalho consiste em entender o perfil e a satisfação de nossos alunos, além de avaliar a eficácia de nossas práticas institucionais e a posição de nossas marcas no mercado em termos de força de marca (brand equity). Realizamos estudos e pesquisas para as nossas 18 marcas de graduação

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

presencial, além da graduação EAD, semipresencial, e também da pós-graduação. Destacam-se estudos sobre satisfação do aluno, NPS, perfil do aluno, além de pesquisas com egressos e de mercado (com prospects), entre outras diversas investigações ad-hoc.

- **Gerência de Planejamento Comercial:** orquestra o planejamento da atração de novos alunos alinhado às expectativas financeiras da companhia e desdobra para os times da vice-presidência de marketing em curva diária do funil de ingresso, além de promover o controle da performance de cada etapa e canal da atração.

Os processos de atração se dividem em:

(i) Vestibular: O processo seletivo de captação de novos alunos para cursos de graduação intitulado Vestibular acontece de maneira presencial ou online, sendo o segundo a partir de dezembro de 2019, sendo utilizados quatro tipos de mecanismos:

- a. Vestibular Tradicional: Processo seletivo realizado em uma data estabelecida pelas instituições de ensino, normalmente durante os finais de semana. Apenas para o curso de Medicina existe uma segunda etapa desse mesmo processo, com uma segunda prova.
- b. Vestibular Agendado: Cada IES define um cronograma independente de provas em datas pré-agendadas, de acordo com a capacidade de execução da IES e sua própria avaliação da comodidade para o perfil de candidato.
- c. ENEM: Candidatos podem utilizar sua nota no ENEM para ingressar na IES.
- d. Vestibular Simplificado: Buscando a comodidade do candidato, desenvolvemos um aplicativo que possibilita a realização da prova online seguindo todas as exigências necessárias para apuração do resultado e veracidade das informações dos candidatos.

(ii) PROUNI: Disponibilizamos vagas aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular que tenham sido beneficiados por bolsas integrais e com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, no âmbito do Programa Universidade para Todos – PROUNI. O PROUNI conta com um sistema semestral de seleção, informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo, de acordo com as especificações do MEC. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

(iii) Outras Captações: Além das formas de ingresso de nossos alunos acima descritas, Vestibular e PROUNI, seguem abaixo outras formas de ingresso de alunos por nós adotadas:

- a) Obtenção de novo título ou nova graduação: Processo seletivo utilizado por graduados que desejam iniciar um novo curso de graduação;
- b) Retorno: Processo utilizado por alunos que trancaram sua matrícula e desejam retomar seus estudos;
- c) Transferência Externa: Processo onde alunos de IES concorrentes solicitam transferência de sua matrícula para uma das nossas IES;
- d) Transferência Interna: Processo utilizado por nossos alunos que solicitam trocar de curso dentro de uma mesma IES;

(iv) Pós Graduação: Processo utilizado para, a partir da análise dos currículos dos estudantes e por meio de entrevista pessoal, englobar os ingressos nos cursos de Lato Sensu (Especializações e MBA's) e Stricto Sensu (Mestrados). (MARAYZ)

(v) Extensão: Processo adotado para os ingressos, a partir da efetivação da matrícula do estudante, em todos os cursos de extensão, que são aqueles com carga horária variada e não contemplados nos itens anteriores.

Operacionalização da Atração

Em cada um dos processos de atração, o fluxo de candidatos foi amplamente estudado e algumas fases/etapas definidas em uma sequência de ocorrências.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Na figura abaixo, para fins exemplificativos, seguem o encadeamento das etapas do processo seletivo de Vestibular:



As etapas estão encadeadas em um processo que denominamos de Régua de Relacionamento ou de Atração, dependendo de sua finalidade.

O fluxo normal que deve ser percorrido pelo candidato entre o início de sua inscrição e a sua matrícula/início das aulas, está representado no gráfico acima pela cor laranja. As perdas em cada etapa, chamadas de quebras, estão representadas pela cor vermelha. Cada um dos motivos de quebra é acompanhado durante todo o processo seletivo, buscando sempre aumentar o volume de alunos que completam todo o fluxo.

Para cada processo em nossa Companhia, uma Régua de Relacionamento ou de Atração é implementada, tendo para cada uma de suas fases, uma meta, um conjunto de ferramentas de interação com os candidatos e indicadores de performance específicos.

Exemplo da configuração de uma Régua de Relacionamento ou de Captação:

Na Régua de Atração do processo seletivo de Vestibular, a comunicação direta com o potencial aluno é feita por meio de SMS, e-mails, Call Center, WhatsApp e convites personalizados para visitas aos *campi* das IES, eventos relacionados à carreira, à vida acadêmica e às opções de financiamento estudantil por nós oferecidos em cada IES. O uso de cada uma dessas ferramentas é definido dentro de períodos de tempo específicos, que são calculados a partir da data de início da inscrição do candidato no Vestibular.

Todas as Réguas de Relacionamento ou de Atração são automatizadas por um sistema de automação de marketing que controla as interações com os candidatos, permitindo que indicadores de desempenho sejam calculados e que a gestão dos números das nossas IES seja realizada com máxima eficiência.

Marketing

As inscrições nos processos seletivos são incentivadas por campanhas publicitárias e ações de relacionamento, conforme abaixo descritas.

Campanhas Publicitárias

A Diretoria de Marketing nacional e centralizada é responsável pela definição da estratégia, criação das campanhas publicitárias, elaboração dos planos de mídia online e offline, pelo desenvolvimento de ações de fortalecimento das marcas locais, reforço dos diferenciais e de uma forte identidade regional nos mercados que atuamos. Acreditamos que o uso de diferentes ferramentas de comunicação para cada ponto de contato vivenciado durante a jornada do candidato tem marcado os trabalhos de comunicação das nossas IES. Como por exemplo, o uso de redes sociais, eventos abertos à comunidade, reforço dos diferenciais do nosso modelo acadêmico e a busca incessante pela aplicação de inovações e criatividade nos processos são possíveis diferenciais reconhecidos e mensurados em nossas IES.

Relacionamento

Como ferramentas de relacionamento com nossos alunos, diversificamos os canais de acesso, buscando aumentar a percepção de valor da nossa prestação de serviços. Todos os canais de atendimento são formatados com a finalidade de promover a fidelização do aluno, na busca de maximizar sua permanência na instituição e oferecer uma experiência cada vez melhor, atendendo as demandas de ordem acadêmica e financeira dos estudantes quanto às normas, aos procedimentos e regulamentos para a atividade estudantil, atuando como facilitador entre os alunos e a Instituição de Ensino Superior, por meio do atendimento de canais como: Portal do Estudante; Aplicativo; videochamada, Webchat e WhatsApp:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- a. Webchat: canal de atendimento, onde funcionários tiram dúvidas e auxiliam os alunos na resolução de problemas. Antes de cada atendimento, temos um chatbot, sistema de comunicação automatizado, que esclarece dúvidas rápidas dos nossos alunos. Ele está presente no Ulife, sistema online do aluno.
- b. Atendimento vídeo chamada: atendimento síncrono oferecido aos nossos estudantes, por acesso dentro do Ulife, onde, de acordo com o tema escolhido, o estudante poderá ser atendido por um colaborador em chamada de vídeo, conseguindo acessar por algum dispositivo móvel ou computador, durante o horário de atendimento (de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h).
- c. Ulife: Plataforma única onde o aluno acessa sua jornada universitária. Neste ambiente, o aluno realiza a abertura de protocolos e consulta o status das solicitações de documentos, requerimentos e declarações, bem como esclarece dúvidas sobre sua vida acadêmica e financeira.
- d. WhatsApp: canal de atendimento, onde funcionários tiram dúvidas e auxiliam os alunos na resolução de problemas. Antes de cada atendimento, temos um chatbot, sistema de comunicação automatizado, que esclarece dúvidas rápidas dos nossos alunos.
- e. Fale com a gente: formulário para atendimento assíncrono, disponível dentro do Ulife, onde os estudantes podem abrir um atendimento qual horário ou qualquer dia da semana, que será tratado por um dos nossos atendentes e retornado para visualização dentro da mesma plataforma.
- f. Eventos Motivacionais e de Reconhecimento: Utilizamos eventos, prêmios e outras políticas de interação com os estudantes como forma de reter nossos alunos.

Combate à Evasão

Metodologia de Combate à Evasão

Com as evoluções do Preditivo de Evasão, que se baseia em variáveis e em um algoritmo próprio, conseguimos antecipar possíveis casos de evasão gerando um excelente resultado em 2023. Por meio do preditivo de evasão, conseguimos vincular uma taxa de risco de evasão para cada aluno, priorizando assim os contatos com aqueles que apresentam maior tendência a deixar as nossas IES. O desenvolvimento contínuo dos sistemas que melhoram a qualidade dos serviços relacionados a experiência do nosso aluno, dentro e fora da sala de aula, contribuem diretamente para a redução das taxas de evasão. A longo de 2023, superamos os desafios de regras de negociação com alunos inadimplentes cada vez mais restritas de forma a aplicar condições segmentada a alunos que realmente necessitam de remédios financeiros.

Taxas de Evasão das nossas IES

Classificamos a nossa taxa de evasão em duas modalidades:

- a. Evasão Durante: ocorre ao longo do semestre letivo, no período correspondente ao intervalo entre o primeiro e último dia letivo, e que se materializa por meio de trancamento do curso, cancelamento do curso, e transferência de IES; e
- b. Evasão de Virada: ocorre no período entre o término oficial do semestre letivo, e o último dia disponibilizado para a matrícula dos alunos e que se materializa por meio do abandono do curso de alunos que não solicitam formalmente sua saída e ou que não se matriculam para o próximo semestre.

Como consequência do nosso modelo de retenção mais amadurecido, temos uma base de aluno gradualmente mais saudável permitindo um aumento constante taxas de conversão para próximos ciclos.

c. Características dos mercados de atuação, em especial

(i) Visão Geral do Setor de Ensino Superior no Brasil

O Brasil representa o quarto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina¹ com 9.444.116 estudantes matriculados, segundo dados do Censo de Educação Superior².

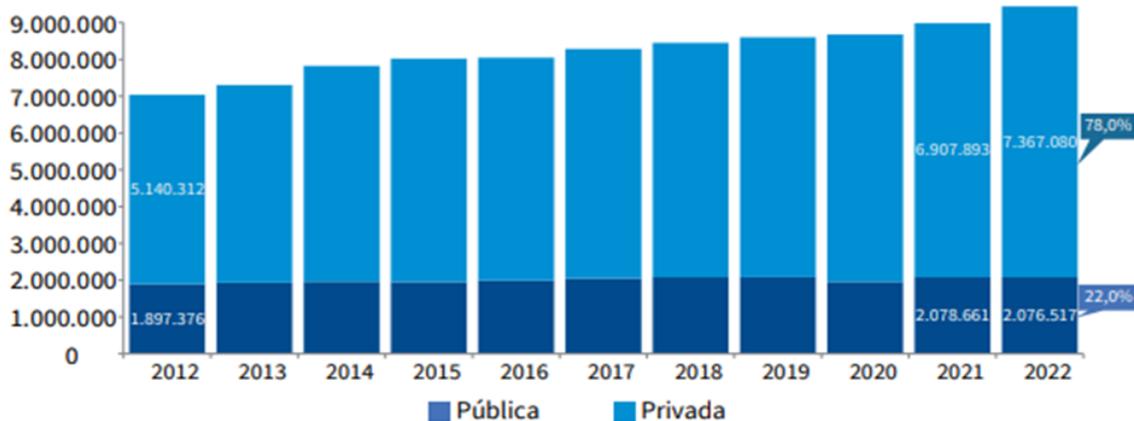
O setor de ensino no Brasil é altamente relevante para a economia do País, devido, principalmente, ao tamanho de nossa população de 203,0 milhões de habitantes em 2023³. De acordo com os resultados do Censo Escolar da Educação Básica⁴, em 2023, o Brasil apresentou um total de 47,3 milhões de matrículas na Educação Básica, incluindo todas as categorias de ensino dentre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e EJA, educação de jovens e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

adultos e educação especial. Deste total, 26,1 milhões de matrículas correspondem ao ensino fundamental, 7,6 milhões ao ensino médio. O ensino superior, por sua vez, apresentou um total de 9,4 milhões de matrículas em 2022.

Segundo o INEP, em 2022, as IES privadas têm participação de 78,1% no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 21,9%. Em relação a 2021, o número de matrículas na rede pública se manteve estável com queda mínima de -0,1%, enquanto a rede privada no mesmo período registrou crescimento de 6,6%. Quando se comparam os anos de 2010 e 2021, observa-se um aumento no número de matrículas de 55,5% na rede privada e de 26,3% na rede pública.

¹ The World Bank Group, Databank - Education Statistics, 2019. ² Inep, Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2022. ³ IBGE, Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> ⁴ Censo Escolar 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard> Acesso em 28/03/2022/



Estadísticas Censo Educação Superior 2022 – INEP 2023

Fonte: Notas

Um dos principais fatores que impulsionou esse crescimento foi a mudança na regulamentação do setor na década de 1990. Anteriormente a 1996, o setor de educação superior no Brasil enfrentava restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, apesar da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, diversas medidas foram lançadas para incentivar o investimento privado no setor de educação superior brasileiro. Dentre as principais iniciativas adotadas incluem-se a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos.

Atualmente, ao contrário do segmento de ensino básico, o ensino superior brasileiro é dominado por instituições privadas (78,1% do total de matrículas), capazes de suprir a demanda por cursos superiores não atendida pelas instituições públicas. Enquanto as instituições de ensino superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada, as instituições de ensino superior privadas voltam sua atenção para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos trabalhadores.

Acreditamos que existe um grande mercado potencial de alunos para o ensino superior no Brasil. Segundo PNAD, em 2019, eram 46,7 milhões de pessoas que haviam concluído o ensino médio ou ingressado no superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação (Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD 2019)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(ii) Alavancas de crescimento no setor

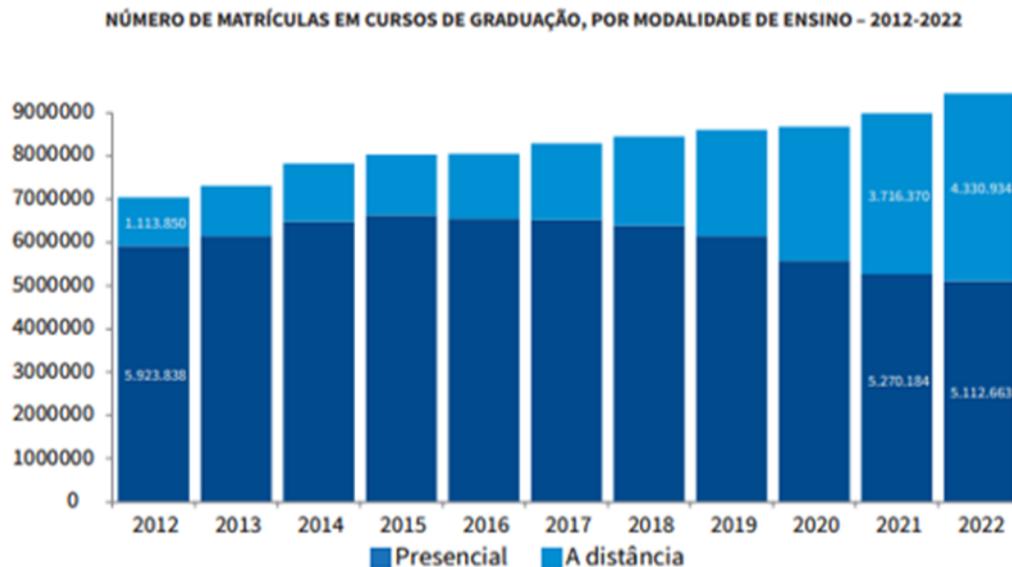
O setor de ensino no Brasil possui 5 alavancas de crescimento:

1. Crescimento do ensino à distância ("EAD") que aumenta consideravelmente o público-alvo das empresas de ensino;
2. A oferta de alternativas atrativas de financiamento (PROUNI e FIES) e financiamento privado;
3. Expansão do segmento de trabalhadores que cursam o ensino superior;
4. Fragmentação do mercado que oferece oportunidades de crescimento por aquisição;
5. Retorno da economia e redução do desemprego que facilitam o acesso a mais oportunidades de escolarização devido ao aumento de renda livre.

(iii) Ensino a Distância

O ensino a distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil, em virtude de sua mensalidade mais baixa, o que aumenta substancialmente o número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas.

O Ensino a Distância foi a modalidade que mais cresceu do mercado de ensino superior, a uma taxa de crescimento anual (CAGR) de 13,7% no período de 2010 a 2022 (contra -0,5% da modalidade presencial); chegando a 4,3 milhões alunos matriculados em cursos de ensino superior à distância no país em 2022.



(iv) Aumento de alternativas de financiamento para estudantes

O aumento das alternativas de financiamento aos alunos combinado ao crescimento do número de instituições e cursos de educação superior destinados à população de classes média e baixa podem ser vistos como oportunidades para o crescimento do número de matrículas do ensino superior no Brasil.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Visando incentivar a educação no país, algumas das alternativas de financiamento criam incentivos fiscais e financeiros para as instituições de ensino que tenham alunos matriculados que sejam beneficiados por determinados programas do governo.

Com acesso a esses financiamentos, a população de classes média e baixa, que historicamente não tinha acesso ao ensino superior, foi a maior responsável pelo aumento no número de alunos matriculados, sendo representados, na sua maioria, por adultos trabalhadores em busca de melhores salários e oportunidades de emprego.

Programa Universidade para Todos (“PROUNI”)

O PROUNI foi criado em 2005 e dá isenção de certos tributos federais para as receitas decorrentes de cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior que concedem uma determinada quantidade de bolsas de estudo aos alunos de baixa renda dos seus cursos de graduação e cursos relacionados. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenhou o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos oferecessem cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

Em 13 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB nº 1.394 (“IN 1.394”) que revoga a Instrução Normativa da RFB nº 456, de 05 de outubro de 2004 (“IN 456”). A IN 1.394 estabelece a forma de cálculo da isenção a ser usufruída pelas IES no âmbito do PROUNI, atrelando o benefício fiscal à proporção da ocupação efetiva das bolsas concedidas (“POEB”).

Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394 e seus potenciais impactos em nossas demonstrações financeiras, ver o item 1.6 deste Formulário de Referência.

Programa de Financiamento Estudantil (“FIES”)

O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior privadas que participam do programa e que receberam uma boa classificação junto ao MEC.

Até o momento, quase 3 milhões de alunos participaram do programa nos últimos dez anos, e cada vez mais instituições de ensino superior são cobertas por este modelo de financiamento no Brasil. No período de 2010 a 2018 foram concedidos 2,65 milhões de financiamentos com recursos do FIES, dos quais aproximadamente 733 mil concedidos no ano de 2014. Em 2019 tivemos 85 mil novos financiamentos concedidos. Desde 2005, o FIES também oferece financiamento a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI no valor de 50% de seus custos de educação superior.

O crescimento subsidiado pelo FIES foi interrompido em dezembro de 2014 com a publicação das Portarias 22 e 23, onde foram impostas pelo governo federal, restrições nas relações financeiras com as instituições e restrições de desempenho acadêmico para os novos candidatos ao FIES. Em contrapartida, a partir de 2018 o Governo Federal criou novas modalidades de FIES, possibilitando ao aluno contratar o FIES também através de instituições financeiras privadas.

Em 2019, o MEC disponibilizou 100 mil vagas para 2020. Em janeiro de 2020 o MEC anunciou a desvinculação do P-Fies do FIES, o qual terá início como programa independente no segundo semestre de 2021. Em 2022 o MEC disponibilizou mais de 100 mil vagas para o primeiro ano do Plano Trienal (2022 a 2023) Para mais informações acerca do PROUNI e FIES, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

(v) Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam

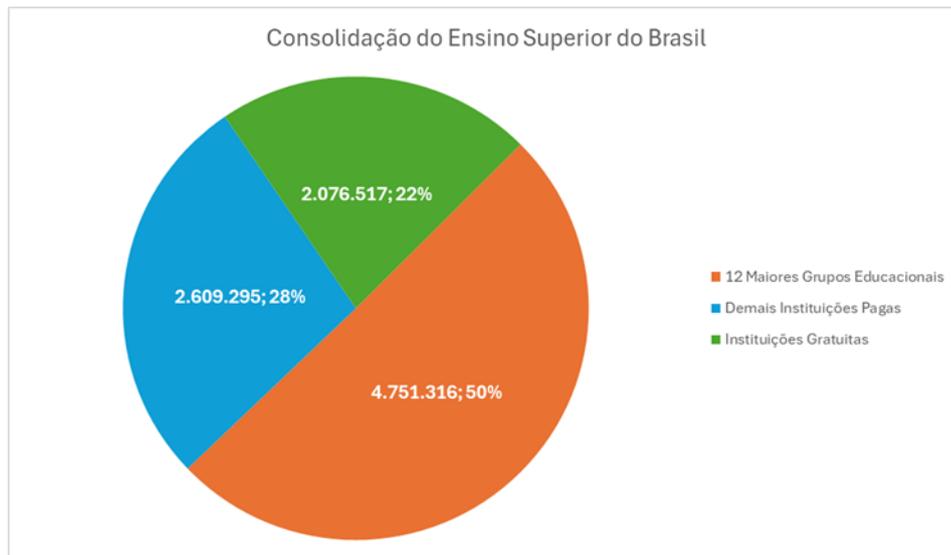
A perspectiva de ascensão profissional e o aumento salarial significativo para os trabalhadores com diploma superior são dois fatores centrais, mais ainda se associados à expansão do setor de ensino superior brasileiro. De acordo com pesquisas do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo - SEMESP, o Brasil é um dos países onde o fato de o indivíduo de possuir um diploma superior exerce uma das maiores diferenças salariais no mundo, aumentando em média 284% a renda daqueles que o detêm.

O Brasil possui 9,4 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino superior, sendo cerca de 22% deles em instituições públicas. Esperamos que o número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil continue a crescer em consequência de determinados fatores, tais como: (i) a perspectiva de ascensão profissional; (ii) o aumento significativo na renda individual daqueles que detêm um diploma de ensino superior; (iii) a demanda substancial por trabalhadores qualificados não atendida e em expansão; e (iv) a crescente disponibilidade de alternativas educacionais para a população de classes média e baixa, em função do apoio contínuo do Governo Federal ao ensino superior privado e, especificamente, do investimento privado no ensino superior.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(vi) Consolidação do setor

A partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior de 2022, nota-se que as 12 maiores instituições privadas (responsáveis por 50,0% do total de matriculados) apresentavam, aproximadamente 4,7 milhões de alunos matriculados, ao passo que as outras instituições privadas (responsáveis por 28,0% do total de alunos matriculados) respondiam por aproximadamente 2,60 milhões de alunos matriculados.



Essa alta fragmentação proporciona oportunidades de (i) ganhos de participação de mercado; e (ii) consolidação adicional por meio de operações de fusão e aquisição. Embora se tenha observado uma aceleração significativa do processo de consolidação no setor desde 2007 em decorrência das ofertas públicas iniciais de ações (“IPOS”) observadas no setor e do aumento do interesse de empresas estrangeiras, o setor de educação brasileiro ainda se encontra bastante fragmentado.

De acordo com a Consultoria Hoper (Hoper, Análise Setorial do Ensino Superior Privado, junho de 2019), a tendência para o futuro é de forte profissionalização da gestão das IES, busca por fontes de receita alternativas, aproveitamento do novo bônus demográfico (3ª idade) e detalhamento nos estudos de mercado cada vez mais profissionalizados e detalhados para encontrar as microrregiões com melhores possibilidades de captação de alunos. Ainda conforme a Consultoria Hoper, no novo cenário, “a gestão precisa estar preparada para esta nova realidade, pois toda a configuração de mercado, local ou regional, está cada vez mais complexa, exigindo mais agilidade e dinamismo estratégico”.

(vii) Concorrência

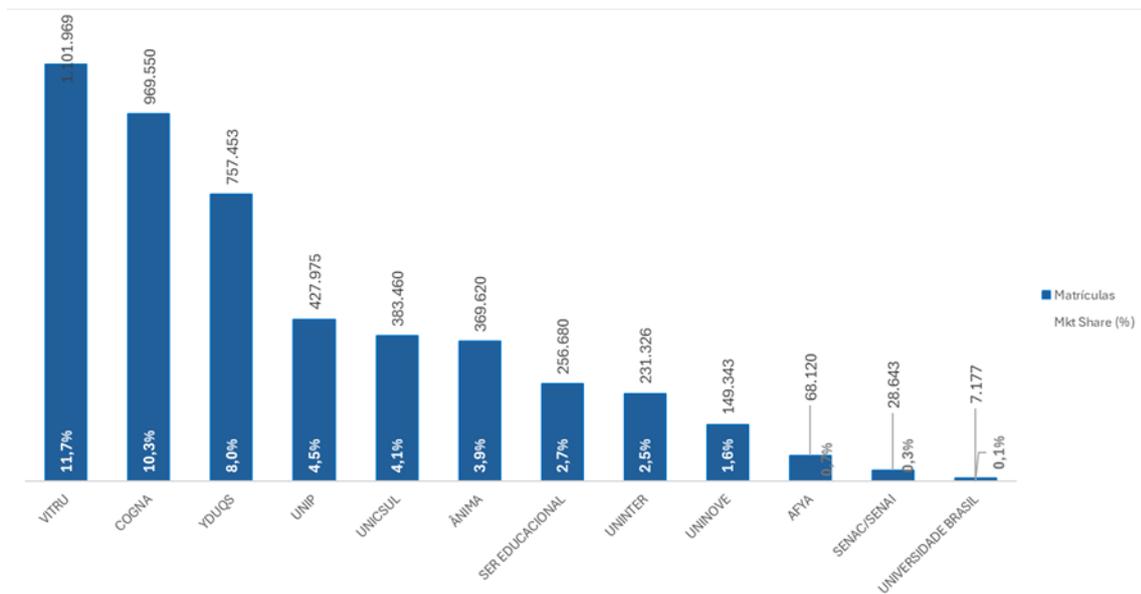
O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com concorrentes em todas as localidades. Acreditamos que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores. Ainda assim, e devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, dependendo da localização de nossas unidades.

De acordo com o MEC, em 2022 haviam 2.283 instituições pagas e 312 gratuitas de ensino superior no Brasil. Concorremos diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior. As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e manter administração e corpo docente experientes. Têm também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Participação de mercado da Companhia

O gráfico abaixo mostra o número total de estudantes, e *market share*, nos 12 maiores grupos de instituições privadas com fins lucrativos de ensino superior no Brasil.



Inep, microdados da Educação Superior 2022. Brasília: Inep, 2023.

(viii) Novas tendências no Ensino Superior – Qualidade para além de indicadores educacionais

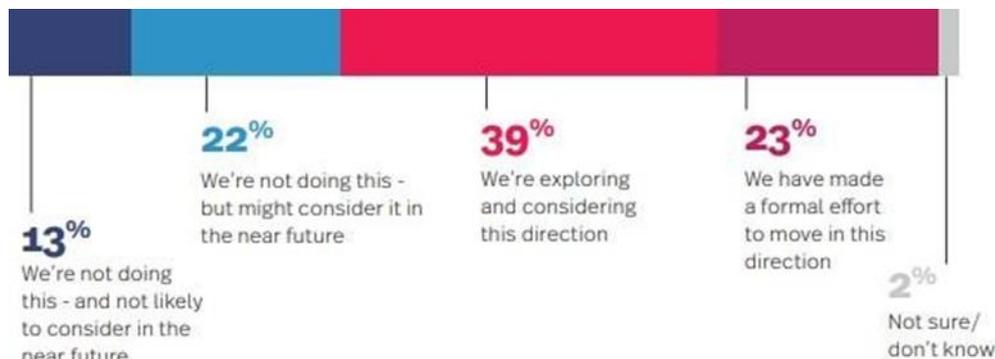
Como dito anteriormente, há diferenças inerentes ao papel das instituições públicas e privadas no Brasil, a saber, que o conjunto das primeiras se dedica majoritariamente a pesquisa e as segundas, preocupam-se principalmente com a alocação dos estudantes no mercado de trabalho.

Nesse caso, ao longo dos anos, a percepção dos alunos tem se estendido à observância de aspectos que vão além da qualidade de ensino das instituições de ensino superior, atestadas por meio dos indicadores educacionais do MEC/Inep. Ou seja, os instrumentos auferidores de qualidade, como o exame ENADE e o índice IDD, ou os indicadores que referenciam cursos e universidades como o CPC (Conceito Ponderado de Curso), IGC (Índice Geral de Cursos) e CI (Conceito Institucional), deixaram de ser suficientes na leitura de quem deseja ingressar no ensino superior privado no Brasil. Para esse público, é também indicador de qualidade a adequada inserção dos alunos egressos das instituições, em especial privadas, no mercado de trabalho. E por adequada entende-se: em sua respectiva área de atuação, com boa remuneração, e munidos do ferramental adequado para a execução de suas atividades.

Segundo pesquisa realizada pela Northwestern University (*Northwestern University. Center of the Future of Higher Education and Talent Strategy. EDUCATIONAL CREDENTIALS COME OF AGE. A Survey on the Use and Value of Educational Credentials in Hiring, 2018*), que contou com 750 líderes de gestão de pessoas em empresas de todos os setores e portes, contratações baseadas em competências/habilidades estão começando a ganhar interesse significativo, tendo a maioria dos líderes declarado já estar priorizando, ou pretender priorizar, habilidades na contratação. Isso destaca a importância de garantir uma aprendizagem voltada para o desenvolvimento de competências.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Gráfico 1 - Grau das estruturas de contratação baseadas em habilidade

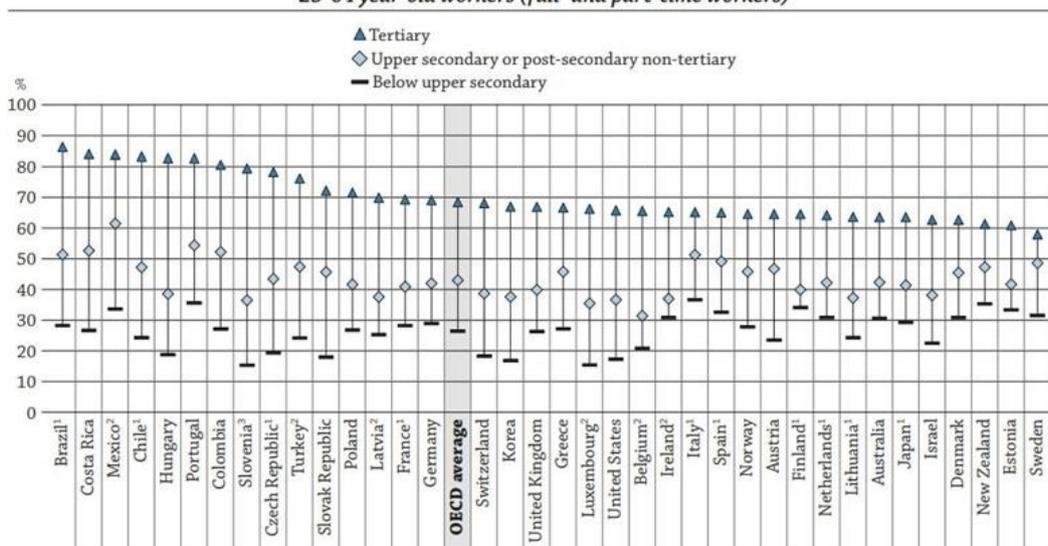


Fonte: Northwestern University, 2018.

Tendo isso em vista, ainda que os cursos de certificação ‘non-degree’ (e.g.: MOOCS), tenham crescido de maneira significativa e se apresentado com o propósito de desenvolver competências pontualmente, estes tipicamente têm servido apenas como uma suplementação – e não uma substituição – aos diplomas tradicionais de graduação.

Sendo ainda procurado pelas empresas, o diploma no Brasil apresenta retorno financeiro significativo para os estudantes do ensino superior. Segundo pesquisa realizada pela OCDE (OCDE - 2018, Table A4.2. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-36-en> - dados da CDE), dentre os 40 países avaliados, o Brasil apresenta o maior prêmio salarial em razão da conclusão do ensino superior. De acordo com o indicador, aproximadamente 90% dos estudantes que concluem o ensino superior tem remuneração superior à mediana, contra aproximadamente 30% daqueles que não fizeram mais que o ensino médio e aproximadamente 51% daqueles que concluíram o ensino médio mas não fizeram superior.

Figure A4.2. Percentage of adults earning more than the median, by educational attainment (2016)
25-64 year-old workers (full- and part-time workers)



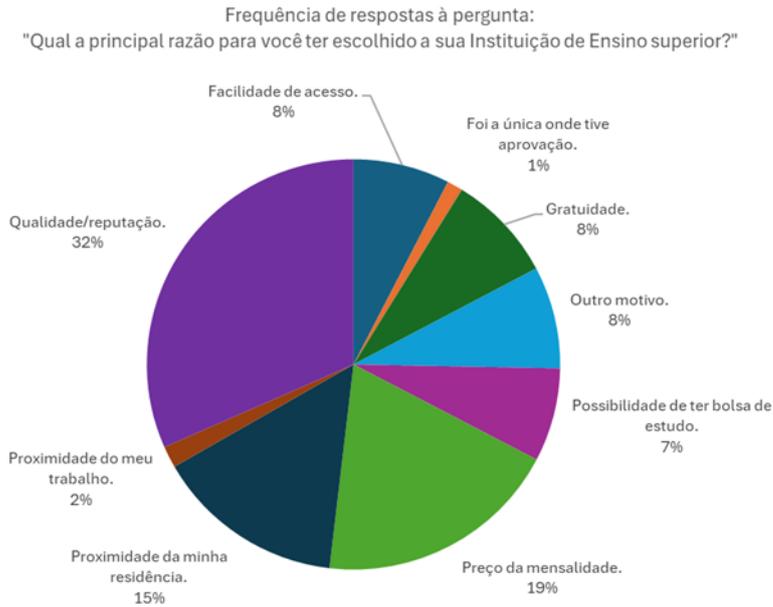
1. Year of reference differs from 2016. Refer to the source table for details.
 2. Earnings net of income tax.
 3. Data refer to full-time, full-year earners only.
 Countries are ranked in descending order of the percentage of 25-64 year-olds with tertiary education earning more than the median.
 Source: OECD (2018), Table A4.2. See Source section for more information and Annex 3 for notes (<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-36-en>).
 StatLink <https://doi.org/10.1787/888933802285>

Destacada a atratividade do ensino superior no Brasil e o histórico de crescimento da demanda por cursos de graduação, espera-se ainda haver potencial de expansão do segmento. De acordo com Education at a Glance 2019 (OCDE, Education at a

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Glance 2019: Brazil, 2019), as taxas de acesso ao ensino superior no Brasil ainda são baixas se comparadas aos demais países da OCDE, 15% contra 22%. O que denota um potencial de crescimento do mercado na ordem de 40%.

A percepção de valor no Ensino Superior pelos estudantes se traduz em uma procura por IES que ofereça programas e cursos com maior qualidade, beneficiando instituições capazes de agregar reconhecimento, tradição e qualidade no ensino às suas marcas. A análise das respostas ao questionário do ENADE (Inep, ENADE, 2022. Brasília: 2023.) demonstra que os fatores ligados à qualidade são os principais determinantes indicados por 32,0% dos estudantes na escolha por uma instituição de ensino.



Ao olhar para a Ânima, em comparação com as demais instituições, percebe-se a qualidade como principal diferencial de escolha. 31,6% dos estudantes de nossas instituições apontaram "Qualidade/Reputação" como principal fator de escolha, contra 21,1% das demais listadas e 38,2% em relação às IES públicas.



Além dos estudantes e dos empregadores, o Governo Brasileiro também tem demonstrado seu alinhamento em relação ao tema da qualidade no ensino. A qualidade do ensino brasileiro figura entre as principais diretrizes estabelecidas pelo MEC para os próximos 10 anos no âmbito da educação no País. Além disso, a diretriz estabelece o aumento da cobertura do

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (“ENADE”), o que indica maior preocupação com a supervisão das instituições de ensino.

Isto demonstra que o Governo tem sido mais ativo na supervisão do ensino no Brasil. Para o oferecimento do FIES, passou-se a exigir que o CPC seja acima de 3 (numa escala que vai de 1 a 5), sob risco de determinar o congelamento de novas matrículas em cursos com CPC constantemente igual ou abaixo de 2.

Principais Concorrentes

O setor da Educação Superior no Brasil é altamente fragmentado, e apresenta concorrência em todas as localidades. Os fatores destacados como influenciadores da concorrência são, entre outros, o preço, a experiência de uma instituição, tradição e reputação, professores, locais e a oferta de cursos.

De acordo com o INEP, em 2022, haviam 2.283 instituições de ensino privado de nível superior no Brasil. Não obstante, nos últimos anos observou-se um forte movimento de consolidação no setor, com grandes grupos educacionais como Ânima, Kroton/Anhanguera, Estácio de Sá, UNIP, SER, entre outras.

Acreditamos que, à exceção de algumas poucas marcas de nicho, como a Fundação Getúlio Vargas, os estudantes brasileiros associam qualidade às marcas tradicionais com forte histórico na região onde vivem, sendo estas muitas vezes sinônimos de seriedade e ensino de qualidade.

Dessa forma, considerando o posicionamento que ocupa no mercado, acreditamos que as nossas IES (USJT, UNP, UNISUL, UNISOCIESC, UNIRITTER, UNIFG-PE, UNIFG-BA, UNIFACS, UNICURITIBA, UNI-BH, UNA, UAM, MILTON CAMPOS, IBMR, FTT, FPB, FASEH, FADERGS e AGES.) competem principalmente com instituições de ensino tradicionais, com marcas de boa reputação e qualidade em seus mercados.

Abaixo, mapeamos nossos principais concorrentes presenciais e semipresenciais nas principais praças de atuação:

Região Nordeste:

FPB - João Pessoa – PB: UNIPÊ, UNIESP e UNINASSAU.

UNIFACS - Salvador – BA: ESTÁCIO, UNIJORGE, FTC e UNIME.

UNIFACS - Feira de Santana – BA: FTC, FAT, FAESF/UNEF e ESTÁCIO.

UNIFG-BA - Guanambi – BA: FIP GUANAMBI e FACULDADE PITÁGORAS DE GUANAMBI / UNOPAR.

AGES - Paripiranga – BA: UNIDOM - DOM LUIS DE ORLEANS E BRAGANÇA, UNOPAR e ESTÁCIO.

UNIFG-PE - Recife – PE: UNIBRA, UNINASSAU, ESTÁCIO e CATÓLICA.

UNP - Natal – RN: UNINASSAU, ESTÁCIO e UNI-RN.

UNP - Mossoró - RN: UNINASSAU, FACULDADE CATÓLICA DO RN e FACENE/RN.

Sudeste:

UNA, FASEH, MILTON CAMPOS E UNIBH – Belo Horizonte - MG: PUC MINAS, PITÁGORAS, ESTÁCIO, NEWTON PAIVA e FUMEC.

IBMR – Rio de Janeiro – RJ: ESTÁCIO, UVA, UNISUAM e UNOPAR.

UAM e USJT - São Paulo – SP: UNINOVE, UNIP, FMU e UNICSUL.

Sul:

FADERGS E UNIRITTER – Porto Alegre/Canoas – RS: PUCRS, UNISINOS, ESTÁCIO, ATITUS (IMED) e SENAC.

UNICURITIBA – Curitiba – PR: PUCPR, UP, UTP e FAE.

UNISOCIESC – Blumenau – SC: CET BLUMENAU, SENAC e UNIASSELVI.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

UNISOCIESC – Joinville – SC: UNIVILLE, CATÓLICA e ANHANGUERA.

UNISUL - Tubarão/Criciúma - SC: SENAC - TUBARÃO, UNESC e ESUCRI.

UNISUL - Florianópolis/São José - SC: ESTÁCIO, ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ, FACULDADE CESUC e UNIVALI.

Centro-oeste:

UNA - Catalão - GO: IMEPAC e UNICALDAS.

Considerando os dados do Censo divulgado pelo INEP em 2022, as nossas IES no mercado da Microrregião de Belo Horizonte detinham 25,7% do total de alunos matriculados em cursos presenciais dentre as instituições privadas. Em Catalão, 30,8%. Em São Paulo, o *market share* é de 12,3% considerando a São Judas e a UAM. Na cidade do Rio de Janeiro são 9,8%. Em Santa Catarina, na região de Florianópolis, nossa participação de mercado foi de 36,1%; na região de Joinville, 29,3%; região de Blumenau, 16,6%; e sul de SC, 28,7%. Em Porto Alegre – RS, o market share é de 31,9% considerando as duas marcas (UniRitter e FADERGS). Já em João Pessoa e região, na Paraíba, detínhamos 17,0% do mercado. Em Natal, no Rio Grande do Norte, detínhamos 53,3% do mercado, e Mossoró, 42,5%, Em Pernambuco, nas cidades de Recife e Jaboatão, temos 13,0% de Market share. Salvador, na Bahia, temos 25,3% do mercado e em Feira de Santana, 18,8%.

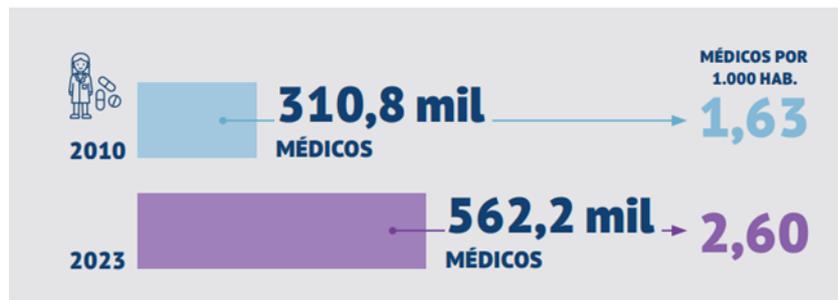
(ix) Medicina

Dada a estrutura regulatória nacional, a expansão de assentos médicos depende principalmente de atributos de qualidade e da necessidade de médicos adicionais em determinada região. O número de assentos médicos permaneceu praticamente inalterado entre 2005 e 2012, mas aumentou em um ritmo mais rápido a partir desse período para mitigar a escassez de médicos no país.

O número de médicos no ano de 2023 chegou em 562.206 mil e a razão destes por habitantes foi de 2,60, superando a projeção do CFM/Cremesp que era de 2,31 para o ano referido. O crescimento de médicos entre 2010 e 2023 foi de 80,9% no período, enquanto a população brasileira aumentou em 12,8%.

Evolução do número de médicos e da taxa de médicos por 1.000 habitantes, de 2010 a 2023

| Brasil, 2023



Fonte: Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2023

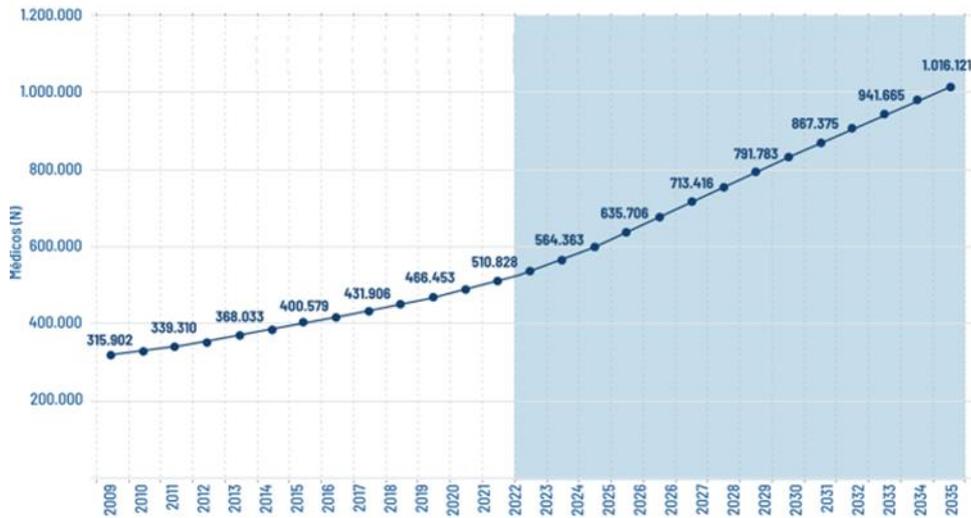
Nos últimos cinco anos, o “Mais Médicos” aumentou a oferta de vagas médicas. De 2013 a 2018, criou cerca de 13 mil vagas em escolas médicas de todo o país, o que contribuiu para o aumento das matrículas em escolas privadas de medicina. Após avaliação recente das cadeiras médicas atuais oferecidas em comparação com o planejado em 2013, o número de cadeiras foi mantido constante em 36.700 pelo MEC desde abril de 2018.

De 2010 a 2022, as matrículas em escolas médicas privadas aumentaram em 29.325, representando um CAGR de 11,4%.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

De acordo com a Demografia Médica, o número de médicos no Brasil aumentou de 310.844 para 562.206 de 2010 a 2023, representando um aumento de 80,8%. Com essa demanda, a oferta de novos profissionais de saúde deve continuar crescendo para acompanhar o aumento da demanda por serviços de saúde públicos e privados. Também é relevante pontuar que existe a expectativa de que existam 1.000.000 de médicos em 2025.

Projeção do número de médicos por mil habitantes no Brasil (2009-2035)



Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2023

(x) Modelos Híbridos

O modelo híbrido de ensino é a metodologia que combina aprendizado online com o offline, em modelos que mesclam momentos em que o aluno estuda sozinho, de maneira virtual, com outros em que a aprendizagem ocorre de forma presencial, valorizando a interação entre pares e entre aluno e professor.

Com a pandemia do COVID-19 e subsequentes políticas de isolamento, alunos do ensino superior deixaram de frequentar fisicamente as escolas e as mesmas tiveram que movimentar-se para disponibilizar o ensino à distância. Esse movimento exigiu uma série de esforços tecnológicos que ajudam a acelerar a digitalização do ensino.

Ante o aparente sucesso das políticas de ensino a distância das instituições de ensino, o modelo híbrido torna-se uma forte tendência para o futuro, unindo a praticidade de assistir aulas e realizar tarefas em casa à experiência diferenciada do ensino presencial.

(xi) Lifelong Learning

Em um mundo globalizado e cada vez mais rápido, o *lifelong learning* – a prática de seguir estudando ao longo da vida, ganha cada vez mais importância e grandes instituições de ensino têm se movimentado para atender tal demanda crescente, fornecendo, por exemplo, cursos online.

Os avanços tecnológicos desempenham um papel essencial para tornar o *lifelong learning* mais acessível. Graças à popularização dos smartphones, mais pessoas possuem acesso a conteúdo educacional através de aplicativos, vídeos etc. além da possibilidade de se inscrever e frequentar cursos pelos dispositivos.

Na linha dos já mencionados avanços tecnológicos, as inovações trazem consigo novas habilidades a cada momento, que são sempre diferenciais em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. A possibilidade de providenciar cursos para alunos ao longo da vida cria um movimento que tende a se fortalecer cada vez mais no Brasil.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d. Eventual sazonalidade:

No segmento de Ensino, quando não há novas aquisições ou abertura de novos campi, a receita do 1º semestre tende a ser maior do que a do 2º semestre do exercício social.

Isso se deve ao fato de que no meio no segundo semestre de cada ano letivo, com início no mês de julho há menor matrícula de novos alunos, em razão da quase inexistência de estudantes recém-formados no ensino médio nesse período. Exemplificativamente, em 2023 nas nossas instituições o vestibular do segundo semestre letivo no Ânima Core representou, em média, 35% em do número de alunos inscritos no vestibular do primeiro semestre letivo. Tal efeito é parcialmente compensado pelo aumento da desistência de alunos no primeiro semestre letivo, de modo que não há variação relevante de receita da Companhia no segmento Ensino Acadêmico.

A receitas auferidas pelo segmento “Lifelong Learning”, composto pela hsm, hsmU, EBRADI e os cursos de pós graduação *lato sensu*, pode ter impacto pela realização de eventos e seminários da HSM, só sendo reconhecidas quando o evento ocorre. Uma vez que a programação de eventos varia a cada ano e os eventos são concentrados ao longo de um curto período de tempo, a receita da HSM está sujeita a um elevado grau de sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Ânima e suas subsidiárias mantêm uma ampla rede de relacionamentos com empresas parceiras, essenciais para suprir as necessidades diárias de operação com uma variedade de bens e serviços em todas as suas unidades. Nos últimos anos, o Grupo tem concentrado esforços na consolidação do seu Departamento de Suprimentos, implementando processos rigorosos de identificação e desenvolvimento de fornecedores, com avaliações técnicas, financeiras e de conformidade, contribuindo para seleções de parcerias de longo prazo. Atualmente, o Grupo trabalha em estreita colaboração com as áreas de negócio no processo de revisão, avaliação e estabelecimento de relações próximas com os parceiros de mercado, sempre com foco em inovação, qualidade dos produtos e serviços adquiridos, e otimização da alocação de recursos.

Dada a ampla gama de cursos oferecidos pela Ânima, a empresa depende de uma cadeia de suprimentos diversificada, composta principalmente por empresas que fornecem os seguintes tipos de bens e serviços:

- Tecnologia (incluindo *hardware*, *software* e soluções integradas)
- Serviços terceirizados (como limpeza, manutenção e controle de acesso)
- Equipamentos e materiais para cursos em geral (abrangendo equipamentos e insumos para laboratórios, hospitais e clínicas)
- Adequações civis (incluindo obras e *retrofits*)
- Marketing e publicidade
- Serviços profissionais

Além disso, é crucial destacar a importância da conformidade com órgãos regulatórios na aquisição de insumos específicos. Por exemplo, a compra de reagentes químicos pode exigir a licenças da Polícia Federal, enquanto a obtenção de alvarás de funcionamento pode ser necessária em colaboração com as Prefeituras. Da mesma forma, para garantir a segurança contra incêndios, o Corpo de Bombeiros pode estar envolvido na obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). A atuação em conformidade com esses e outros órgãos é essencial para garantir a qualidade e a legalidade dos insumos adquiridos

1.5 Principais clientes

a. Montante Total de Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

b. Segmentos Operacionais Afetados pelas Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. Necessidade de Autorizações Governamentais para o Exercício das Atividades e Histórico de Relação com a Administração Pública para obtenção de tais Autorizações.

O setor de educação superior no Brasil está sujeito a extensa regulamentação governamental (vide a seguir os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos), a qual tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, do corpo docente e da infraestrutura das instituições de ensino, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades de ensino e novos cursos. Ao longo de nossa história, fomos adquirindo conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro do setor.

Os processos que envolvem a avaliação de uma Instituição de Ensino Superior (“IES”) e, de seus cursos, representam uma oportunidade para que esta possa aprimorar sua condição como fornecedora de serviços educacionais. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento e reconhecimento de IES, têm prazos limitados e pré-definidos, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

A Constituição Federal, ao definir educação como direito de todos os brasileiros e um dever do Estado e da família, confere ao poder público, o dever de garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso ao ensino fundamental obrigatório. Nesse sentido, o sistema de ensino brasileiro é organizado segundo um regime de cooperação entre os diferentes entes federativos, atribuindo à União competência de: (i) organizar o sistema federal de ensino (instituições públicas federais e instituições privadas de ensino superior); (ii) acompanhar a manutenção e fornecer recursos adicionais, se necessário, para superação de deficiências de instituições federais de educação pública; exercer função normativa, redistributiva e supletiva em matéria educacional; e (iii) oferecer suporte financeiro e técnico a Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de garantir iguais oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal compete oferecer, regulamentar e fiscalizar o ensino fundamental e médio, ao passo que aos municípios cabe prioritariamente oferecer, regulamentar e fiscalizar a educação infantil e os demais níveis da educação básica, incluindo o ensino fundamental e médio.

Educação Básica

Em relação à educação básica, vale pontuar que os Estados e Municípios são responsáveis por regular o ensino infantil, o ensino fundamental e médio, respeitando as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (“CNE”). Os Secretários Estaduais de Educação são assistidos pelos Conselhos Estaduais de Educação e são os principais órgãos reguladores do ensino fundamental e médio. Os Secretários Municipais de Educação são assistidos pelos Conselhos Municipais de Educação e são os principais órgãos reguladores da educação pré-escolar.

Educação Superior

Por ser a regulamentação e a supervisão do ensino superior competência da União, cabe a essa, por meio do Ministério da Educação (“MEC”), normatizar o Ensino Superior, estabelecendo normas gerais para a graduação e pós-graduação. Além disso, a União deve supervisionar avaliação cursos, instituições e alunos, ordenando processos de autorização, reconhecimento, credenciamento, reconhecimento e suas respectivas renovações.

No que tange ao Ensino Superior, os órgãos responsáveis pela regulação, avaliação e supervisão das IES e dos cursos ofertados pelas instituições são o MEC, CNE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (“INEP”) e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (“CONAES”).

O MEC é a autoridade máxima de Ensino Superior no sistema federal de ensino a quem compete, entre outras atividades: (i) homologar deliberações do CNE em pedidos de credenciamento e reconhecimento de IES; (ii) homologar os instrumentos de avaliação; (iii) homologar os pareceres e propostas de atos normativos; (iv) expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; e (v) exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior por intermédio de suas Secretarias.

O CNE é um órgão colegiado, vinculado ao MEC, e constituído pela Câmara de Educação Básica e Câmara de Educação Superior e Conselho Pleno. Compete ao CNE, entre outras atividades: (i) exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao MEC; (ii) deliberar sobre pedidos de credenciamento, reconhecimento e descredenciamento de IES e autorização de oferta de cursos vinculadas a credenciamentos; (iii) propor diretrizes e deliberar sobre a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento e reconhecimento de instituições a serem elaborados pelo INEP; (iv) recomendar providências às Secretarias, como por exemplo a celebração de protocolo de compromisso quando não satisfeito o padrão de qualidade específico para credenciamento e reconhecimento de IES; e (iv) analisar e propor ao Ministério da Educação questões relativas à aplicação da legislação da educação superior.

Já o INEP é uma autarquia federal, vinculado ao MEC, a quem compete principalmente: (i) conceber, planejar, coordenar e operacionalizar as ações destinadas à avaliação de IES, de cursos de graduação e de escolas de governo e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE; (ii) conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar os indicadores referentes à educação superior decorrentes de exames e insumos provenientes de bases de dados oficiais; (iii)

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

conceber, planejar, avaliar e atualizar os indicadores dos instrumentos de avaliação externa *in loco*; E (iv) presidir a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA.

A CONAES é o órgão que coordena e supervisiona o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (“SINAES”), vinculado ao MEC, a qual compete, entre outros, (i) estabelecer diretrizes para organização das comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes; (ii) formular propostas para o desenvolvimento das IES, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação; e (iii) submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos cujos estudantes realizarão o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (“Enade”).

Organização das Instituições de Ensino Superior (“IES”)

As IES privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da instituição mantida. Neste sentido, as IES privadas podem ser qualificadas como:

- **privadas com fins lucrativos** criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;
- **comunitárias**, nos termos da Lei nº 12.881/2013, constituídas na forma de associação ou fundação, que atendam, dentre outros requisitos, a participação de representantes dos docentes, estudantes e técnicos administrativos em seu órgãos colegiados acadêmicos deliberativos; - **confessionais**, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica;
- **instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos**, podendo ser beneficentes e não beneficentes.

Nossas IES são Instituições de Ensino Superior Privadas Com Fins Lucrativos.

Em relação à organização acadêmica, de acordo com a Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, as IES se classificam em:

Faculdade - organização acadêmica inicial das instituições de educação superior. Faculdades são instituições não universitárias de educação superior, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob a mesma direção e regimento comum, com a finalidade de formarem profissionais, podendo ministrar os cursos deste nível e nas diversas modalidades, desde que credenciadas pelo poder competente;

Centro universitário - dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, pode solicitar credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral. Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar;

Universidade - dotada de autonomia, pode solicitar o credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. São instituições que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a universidade federal;

Centro Federal de Educação Tecnológica - constitui modalidade de instituições especializadas de educação profissional, nos termos da legislação própria. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a centro universitário.

Credenciamento de IES, Autorização e Reconhecimento de Cursos

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) reforça a questão da avaliação e busca integrar em um único sistema a avaliação de cursos, para efeito de reconhecimento e renovação de reconhecimento, a avaliação da IES para efeito de credenciamento e a avaliação dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O SINAES tem como principais objetivos: a formação de um conceito global com base na articulação das avaliações propostas e a articulação da avaliação com a regulação.

Essa avaliação é de natureza formativa, voltada para a atribuição de juízos de valor e mérito, buscando aumentar a qualidade e, conseqüentemente, a capacidade e emancipação da IES.

A regulação tem funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas como autorizações, credenciamento, reconhecimentos, renovação de reconhecimento e outras próprias do Estado.

A Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação ("LDB"), em seu art. 46, determinou que os reconhecimentos de Cursos e Credenciamento de Instituições de Ensino teriam prazos limitados. Todos os cursos estão sujeitos à renovação do reconhecimento e todas as IES estão sujeitas ao reconhecimentos, através de um processo permanente de avaliação.

Inicialmente, as IES são credenciadas como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico da instituição já credenciada como faculdade, em funcionamento regular, com padrão satisfatório de qualidade e cumprimento de requisitos específicos, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

De acordo com a LDB, podem ser ofertados os seguintes cursos superiores:

Cursos Sequenciais - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas próprias instituições de ensino;

Cursos de Graduação - abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

Cursos de Pós-graduação - incluem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das próprias instituições de ensino;

Cursos de Extensão - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelas instituições de ensino.

As Faculdades dependem da autorização do MEC para solicitar a abertura de cursos, mesmo após o seu credenciamento. Para tal solicitação, o MEC analisa documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, número de vagas, corpo docente e outras informações acadêmicas relevantes.

Os Instrumentos de Avaliação, elaborados pelo INEP, subsidiam os autos autorizativos de cursos. Para a autorização dos cursos de graduação, a avaliação é baseada em três dimensões: (i) organização didático pedagógica; (ii) corpo docente e tutorial; e (iii) infraestrutura.

Já as Universidades e os Centros Universitários, dentro de sua autonomia, não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade onde localiza sua sede. Deve-se nestes casos, apenas informar ao MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Contudo, a criação de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, deve ser solicitada ao MEC e está sujeita ao parecer das corporações de classe das profissões referidas.

Todos os cursos, sejam oferecidos por faculdade, centro universitário ou universidade, devem ser reconhecidos para que os diplomas dos estudantes tenham validação nacional. O pedido de reconhecimento deve ser solicitado quando decorridos entre 50% e 75% da carga horária total do curso e deve incluir informações sobre o projeto pedagógico, o número de estudantes, dados do corpo docente, períodos de oferta e outras informações acadêmicas e institucionais relevantes.

As IES já credenciadas para oferta de cursos de graduação perante o MEC não necessitam de autorização específica para ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* - denominados cursos de especialização, de acordo com a Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018 e artigo 29 do Decreto nº 9.235/2017. De todo modo, devem informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC os cursos criados por atos próprios, no prazo de sessenta dias, contado da data do ato de criação do curso.

Atualmente a Ânima Educação oferta, aproximadamente, 989 cursos de Pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e EAD, distribuídos entre os vários municípios onde o Grupo atua.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Já com relação aos cursos de pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado, a avaliação é feita a cada quatro anos, pela CAPES e sujeita à aprovação do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (“CTC-ES”) e do CNE. Os cursos são recomendados/reconhecidos segundo características, perspectivas e quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada área de avaliação da CAPES.

A Ânima Educação oferece, atualmente: pela USJT/SP - 4 (quatro) cursos de Mestrado: Arquitetura e Urbanismo, Ciências do Envelhecimento, Educação Física e Engenharia Civil e 2 (dois) cursos de Doutorado em Educação Física e Arquitetura e Urbanismo; pela UNISUL/SC - 5 (cinco) cursos de Mestrado: Administração, Ciências Ambientais, Ciências da Linguagem, Ciências da Saúde e Educação e 4 (quatro) cursos de doutorados: Administração, Ciências da Linguagem, Ciências da Saúde e Educação; pela UniCuritiba/PR - 1 (um) curso de mestrado em Direito e 1 (um) Doutorado em Direito; pela UniRitter, 1 (um curso) de mestrado em Direito; pela UAM, quatro curso de Mestrado : Comunicação, Design, Engenharia Biomédica e Hospitalidade e dois cursos de Doutorado: Comunicação, Design, Engenharia Biomédica e Hospitalidade ; pela UniFG, um curso de Mestrado em Direitos Humanos; pela Milton Campos, um curso de Mestrado em Direito; pela Unifacs, quatro cursos de Mestrado: Direito, Governança e Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional e Urbano, Administração, Sistemas e Computação e dois cursos de Doutorado: Desenvolvimento Regional e Urbano e Engenharia Química ; e pela UnP, quatro cursos de Mestrado: Administração (Acadêmico), Administração (Profissional), Biotecnologia e Psicologia Organizacional e do Trabalho e dois cursos de Doutorado: Biotecnologia e Administração.

Educação a Distância - EaD

Com relação à educação a distância (“EaD”), a modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos, as diversas possibilidades proporcionadas pela EaD à sociedade sugerem às instituições educacionais um movimento de adequação a essa tendência como condição de permanência e consolidação no cenário educacional.

A EaD, na perspectiva da legislação da Educação Superior no Brasil, é regulamentada pelo art. 80 da LDB, pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Portaria Normativa MEC nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa do MEC nº 23, de 17 de dezembro 2017 e demais normas vigentes aplicáveis.

A EaD é aplicável às instituições de ensino, públicas ou privadas, e pode ser oferecido nos seguintes níveis e como parte dos seguintes métodos educacionais: (i) ensino fundamental e médio, desde que seja usado apenas para complementar os processos de aprendizado ou em situações de emergência;

(ii) educação para jovens e adultos, de acordo com critérios legais específicos; (iii) educação especial, de acordo com critérios legais específicos; (iv) educação profissional e técnica de nível médio; e (v) ensino superior, abrangendo graduação, programas de mestrado, especializações e estudos de doutorado.

Somente instituições de ensino credenciadas podem oferecer cursos e programas na modalidade a distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior.

Os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e pós-graduação podem ser oferecidos usando métodos de ensino a distância sempre que uma IES for regularmente credenciada no MEC para esse fim. O pedido seguirá, inicialmente, procedimento específico para credenciamento, autorização e reconhecimento de educação a distância, transitando perante os órgãos próprios do MEC.

O credenciamento poderá ser renovado mediante novo processo. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até 24 meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora. Caso a implementação dos cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos poderão ser tornados sem efeito.

No caso do Ensino Superior, as Universidades e os Centros Universitários credenciados para oferta de educação superior à distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição. Já as Faculdades, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior à distância.

Os cursos de pós-graduação ofertados na modalidade à distância estão, atualmente, disciplinados pela Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017 (stricto sensu), pela Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa n.º 23, de 21 de dezembro de 2017, pela Resolução CNE/CES n.º 1, de 6 de abril de 2018 e pela Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 (lato sensu).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

As instituições que oferecem cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e lato sensu (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela União (MEC) e obedecer às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos em questão.

Embora o ensino a distância seja definido pela ausência de contato direto entre alunos e professores, há atividades que devem ser realizadas no local, como por exemplo as atividades de extensão. Dessa forma, as instituições de ensino a distância devem fornecer a infraestrutura necessária para que os alunos realizem essas atividades, utilizando a sede da instituição de ensino ou unidades de apoio menores em todo o país. As unidades de apoio ao ensino a distância não estão mais sujeitas a avaliação no local e não precisam obter autorização prévia do MEC para serem instaladas ou operadas. Nos termos da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, essas unidades podem ser criadas por decisão unilateral da própria instituição.

Os programas de stricto sensu (mestrado e doutorado) a distância estarão sujeitos às exigências de recomendação e de renovação previstas em legislação específica. Atualmente, a Portaria CAPES nº 90/2019 dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade de educação a distância, e indica que os títulos de mestres e de doutores obtidos nos programas a distância avaliados positivamente pela CAPES, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro da Educação, terão validade nacional. Para que as IES estejam aptas a oferecer programas de pós-graduação stricto sensu a distância, deverão atender certos requisitos – dentre eles (i) ter índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro) e (ii) ser credenciadas junto ao MEC para a oferta de cursos à distância.

Atualmente, não existe uma regulamentação educacional que proíba a oferta de cursos à distância.

Na perspectiva da regulação, cabe destacar que a avaliação dos cursos de EaD é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente pode instaurar processo administrativo e, conforme o caso, penalidades, tais como a suspensão temporária da oferta de cursos, a redução das vagas autorizadas e até o credenciamento da IES.

Também é importante ressaltar que, recentemente, a Portaria Normativa MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, alterou o limite máximo de horas de ensino a distância em cursos presenciais, de 20% para 40% da carga horária total do curso. O curso que adotar essa alternativa metodológica ainda será considerado presencial, mas será possível oferecer horas de EaD que devem ser amplamente informadas aos alunos matriculados no curso. Este limite não se aplica aos cursos de Medicina.

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. O principal objetivo desse sistema de avaliação é oferecer ao estudante um referencial que permita aferir a qualidade dos cursos disponíveis, bem como oportunizar que as IES adotem mecanismos para melhorar a qualidade do ensino superior que ministram e, conseqüentemente, o do Brasil. De acordo com as normas vigentes, os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 (cinco) níveis que são levados em consideração para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento e credenciamento de instituições:

- os valores 4 (quatro) e 5 (cinco) expressam condições acima das satisfatórias – muito bom e excelente, respectivamente;
- o valor 3 (três) expressa condições satisfatórias; e
- os valores 1 (um) e 2 (dois) expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório, será celebrado um termo de compromisso entre a instituição e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, as quais podem variar de uma simples advertência até a cassação do credenciamento ou credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Os resultados da avaliação de IES e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC.

Avaliação externa de Instituições de Ensino Superior

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP nas seguintes situações: quando a instituição solicita seu primeiro credenciamento, quando o ato de credenciamento está vencendo e solicita-se o recredenciamento; ou quando a IES recebe conceito inferior a 3 no Índice Geral de Cursos - IGC, que corresponde a um somatório dos conceitos avaliativos preliminares obtidos em todos os cursos superiores (de graduação e pós-graduação) da instituição em questão.

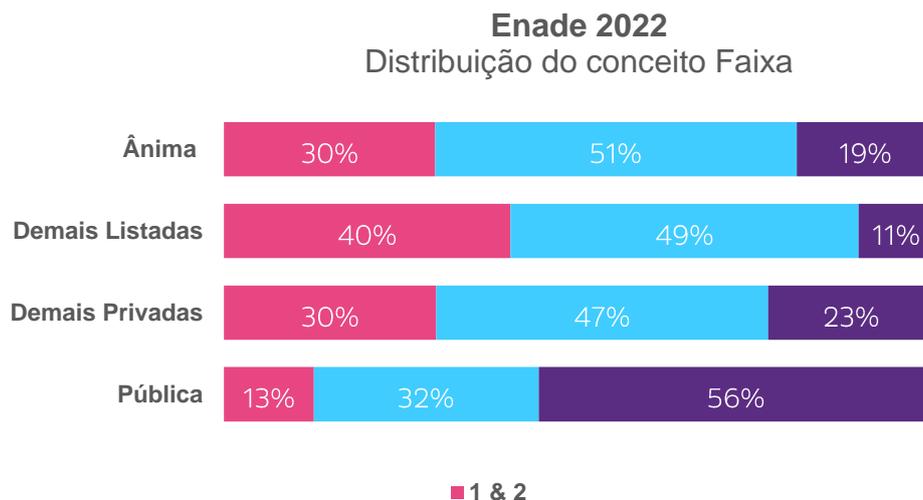
De acordo com a Lei do SINAES nº10.861, de 14 de abril de 2004 e com a Portaria Normativa MEC nº 1.382 de 31 de outubro de 2017, as IES são avaliadas com base nos seguintes eixos: EIXO 1: Planejamento e avaliação institucional; EIXO 2: Desenvolvimento institucional; EIXO 3: Políticas acadêmicas; EIXO 4: Políticas de Gestão; e EIXO 5: Infraestrutura.

A avaliação externa *in loco* institucional realizada pelo INEP considerará, no mínimo, as dez dimensões avaliativas inseridas nos eixos indicados, e resultará no Conceito Institucional (“CI”). A avaliação externa *in loco* do curso, por sua vez, considerará as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as dimensões relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, e resultará no Conceito de Curso (“CC”).

Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE)

A avaliação externa do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo Inep. O aluno submete-se ao ENADE, o qual tem como objetivo verificar os conhecimentos, as habilidades e as competências adquiridas durante o curso, e se referem às questões/situações gerais e às específicas da formação profissional. Os estudantes concluintes dos cursos de Bacharelado que tenham integralizado mais de 80% (oitenta por cento) da carga horária mínima do curso e estudantes concluintes dos Cursos Superiores de Tecnologia que tiverem integralizado mais de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária mínima do currículo submetem-se ao ENADE a cada três anos de acordo com o ciclo avaliativo de cada área. O primeiro ENADE ocorreu em 2004, quando foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e substituiu o Exame Nacional de Cursos - Provão, aplicado a estudantes matriculados apenas na última série de cada curso no período de 1996 a 2003.

A nota geral de cada turma de estudantes é calculada com base na média ponderada de todos os estudantes de um determinado curso que se submeteram ao exame. O Inep avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais.



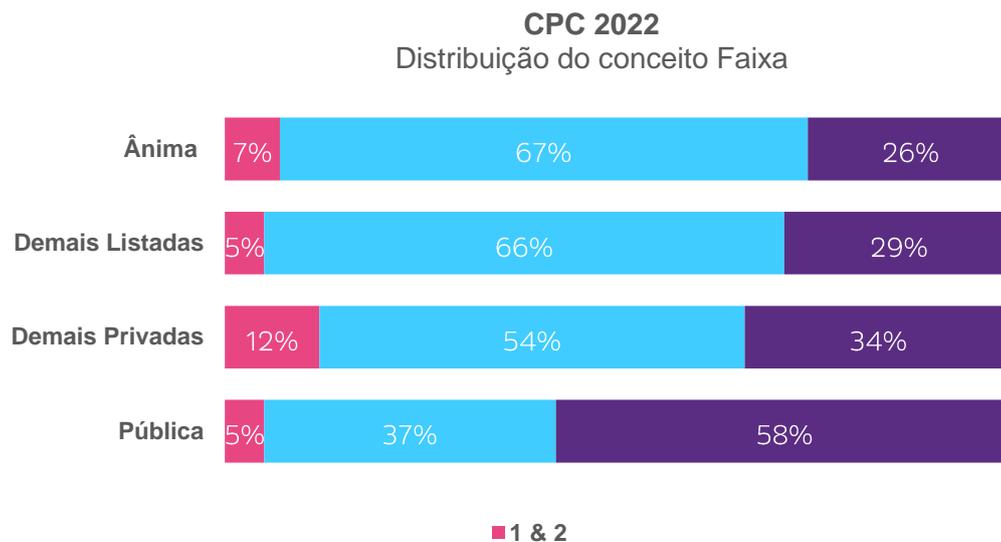
CPC – Conceito Preliminar de Curso, e IGC – Índice Geral de Curso e IDD – Índice de Diferença de Desempenho

O Conceito Preliminar de Curso (“CPC”) é um indicador avaliativo criado pelo MEC para permitir uma avaliação provisória dos cursos de graduação enquanto a avaliação definitiva não é concluída.

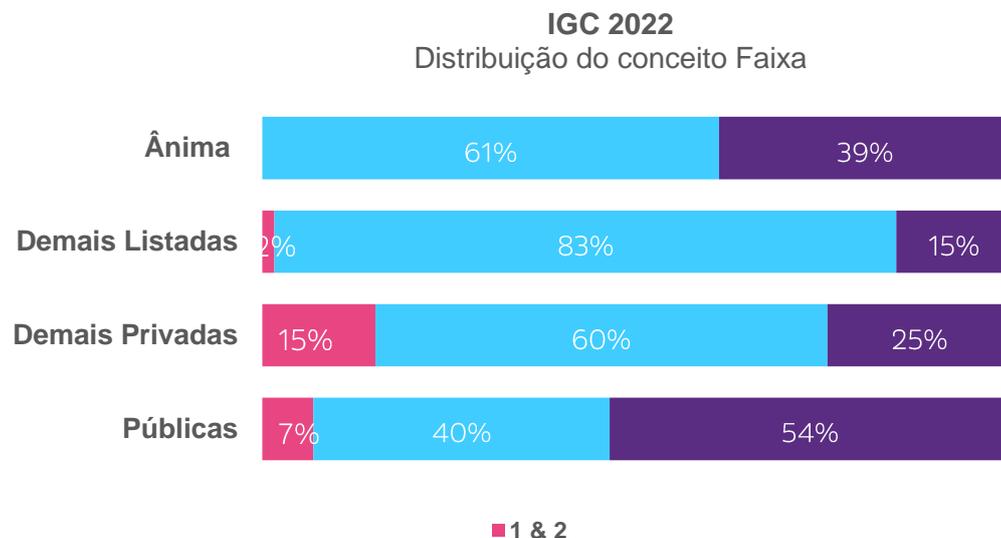
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O Conceito Preliminar de Curso combina diversas medidas supostamente relativas à qualidade do curso: infraestrutura e instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, titulação do corpo docente, regime de trabalho do corpo docente, o desempenho obtido pelos estudantes no ENADE e o IDD (Índice de Diferença de Desempenho), que mensura a diferença de desempenho do aluno ingressante, no ENEM, e o aluno concluinte, no ENADE, com o propósito de tentar quantificar a contribuição da IES ao aprendizado do aluno .

O CPC também é organizado em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco). As IES com cursos que obtiverem CPC insatisfatório (1 e 2) necessariamente terão sua visita *in loco* antecipada, enquanto aquelas que obtiverem conceitos satisfatório, muito bom ou excelente (3, 4 ou 5) poderão escolher se receberão a visita ou não. O Conceito Preliminar de Curso é divulgado anualmente, junto com os resultados do ENADE.



O Índice Geral de Cursos (“IGC”) é um indicador de avaliação da qualidade da instituição e considera os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. Resulta da média ponderada das notas dos cursos e é recalculado anualmente. O IGC também varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco), e pode ser utilizado como subsídio nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições e também, levando em consideração no processo de autorização de novos cursos: instituições com IGCs menores que 3, por exemplo, podem ter seus pedidos de novos cursos rejeitados pelo MEC. No ano de 2020, devido a pandemia da Covid-19, não houve “medição” do indicador.



1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)

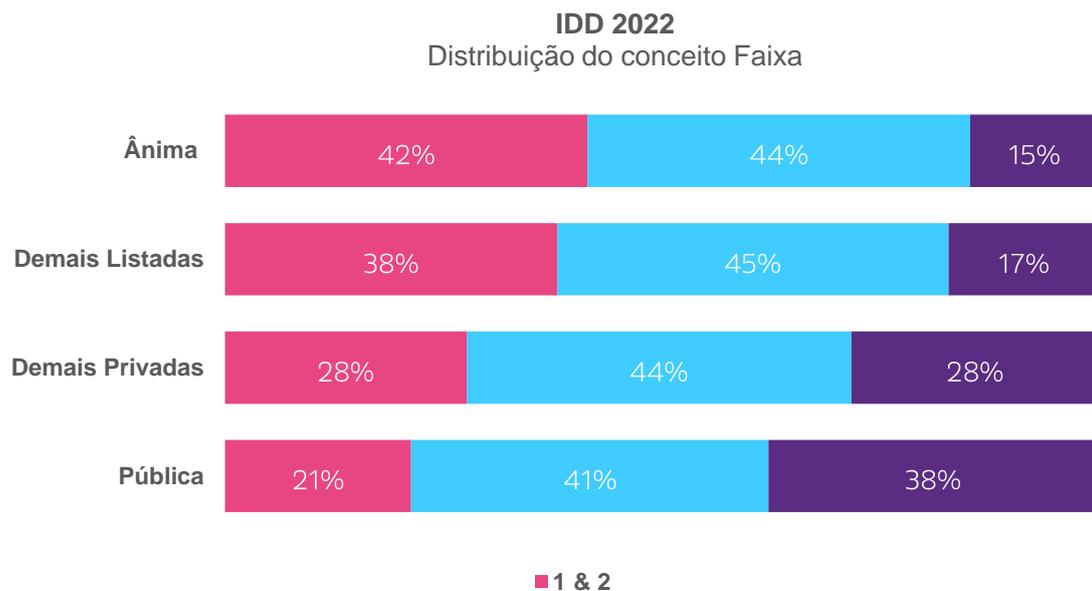
O IDD é um indicador de avaliação que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no ENADE e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:

- (i) Possuir no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os 3 (três) anos anteriores;
- (ii) Atingir 20% (vinte por cento) do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do mesmo estudante nos dois exames a partir do número do CPF.

Assim como o CPC e o IGC, o IDD varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco).



Transferência de Manutenção

As instituições de ensino superior privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da Instituição mantida. Nos termos do artigo 35 do Decreto nº 9.235/2017 e Portaria Normativa MEC nº 23/2017, a alteração da manutenção ocorre sempre que houver uma alteração de mantenedora da IES, com mudança de CNPJ, bem como a alteração de controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora. Embora não dependa mais da aprovação do MEC, a alteração na manutenção deverá ser informada ao órgão, no prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da transação. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma IES e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal, que será avaliada por ocasião do credenciamento institucional.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

PROGRAMAS DE INCENTIVO

Programa Universidade para Todos (“**PROUNI**”)

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação.

As IES privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por 10 (dez) anos e renovável pelo mesmo período, desde que observados requisitos legais. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros.

O PROUNI exige que as instituições beneficiadas ofereçam: (i) pelo menos uma bolsa integral para cada 10,7 alunos que pagam uma mensalidade regular e estejam regularmente matriculados no fim do ano letivo anterior; ou (ii) uma bolsa integral para cada 22 alunos que pagam a mensalidade regular em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, desde que também ofereçam bolsas de 50% ou 25% em um valor total equivalente a 8,5% de sua receita anual. Na data deste Formulário de Referência, esclarecemos que na condição de beneficiária do PROUNI, nós oferecemos bolsa nos termos indicados no item (i) acima.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Podem participar do Prouni os estudantes brasileiros que não possuam diploma de curso superior e que atendam a pelo menos uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola;
- ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada;
- ser pessoa com deficiência;
- ser professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda.

Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50% ou 25%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Somos credenciados ao ProUni e, portanto, nos valemos de tais benefícios.

Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (“**FIES**”)

O FIES é destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A adesão ao FIES pode ser realizada pelas instituições com cursos e que obtiveram conceito maior ou igual a três na avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Os cursos que não atingirem a média de indicador satisfatório ficarão desvinculados do FIES, sem prejuízo para o estudante já financiado. É vedada a concessão de financiamento a cursos superiores ministrados na modalidade de EaD. As mantenedoras de instituições de ensino que aderirem ao FIES participarão do risco do financiamento, como devedoras solidárias.

Nos termos da Lei nº 10.260/2001, alterada pela Lei nº 13.530/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 209, de 07 de março de 2018 e da Resolução nº 58/2024 do FNDE, o financiamento estudantil poderá ser concedido em duas modalidades:

I. Modalidade FIES, conforme prevista no artigo 5-C e seguintes da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio do FIES e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de até 3 (três) salários mínimos. Para essa modalidade, os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018 deverão observar, dentre outras condições, (i) o prazo definido em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies; (ii) taxa de juros real igual a zero, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional; (iii) o oferecimento de garantias pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino e (iv) a participação das instituições de ensino no risco do financiamento, na condição de devedoras solidárias do FG-Fies, na proporção de suas contribuições ao Fundo.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

II. **Modalidade P-FIES**, conforme prevista nos artigos 15-D a 15-M da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio de fontes de financiamento distintas do FIES, tais como o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos. Nesta hipótese, as condições de concessão do financiamento ao estudante serão definidas entre o agente financeiro operador do crédito, a instituição de ensino superior e o estudante, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, a taxa efetiva de juros do FIES variará de acordo com as condições negociadas com o agente financeiro.

As vagas ofertadas no processo seletivo do FIES foram selecionadas de acordo com critérios técnicos, observando-se o disposto na legislação vigente, a saber: (i) disponibilidade orçamentária e financeira do FIES; (ii) conceito do curso obtido no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), priorizando-se os cursos com conceito 5 e 4; (iii) cursos das áreas de Saúde, Engenharia e Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior, com 60% do número de vagas de cada microrregião; (iv) relevância social por:

- a. microrregiões identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a partir das informações geradas pela demanda por educação superior, calculada a partir de dados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
- b. demanda por financiamento estudantil, calculada a partir de dados do FIES no ano de 2015;
- c. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM da microrregião, calculado a partir da média dos IDH–Ms dos municípios que a compõem, conforme estudos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil - Pnud – Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro, conforme detalhado no anexo I da Portaria Normativa 13/2015.

Nesse contexto, os cursos considerados para cada área prioritária foram:

- I. Área da Saúde: Biologia – Bacharelado, Biomedicina, Educação Física – Bacharelado, Enfermagem – Bacharelado, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina, Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional, em consonância com o estabelecido na Resolução CNS nº 287/1988;
- II. Área da Engenharia: todos os cursos do Cadastro e–MEC que possuam "Engenharia" na nomenclatura;
- III. Área da Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior: Pedagogia, Normal Superior, Português, Biologia, Matemática, Educação Física, História, Geografia, Língua Estrangeira, Química, Física, Filosofia, Artes, Sociologia e demais licenciaturas;

FIES SOCIAL

Através da Resolução nº 58/2024, o Ministério da Educação implementou o Fies Social, reintegrando o aspecto social ao financiamento estudantil, direcionando-se especialmente às necessidades dos estudantes de baixa renda. Esta nova versão visa primordialmente melhorar as condições de acesso ao Fies, reservando 50% das vagas em cada edição dos processos seletivos do programa e concedendo até 100% de financiamento dos custos educacionais para os estudantes cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que possuam renda familiar per capita de até meio salário-mínimo.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MEC, bem como com os órgãos integrantes dele ou ligados a ele, como é o caso do CNE, da SERES, do INEP e da CONAES. Tal fato é atestado pelos conceitos conferidos nos processos para obtenção das autorizações e reconhecimentos dos cursos, credenciamento e credenciamento necessários para a condução das nossas atividades e, principalmente, para o nosso crescimento.

Regulamentação relativa a privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - “LGPD”), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

O cumprimento da legislação ambiental e aplicáveis às nossas atividades, via de regra, não geram impactos significativos às condições financeiras da nossa Companhia.

Adicionalmente, algumas autorizações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes. Mais além, algumas de nossas atividades podem ser fiscalizadas pelos órgãos competentes do Poder Público para fins de emissão do Alvará de Funcionamento e/ ou do Alvará Sanitário das nossas unidades.

Em regra, nem todas as atividades não estão sujeitas ao Licenciamento Ambiental. Devido a exigências específicas presentes na Legislação Municipal e/ ou Estadual de algumas localidades em que atuamos, no entanto, empenhamos nossos melhores esforços para cumprir e nos adequar de acordo com as exigências legais e as condicionantes presentes ou não nas licenças ambientais emitidas para nossas atividades. Além disso, as licenças ambientais que possuímos devem ser renovadas, em observância aos prazos previstos na legislação vigente. De acordo com a Legislação Ambiental, a responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O poluidor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço em nossas unidades, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não nos isentam de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/ 1998 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

Antes da aquisição e/ou locação de qualquer imóvel, avaliamos os principais aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação, áreas de preservação permanente e ocorrência de áreas contaminadas, para fins de identificação prévia sobre a necessidade de remediação de danos ambientais e/ou a solicitação aos órgãos ambientais das licenças e autorizações que se façam necessárias.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e/ou água subterrânea, a Companhia poderá ser responsabilizada pela remediação de tal contaminação, inclusive pelos custos envolvidos visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Nesses casos, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações, é responsabilidade da nossa Companhia implementar a devida gestão, enquanto proprietária ou operadora de atividades em propriedades potencialmente ou efetivamente contaminadas, por meio da elaboração de laudos técnicos, avaliações e investigações cabíveis, e implementação adequada dos respectivos planos de intervenção. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com suas responsabilidades, podemos nos tornar alvo de processos perante os órgãos competentes exigindo a adoção de medidas de remediação, e ainda, podemos ser considerados objetivamente responsáveis pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Desde 2009, nós desenvolvemos projetos e iniciativas que promovem os três pilares do nosso desenvolvimento sustentável: (i) ser economicamente viável; (ii) socialmente justo, e (iii) ecologicamente correto.

Adicionalmente, aderimos aos padrões internacionais de socioambientais - Padrão Internacional GRI (Global Reporting Initiative) e uma vez que éramos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas ("ONU") e da Carta da Terra, de acordo com o descrito abaixo:

- Global Reporting Initiative – GRI – é uma entidade internacional pioneira na promoção de relatórios de sustentabilidade e sua Norma tem se consolidado como um padrão mundial a ser adotado pelas organizações.

- Pacto Global da ONU – Pacto Global com a finalidade de disseminar as melhores práticas nas áreas de direitos humanos, padrões trabalhistas, meio ambiente e de combate à corrupção; e

- Carta da Terra - uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global sustentável e pacífica, de iniciativa da ONU, que se desenvolveu e se consolidou como uma iniciativa global da sociedade civil.

O Relatório de Sustentabilidade mais atual divulgado reflete dados coletados até 2019. Atualmente reportamos o Relatório Anual de Monitoramento do Desempenho Ambiental e Social do Grupo Ânima, o qual contempla indicadores importantes para a companhia, seguindo orientações e diretrizes da Corporação Financeira Internacional (IFC - International Finance Corporation), instituição membro do Grupo Banco Mundial, que anualmente efetua visitas às unidades.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

c. Dependência de Patentes, Marcas, Licenças, Concessões, Franquias, Contratos de Royalties Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades.

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Os pedidos de registro de marca, depositados, mas ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros e uma vez deferidos, o titular pode não efetuar o pagamento da taxa final, cobrada no ato do deferimento da marca, o que também ocasionará o arquivamento do pedido de registro. Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos às marcas são: (i) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento da taxa de prorrogação a cada 10 anos; (ii) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial; (iii) transferência para terceiros em desacordo com o artigo 135 da LPI; (iv) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo administrativo. No âmbito judicial, embora sejamos titulares de alguns registros de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estejamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento decenal de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Nossa atividade depende de algumas de nossas marcas, quais sejam: UNA, Anhembi Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE, IBMR, HSM, HSM University, Ebradi (Escola Brasileira de Direito), Inspirali, Gama Academy, Unisociesc, Unijoinville, Learning Vilage, Instituto Ânima, BSP e Cedepe, bem como dos nomes de domínio a elas atrelados. Em caso de perda de alguma dessas marcas ou de outras a estas relacionadas, nossa atividade poderá sofrer prejuízos significativos, conforme indicado no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

Não obstante, a Companhia realiza contratação de terceiros para desenvolvimento e manutenção de aplicativos, através dos quais foi desenvolvida uma plataforma para interface com o aluno que envolve disponibilização de conteúdo, criação de jornadas para o aluno e ensino a distância.

Ainda, a Companhia celebrou contratos de licença de marca com terceiros para utilização e exploração dessas marcas em suas atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A Ânima não efetuou contribuições financeiras direta ou indiretamente por meio de terceiros em nenhuma das hipóteses:

- (i) em favor de ocupantes ou candidatos políticos
- (ii) em favor de partidos políticos
- (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Até a data deste Formulário de Referência não possuímos receitas provenientes de atividades no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, uma vez que não temos operações em países estrangeiros.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O último Relatório de Sustentabilidade divulgado pela Companhia reflete dados coletados até 2019, sendo possível encontrá-lo no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.animaeducacao.com.br/>). Até essa publicação, foi usado o para referência Global Report Initiative - GRI, além de também se referenciar nos indicadores do Pacto Global e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Relatório de Sustentabilidade não passou por auditoria ou revisão de entidade independentes.

Nos últimos anos, a companhia passou por processo de integração de ativos, após aquisição transformacional realizada em 2021. Tal transformação levou a companhia a passar por um processo de diagnóstico das questões relacionadas a ESG, ainda não finalizada até a data de publicação deste formulário. Com esse trabalho estamos na construção da matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG.

Em virtude do processo de diagnóstico das questões relacionadas ao ESG da companhia, por enquanto, o documento não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climática. Da mesma forma, em razão do processo de diagnóstico e definição de matriz de materialidade, ainda não é realizado inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Com o melhor entendimento da relevância de todos os temas para a Companhia e seus stakeholders, será possível traçar a melhor estratégia de atuação e controle de indicadores.

Anualmente controlamos indicadores específicos que são utilizados para reporte ao IFC (International Finance Corporation), apresentados no Relatório Anual de Monitoramento do Desempenho Ambiental e Social, destinado exclusivamente ao IFC, que contempla informações das unidades, operações, gestão dos recursos naturais, indicadores de saúde, segurança do trabalho, dentre outros, seguindo as orientações e diretrizes do IFC. Além do reporte anual, temos visitas de supervisão e planos de ação indicados pelo IFC.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

No último exercício social não ocorreram aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadrem como operação normal nos nossos negócios, nem alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios e nem contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Operação	Opção da aquisição da totalidade de participação do IBCMED
Descrição	Em 04 de julho de 2023, a Ânima Educação exerceu, através de sua controlada Inspirali Educação S.A. ("Inspirali"), um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação. Para a conclusão da transação foi acordado o pagamento de R\$ 90 milhões, referentes à aquisição dos 49% restantes do capital do IBCMED e ao pagamento de <i>earn-out</i> previstos no contrato anterior. Com a transação, a Inspirali promove uma redução de seu passivo em R\$ 41 milhões, pois o saldo nas Demonstrações Financeiras consolidadas do 1T23, a título de dívida ou obrigações a serem pagas referente à aquisição do IBCMED, totalizava R\$ 131 milhões.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Fato relevante divulgado em 01 de julho de 2023.

Operação	Registro "categoria B" pela Inspirali
Descrição	Em 27 de julho de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") concedeu à Inspirali Educação S.A. ("Inspirali") o registro de emissor de valores mobiliário na categoria "B". Esse registro permite à Inspirali acessar o público em geral por meio de emissões de títulos de dívida e foi realizado para fins de cumprimento de obrigação contratual assumida pela Inspirali no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures de 29 de março de 2022.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Comunicado ao mercado divulgado em 3 de agosto de 2023.

Operação	Ajuste de participação societária com a DNA Capital
Descrição	Em continuidade ao Acordo de Investimentos e Outras Avenças firmado e anunciado em 2021 ("Acordo de Investimentos"), em 16 de fevereiro de 2024, foi aprovada, um Termo de Ajuste de Participação Societária e Outras Avenças ("Termo de Ajuste") com a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão ("DNA Capital"), que resultará em um ajuste na participação da DNA Capital na Inspirali Educação S.A. ("Inspirali"), subsidiária da Ânima Educação, equivalente a 0,99%, levando a DNA Capital a uma participação total final na Inspirali equivalente a 25,99% de seu capital social total e votante.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Ata da reunião do Conselho de Administração da Inspirali realizada em 20 de março de 2022

1.13 Acordos de acionistas

Possuímos atualmente um acordo de acionistas arquivado em nossa sede.

Trata-se do acordo celebrado em 23 de agosto de 2013 entre os Srs. Daniel Faccini Castanho, Marcelo Battistella Bueno, Maurício Nogueira Escobar, Átila Simões da Cunha, Flávio Korn, Ignácio Dauden Martinez, Rodrigo Rossetto Dias Ramos, Ricardo Cançado Gonçalves de Souza, Fabrício Ghinato Mainieri, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Leonardo Barros Haddad, Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto, Rômulo Faccini Castanho e Ryon Cássio Braga (em conjunto, "Acionistas Originais") (o "Acordo de Acionistas Originais").

Em 12 de maio de 2016, o Sr. Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto desvinculou-se do "Acordo de Acionistas Originais". Em 07 de abril de 2017, os srs. Flávio Korn e Ryon Cássio Braga também se desvincularam do "Acordo de Acionistas Originais".

Os principais termos e condições do Acordo de Acionistas Originais celebrado entre nossos Acionistas Originais em 23 de agosto de 2013 estão descritos abaixo.

a. partes

São partes no acordo de acionistas: (i) Daniel Faccini Castanho; (ii) Marcelo Battistella Bueno; (iii) Maurício Nogueira Escobar; (iv) Átila Simões da Cunha; (v) Flávio Korn; (vi) Ignácio Dauden Martinez; (vii) Rodrigo Rossetto Dias Ramos; (viii) Ricardo Cançado Gonçalves de Souza; (ix) Fabrício Ghinato Mainieri; (x) Gabriel Ralston Correa Ribeiro; (xi) Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto; (xii) Romulo Faccini Castanho; (xiii) Leonardo Barros Haddad e (xiv) Ryon Cássio Braga (doravante designados, em conjunto, como "Acionistas" e, individual e indistintamente, como "Acionista") e, ainda, a nossa Companhia e a RNE Gestão Patrimonial S.A. ("RNE"), como intervenientes anuentes.

b. data de celebração

23/08/2013

c. prazo de vigência

O prazo de vigência será de 15 (quinze) anos.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sujeitam-se ao Acordo todas as ações detidas pelos Acionistas na data de sua celebração, bem como todas as ações que venham a ser subscritas ou adquiridas pelos Acionistas durante sua vigência ("Ações Vinculadas"). Os Acionistas obrigam-se a exercer o seu direito de voto relativo às Ações Vinculadas em nossas assembleias gerais de maneira a cumprir com os termos e condições do Acordo de Acionistas, sempre no mesmo sentido e teor, fazendo, ainda, com que os membros por eles indicados ao nosso Conselho de Administração também exerçam seus direitos de voto em nossas Reuniões do Conselho, sempre no mesmo sentido e teor. Os Acionistas se reunirão previamente a qualquer conclave ("Reunião Prévia") e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os Acionistas e pelos membros do Conselho de Administração por eles indicados. Além disso, a deliberação dos nossos aumentos de capital deverão ser aprovados pela maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Todos os Acionistas poderão, nas Reuniões Prévias, indicar candidatos aos cargos de Conselheiros efetivos e suplentes da nossa Companhia, dos quais serão escolhidos pelos Acionistas, como candidatos efetivos, aqueles aprovados pelos Acionistas Originais que representem a maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas. Após escolhidos os nomes nas Reuniões Prévias, todos os Acionistas Originais deverão votar de forma unânime, no dia da assembleia de eleição do Conselho de Administração, de maneira a eleger os candidatos escolhidos pelos Acionistas Originais nas Reuniões Prévias.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Observado o disposto no Acordo de Acionistas, na hipótese de um Acionista pretender transferir uma parte ou a totalidade das Ações Vinculadas, deverá notificar os demais Acionistas, se for o caso, informando sua intenção transferir uma parte de suas Ações Vinculadas. Quando os Acionistas receberem uma notificação, informando

1.13 Acordos de acionistas

sua intenção do Acionista de transferir uma parte de suas Ações Vinculadas, os Acionistas notificados, terão o direito primário de preferência para aquisição, no prazo de 30 (trinta) dias úteis e nas mesmas condições. Caso algum Acionista não exerça o direito de preferência primário a que faça jus, no prazo avençado, o mesmo será repassado proporcionalmente aos outros Acionistas, obedecida a proporção detida por cada qual no bloco composto por todos os demais Acionistas, para exercício no prazo de 15 (quinze) dias úteis, processo que se repetirá até que não reste mais participação a adquirir. Caso ainda reste participação a adquirir, aplicar-se-á o eventual direito de preferência concedido a acionista que não seja parte no Acordo.

Além do direito de preferência mencionado acima, os Acionistas outorgarão e concederão à RNE, empresa que controlam, opções de compra para a aquisição, pela RNE, da totalidade das Ações que cada Acionista detém em nossa Companhia. O exercício de cada opção de compra se dará no prazo de até 15 (quinze) anos, e poderá ser exercido apenas se e quando um ou mais Acionista(s) vier(em) a falecer.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os Acionistas se reunirão em Reunião Prévia e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os membros do Conselho de Administração por eles indicados.

Acordo de Acionistas entre os Acionistas Originais e Península Fundo de Investimento em Participações

Em 23 de setembro de 2014 foi celebrado entre o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP") e os nossos Acionistas Originais um acordo de acionistas. Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP"), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais, passando a existir, portanto, apenas o Acordo de Acionistas Originais.

A íntegra do Acordo de Acionista está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção "Governança Corporativa", "Acordo de Acionistas"

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

No último exercício social, ou no exercício social corrente, não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No último exercício social ou no exercício social corrente, não possuíamos contratos relevantes celebrados entre nós e nossas controladas, que não sejam relacionados com as nossas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Qualidade Acadêmica & Inovação

Tendo como objetivo obter o reconhecimento por meio de práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, consideramos três pilares que favorecem a qualidade do ensino por nós ofertado: o currículo, a personalização e a avaliação da aprendizagem.

O currículo

A elaboração dos currículos Ânima acontece de forma dialógica: participam professoras e professores do ecossistema, como também, os educadores que estão na gestão acadêmica. Isso garante uma visão plural, diversa, global que respeita aspectos locais.

Para alcançar o propósito de mudar a realidade nacional por meio da transformação do país pela educação, a Ânima apresenta os currículos integrados que se organizam conforme os princípios do Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A). Essa concepção curricular, mais alinhada aos desafios apresentados pelo século XXI, propõe a compreensão do conhecimento como uma rede de significações, não mais repartido em disciplinas, pelo contrário, visa à transdisciplinaridade e promove conexões efetivas com o mundo do trabalho. Nos currículos integrados, os alunos têm a oportunidade de vivenciar a realidade social e profissional, além de desenvolver projetos em que se deparam e propõe soluções para problemas complexos durante a experiência universitária, sempre sob a orientação e a mentoria dos seus professores.

Além de propor currículos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) ou pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, a proposta acadêmica viabiliza o perfil do Egresso mais próximo das necessidades emergentes da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho. O modelo curricular apresenta uma eficiência operacional significativa: maximização das enturmações com otimização da carga horária docente sem perda de qualidade. Assim, a qualidade acadêmica e a sustentabilidade financeira vêm se consolidando por meio do currículo E2A implantado na matriz curricular de aproximadamente 70% da base de alunos.

A personalização

A formação de pessoas autônomas, engajadas, produtivas e atuantes representa um desafio para as instituições educacionais em todo o mundo. Inúmeros debates, pesquisas e iniciativas de organizações governamentais e não governamentais têm problematizado a inoperância dos modelos de escola. São concepções conservadoras e instrucionistas do processo educacional que não mais conseguem responder às necessidades dos estudantes na contemporaneidade. Em decorrência desse modelo, há uma tendência a não valorizar as características individuais, tampouco oferecer mecanismos que possibilitem aos alunos um processo de investigação e questionamento que resulte em melhores e mais bem pensadas escolhas acerca de suas vidas e carreiras.

O conceito de currículo proposto pela Ânima busca ultrapassar essas obsolescências pedagógicas, por meio de uma sala de aula ampliada, personalizada, em que aspectos de identidade, de cidadania e de trabalhabilidade são considerados.

Nesse sentido, o componente Vida & Carreira aborda conteúdos essenciais para o desenvolvimento do autoconhecimento, do protagonismo social no contexto do século XXI e do desenvolvimento profissional, em articulação com os propósitos de vida e carreira dos estudantes. Para apoiar o aluno nessa jornada, temos o professor tutor, que têm por objetivos acolher e ambientar os estudantes ao universo acadêmico, mobilizar e desenvolver competências socioemocionais e aproximar os estudantes da área profissional escolhida. Como suporte para as atividades, o estudante tem as plataformas Minha Carreira (para desenvolvimento da jornada acadêmica e profissional) e Mundo do Trabalho (portal sobre mundo do trabalho e carreiras).

Ainda no sentido de uma formação mais próxima ao mundo do trabalho, a Unidade Curricular Dual (UC Dual) faz uma integração efetiva entre teoria e prática, ao inserir os alunos em ambientes reais de trabalho desde o início do seu percurso formativo, desenvolvendo um ecossistema entre IES, estudantes e empresas. As unidades curriculares duais integram, portanto, a comunidade acadêmica e o mundo do trabalho.

Essas duas instâncias atuarão juntas na formação dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para os desafios do Século XXI e o futuro das diferentes atividades profissionais,

1.16 Outras informações relevantes

intensificando o desenvolvimento das soft skills, promovendo ganho de experiência prática e estabelecendo redes de contatos e visibilidade dentro de grandes empresas da futura área de atuação do aluno. Os alunos alocados em UCs Duais frequentarão ambientes profissionais físicos ou virtuais definidos pela IES em empresas parceiras, além da sala de aula.

Como possibilidade de ampliar a sua visão de mundo, o Core Curriculum compõe a parte do currículo voltada para a formação humanística, global e integral do aluno, promovendo a discussão de questões fundamentais para o desenvolvimento do olhar crítico do estudante sobre o mundo natural, cultural e social em que estamos inseridos. Representa um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes selecionados com vistas à ampliação do repertório analítico e cultural do aluno, com aulas que são sessões de debates e discussões intelectualmente ricas com perguntas que desafiam e ainda desafiam filósofos, psicólogos, economistas, biólogos, escritores e teóricos sociais. Dessa forma, o *Core Curriculum* promove uma “educação para o pensar”, já que o aluno é desafiado a analisar um mesmo fenômeno por diferentes ângulos, aspecto favorecido pela diversidade presente na turma, região, cursos e áreas diversificadas. Os alunos podem escolher entre as temáticas ofertadas no Core Curriculum, aquela que consideram mais instigante e/ou com possibilidade de ampliar o seu repertório para a vida.

A avaliação para e das aprendizagens

No Ecosistema Ânima a avaliação das aprendizagens está a serviço dos estudantes e docentes. Deve contribuir para mediar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, apontando as oportunidades de desenvolvimento de cada estudante individualmente.

A avaliação contínua se dá pela prática de feedbacks durante as interações entre alunos e professores. Além disso, é concretizada pelo processo de avaliação das UCs, que tem três momentos sínteses, cujas habilidades e competências avaliadas são fundamentais para o perfil do egresso de curso superior:

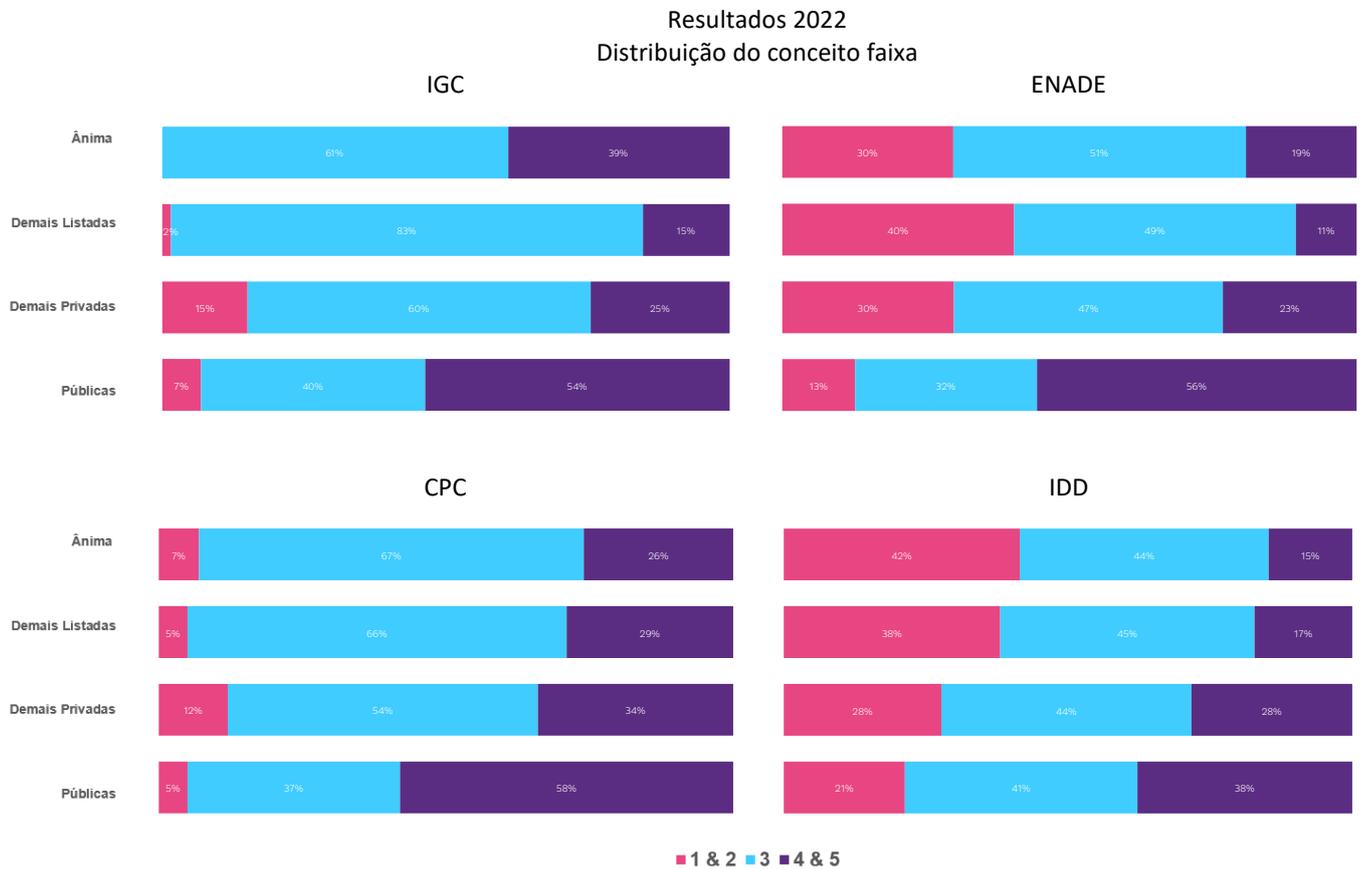
- Expressar-se de forma escrita utilizando signos e símbolos da área: por meio dessa avaliação, que é elaborada pela dupla de professores para a sua turma, é possível verificar a argumentação, a capacidade de síntese, a coesão e a coerência textual e o uso correto da língua.
- Interpretação, análise e relação de texto, fenômeno e dados: a avaliação dessas habilidades ocorre por meio de uma prova institucional aplicada a todos os estudantes para cada um das UCs em que está matriculado.
- Desempenho de compreensão: demonstrar a utilização do conhecimento de maneira flexível, dando-lhe sentido e estabelecendo conexões.

Importante destacar que o planejamento das aulas tanto quanto das avaliações é orientado pelas metas de compreensão, que são a explicitação do que os alunos devem compreender e estão relacionadas às competências a desenvolver na UC. Na prova institucional, os docentes são convidados a participar da elaboração de itens pautados pelas metas de compreensão e pelos conteúdos de ementa, para uma avaliação unificada, permitindo a verificação da aprendizagem dos estudantes em todas as unidades do Brasil para as devidas intervenções acadêmicas ou pedagógicas em um processo contínuo de busca pela formação de qualidade dos nossos estudantes. Os resultados dessa avaliação e das análises dos desempenhos dos estudantes no ENADE orientam as ações corretivas necessárias, inclusive, no que tange a uma análise dinâmica dos planos de ensino, retroalimentando nossas matrizes curriculares para que a Ânima continue performando como a maior entre as melhores.

1.16 Outras informações relevantes

Os Indicadores Externos de Qualidade Acadêmica

Os resultados dos indicadores externos, reforçam a efetividade do nosso modelo acadêmico, e nosso compromisso em manter foco na melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos.



Para a análise dos indicadores há que se considerar que são resultado das avaliações do Enade conduzidas no final do ano de 2022 que sofreram forte impacto dos anos de pandemia, o que implicou em uma piora dos indicadores nacionais de aprendizagem de forma generalizada.

No caso específico da Ânima, cabe destacar que os resultados de 2022, além dos impactos da pandemia, sofreram também outros importantes efeitos:

- 1) Relevante expansão de cursos e campi nos anos de 2018-2020 (projeto Q2A), que em 2022 tiveram a realização de suas primeiras avaliações do ENADE, o que, naturalmente, significa resultados diferentes de cursos já consolidados. A média ENADE dos cursos que fizeram avaliação pela primeira vez é 7% inferior aos cursos consolidados;
- 2) Diversas aquisições realizadas durante os anos de 2020 e 2021, cujos resultados do ENADE de 2022 são muito impactados pela condução e metodologia acadêmicas pré-aquisição. A média ENADE das IES adquiridas nesse período é 3% inferior à média das demais IES Ânima;
- 3) No início de 2020 iniciamos a implantação do novo currículo E2A (Ecossistema Anima de Aprendizagem) nas escolas Ânima e nos anos de 2021 e 2022 para as demais escolas adquiridas nesse período. A média ENADE dos cursos que em 2022 estavam com currículo E2A implantado é 17% superior à média dos demais cursos Ânima, indicando que o modelo acadêmico, quando maduro, gera resultados melhores.

Importante ainda levar em consideração que o ano de 2022, em virtude da integração dos ativos brasileiros da Laureate, foi um ano muito marcado por mudanças de sistemas que impactaram o nível geral de satisfação de alunos com os serviços prestados.

1.16 Outras informações relevantes

Nesse mesmo período, resultados medidos por outros indicadores externos, em especial os exames XXXVI e XXXVII da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, realizados no segundo semestre de 2022 e no primeiro semestre de 2023, respectivamente, as IES Ânima apresentaram resultados crescentes e acima da média do Brasil.

Apesar dos fatores acima citados, nossas políticas de controle de qualidade acadêmica demandam a contínua avaliação de resultados e mapeamento de pontos deficientes e definição de planos de melhoria, que já foram traçados e seguem em execução, demonstrando nosso compromisso com a melhoria contínua em nossa qualidade acadêmica.

Para finalizar, registramos que os indicadores apresentados continuam colocando a Ânima em posição de destaque nos indicadores de IGC e ENADE, e em posição superior quando comparada às demais companhias listadas, evidenciando nossa capacidade de entregar qualidade aliada a uma escala nacional.

Os Indicadores Internos de Qualidade Acadêmica

Outro importante balizador da qualidade dos serviços prestados pela Ânima é a avaliação interna ou autoavaliação. O processo de autoavaliação institucional é conduzido pelas CPAs – Comissões Própria de Avaliação, instituídas e atuantes em nosso Grupo desde a publicação da Lei do SINAES nº 10.861, de 14 de abril de 2004. São integradas por membros representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada e tem como finalidade instruir e acompanhar processos avaliativos em nossas instituições de ensino superior. Além disso, estas CPAs são responsáveis por constituir importantes instrumentos de avaliação e ferramentas para o planejamento educacional, em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão. Essas ferramentas permitem, ainda, que sejam identificadas áreas problemáticas ou que requerem melhorias.

O segundo momento, o da avaliação *in loco*, é aquele em que a autoavaliação é discutida por uma comissão externa, nomeada pelo INEP/MEC nos atos de autorização, reconhecimento e renovação/reconhecimento de cursos, credenciamento e credenciamento de instituições. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação na medida em que discutem a visão que a Instituição tem de si mesma e apresentam recomendações para seu desenvolvimento. Deste processo surge outra métrica importante de avaliação da qualidade dos nossos cursos: o Conceito de Curso (CC).

Além dos indicadores de qualidade do MEC, acompanhamos a evolução do índice de satisfação de nossos alunos através dos resultados de nossa pesquisa interna. Avaliamos três importantes dimensões de satisfação: curso, docentes e serviços ao aluno, que nos ajudam a entender e desenhar planos de ação internos para melhorar a qualidade dos nossos serviços.

A qualidade como elemento central

Os resultados são consequência de um projeto acadêmico sério, obcecado pela qualidade e que valoriza a sala de aula, o docente e sua relação com os alunos. O projeto vem sendo implantado e evolui, ano após ano, desde 2008, contando com um trabalho incansável de todas as nossas equipes.

A discussão de qualidade ainda deverá evoluir para a avaliação do que chamamos internamente Definição Proprietária de Qualidade, que incluirá não somente os indicadores do MEC, mas também métricas relacionadas à satisfação dos alunos em suas vivências acadêmicas, incluindo o sucesso na aprendizagem e consequente impacto no nosso egresso, ao sucesso da aprendizagem e ao sucesso de nosso egresso (empregabilidade, renda etc.).

A Ânima tem a convicção de que uma educação de qualidade exige a clareza do que se defende como verdadeiro valor educativo à formação dos nossos alunos para que as mudanças desejáveis à construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária se consolidem. Uma forma de gerir estes valores é a criação de indicadores e métricas que possibilitem avaliar o valor agregado pela formação à vida dos nossos alunos e sedimentar vínculos mais duradouros destes com as nossas escolas, com vistas ao *lifelong learning*. Para que a qualidade se efetive como satisfação e sucesso dos nossos alunos em seus projetos de vida é fundamental conhecer seus interesses, potencialidades e necessidades, de forma a oferecer experiências cada vez mais personalizadas e propiciar uma verdadeira ajuda educativa, que afete o conhecimento que tem sobre si mesmo, sua relação com os outros, com a profissão e com a sociedade.

A qualidade permeia todas as áreas e políticas institucionais e se fortalece em projetos e programas como a Bússola da Aprendizagem, as UC Duais e o Programa Vida e Carreira, entre outros. Para todos eles, conhecer, acolher,

1.16 Outras informações relevantes

acompanhar, apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento da carreira profissional, são ações subsidiadas por indicadores que retroalimentam o ecossistema em suas estratégias e inovações.

Modelo de Gestão

A partir de 2014 a Ânima instituiu uma área dedicada à inovação, a quem coube estabelecer eixos prioritários, que guiassem os processos de implementar a cultura de inovação, assentada em novos paradigmas identitários, de organização e de gestão. A partir de 2018, quando a cultura de inovação passou a permear diversas outras áreas da companhia, a Diretoria de Inovação passou a ser designada como “Diretoria de Inovação e Tendências em Educação”. Tal mudança foi importante para se diferenciar de outras tantas áreas que passaram a atuar também com inovações, tal como a da área de Transformação Digital, que mais tarde se tornaria uma vice-presidência. A diretoria de Inovação e Tendências focaria nos processos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos relacionados ao core business da empresa, ou seja, educação, e que estabeleceriam as diretrizes fundamentais da transformação curricular que vínhamos construindo – Ecossistema Anima de Aprendizagem ou E2A.

Para a Ânima, a inovação e o alinhamento com a dinâmica e transformações, que afetam a educação para o século 21, fortalecem e ampliam o alcance de nossa missão, visão e valores institucionais. Em termos curriculares, a estruturação dos eixos de inovação e dos projetos estão alinhados com a perspectiva acadêmica de aprendizagem centrada no estudante, por meio do desenvolvimento das habilidades e competências cognitivas e não cognitivas, potencializada por uma abordagem de educação híbrida. O desenvolvimento de habilidades e competências assume que o estudante deve tanto desenvolver capacidades relacionadas ao saber de base cognitiva, isto é, do domínio do construir, articular e aplicar conhecimentos, quanto ao saber de base socioemocional, isto é, do domínio do ser e do conviver, aprender e produzir. A educação híbrida amplia as possibilidades de construção e de aquisição desses saberes, por meio das experiências de aprendizagem em ambientes físicos e virtuais, que tanto pode ocorrer simultaneamente em sala de aula, como recurso didático para o professor, quanto como ferramenta de suporte e de apoio ao presencial, em espaços distintos da sala de aula.

Assumir essa perspectiva significa construir, no contexto da gestão, um modelo de ensino híbrido adequado às IES Ânima, que se pautem pela abordagem pedagógica estabelecida nas diretrizes institucionais do Projeto Acadêmico, provendo, para sua implementação, os insumos tecnológicos e de gestão de pessoas necessários, bem como a definição clara dos papéis dos estudantes, dos professores, da tecnologia digital e das equipes de apoio. Com um importante foco no desenvolvimento de habilidades e competências, organiza-se o planejamento de experiências de aprendizagem que combinem atividades presenciais e de ensino online e que atendam aos alunos de maneira personalizada. O projeto de Vida e Carreira, a Mentoria e o programa de Aceleração de Startups denominado Ânima Nest são materializações de atividades que auxiliam no desenvolvimento dessas habilidades e competências dos estudantes, para além do que acontecem no currículo dos cursos de nossas IES. Assim, a Ânima se propõe a incorporar ao Design Curricular a possibilidade dos estudantes personalizarem suas trajetórias por meio do Projeto de Vida e Carreira de cada um deles. Para dar sustentação a essa proposta de personalização, as tecnologias de informação e comunicação, bem como as plataformas digitais, são cruciais. O Ulife é a plataforma referência.

O Ulife, além de ser a plataforma acadêmica do estudante, permite também realizar atividades de atendimento aos discentes, antes centrado nos agentes que proviam os serviços. Assim, lá e de forma autônoma, os estudantes podem realizar as atividades corriqueiras e protocolares da vida institucional e acadêmica.

Assim, ao se otimizar os processos de negócios, nos meios online e off-line, focar no *design* centrado no ser humano, construindo profunda empatia com as pessoas que estão envolvidas, o que se obtém é o engajamento e mobilização de professores e colaboradores, como agentes de mudança. O novo modelo de gestão, no âmbito da Universidade como um Ecossistema, traduz-se, assim, na capacidade de conectar e interconectar esses agentes, dentro e fora dela, com o objetivo de promover a troca, empoderá-los com conhecimentos e ferramentas para o processo da transformação, inspirando-os para a ação de gerir, com eficiência, os recursos físicos e financeiros disponíveis, em prol de implementar a cultura de inovação nos respectivos espaços de atuação.

Central de Serviços Compartilhados

Nossa Central de Serviços Compartilhados (“**CSC**”) tem como finalidade centralizar e padronizar para todas as nossas instituições os processos envolvendo a nossa prestação de serviços. Os serviços compartilhados compreendem: compras, contas a receber, contas a pagar, *cash management*, gestão de inadimplência, bolsas e financiamentos, controladoria, área fiscal, contabilidade, tecnologia da informação, departamento pessoal, Secretaria Acadêmica,

1.16 Outras informações relevantes

aquisição e indexação centralizada de Biblioteca, escritório de projetos de sistemas e central de atendimento (*helpdesk*). Acreditamos que o funcionamento da nossa CSC nos proporciona ganhos de escala e otimização de mão de obra concentrando os trabalhos em uma equipe enxuta e mais especializada. Além disso, a centralização dos serviços na CSC permite a padronização dos processos e unificação dos sistemas, permitindo mais precisão e eficiência na gestão dos serviços. Na nossa relação com os nossos fornecedores, por exemplo, acreditamos que a centralização das compras nos dá maior poder de negociação e melhores condições de compra.

Métodos de controle para evitar inadimplência

Acreditamos que a confiança e segurança que transmitimos aos nossos estudantes são fundamentais para retê-los. Além disso, entendemos que o custo da conquista de novos estudantes é superior ao da manutenção dos mesmos, o que justifica os nossos esforços de fidelização.

Nossa principal medida de estímulo à adimplência é a exigência da quitação de todos os eventuais débitos como pré-requisito para efetivação da matrícula do módulo subsequente, sendo nossas matrículas semestrais. Portanto, limitamos a inadimplência de nossos estudantes a, no máximo, 6 meses.

Entretanto, na hipótese de uma eventual constatação de inadimplência, adotamos alguns métodos de controle, sempre pautados na busca de alternativas de negociação para reescalonar as dívidas dos nossos estudantes. Nesse sentido, ao constatar que algum estudante está inadimplente, iniciamos o processo de cobrança externa através de assessorias de cobrança, as quais atuam com ações sistemáticas, tais como:

- Acionamento Telefônico: através de um script definido, realizamos ligações aos inadimplentes com a finalidade de composição amigável, ofertando o pagamento de acordo com as políticas definidas pela Anima. As ligações sempre obedecem a uma regra de renitência, bem como, em casos de insucesso seguimos para alguma outra estratégia de comunicação.
- Envio de WhatsApp: através de uma régua definida e no intervalo de outras ações de comunicação previstas na régua de cobrança realizamos o envio de WhatsApp ao nosso estudante lembrando de sua obrigação e ofertando o pagamento de acordo com a política de negociação definida pela Anima. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.
- Envio de e-mails: através de uma régua definida de comunicação, enviamos e-mails lembrando nosso estudante de sua obrigação. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.
- Envio de mensagens de texto via celular (SMS): através de uma régua definida e no intervalo de outras ações de comunicação previstas na régua de cobrança, enviamos SMS ao nosso estudante reiterando a existência de pendência junto a instituição e direcionando a um canal de atendimento para a realização do pagamento. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.

Todas as empresas de cobrança disponibilizam ao aluno inadimplente um Portal de Autonegociação, com opção de pagamento no boleto ou cartão de crédito, sempre respeitando as Políticas de Negociação Anima. O Portal tem funcionamento 24x7.

Internacionalização

A internacionalização é considerada um meio estratégico para o crescimento e consolidação do Ensino Superior. Internacionalizar é uma necessidade para todas as Instituições de Ensino comprometidas com a qualidade de seu ensino, pesquisa e extensão. Neste cenário, o Ecossistema Ânima, por meio do International Office das Instituições de Ensino, tem o papel de definir os rumos, facilitar os processos e incentivar os talentos existentes em sua comunidade a se tornarem os verdadeiros protagonistas da internacionalização.

Por meio da Internacionalização, as Instituições de Ensino abriram as portas para o mundo e estabeleceram o propósito educativo para a formação de sujeitos com consciência de cidadania global. Ciente de que a educação não pode limitar as experiências de aprendizagem apenas às vivências de seu entorno, o Ecossistema Ânima cria condições para que isso aconteça, incluindo o elemento internacionalização no currículo de seus cursos e consolidando uma política que contempla a possibilidade de os estudantes vivenciarem experiências internacionais de aprendizagem.

1.16 Outras informações relevantes

Ações destinadas à Cultura e Mobilidade Internacional, capacitação linguística, estabelecimento de acordos com instituições estrangeiras e incentivo a criação de redes de educação internacional são fatores marcantes no projeto.

Os programas de internacionalização ofertados pelas Instituições de Ensino da Ânima são divididos em duas categorias:

1) Cultura Internacional – É parte do projeto de internacionalização do currículo do Ecosistema Ânima que prevê iniciativas dentro das próprias Instituições de Ensino, sem a necessidade de mobilidade e é também conhecida como “internacionalização em casa”. Trata-se de iniciativas que promovem programas acadêmicos e culturais, capacitação linguística, e, principalmente, o engajamento no cenário global mediante a inserção de conteúdos de relevância internacional no currículo E2A. São elementos da Cultura Internacional:

- a) Eventos Acadêmicos;
- b) Cursos de Extensão Internacional;
- c) Projetos de Extensão Internacional;
- d) Core Curriculum Internacional;
- e) Mentoria Internacional V&C;
- f) Dual Internacional
- g) Experiências Internacionais de *Lato Sensu*;
- h) MD/DDs Internacionais de *Stricto Sensu* (quando aplicável); e
- i) Nanodegrees Internacionais.

2) Mobilidade Internacional – É parte do projeto de internacionalização do Ecosistema Ânima que visa o desenvolvimento de programas acadêmicos no exterior mediante parcerias com as instituições estrangeiras. Fazem parte das iniciativas de Mobilidade Internacional:

- a) Intercâmbio Acadêmico;
- b) Cursos de Idiomas;
- c) Estágio Internacional;
- d) Voluntariado Internacional; e
- e) Módulos Internacionais.

Ademais, com a finalidade de possibilitar e fomentar o desenvolvimento das iniciativas de Cultura e Mobilidade Internacional, as Instituições de Ensino do Ecosistema Ânima possuem mais de 100 Acordos de Cooperação Internacional com instituições de ensino estrangeiras de 26 países. Estes Acordos firmados aprimoram e consolidam a internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão.

Isto é, a pluralidade de instituições de ensino estrangeiras parceiras permite que os estudantes dos diferentes níveis de ensino (Graduação, Pós-Graduação *Lato Sensu* e Pós-Graduação *Stricto Sensu*) do Ecosistema Ânima tenham a oportunidade de vivenciar diferentes experiências internacionais durante o período de estudos. Além disso, as iniciativas de internacionalização acadêmica abrem oportunidades para que o corpo docente das Instituições de Ensino do Ecosistema Ânima possa ter experiências internacionais ao lecionarem ou participarem de iniciativas que contribuam para a sua formação complementar.

Por fim, a partir das iniciativas de internacionalização acadêmica no Ecosistema Ânima, direcionamos esforços para as seguintes diretrizes:

- I. Promover o Ecosistema Ânima perante as instituições estrangeiras parceiras e comunidade acadêmica internacional;
- II. Incentivar a elaboração conjunta de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores internacionais, bem como a busca por recursos de financiamento conjunto;
- III. Incentivar a adesão das iniciativas de internacionalização que não dispõem de recursos financeiros adicionais aos estudantes, de modo a democratizar o acesso para experiências internacionais e qualificar a formação acadêmica;
- IV. Estabelecer mecanismos de monitoramento e de prospecção de áreas, de instituições e de oportunidades para a expansão de atividades de internacionalização;
- V. Divulgar amplamente as oportunidades de internacionalização para a comunidade acadêmica;
- VI. Construir programas de *lifelong learning* orientados para a troca de saberes e de experiências via parcerias internacionais;
- VII. Desenvolver programas de bilinguismo com a finalidade de impulsionar o ensino e a disseminação de idiomas no âmbito institucional.

1.16 Outras informações relevantes

Nossa Estratégia de Expansão

Parte da nossa estratégia de expansão está fundamentada em fusões e aquisições no setor de ensino superior. Buscamos identificar ativos capazes de agregar valor e competitividade ao nosso grupo e que, ao mesmo tempo, possam fazer uso de nossa tecnologia curricular, de nossos processos centralizados e de nossas estruturas corporativas. Para isso, temos um rigoroso processo de seleção para possíveis aquisições, incluindo instâncias formais como o Comitê de Finanças M&A, além do Conselho de Administração.

Nossa estratégia de M&A se divide em seis pilares:

- I. **Marcas regionais fortes e renomadas:** pretendemos continuar crescendo a nossa base de alunos através de aquisições de marcas fortes (Exemplo: São Judas, UAM, Sociesc, Ages, FASEH, UniFG e Unisul).
- II. **Criação de polos regionais:** pretendemos promover a expansão de nossas unidades em regiões estratégicas, com demanda por ensino superior de qualidade (Exemplo: Jangada, Politecnica Uberlândia, FACED e Alis).
- III. **Excelência acadêmica:** com foco na qualidade acadêmica, avaliamos IES que são referências no ensino, com excelentes notas nas avaliações do MEC (exemplo: Unicritiba e Sociesc)
- IV. **Alto potencial de crescimento e sinergias:** integração com nosso centro de serviços compartilhado (CSC) e o novo modelo acadêmico Ânima (E2A), para ganho de escala.
- V. **Aumentar presença no segmento de saúde:** através da aquisição de IES que agreguem mais vagas de medicina, além de outros negócios que contribuam para o life long learning da comunidade de egressos médicos (exemplo: UniFacs, UNP, Faseh, IBCMED).
- VI. **Negócios Inovadores com uso de tecnologia e potencial de crescimento:** buscamos integrar ao nosso Ecossistema ativos com expertise já mapeada e considerada relevante em nosso planejamento estratégico mas ainda em processo de amadurecimento, o que nos permite acelerar o processo de agregar valor e atingir objetivos estratégicos (exemplo: MedRoom, Gama Academy).

Nossas análises consideram: (i) a atratividade do mercado e seu ambiente competitivo, avaliada por meio de análises qualitativas e quantitativas que comparam diversos aspectos sociais, demográficos e mercadológicos; e (ii) a atratividade da instituição, avaliada com base em critérios como sua força institucional, riscos e potencialidades em relação a: (a) marca, (b) equipe / capital humano, (c) gestão e potenciais sinergias, (d) aderência ao nosso posicionamento, valores, princípios e cultura organizacional e (e) performance financeira e operacional.

Acreditamos no ensino acadêmico superior de qualidade, na preservação de marcas locais de sólida reputação, na valorização das pessoas e em um modelo acadêmico dinâmico, atual e flexível, sendo estas características-chave para a educação sustentável no longo prazo, com forte aderência de ferramentas tecnológicas em todo o processo de aprendizagem e gestão do negócio.

A Ânima tem a responsabilidade de preservar grandes legados com o propósito de seguir oferecendo uma educação verdadeiramente transformadora aos jovens de cada região onde estamos presentes.

Criação de um programa diferenciado de Ensino a Distância. O segmento de Ensino a Distância apresenta relevante potencial de mercado, principalmente em razão dos valores mais atraentes de mensalidade, do maior alcance geográfico (devido à redução na necessidade de deslocamento do estudante) e da alta taxa de crescimento histórico. Em julho de 2014 obtivemos junto ao MEC o credenciamento do nosso programa de Ensino a Distância, com nota máxima nas três dimensões avaliadas, quais sejam credenciamento institucional, autorização do curso e avaliação dos polos. Em junho de 2021 passamos a integrar as operações de EAD das marcas Anhembí Morumbi, Unifacs, UNP, Uniritter, Faders, IBMR, Unifg e FPB, com uma base de mais de 70 mil alunos na modalidade digital, representando uma importante avenida de crescimento de nossos negócios. Acreditamos que o ensino a distância caminhe cada vez mais para um modelo híbrido que seja capaz de conciliar a maior conveniência e capilaridade, próprias do EAD, com um a interação presencial. Nos propomos a ser um impulsionador desta modalidade de ensino, mantendo sempre nosso posicionamento de alta qualidade. A Administração da Companhia tomou medidas de continuidade de suas atividades frente a pandemia da COVID-19, mantendo as aulas para seus quase 140 mil alunos (que já inclui os alunos da Unisul), mantendo os postos de trabalho de home office a todo o corpo administrativo e medidas de proteção ao caixa, tudo isto para proteger e manter a continuidade das atividades da empresa.

1.16 Outras informações relevantes

Ganhos de sinergia e escala. Nosso CSC, ferramenta desenvolvida para nos proporcionar uma plataforma administrativa, financeira e acadêmica integrada mais eficiente, capaz de catalisar as melhores práticas de cada uma de nossas instituições e o padrão de qualidade oferecido em todas as nossas unidades, nos permite fazer com que a integração de novas instituições e unidades de negócio se torne mais ágil e eficaz, possibilitando a redução de custos incrementais e gerando relevantes ganhos de escala. Acreditamos que esses fatores nos permitem integrar aquisições de maneira rápida, eficiente e rentável.

Ampliação de nosso mercado de atuação mediante uso das verticais do conhecimento. As verticais do conhecimento são unidades de negócio com marcas reconhecidas nacionalmente por sua expertise em determinadas áreas do saber, capazes de potencializar as operações locais por meio de uma chancela às marcas locais (*co-branding*) e desenvolvimento de novos produtos e serviços escalonáveis por meio da nossa rede.

Mais que uma frente de expansão, acreditamos que as verticais do conhecimento poderão representar um importante diferencial competitivo para nós. Essa estratégia já tem sido implementada com relação à Hsm. Essa unidade de negócios, adquirida em março de 2013, cumpre objetivos estratégicos múltiplos, uma vez que alavanca nossa atuação no segmento de educação corporativa, ao mesmo tempo em que funciona como um vetor de gestão dentro da nossa rede. Desde 2020 a Hsm firmou uma parceria se tornando o country partner da Singularity University, para entregar versões locais dos programas transformadores da SU para empresários e executivos brasileiros. Localizada em São Paulo, a SingularityU Brazil pretende ajudar as corporações brasileiras e líderes a entenderem melhor o impacto de tecnologias exponenciais, anteciparem tendências e prepará-los para a ação.

Continuando a estratégia de ampliação do portfólio de marcas verticais de conhecimento, em março de 2016, anunciamos a formação de uma sociedade em joint venture com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, através do qual a Ânima e o grupo Le Cordon Bleu detêm participação de 50% cada, em uma sociedade constituída sob a denominação "Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda." ("LCB Ânima"). A LCB Ânima, que iniciou suas atividades no fim do primeiro semestre de 2018, conta com a combinação das experiências, conhecimentos e know-how de suas sócias desenvolvendo e operando cursos pós-graduação e extensão em gastronomia, hospitalidade e afins.

Em julho de 2016 lançamos a EBRADI - Escola Brasileira de Direito passando a atuar no mercado de cursos à distância na área jurídica, incluindo cursos de pós-graduação, preparatórios para a OAB e extensão. Reunimos um renomado e conceituado time de profissionais do Direito formado por advogados, professores e pesquisadores, comprometidos em produzir conteúdo atualizado do Direito, seja para aprimorar o aprendizado dos alunos, seja para oferecer nova dimensão de atuação aos profissionais da área. Integram a vertical de Direito, ainda, marcas renomadas como Unicritiba e Milton Campos.

Vantagens Competitivas

Oferecer um ensino de alta qualidade e uma formação superior, em todos os níveis.

Entendemos que o nosso projeto acadêmico valoriza o desenvolvimento da autonomia de nossos estudantes, através de uma formação ampla do profissional, do indivíduo e do cidadão, buscando garantir que nossos alunos tenham acesso a um ensino de qualidade. De acordo com estudos da Hoper, 65,0% dos motivos analisados pelos alunos no processo de escolha da instituição de ensino superior estão relacionados à qualidade¹, enquanto apenas 16,0% tem relação à localização das instituições

Por meio de metodologia própria, nosso currículo traz uma abordagem modular e interdisciplinar, permitindo ao estudante conectar-se com as diferentes disciplinas de cada curso, agregando valor ao seu processo de aprendizado. Isto vai muito além da padronização de currículos, calcada na visão anacrônica, adotada por diversas instituições de ensino no Brasil, de simples repasse de conteúdo.

¹ Foram considerados como motivos relacionados à qualidade os seguintes itens do estudo da Hoper (Análise Setorial da Educação Privada 2018, 11ª edição): qualidade, reconhecimento de mercado, recomendação de amigos, tradição e reconhecimento da marca, resultados no Enade e infraestrutura.

¹ Fonte: Portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fiesgraduacao/mantenedora-e-ies/financiamentos-concedidos>

1.16 Outras informações relevantes

Nossos alunos são incentivados a realizar o seu projeto de vida, ainda dentro da faculdade. Por isso, eles recebem o acompanhamento de consultores, que orientam a vida acadêmica de cada um deles e indicam os melhores caminhos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A disciplina Projeto de Vida, também incorporada à grade curricular, incentiva o pensamento empreendedor dos alunos e abre um leque de possibilidades para que eles possam planejar a carreira que mais combina com o seu perfil profissional.

Reconhecendo que, com o advento da tecnologia, o acesso a conteúdo está praticamente universalizado, nosso foco está no desenvolvimento de competências perenes que permitam maior autonomia e uma atuação mais abrangente dos estudantes no exercício de suas profissões.

A preparação dos nossos professores reforça a nossa capacidade em proporcionar um ensino superior de alta qualidade.

Modelo de negócios diferenciado que nos permite um posicionamento privilegiado para aproveitar o potencial de crescimento do setor de educação brasileiro.

Nosso modelo de negócios é capaz de proporcionar um alto padrão de qualidade acadêmica, aliado a uma forte cultura empresarial. Isso nos leva a resultados positivos e sustentáveis ao longo do tempo. Além disso, acreditamos que existe uma demanda crescente (pelo MEC, pelo mercado de trabalho e também pelos estudantes) por mais qualidade no setor de educação no Brasil, o que nos coloca em uma posição diferenciada se comparados a outros grupos educacionais privados.

Essa tendência vem sendo confirmada, na medida em que mesmo com a redução relevante do volume de estudantes que utilizam financiamento estudantil, nossa base de alunos continua crescendo, especialmente com alunos não financiados.

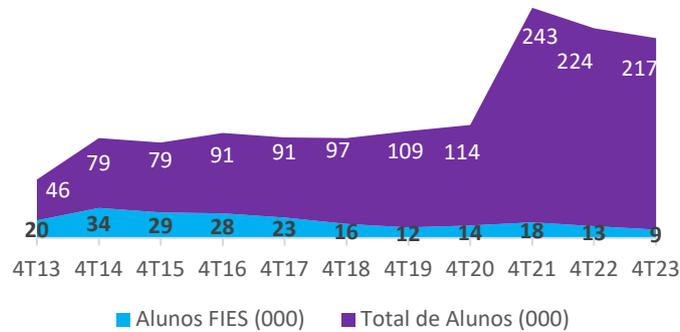
FIES



Fonte: Portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

1.16 Outras informações relevantes

Dados - Ânima



Desta forma, acreditamos possuir uma vantagem competitiva em relação aos nossos concorrentes que operam no setor privado por estarmos prontos para acompanhar o crescimento do setor de educação superior, capturando, com isso, mais valor para nossos acionistas.

Tradição e qualidade. É assim que nossas marcas são vistas e reconhecidas no mercado.

Acreditamos que as marcas de educação no Brasil são essencialmente locais/regionais, salvo exceções normalmente restritas às instituições generalistas de massa ou de nicho, com atuação em uma ou poucas áreas de ensino. As marcas do ecossistema Ânima são tradicionais, algumas com mais de 50 anos de história nas regiões em que atuam.

Essa capacidade de criar identidades próprias nos permite, por exemplo, gerenciar duas instituições de ensino na mesma cidade (Una e UniBH, UniRitter e FADERGS), de forma bastante sinérgica, atraindo estudantes com diferentes perfis e ampliando a participação de mercado de ambas as instituições, simultaneamente.

Buscamos um posicionamento independente e único de nossas marcas, introduzindo elementos modernos e inovadores do Ecossistema Ânima, que faz a sala de aula ser um ambiente de grande transformação, onde os alunos são estimulados a se tornarem profissionais independentes, dotados de autoestima e conhecimento para transformar o mundo a sua volta.

Desta forma, a marca Ânima funciona como uma importante amálgama, principalmente para o mundo corporativo, fortalecendo o conceito de rede, absorvendo e transferindo credibilidade para as nossas instituições de ensino.

No início de 2013, agregamos ao nosso portfólio mais uma marca tradicional, a HSM, com mais de 25 anos de atuação na organização de eventos de gestão empresarial e forte presença no meio corporativo. Com uma atuação focada na área de educação em negócios e gestão, vemos na HSM o potencial de tornar-se uma marca referência nesse nicho de mercado, com alcance nacional. Isso não só potencializa a percepção de qualidade de nosso portfólio e de nossas marcas, como também nos permite ganhar escala por meio de sinergias entre nossa rede.

Acreditamos que nossa reputação e posicionamento no mercado contribuíram decisivamente para o sucesso das aquisições que fizemos nos últimos anos, bem como para a integração das instituições adquiridas, e que serão fundamentais em nossa estratégia de crescimento futuro.

Com o setor de educação ainda bastante pulverizado e com várias marcas regionais fortes, acreditamos que a estratégia de preservação das marcas adquiridas potencializa os benefícios decorrentes da reputação regional destas marcas e do reconhecimento dos princípios e valores do nosso modelo de negócios, uma vez integradas à nossa rede.

Valorizamos o que mais importa em uma organização: as pessoas.

Acreditamos que nosso crescimento está diretamente vinculado às pessoas com as quais nos relacionamos, uma vez que o sucesso de uma instituição depende do desenvolvimento de uma cultura organizacional própria e autêntica,

1.16 Outras informações relevantes

baseada em princípios e valores praticados no dia a dia. Desta forma, incentivamos o desenvolvimento de nossos colaboradores e professores por meio de iniciativas específicas para cada um dos públicos.

Contamos com uma composição de mais de 15 mil educadoras e educadores que trabalham para transformar o país pela Educação, colocando seus estudantes no centro de suas decisões e atuação. Mais de 7 mil são docentes, que são entendidos como fonte de inspiração para nossos estudantes. Portanto, uma frente voltada para proporcionar ao docente uma experiência positiva e significativa em sua Jornada na Ânima tem sido fortalecida e conta projetos que visam atrair os melhores professores, acolhê-los em sua integração ao Ecossistema. Desenvolvê-los proporcionando diversos programas de formação e preparando-os para exercer seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. E ainda, os nossos professores e professoras contam com acompanhamento e apoio no dia a dia propiciando engajamento e sentimento de pertencimento, além de contarem com ações de valorização e reconhecimento do professor.

Os demais colaboradores contam com programas específicos, compostos por trilhas presenciais e à distância (Ulife), de treinamento, visando o contínuo aprimoramento, tanto de habilidades técnicas específicas para o nosso setor quanto de habilidades comportamentais, como trabalho em equipe, inovação, relacionamento e comunicação.

Além disso, mantemos a atuação no acolhimento de todos os educadores e o engajamento dos educadores na cultura. Dessa maneira, o fortalecimento dos ritos de cultura é prioridade, buscando converter ações similares isoladas em ritos institucionais do Ecossistema, criando identidade e reforçando o senso de pertencimento. Reforçando os papéis de lideranças, Gestão de Pessoas e educadores na jornada da Cultura. Favorecendo uma comunicação eficaz e mensagem única para os educadores, respeitando as particularidades regionais e de localização. E ainda, reforçando os princípios e estratégias da Ânima de acordo com o contexto do momento. Para tanto, além dos ritos de gestão em que as lideranças tomaram como práticas como reuniões semanais de times, reuniões 1:1, encontros de planejamento e avaliação de resultados, ao longo do ano alguns ritos de cultura foram realizados periodicamente alcançando todos os educadores do Ecossistema, e estão detalhados no item 10.2 deste Formulário.

Acreditamos na integração destes aspectos, pessoas, qualidade, reputação, imagem, eficiência e de outros elementos de gestão como força propulsora da educação como eixo transformador, das vidas de nossos alunos, comunidades e finalmente, contribuindo para a transformação do nosso país.

Não paramos de crescer: forte perfil de rentabilidade no mercado.

Entendemos que nossas operações possuem grande rentabilidade e relevante retorno sobre o capital investido. Além disso, ao adquirirmos uma instituição, buscamos maximizar sinergias e eficiência operacionais e, conseqüentemente, traduzir essas ações em aumento da rentabilidade de suas operações. Acreditamos que a nossa proposta de valor diferenciada e a sólida reputação de nossas marcas nos permitem praticar mensalidades superiores à média de mercado, que se traduzem em um EBITDA por estudante também maior do que as demais companhias abertas do setor de educação, que têm foco no ensino padronizado, nos permitindo continuar com crescimento consistente e realizando investimentos em qualidade.

Administração experiente, focada em resultados e apoiada por um parceiro estratégico renomado.

Nossa Administração é composta por um time de gestão alinhado, com mais de 10 anos de trabalho em equipe e profundo conhecimento e experiência no setor de educação. A maioria de nossos executivos, incluindo os fundadores de nossa Companhia, faz parte também do bloco de controle, reforçando o alinhamento de interesses entre os acionistas e o nosso time de gestão.

O nosso time de gestão vem construindo um histórico de sucesso e de crescimento, tanto orgânico como por meio de aquisições. Destacamos, ainda, a presença do Dr. Ozires Silva, fundador da Embraer, ex-presidente da Petrobras e ex-ministro da infraestrutura, como presidente de nosso Conselho Estratégico e chanceler da São Judas. Procuramos garantir o alinhamento dos nossos interesses com os de nossos gestores e administradores por meio de uma estrutura de remuneração variável atrelada aos resultados alcançados.

Seguros

Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética

1.16 Outras informações relevantes

Com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, que regulamenta a proteção de dados pessoais no âmbito nacional e tem como um dos principais desafios a proteção destes dados a partir da segurança cibernética, o Ecossistema Anima aderiu a contratação de seguros de riscos cibernéticos para cumprimento das diretrizes estabelecidas por essa lei.

Essa apólice um capital segurado de R\$ 10.000.000,00, tendo como principais coberturas: Seguro de responsabilidade por dados pessoais e corporativos, Extorsão na internet, Seguro responsabilidade de dados eletrônicos, Custos de reparação da imagem prejudicada, Seguro responsabilidade por empresas terceirizadas, Custos de defesa em juízo, Responsabilidade pela segurança de dados quando ocorrer erro ou omissão, Investigação para descobrir causa do vazamento, Perda de faturamento e lucros.

Responsabilidade Civil Profissional – E&O

Para garantir o sucesso da complexa operação nacional, atualmente o Ecossistema Anima conta com o apoio de pouco mais de diversos colaboradores, que inevitavelmente podem cometer falhas durante o exercício da profissão, resultantes de fatos inesperados, imprevisíveis e acidentais. Para proteger a companhia e os colaboradores contra reclamações geradas por erros e omissões nos serviços prestados, foi contratado o seguro E&O, também chamado de Responsabilidade Civil Profissional.

Na prática, o risco é transferido para a apólice emitida pela Seguradora AIG Brasil, cujo capital segurado é de R\$ 10.000.000,00, e quando acionada, ressarcir os danos ocasionados a terceiros para erros que podem acontecer por negligência, imprudência, imperícia ou qualquer outro tipo de falha

As principais coberturas dessa apólice são: Falhas de supervisão ou erros de gestão (no caso de pessoas jurídicas em relação ao exercício da profissão pela pessoa física a ela vinculada, por contrato ou CLT), Violação de direitos autorais, Perda dados de clientes, Quebra de sigilo profissional, Registros ou informações incorretas, Resultados abaixo do esperado, Atraso nas entregas, Perdas financeiras, Danos materiais, Danos corporais, Danos morais a terceiros, Atos desonestos de funcionários, Gerenciamento de crise e custos com medidas para restituição de imagem, Extensão para consultores e agentes subcontratados.

Fraude Corporativa

O Ecossistema Anima busca incessantemente aprimorar soluções que diminuam riscos operacionais e vulnerabilidade da segurança de dados, por isso segue rigorosamente todas as normativas estabelecidas pela CVM e realiza revisões periódicas de suas Políticas, Normas e Procedimentos, submetendo amostragens para apreciação das equipes de controles internos e auditorias externas independentes.

Mesmo com a adoção de rígidas medidas de compliance para lisura e transparência dos processos, ainda assim, nossa companhia está sujeita a fraudes, pois segundo as estatísticas, no Brasil as perdas por esse tipo de dolo, representam perdas anuais de cerca de 6% do faturamento. Para mitigação dos riscos, estamos cobertos pela apólice emitida pela Seguradora AIG Brasil, com capital segurado no valor de R\$ 1.000.000,00.

Esse seguro tem por objetivo a cobertura de crimes praticados em ambientes corporativos, amparando o segurado prejudicado por transgressões cometidas por empregados que agiram sozinhos ou com a ajuda de terceiros. As principais coberturas incluem: Custo de Recuperação de recuperação de programas e segurança, Fraude de Computador ou Transferência de Fundos, Honorários Legais, Perdas Indiretas, Custos de Uso de Especialistas Investigador, Cuidado, Custodia, Controle, Multas, Penalidades, Desaparecimento, Destruição, Danos, Dinheiro ou Valores Mobiliários.

Seguro RCG – Responsabilidade Civil Geral

À medida que ficam cada vez mais conscientes de seus direitos, recorrer à Justiça para pleitear indenizações é uma prática progressivamente mais comum entre os brasileiros. De acordo com a legislação brasileira, pessoas ou empresas que causarem danos previstos em lei a um terceiro têm o dever de repará-los, essa obrigação é chamada de responsabilidade civil.

O Ecossistema Anima por entender que danos involuntários e acidentais podem acontecer a qualquer momento, decidiu aderir ao Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), que tem o objetivo de cobrir perdas decorrentes de danos

1.16 Outras informações relevantes

corporais e/ou materiais causados a terceiros, garantindo assim a proteção de pessoas ou empresas que venham a ser judicialmente punidas no sentido de reparar prejuízos dessa natureza.

Para situações que necessitam de reparações, aderimos a apólice emitida pela Seguradora Zurich Brasil, que conta com um capital segurado no valor de R\$ 10.000.000,00. As principais coberturas incluem: Custos de defesa do segurado, Despesas com contenção e salvamento de sinistros, Perdas financeiras e/ou prejuízos.

Seguro Property

Devido ao robusto plano de expansão da marca, hoje a Ânima administra diversas instituições em diferentes estados brasileiros com dezenas de unidades em operação. Para proteção dessa grande infraestrutura de bens e ativos que compõe nosso ecossistema, aderimos a apólice emitida pela Seguradora Zurich Brasil, que conta com um capital segurado no valor de R\$ 202.125.000,00.

Embora nossas apólices de seguro estejam destinadas a cobrir riscos inerentes ao nosso negócio, consideramos baixa a possibilidade de ocorrência de sinistros relevantes em nossos estabelecimentos, pois não realizamos atividades de risco ou periculosidade que possam desencadear incêndios, enchentes, explosões, desmoronamentos, etc.

Nossos edifícios e instalações sofrem maiores exposições á fenômenos naturais e outras intempéries e por esse motivo, estamos resguardados de eventuais prejuízos oriundos de caso fortuito ou força maior, decorrente de eventos que fogem do nosso controle. Celebramos assim a referida apólice de seguro patrimonial acima citada, que cobre dentre outros, danos decorrentes dos seguintes sinistros: incêndios, raios, explosões, alagamentos, danos elétricos, quebra de vidros, roubo e furto qualificado de bens, roubo de valores em mãos de portador, roubo de valores no interior do estabelecimento, tumultos, vendaval, fumaça com impacto de veículos, vazamento de tanques e tubulações, terremoto, tremor de terra, maremoto, etc.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso *website* (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

(em milhões de Reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita bruta consolidada	7.648,6	7.078,6
EBITDA ¹	1.066,4	970,8
EBITDA Ajustado ²	1.208,1	1.073,0
Margem EBITDA Ajustada ³	32,4%	30,1%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$7.078,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$7.648,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nosso EBITDA Ajustado exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1,208,1 milhões (margem EBITDA Ajustada de 32,4%) versus R\$ R\$1.073,0 milhões (margem EBITDA Ajustada de 30,1%) no mesmo período do ano anterior. O avanço da margem está diretamente relacionado às iniciativas adotadas para redução de custos e despesas, gerando um melhor controle do G&A, além de iniciativas de reestruturações internas em busca de maior sinergia entre as áreas, cujo impacto mais relevante se deu no segmento Core.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 78,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 558,1 milhões, refletindo a nossa capacidade de gerir adequadamente as nossas obrigações com colaboradores, estudantes fornecedores e credores. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela a seguir evidência determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

(em milhões de Reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Líquida ¹	2.845,9	2.654,5
Dívida Líquida Ajustada ²	2.998,0	2.907,9
Dívida Líquida com o efeito IFRS 16 ³	4.301,9	4.414,6
Liquidez corrente ⁴	1,0	1,4
Índice de endividamento ⁵	0,7	0,7
Rentabilidade ⁶	-5,71%	0,32%

¹ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre a Dívida Líquida Ajustada, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

⁴ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁵ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁶ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2023 era composta de 30% de capital próprio e 70% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	(em R\$ milhões)	
Capital próprio		
Capital Social	2.451,7	2.451,7
Reservas de capital	25,2	39,1
Ágio em transações de capital	(157,4)	(136,1)
Ações em tesouraria	(178,3)	(184,3)
Reservas de lucros	263,4	592,8
Participação dos acionistas não controladores	452,9	438,3
Patrimônio líquido	2.857,5	3.201,5
Capital de terceiros		
Passivo circulante	1.692,2	1.821,4
Passivo não circulante	5.106,0	5.709,2
Total do passivo	6.798,2	7.530,6
Total do passivo e patrimônio líquido	9.655,7	10.732,0

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$2.857,5 milhões em 31 de dezembro de 2023. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$ 3.201,5 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$ 342,5 milhões.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2023, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos registradas no passivo circulante e não circulante e outras obrigações) no valor de R\$3.830,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos registrados no passivo circulante e não circulante) no valor de R\$4.131,2 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2023, contávamos com uma Dívida Líquida de R\$ 2.845,8 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$3.830,4 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$984,5 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Endividamento¹	3.830,3	4.131,2
Caixa e disponibilidades de caixa	984,5	1.476,6
Disponibilidade (Dívida) Líquida	(2.845,8)	(2.654,6)

¹Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos derivativos e outras obrigações

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2022 a 2023 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados em melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma de *campi*, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 2.1(f) do Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 31 de dezembro de 2023, nossa posição de caixa correspondia a R\$984,5 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade	Moeda	Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	Saldo em 31 de dezembro de	
				2023	2022
Capital de giro	R\$	Prefixado 7,00% a CDI + 6,80%	2027	703,9	226,0
IFC	U\$	SOFR + 2,43%	2028	174,6	226,5
IFC	R\$	CDI + 1,49%	2024	13,2	39,6
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 4,75%	2029	2.905,5	3.618,0
			Total	3.797,1	4.110,2

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debêntures.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation (IFC)*, no montante de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, ao valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150,0 milhões, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses. O pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020. O pagamento dos juros ocorreu anualmente em 29 de maio de 2019 e 29 de maio de 2020. A partir de 29 de maio de 2020, o pagamento de juros passou a ser realizado trimestralmente.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à *International Finance Corporation (IFC)* no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões

Em 12 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) na data de emissão (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta Restrita”, respectivamente), sendo (i) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes às debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e (ii) R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) correspondentes às debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”). Sobre as Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa DI Over”), acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 3,7500% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série”). Sobre as Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,7500% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2021 e, o último, na data de vencimento da respectiva série de Debêntures. O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série, será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, será amortizado semestralmente, em parcelas consecutivas, a partir do 30º (trigésimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, e as parcelas serão pagas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e o último, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 28 de março de 2022, Administração da Inspirali, aprovou a realização 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000.000,00. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Em 31 de março de 2022 realizamos o pré-pagamento de R\$1,94 bilhão relativos à 2ª série da 3ª Emissão de Debêntures (referente ao montante emitido de R\$2 bilhões, sobre os quais incide taxa de juros de CDI+4,75% ao ano) e R\$121,81 milhões de juros, totalizando R\$2,06 bilhões pagos. Nessa 2ª série houve prêmio de pré-pagamento de 0,60% *flat*. Os valores residuais de cada série da debênture continuam sujeitos aos exatos termos dispostos na escritura da 3ª emissão.

Em 20 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a realização da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, a Companhia, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista sendo que (i) as Debêntures emitidas no âmbito da primeira série servirão como lastro dos CRI CDI, doravante denominadas “Debêntures CDI”; no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), tem duração de 5 anos (bullet) e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas DI, acrescida de sobretaxa (spread) de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da segunda série servirão como lastro dos CRI IPCA, doravante denominadas “Debêntures IPCA” no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), tem duração de 7 (sete) anos (amortizações programadas nos anos seis e sete) e remuneração prefixada de 8,0491% a.a.

Em 28 de abril de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.380 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,65% a.a) com o principal em 12 (doze) parcelas trimestrais, sendo a primeira devida em 28 de julho de 2024 e a última em 28 de abril de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente RF LP Empresa.

Em 26 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização o termo de emissão da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia fidejussória, em espécie única, para colocação privada, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Foram emitidas 100.000 (cem mil) notas comerciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diários do DI, acrescida de spread de 3,25% ao ano, o vencimento será em 01 de junho de 2026.

Em 28 de junho de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.411 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,6% a.a) com os juros sendo pagos mensalmente, bem como o principal em 06 (seis) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 25 de dezembro de 2024 e a última em 25 de junho de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente FUNDO RF DI TP FI.

Em 04 de julho de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.412 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,6% a.a) com os juros sendo pagos mensalmente, bem como o principal em 06 (seis) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 25 de janeiro de 2025 e a última em 25 de julho de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente FUNDO RF DI TP FI.

Em 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização o termo de emissão da 2ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia fidejussória, em espécie única, para colocação privada, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) notas comerciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diários do DI, acrescida de spread de 3,25% ao ano, o vencimento será em 13 de agosto de 2028.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Sociedade	Credores	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC	10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	IFC (a)	10/07/2020	R\$ 242.320.800,00	15/03/2028	IFC	Garantedores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2,43% a.a SOFR
Ânima Holding	Banco Bradesco (líder)	29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú (líder) (b)	21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	3,475% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Bradesco (líder) (c)	14/04/2021	R\$ 2.500.000.000,00	15/04/2023 (1ª série) 15/04/2027 (2ª série)	Debêntures	Garantia Fidejussória	CDI + 3,75% (1 série) CDI + 4,75% (2 série)
Inspirali Brasil	Banco Bradesco (líder)	31/03/2022	R\$ 2.000.000.000,00	30/03/2027	Debêntures	Real	2,60% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	XP Investimentos (líder)	28/12/2022	R\$ 800.000.000,00	13/12/2027 (1ª série) 13/12/2029 (2ª série)	CRI CDI CRI IPCA		CDI + 1,65% IPCA + 8,0481%
Ânima Holding	Banco do Brasil	28/04/2023	R\$ 100.000.000,00	28/04/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,65% a.a 100% CDI
Ânima Holding	Banco do Brasil	28/06/2023	R\$ 100.000.000,00	25/07/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,60% a.a 100% CDI
Ânima Holding	Banco do Brasil	04/07/2023	R\$ 98.000.000,00	25/07/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,60% a.a 100% CDI
Ânima Holding	Banco ABC	26/05/2023	R\$ 100.000.000,00	01/06/2026	Nota Comercial	Fiança + 100% recebível SOCEC	3,25% a.a 100% CDI
Ânima Holding	Banco ABC	14/08/2023	R\$ 50.000.000,00	13/08/2026	Nota Comercial	Recebíveis: RITTER e Fiança: ASPEC/FADERGS/IBMR/SOCEC	3,25% a.a 100% CDI

- (a) Em 25 de agosto de 2023 foi realizada renegociação da taxa de juros de 2% a.a para 2,42826% a.a
- (b) Em 30 de junho de 2023 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), por meio da qual foi aprovada, dentre outras matérias, concessão de dispensa de medição dos índices financeiros prevista para ser realizada com base nas informações financeiras da 30 de junho de 2023. As medições dos índices financeiros passarão a ocorrer semestralmente, a partir de dezembro de 2023. Em decorrência das deliberações aprovadas na AGD, o índice "Dívida líquida / EBITDA ajustado" foi modificado de 3,0 para 3,5, a taxa de juros foi reajustada de 1,35% a.a. para 3,475% a.a em julho de 2023, e a Companhia realizou uma oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

segunda emissão. A oferta de resgate antecipado foi na quantidade de debêntures equivalente ao montante total de R\$ 41.454, liquidado em 7 de agosto de 2023.

- (c) A Companhia decidiu realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da segunda série da terceira emissão, em 7 de julho de 2023, com o seu consequente cancelamento. O valor total do resgate antecipado, incluindo todos os encargos financeiros e custos da transação, foi de R\$ 67.040.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 31 de dezembro de			
	2023		2022	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	2.575,7	68	2.260,5	55
Obrigações quirográficas	1.221,5	32	1.849,7	45
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures¹	3.797,1	100	4.110,2	100

¹ Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2023 são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

Em dezembro de 2023, renegociamos com o IFC os índices mínimos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo os seguintes:

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,05;
- Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado –inferior a 3,37
- EBITDA ajustado / Despesa financeira líquida – não inferior a 0,70

✓ Debêntures ANIM12

- EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro – superior a 1,3;
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 3,0; e
- Índice de Liquidez Corrente– superior a 1,3.

✓ Debêntures Inel11 (Inspirali)

- Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) -Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,0
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30

✓ Debêntures/CRI Ânima

- Até 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 31 de junho de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;
- A partir de 30 de junho de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras - Superior a 1,3

✓ Notas Comerciais - Anima

- A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 30 de junho de 2025 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;

✓ Capital de Giro - Anima

- A partir de 31 de dezembro de 2023 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5;
 - Capital de Giro - Rede
 - A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas na Emitente relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores da data base, o lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão não relacionadas aos passivos de direito de uso (ou passivos de arrendamento), conforme aplicável, bem como dos juros e multas recebidos sobre as mensalidades pagas em atraso às escolas e sistemas de ensino e dos gastos de natureza não recorrente;

“EBITIDA” significa o lucro/prejuízo líquido do período, o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

“EBITDA Ajustado Pro Forma” o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura da Escritura de emissão, o Ebitda Ajustado Pro Forma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluindo, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladora da Emissora elaboradas a partir de balanços contábeis das empresas auditadas.

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Financeira Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, fornecedores e impostos em atraso, mútuos e leasings à pagar, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia assinou uma Carta de Dispensa (“Waiver Letter”) com o International Finance Corporation (“IFC”), na qual obteve waivers: (i) autorizando a antecipação de recebíveis de cartões de créditos e PraValer no valor total de até R\$ 100.000.000,00 antes de 31 de março de 2024 (ii) considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição da Laureate Brasil, renegociando os índices de “Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado”, “EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida” e “Liquidez Corrente” exclusivamente para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. A referida Waiver Letter não implicou em nenhuma outra dispensa, alteração ou variação de quaisquer disposições do contrato de empréstimo com o IFC, as quais permanecem em pleno vigor e efeito.

Os contratos relacionados abaixo possuem cláusula *cross-default*. Do endividamento total 94,5% estão sujeitos a cláusula. O descumprimento e/ou quebra dos *covenants* também poderá acarretar o vencimento antecipado.

<i>Moeda nacional</i>	(em R\$ milhões)
Debêntures 1ª emissão	-
Debêntures 2ª emissão	73.810
Debêntures 3ª emissão - série 1	-
Debêntures 3ª emissão - série 2	-
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	2.068.391
IFC	13.154
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	788.984
<i>Moeda estrangeira</i>	
IFC	174.629
Banco ABC	100.375
Banco ABC	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro	104.566
Banco do Brasil	195.533

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$ 23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$ 4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$ 5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2023 possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às desta seção 2.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação, extensão e ensino técnico, incluídos em nosso segmento Ânima Core. O segmento Ânima Core respondeu por 62% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, a HSM, instituição de educação corporativa, a EBRADI, escola brasileira de direito, formam o segmento de Lifelong learning, que representa 5% das receitas no referido exercício. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada. Como uma visão adicional, destacamos a importante participação da Inspirali – que os serviços estão consolidados em sua maior parte no Ensino Acadêmico e têm atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina – respondeu por 34% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

No Ensino Acadêmico a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- PROUNI - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022, totalizaram R\$ 576,2 milhões, e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, totalizaram R\$ 572,9 milhões. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.

- Descontos concedidos pela mantenedora - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).
- Pagamento no prazo - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- Captações de alunos - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- Convênios com empresas - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- Pós-graduação - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- Parentesco - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- Acordos - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- Desempenho acadêmico - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- Segundo curso - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

A Receita do Lifelong Learning, além dos cursos de pós-graduação lato sensu, se divide também em eventos e seminários, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação In Company e consultorias tecnológicas às empresas, além da venda de produtos como o HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão. Temos também a EBRADI, uma start-up de ensino e capacitação jurídica on-line.

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos dos Produtos e Serviços

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 representavam cerca de 62,9% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois *campi* próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos *campi*. As despesas de aluguel (incluindo depreciação do imobilizado), junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 15,0% dos custos totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de *software* acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 22,0% dos custos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise das variações de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>AV (%)</u>
RECEITA LÍQUIDA	3.732,9	100,00%	3.563,2	100,00%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(1.518,8)	-40,69%	(1.508,8)	-42,34%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	2.214,1	59,31%	2.054,4	57,66%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.689,2)	-45,25%	(1.676,3)	-47,04%
Despesas comerciais	(271,8)	-7,28%	(233,1)	-6,54%
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(192,2)	-5,15%	(194,5)	-5,46%
Despesas gerais e administrativas	(1.140,4)	-30,55%	(1.202,5)	-33,75%
Resultado de equivalência patrimonial	(6,9)	-0,18%	(14,3)	-0,40%
Outras (despesas) receitas operacionais	(77,9)	-2,09%	(31,8)	-0,89%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	524,9	14,06%	378,1	10,61%
Receitas financeiras	168,5	4,51%	165,0	4,63%
Despesas financeiras	(911,3)	-24,41%	(959,0)	-26,91%
Resultado financeiro líquido	(742,8)	-19,90%	(794,1)	-22,28%
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS	(217,9)	-5,84%	(416,0)	-11,67%
IRPJ e CSLL corrente	(4,9)	-0,13%	(6,4)	-0,18%
IRPJ e CSLL diferido	9,6	0,26%	433,8	12,17%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(213,2)	-5,71%	11,5	0,32%
Participação da controladora	(329,6)	-8,83%	(102,3)	-2,87%
Participação de acionistas não controladores	116,5	3,12%	113,7	3,19%

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$3.732,9 milhões, representando um aumento de 4,8% se comparado ao mesmo período no ano anterior, originado principalmente por crescimento de receita da Inspirali e do Ensino Digital, em função de amadurecimento das bases de alunos e de uma eficaz estratégia de crescimento de ticket.

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nossos custos totalizaram R\$1.518,8 milhões, o que representa um aumento de R\$10,0 milhões, em relação ao mesmo período de 2022. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 42,3% no exercício findo em 2022 para 40,6% no mesmo período de 2023. Este crescimento é decorrente principalmente de nossa estratégia de otimização de nossas atividades operacionais, que envolveram devoluções de imóveis em 2023, com concentração dos alunos em outros campi, trazendo maior ganho de escala e redução de custos; e maior integração entre as unidades com uma oferta acadêmica mais eficiente, trazendo ganhos no custo com pessoal.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LUCRO BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$2.214,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento de R\$159,7 milhões, em relação ao mesmo período de 2022. Em relação à receita líquida, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nosso lucro bruto representou 59,3%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias em custos.

DESPESAS COMERCIAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas comerciais, totalizaram R\$271,8 milhões, ou 7,2% sobre a receita líquida, enquanto, no mesmo período de 2022 totalizaram R\$233,1 milhões ou 6,5% da receita líquida, o aumento decorrente de um aumento de preço das provedoras de leads digitais, um cenário mais competitivo e um investimento no posicionamento de marca da Inspirai.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$1.140,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representa 30,5% da receita líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$1.202,5 milhões, ou 33,7% da receita líquida. O resultado é fruto principalmente dos esforços que fizemos de controle do G&A, com iniciativas de reestruturações internas em busca de maior sinergia entre as áreas

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$1,2 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para um prejuízo de R\$2,7 milhões no mesmo período de 2023. A sociedade constituída com a Gama Academy apresentou um prejuízo de R\$4,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$77,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, enquanto no mesmo período de 2022 totalizaram uma receita de R\$31,8 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$742,8 milhões, ante um resultado negativo de R\$794,1 milhões no mesmo período de 2022. Este resultado é consequência das despesas de juros com empréstimos e financiamentos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$4,7 milhões, comparado a uma receita de R\$427,4 milhões no mesmo período de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou um prejuízo de R\$213,2 milhões, ou R\$224,6 milhões abaixo do valor reportado no mesmo período de 2022, que correspondeu a um prejuízo de R\$11,5 milhões.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhões de Reais)

	31/12/23	31/12/22	Var. 23 / 22 (\$)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) do exercício	(213,2)	11,5	224,6
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	192,2	194,5	2,3
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	366,4	363,1	(3,2)
Amortização direito de uso de arrendamentos	168,1	209,9	41,8
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	22,7	15,4	(7,3)
Baixa direito de uso de arrendamentos	(25,0)	(11,2)	13,8
Multa entrega de imóveis	58,6	-	(58,6)
Resultado de equivalência patrimonial	6,9	14,3	7,5
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	606,9	558,2	(48,7)
Baixa de custo de captação por antecipação pagamento de debêntures e taxa de antecipação	-	96,7	96,7
Perda por impairment	42,2	-	(42,2)
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	51,6	(6,7)	(58,3)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	12,5	23,2	10,7
Despesa financeira de arrendamentos	154,8	182,8	27,9
Valor justo com derivativos	51,0	31,6	(19,4)
Valor Justo Earn Out	(69,5)	(1,0)	68,5
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(4,7)	(427,4)	(422,7)
Outros ajustes	12,8	15,3	2,4
	1.434,3	1.270,2	(164,1)
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Redução (aumento) de contas a receber	(128,6)	(362,2)	(233,7)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos	23,8	(11,1)	(34,8)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(21,6)	(16,6)	5,1
Redução (aumento) de outros ativos	15,8	(33,0)	(48,9)
(Redução) aumento de fornecedores	(33,1)	23,9	57,0
(Redução) aumento de adiantamento de clientes	8,9	23,7	14,8

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Redução) aumento de provisão para riscos	(87,0)	(48,7)	38,3
(Redução) aumento de outros passivos	15,7	(24,5)	(40,2)
	(206,1)	(448,4)	(242,4)
Juros pagos	(723,2)	(587,7)	135,5
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4,3)	(6,1)	(1,9)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	500,8	228,0	(272,8)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Mútuos com partes relacionadas - Concessões	(6,5)	(25,5)	(19,0)
Mútuos com partes relacionadas - Recebimentos	0,5	2,4	1,9
Aumento de capital em investida	(12,2)	(15,3)	(3,2)
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	1.000,0	1.000,0
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-	(2,4)	(2,4)
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras	321,5	(607,1)	(928,6)
Rendimento de aplicações financeiras	(112,3)	(101,0)	11,3
Compra de ativo imobilizado	(92,9)	(84,7)	8,2
Compra de ativo intangível	(97,6)	(126,2)	(28,7)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	0,5	40,2	39,7
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Mútuos com partes relacionadas - Captações	0,1	-	(0,1)
Mútuos com partes relacionadas - Amortizações	(0,1)	(0,0)	0,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Captações	570,0	2.731,9	2.161,9
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Amortizações	(878,5)	(2.331,1)	(1.452,6)
Ganho (perda) com derivativos	(52,2)	(30,3)	22,0
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	(109,1)	(91,0)	18,1
Pagamento de arrendamentos	(135,8)	(171,9)	(36,1)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis	(31,9)	-	31,9
Aumento de capital (Custo de captação)	-	(0,0)	(0,0)
Dividendos pagos	(139,8)	(1,9)	137,9
Aquisição de ações em tesouraria	(6,9)	(120,6)	(113,7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(784,3)	(15,0)	769,3
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	422,4	169,2	(253,2)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	139,4	422,4	283,0
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	(283,0)	253,2	536,2

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A aplicação líquida de caixa e equivalente de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 283,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$253,2 milhões. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$ 272,8 milhões, passando de uma geração de R\$228,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma geração de caixa de R\$500,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação decorreu principalmente por uma melhora dos nossos resultados operacionais e por um menor consumo de capital de giro.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento geraram R\$0,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e geraram R\$40,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação pode ser explicada por resgates na linha de aplicações financeiras, que em 2022 teve uma aplicação decorrente do aporte de capital dos acionistas não controladores.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades de financiamento aplicaram R\$784,3 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$ 15,0 milhões no mesmo período de 2022, explicado principalmente pela redução dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultado das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 4,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, explicado pelo crescimento da base de alunos e aumento de ticket líquido, originado principalmente da Inspirali e do Ensino Digital, com amadurecimento das bases de alunos e de uma eficaz estratégia de crescimento de ticket.. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2022 e 2023 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

Câmbio

2.2 Resultados operacional e financeiro

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 3797,1 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 do Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalter, em parceria com a empresa de mesmo nome.. Para maiores informações sobre o FIES, vide item do 1.6 do Formulário de Referência.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve alterações.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve impactos.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 quaisquer opiniões modificadas e ênfases nos relatórios dos auditores da Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

No exercício social de 2021, introduzimos novos segmentos e passamos a apresentar os serviços segregados entre:

- **Inspirali** – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- **Anima Core** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional, incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância.
- **Lifelong Learning** - Atividade atrelada a prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in-company, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

Não houve, para os exercícios de 2022 e 2023, introdução de qualquer segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 30 de novembro de 2022, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas ordinárias da Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde e Bem Estar Ltda. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

c. Eventos ou operações não usuais.

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023
Multas contratos de aluguel	58,6
Desmobilizações	6,0
Verbas rescisórias	55,6
Baixas de earn-outs	(69,9)
Baixas contábeis de ativos	66,3
Outros	1,5
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES	-118,2

Em 2023 tivemos total de R\$ 118,2 milhões de despesas não recorrentes, decorrentes principalmente das iniciativas que realizamos para melhoria da eficiência operacional, que incluem:

- Multas de encerramento antecipado de contratos de aluguel no valor de R\$ 58,6 milhões (sendo R\$ 31,8 milhões com impacto caixa) ocasionados pela devolução de campi e um imóvel administrativo;
- Custos com desmobilizações dos imóveis devolvidos;
- Verbas rescisórias da reestruturação de folha acadêmica e administrativa;

Além de outros itens não-caixa:

- Reversão de earn-outs advindos da compra do IBCMED e UNIFG, que deixaram de ser devidos, e impactaram positivamente o resultado, e provisão para perdas no valor investido e em créditos relacionados à Gama Academy;

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- e) Baixas contábeis de ativos relacionados à campi que foram devolvidos, mas que não tiveram efeito caixa no período, e outros ativos sem expectativa de rentabilidade futura.

2.5 Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
<i>(Em milhões de Reais)</i>		
EBITDA	1.066,4	970,8
EBITDA Ajustado	1.208,1	1.073,0
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	923,5	729,6
Dívida Líquida	2.845,9	2.654,5
Dívida Líquida Ajustada	2.998,0	2.907,9
Dívida Líquida com efeito IFRS 16	4.301,9	4.414,6

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:

Em 23 de junho de 2022, a CVM expediu a Resolução CVM nº 156/22 dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) pelas companhias abertas, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2022. As informações sobre o EBITDA divulgadas neste item 2.5 observam as regras da referida instrução.

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA, do EBITDA Ajustado e do EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 como indicadores da lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas.

O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é uma resultante do EBITDA ajustado para voltar os efeitos das multas e Juros sobre mensalidades, equivalência patrimonial e itens não recorrentes. O EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 é composto pelo EBITDA Ajustado excluindo o impacto positivo da adoção do IFRS 16.

A tabela a seguir representa a conciliação do nosso EBITDA e do nosso EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16:

2.5 Medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
<i>(Em milhões de Reais)</i>		
Lucro Líquido	(213,2)	11,5
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(4,7)	(427,4)
Resultado financeiro líquido	742,8	794,1
Depreciação e amortização	534,6	578,3
(+/-) Equivalência Patrimonial	6,9	14,3
EBITDA	1.066,4	970,8
Margem EBITDA	28,6%	27,2%
(+) Multas e Juros sobre Mensalidades	23,6	18,5
(+/-) Itens não recorrentes	118,2	83,7
- Custos e Despesas de Reestruturação	-	83,7
- Multas contratos de aluguel	58,6	-
- Desmobilizações	3,8	-
- Verbas rescisórias	55,6	-
- Baixas de earn-outs	(69,9)	-
- Baixas contábeis de ativos	68,5	-
- Outros	1,5	-
EBITDA Ajustado	1.208,1	1.073,0
Margem EBITDA ajustado	32,4%	30,1%
(+/-) Efeito IFRS-16	(284,6)	(343,4)
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	923,5	729,6
Margem EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16	24,7%	20,5%

Em janeiro de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS 16 – Arrendamentos, (no Brasil a norma correlata é o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)), que alterou os critérios de reconhecimento de contratos que envolvem a disponibilidade de uso de bens com a explícita finalidade de trazer a maioria dos arrendamentos de uma arrendatária para o balanço patrimonial. Além dos impactos nos saldos e na apresentação das demonstrações financeiras da arrendatária, também haverá mudanças na contabilização ao longo do prazo de vigência do arrendamento.

Na Companhia, o impacto observado está relacionado aos contratos de aluguel, já que todas as nossas unidades acadêmicas e administrativas são alugadas, e a maioria delas possui valores relevantes, estando assim abrangidas pela nova norma.

No balanço patrimonial, o movimento contábil que se observa é: na conta de ativo, passamos a reconhecer o direito de uso dos ativos para todos os nossos contratos de aluguel; enquanto no passivo, registramos a obrigação referente ao valor presente dos mesmos contratos de aluguel.

Já na demonstração de resultado, a despesa que anteriormente era despesa de aluguel será substituída por despesas de depreciação do ativo de direito de uso e despesas financeiras decorrentes do custo do passivo de arrendamento.

Como consequência das despesas financeiras calculadas sobre o custo amortizado do passivo, as companhias irão registrar despesas maiores no início do prazo do arrendamento para a maioria dos contratos, uma vez que os pagamentos do arrendamento são fixos e as despesas de juros são maiores no início do contrato. Por outro lado, a depreciação do ativo de direito de uso tende a ser constante.

Ainda que seja uma mudança de classificação estritamente contábil, a nova regra atinge o cálculo do EBITDA, na medida em que as despesas de aluguel deixam de ser consideradas nessa métrica. Já no Lucro Líquido o impacto é negativo, uma vez que os aluguéis se desdobram em duas contas redutoras, a da depreciação do ativo de direito de uso e a das despesas financeiras do passivo.

2.5 Medições não contábeis

De forma a facilitar ao mercado uma visão transparente e comparável de nossos resultados, publicamos, durante todo o ano 2019, as nossas informações excluindo o efeito IFRS-16, adicionalmente aos números que já consideram a nova classificação.

Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16

Nós calculamos a dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nos ativos e passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Líquida Ajustada é calculada pela soma da Dívida Líquida com ajuste de outras obrigações nos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 é calculada pela soma da Dívida Líquida Ajustada com o efeito dos passivos em decorrência do IFRS 16 (aplicado em 1 de janeiro de 2019). Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou medidas de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

A tabela abaixo mostra a reconciliação de caixa e equivalentes apresentados no balanço patrimonial, a dívida líquida como um dos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
<i>(Em milhões de Reais)</i>		
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(139,4)	(422,4)
(-) Aplicações Financeiras	(845,1)	(1.054,2)
Caixa e Aplicações Financeiras	(984,5)	(1.476,6)
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.830,3	4.131,2
- Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	880,1	888,1
- Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	2.950,2	3.243,1
(+/-) Derivativos	33,3	21,0
- Derivativos circulante	4,2	2,6
- Derivativos não circulante	29,1	18,4
Dívida Líquida	2.845,9	2.654,5
(+) Outras Obrigações	152,1	253,4
Dívida Líquida Ajustada	2.998,0	2.907,9
(+/-) Efeito IFRS 16	1.304,0	1.506,7
Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16	4.301,9	4.414,6

c. motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

A nossa Administração acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16

2.5 Medições não contábeis

A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, e não deverão ser considerados como representatividade do nosso endividamento. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas.

A nossa Administração acredita que a Dívida Líquida, *Dívida Líquida Ajustada* e a Dívida Líquida *Ajustada* com efeito IFRS16 são medições não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 16 de fevereiro de 2024, a DNA Capital Consultoria Ltda. firmou um termo de ajuste de participação societária, o qual implica em um ajuste equivalente a 0,99% junto à Inspirali S.A., controlada da Ânima Holding S.A., levando a DNA Capital a uma participação total no capital da Inspirali Brasil de 25,99%. O ajuste supracitado decorre do aumento na dívida líquida por parte da Inspirali Brasil, divergindo da composição de dívida líquida alinhada no fechamento de 31 de março de 2022, conforme acordo de investimento firmado entre as partes.

2.7 Destinação de resultados

Período	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>
Valores das Retenções de Lucros	A ata da assembleia geral ordinária realizada no dia 29/04/2024, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2023, foi aprovada a não distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, uma vez que não foi apurado lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5% Reserva de Investimentos: 0%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e</p> <p>(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>
(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.7 Destinação de resultados

aprovada, informando, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nossos investimentos totalizaram R\$ 190,3 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nossos investimentos totalizaram R\$ 210,9 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos *campi*, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, não realizamos desinvestimentos relevantes.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 30 de novembro de 2022, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas do Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem Estar Ltda (MedPós).

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está em processo de diagnóstico e análise ASG, em virtude desse trabalho, não há, por enquanto, há a definição de plano relacionado às questões.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Além dos fatores mencionados no item 2.10 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre a Companhia

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo adotaram várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas pudessem ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais lançaram mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil foram publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declarou o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que foi revogado em 23 de maio de 2022. Os governos estaduais e municipais também têm mantido diversas normas que buscaram restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, realizamos a reabertura dos campi com retomada das atividades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança. Continuamos atentos quanto às orientações das autoridades em saúde, e acompanhamos a evolução da vacinação, mantendo sempre nossos stakeholders atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 e suas variantes aos negócios da Companhia.

Impacto nas informações financeiras

Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - "Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar, até 30 de junho de 2022, as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 4.543 diretamente no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e não como uma modificação de contrato.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

A Companhia espera capturar gradualmente sinergias operacionais que resultarão da integração dos ativos do Grupo Laureate.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Entre os anos de 2021 e 2025.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As sinergias esperadas partem da premissa de que a Companhia conseguirá implementar com êxito as seguintes iniciativas:

- Ganhos de eficiência obtidos com uma escala maior, uma vez que os custos com despesas gerais e administrativas, produtividade educacional, compras, ocupação, cobrança e jurídico não crescem na mesma proporção que a expansão da base de alunos.
- A continuidade de iniciativas de otimização, tais como: iniciativas de transformação Lean com foco em eficiência operacional e iniciativas de captura de valor através projetos estratégicos com foco em aumento de receita e redução de custos.
- Incremento de receita com a ocupação, a cada ano, das vagas autorizadas dos cursos de medicina que não estão com seu ciclo de maturação completo:
 - o curso de Medicina da UNIFACS, em Salvador, teve um aumento de vagas (de 150 para 270 vagas anuais) em 2017, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, em 2022;
 - o curso de Medicina da UNP, em Natal, teve um aumento de vagas (de 137 para 192 vagas anuais) em 2016, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, em 2021;
 - o curso de Medicina da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em São Paulo, teve um aumento de vagas (de 130 para 195 vagas anuais) em 2016, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, em 2021;
 - o curso de Medicina da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em Piracicaba, foi autorizado em 2018 com 75 vagas, posteriormente teve um aumento de vagas (de 75 para 100 vagas anuais) em 2020, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, em 2025;
 - o curso de Medicina da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em São José dos Campos, foi autorizado em 2018 com 100 vagas, posteriormente teve um aumento de vagas (de 100 para 140 vagas anuais) em 2020, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, em 2025.

Essas sinergias esperadas baseiam-se no histórico de integrações passadas da Companhia, no orçamento da Companhia para o ano corrente, bem como no plano estratégico da Companhia.

O valor ora estimado não compreende os custos não recorrentes para a implementação das iniciativas atreladas a essas sinergias, os quais não foram estimados por requererem maiores detalhamentos disponíveis apenas após o fechamento.

As sinergias ora apresentadas são meras estimativas da administração da Companhia, estão sujeitas a riscos e incertezas e de forma alguma constituem promessa de desempenho. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções serão revisadas. As informações sobre as perspectivas dos negócios e metas financeiras são meras previsões, baseadas nas expectativas atuais da administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas dependem das condições do mercado e do cenário econômico e do setor em que atuamos. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia espera capturar gradualmente, no período de 2021 a 2025, sinergias operacionais que resultarão da integração dos ativos do Grupo Laureate aos seus negócios estimadas em R\$ 350 milhões em bases recorrentes anuais (valor deflacionado).

Com a divulgação de resultados do quarto trimestre de 2023 (4T23) e encerramento do ano de 2023 a Companhia apurou a captura equivalentes ao incremento projetado, encerrando na apresentação de resultados do quarto trimestre de 2023, o acompanhamento desse indicador.

3.2 Acompanhamento das projeções

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não houve alteração na projeção de sinergias operacionais que resultarão da integração do Grupo Laureate.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

O Escritório de Transformação e Integrações (ETI), foi a área formada em 2021, a partir da aquisição das unidades em integração junho/21, que teve como papel planejar a integração, mapeando as oportunidades de sinergias e de incremento de resultados operacionais.

A expectativa de incremento de EBITDA no ano 5 pós integração é de R\$350 milhões, deflacionados, conforme divulgado no *closing*, sendo o Escritório de Transformação e Integrações (ETI) responsável por organizar e monitorar o processo de integração, para garantir a captura dos ganhos de eficiência operacional e de incremento de EBITDA amparados nas alavancas de sinergia compartilhadas.

Ao final do 4T23 celebramos a captura de R\$ 413,0 milhões em 30 meses (entre junho/21 e dezembro/23), equivalentes ao incremento projetado, pelo que encerramos na apresentação de resultados do quarto trimestre de 2023 o capítulo relativo a esse indicador.

Diferentes frentes de trabalho são responsáveis por essas capturas obtidas, que passam por ganhos de eficiência operacional, ganhos de escala e expansão de receitas (especialmente na Inspirali).

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Com a divulgação de resultados do quarto trimestre de 2023 (4T23) e encerramento do ano de 2023 a Companhia apurou a captura equivalentes ao incremento projetado, encerrando na apresentação de resultados do quarto trimestre de 2023, o acompanhamento desse indicador.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente e de forma relevante, influenciando, desse modo, eventuais decisões de investimento relacionadas a nós ou às nossas controladas. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.3. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”.

Enfrentamos uma concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos. Se não competirmos com eficiência, corremos o risco de perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados. Nossos concorrentes podem oferecer cursos mais atrativos, contar com melhor infraestrutura, mais prestígio acadêmico e de mercado, unidades com localização mais conveniente e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Neste contexto, podemos incorrer os seguintes riscos:

- (i) Podemos ser obrigados a aumentar nossas despesas e custos operacionais, incluindo custo docente, marketing e estrutura física para melhorar nossos serviços, infraestrutura e posicionamento de mercado;
- (ii) Podemos ser forçados a reduzir nossas mensalidades e conseqüentemente nossa lucratividade como resposta à concorrência a fim de manter ou atrair novos estudantes ou buscar novas oportunidades de mercado;
- (iii) Podemos perder participação no mercado e conseqüentemente diminuir a quantidade de alunos em nossas unidades;
- (iv) Podemos ser pressionados para investirmos recursos adicionais na melhoria de serviços educacionais, tecnologia e desenvolvimento de novos currículos e iniciativas para o aumento da qualidade de nosso ensino.

Parte da nossa estratégia de crescimento está baseada na aquisição de outras empresas, o que pode exigir notificação e ser contestado pelo CADE, além de necessitar de comunicação ao Ministério da Educação nos casos de transferências de mantença e aumento de endividamento da Companhia. As aquisições e reorganizações societárias apresentam riscos que podem afetar adversamente nossas operações e receitas.

Nossa estratégia de crescimento envolve, além do crescimento orgânico, o crescimento por meio da aquisição e integração de instituições de ensino superior à nossa rede de ensino, sujeito a riscos. O processo de aquisição de Instituições de Ensino Superior compõe nossa estratégia de crescimento. No entanto, existem riscos inerentes, entre os quais destacamos os seguintes:

- (i) Podemos não ser capazes de identificar instituições e outros negócios que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou condições favoráveis no momento em que desejarmos realizá-la;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(ii) O processo de diligência de negócios pode não conseguir identificar todas as contingências legais, técnicas ou regulatórias de responsabilidade da instituição a ser adquirida, das quais passaremos a ser sucessores legais, e portanto podemos assumir passivos ou contingências das empresas adquiridas e/ou resultantes de reorganizações societárias, relacionadas a questões cíveis, regulatórias, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, imobiliárias, questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos, os quais podem não ser suficientemente cobertos pelas garantias contratuais prestadas pelos vendedores das instituições de ensino, ou podem não ter sido identificados no decorrer do processo de diligência legal e de negócios realizada na instituição de ensino. Nesse caso, podemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão;

(iii) A aquisição pode não contribuir para a estratégia comercial como esperado;

(iv) Podemos pagar por qualquer instituição ou negócio adquirido um valor que se mostre superior ao valor estimado como justo, devido, entre outros fatores, ao atual cenário competitivo por alvos de aquisições no segmento em que atuamos;

(v) Nossa estratégia de atuação está pautada no fortalecimento das marcas regionais das instituições que adquirimos, as quais estão sujeitas a riscos institucionais e reputacionais próprios e específicos;

(vi) O processo de aquisição pode ser demorado e os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados. Além disso, pode estar sujeito à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), que pode rejeitá-lo ou aprová-lo com restrições;

(vii) A aquisição de direitos de manutença deve ser informada ao Ministério da Educação ("MEC"), que analisará as novas condições da oferta de ensino no processo de credenciamento. Deve ser informada ao MEC, em até 60 dias após a aquisição, e a nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento das instituições de ensino superior transferidas e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal, que será avaliada por ocasião do credenciamento institucional;

(viii) O processo de aquisição cria desafios adicionais em termos de manutenção de nossa qualidade e cultura de ensino, e não há garantia de que nossa marca não será prejudicada em decorrência de qualquer queda, real ou percebida, em nossa qualidade de ensino;

(ix) O processo de aquisição pode sofrer contratempos e desviar uma maior atenção e tempo de nossa Administração para questões ligadas à transição ou à integração, em relação ao inicialmente previsto;

(x) Podemos enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações e gestão de quaisquer unidades adquiridas (incluindo aquisições realizadas e futuras), tais como a administração de um número maior de funcionários, a dispersão geográfica, migração de sistemas, criação e implementação de controles, adoção de procedimentos e políticas eficientes e padronizados, além de custos de integração não previstos e impacto na cultura organizacional;

(xi) Estamos constantemente analisando oportunidades de negócios que podem expandir nossas atividades para outros segmentos educacionais em que atualmente não atuamos e não temos histórico ou experiência. Podemos não obter resultados operacionais satisfatórios nesses novos segmentos a curto ou mesmo longo prazo, o que pode nos afetar adversamente.

A Companhia pode descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, pelas quais pode ser responsabilizada, inclusive como sucessora.

Tais contingências podem envolver questões trabalhistas, regulatórias, previdenciárias, cíveis, criminais e fiscais, entre outras, além de direitos do consumidor e questões ambientais. As próprias empresas adquiridas podem ser responsabilizadas por contingências que não identificaram no momento da aquisição pela Companhia, e a Companhia também pode ser responsabilizada por essas contingências, resultando nos seguintes riscos:

(i) Podemos incorrer em custos e despesas relacionados a essas contingências e os valores retidos do preço das aquisições para cobrir contingências identificadas no processo de auditoria podem não ser suficientes;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(ii) Podemos ter impactos reputacionais não previstos diante da perda de confiança de investidores, estudantes e outras partes interessadas da Companhia;

(iii) Podemos enfrentar sanções ou restrições operacionais decorrentes de contingências não identificadas.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem impactar negativamente nossa empresa.

A Companhia e seus administradores podem, no futuro, se envolver em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em diversas áreas, como cível, tributária, trabalhista, criminal e ambiental, entre outras. Esses processos podem surgir tanto de questões relacionadas às nossas operações regulares quanto de eventos específicos, como reestruturações societárias ou desafios regulatórios. Decisões que não estejam a nosso favor, especialmente aquelas envolvendo contratos com entidades públicas, benefícios fiscais ou nossa reputação institucional, podem nos expor aos seguintes riscos:

(i) Resultar em custos substanciais, incluindo o pagamento de indenizações, multas e honorários advocatícios;

(ii) Podem prejudicar a nossa reputação perante os alunos, investidores e o público em geral. Isso pode resultar em uma perda de confiança e credibilidade, afetando negativamente nossas marcas e posição no mercado;

(iii) Decisões adversas em processos judiciais ou administrativos podem resultar em mudanças regulatórias ou exigências adicionais impostas à empresa. Isso pode aumentar a burocracia, os custos de conformidade e limitar a flexibilidade operacional.

Para obter mais informações sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, consulte os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Nossas instituições de ensino podem ser considerados responsáveis primários ou solidários pelas dívidas trabalhistas de terceirizados.

Celebramos diversos contratos de prestação de serviços, como alimentação, call center, limpeza, segurança e informática, para atender melhor às necessidades dos nossos estudantes e garantir maior conforto e qualidade em todos os setores das nossas atividades.

Se as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós e/ou nossas instituições de ensino não cumprirem as exigências da legislação trabalhista, podemos ser considerados responsáveis solidários ou subsidiários pelas suas dívidas trabalhistas e podemos correr os seguintes riscos:

(i) Obrigar-nos a pagar multas ou atuações impostas pelas autoridades competentes.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou a violação à propriedade intelectual de terceiros podem resultar em danos à nossa reputação e financeiros.

Nosso sucesso depende, em parte, da proteção e preservação de nossos ativos de propriedade intelectual, como marcas registradas, patentes e softwares, conforme previsto pelas leis brasileiras. Acreditamos que nossas marcas são ativos valiosos e essenciais para o nosso sucesso, e qualquer problema relacionado à propriedade intelectual pode nos afetar significativamente. Neste contexto, estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Eventos como o indeferimento definitivo de nossos pedidos de registro de marca pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ou o uso não autorizado de nossas marcas registradas podem diminuir o valor de nossas marcas ou prejudicar nossa reputação, impactando negativamente nossos resultados operacionais;

(ii) Se não conseguirmos obter os registros pendentes ou proteger adequadamente nossos ativos intangíveis, isso pode ter impactos adversos relevantes em nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iii) A marca Ânima Educação ainda está sob análise do INPI, e não podemos garantir que o registro será concedido na classe pretendida ou sem ressalvas quanto à exclusividade de uso. Se não conseguirmos registrar essa marca ou impedir que terceiros a utilizem para identificar os mesmos serviços que prestamos, nossos resultados podem ser adversamente afetados. Além disso, terceiros titulares de marcas semelhantes ou idênticas às nossas podem se opor à utilização da marca, o que, em última instância, pode nos impedir de usá-la, causando um impacto prejudicial em nossos negócios, imagem e resultados;

(iv) A perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações sensíveis, bem como a interrupção de nossas operações, podem afetar negativamente nossos resultados financeiros;

(v) Terceiros podem alegar que nossos produtos ou serviços violam seus direitos de propriedade intelectual, o que pode resultar em disputas onerosas e demoradas devido à incerteza dos litígios envolvidos.

Podemos enfrentar dificuldades para atualizar e aprimorar nosso projeto pedagógico, bem como para manter uma boa relação custo-benefício para nossos alunos.

Nossos currículos e programas de ensino estão centrados na formação acadêmica de alta qualidade para preparar os alunos para o mercado de trabalho, visando aumentar suas chances de empregabilidade. Para nos destacarmos da concorrência, regularmente revisamos nossos currículos e desenvolvemos novos programas de ensino, incorporando novas tecnologias e estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Se não conseguirmos atender às expectativas de nossos alunos e do mercado de trabalho, eles podem reduzir sua percepção de uma formação de qualidade e buscar outras opções educacionais;

(ii) Podemos enfrentar dificuldades para lançar novos programas de ensino na mesma velocidade que nossos concorrentes ou conforme a demanda dos empregadores;

(iii) Podemos ter problemas para atrair e reter alunos caso a relação custo-benefício de nossos cursos seja questionada.

Nosso sucesso depende da qualidade do nosso corpo docente, e a falta de mecanismos para reter professores ou a saída não planejada de docentes pode ter um impacto negativo em nosso negócio.

O corpo docente desempenha um papel crucial na manutenção da qualidade dos nossos cursos e na preservação da nossa reputação. No entanto, entendemos que há uma escassez de professores qualificados no mercado, o que resulta em uma competição acirrada pela contratação desses profissionais. Neste contexto, incorremos nos seguintes riscos:

(i) Não podemos garantir que conseguiremos reter nossos atuais professores ou recrutar novos docentes que atendam aos nossos elevados padrões de qualidade, especialmente considerando a expansão geográfica contínua de nossas operações;

(ii) A falta de professores qualificados ou uma diminuição na qualidade percebida do nosso ensino, em um ou mais dos nossos mercados, pode ter um impacto prejudicial na reputação de nossas instituições;

(iii) Os estudantes podem enfrentar dificuldades no aprendizado, na obtenção de competência e desenvolvimento de suas carreiras;

(iv) Professores qualificados são essenciais para oferecer uma educação de alta qualidade. Se não conseguirmos atrair ou manter um corpo docente qualificado, a qualidade do ensino pode diminuir, afetando a experiência educacional dos estudantes;

(v) Se não oferecermos condições atrativas o suficiente para reter professores qualificados, podemos perder talentos para outras instituições ou concorrentes.

Podemos enfrentar desafios na expansão bem-sucedida de nossa presença e desempenho no segmento de ensino à distância.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Operar com sucesso um programa de ensino à distância e investir nas tecnologias necessárias para isso pode ser um desafio, especialmente considerando as rápidas mudanças nas necessidades tecnológicas, expectativas dos clientes e padrões de mercado. Precisamos adaptar rapidamente nossos produtos e serviços para acompanhar essas mudanças, o que pode ser dificultado pela introdução de plataformas superiores por concorrentes ou pela falta de recursos para desenvolver e adaptar nossos próprios recursos tecnológicos. Além disso, o sucesso de nossos programas de ensino à distância depende do amplo acesso à Internet pela população em geral e de outros fatores tecnológicos fora de nosso controle. Estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Se o interesse dos alunos pelo ensino à distância não crescer, podemos enfrentar dificuldades em implementar nossa estratégia de ensino à distância, o que prejudicaria nosso crescimento;

(ii) A flexibilização das barreiras regulatórias também permite a entrada de novos concorrentes no mercado de educação à distância, o que pode reduzir nossas oportunidades de crescimento;

(iii) A regulamentação da educação à distância pelo Ministério da Educação (MEC) nos obriga a obter credenciamento e recredenciamento para operar nossas instituições de ensino superior e oferecer cursos e programas de ensino à distância;

(iv) Mudanças nas leis e regulamentos governamentais, como descredenciamento de instituições privadas e imposição de controles de mensalidades, podem prejudicar significativamente nossos negócios e afetar diretamente o crescimento do ensino à distância no país;

(v) Os alunos precisam se registrar nos conselhos profissionais correspondentes para exercer suas profissões após a formatura. Alguns desses conselhos podem rejeitar a inscrição de graduados de cursos de ensino à distância, argumentando que eles não possuem a qualificação necessária. Isso pode afetar a empregabilidade e a reputação dos alunos formados em cursos de ensino à distância;

(vi) Podemos enfrentar uma concorrência significativa nos valores das mensalidades o que pode afetar a lucratividade do negócio.

Podemos não conseguirmos manter a qualidade de ensino e infraestrutura em nossas instituições ou não obtermos avaliações positivas de avaliação de nossas unidades, cursos e alunos.

A manutenção da qualidade de ensino em nossas instituições é uma prioridade essencial para alcançar nossos objetivos de negócio. A percepção de qualidade é influenciada por diversos fatores, como a qualidade dos currículos, do corpo docente, da infraestrutura, dos serviços e aspectos regulatórios. Por isso, não podemos garantir que:

(i) Encontraremos novos imóveis com infraestrutura adequada ou que seremos capazes de instalar e manter infraestrutura adequada em imóveis adquiridos;

(ii) Conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível praticado atualmente para novos cursos;

(iii) Sejamos atraentes e competitivos ou possuamos processos que garantam a contratação e manutenção de um corpo docente alinhado aos padrões de qualidade da Companhia;

(iv) Tenhamos processos internos que atendam às expectativas e ao nível de serviço de nossos alunos, o que pode afetar inadvertidamente a percepção da qualidade de nossa prestação de serviços;

(v) Nossas instituições e alunos são frequentemente avaliados pelo MEC. Portanto, qualquer queda nos resultados de avaliação no Índice Geral de Cursos ou no ENADE pode prejudicar a imagem de nossa marca, afetando negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

(vi) Podemos ser obrigados a celebrar um termo de compromisso com o MEC, estabelecendo metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias, caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório. O não cumprimento total ou parcial dessas condições pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, como desativação de cursos, suspensão temporária de ingresso de novos estudantes e até descredenciamento, além de impactar nosso acesso a políticas de financiamento ou benefícios fiscais;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(vii) A necessidade de corrigir deficiências na qualidade do ensino e da infraestrutura pode exigir investimentos significativos em melhorias, aumentando os custos operacionais e reduzindo a rentabilidade;

(viii) A percepção negativa da qualidade do ensino pode levar à diminuição do número de alunos matriculados e aumentar a desafia de atração de novos alunos.

O aumento nos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por parte de nossos estudantes pode ter impactos negativos em nossas operações.

A conjuntura econômica e social do país pode proporcionar um aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de mensalidades por parte de nossos estudantes e nos expor aos seguintes riscos:

(i) Pode afetar negativamente nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as obrigações financeiras;

(ii) Pode impactar a provisão para créditos de liquidação duvidosa e o atingimento de nossas metas e objetivos;

(iii) Podemos aumentar nossos custos com a recuperação de dívidas em atraso, seja através de processos judiciais, negociações com devedores ou a contratação de serviços de cobrança terceirizada.

Nosso endividamento pode impactar negativamente nossos negócios.

A disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis são essenciais para financiar nossos planos de expansão e manter nosso negócio como está estruturado atualmente. A falta desses recursos pode prejudicar nossa estratégia de crescimento e nos expor aos seguintes riscos:

(i) Podemos ser forçados a reavaliar nosso portfólio de operações e buscar alternativas de desalavancagem e desinvestimento;

(ii) Situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar o nível de endividamento decorrente de nossa estratégia de crescimento, resultando em alavancagem financeira excessiva e riscos relacionados ao pagamento de nossos passivos financeiros;

(iii) Nossa capacidade de obter novos empréstimos e financiamentos pode ser limitada, bem como nossa reputação e percepção de risco no mercado financeiro do país;

(iv) Podemos ser exigidos que destinemos uma parte substancial do nosso fluxo de caixa para pagar custos financeiros da dívida e que pode prejudicar os níveis de qualidade acadêmica e prestação de serviços desejados;

(v) Podemos ficar em desvantagem competitiva em relação a alguns concorrentes com menos dívida e que podem estar mais bem posicionados para futuras oportunidades de aquisição de ativos atrativos;

(vi) Aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas adversas, como mudanças nas taxas de juros ou uma queda nos negócios ou na economia.

Nosso sucesso depende da nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas e comportamentais do setor educacional e que tornam processos internos mais eficientes.

Podemos enfrentar dificuldades para acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas. As rápidas alterações na tecnologia e as mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas dos nossos estudantes, juntamente com os padrões do mercado, podem afetar a qualidade do ensino e de nossos serviços, podendo nos expor aos seguintes riscos:

(i) Nossos concorrentes podem lançar produtos ou plataformas de serviços superiores aos nossos e afetar nossa capacidade de atrair e reter alunos com demandas tecnológicas avançadas;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(ii) O sucesso na implementação dessas inovações no ensino também depende do acesso da população à internet a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora do nosso controle. Se o acesso à internet se tornar mais difícil ou mais caro, ou se o interesse em serviços educacionais online não aumentar, ou ainda se a velocidade da internet não for suficiente para acessar as metodologias oferecidas, podemos ter dificuldades em implementar nossa estratégia de crescimento nos serviços de ensino, o que pode afetar negativamente nossos negócios e resultados;

(iii) Podemos enfrentar riscos operacionais na utilização de sistemas internos e que podem impactar negativamente na prestação de serviços aos alunos e na redução da produtividade interna e afetar nossa competitividade;

(iv) Podemos não dispor de tecnologias educacionais suficientes e que possam ser compatíveis com o padrão de qualidade e expectativas de nossos alunos;

(v) Podemos não ser ágeis na implementação de tecnologias que envolvem a utilização de inteligência artificial ou não gerenciar adequadamente os riscos associados;

(vi) Podemos incorrer em custos adicionais na implementação de soluções tecnológicas com o objetivo de melhorar nossa prestação de serviços;

(vii) Outras mudanças de comportamento, cultura e costumes populacionais, juntamente com fatores econômicos e tecnológicos, também podem influenciar a atratividade e a utilidade dos nossos cursos para o nosso público-alvo.

Parte do nosso sucesso depende da qualidade da nossa equipe executiva, e a perda de qualquer membro da alta administração pode afetar negativamente nosso negócio.

Nosso sucesso futuro está intrinsecamente ligado à continuidade e à competência dos serviços prestados pela nossa alta administração, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na execução das nossas estratégias de negócio. Neste contexto estamos sujeitos aos seguintes riscos:

(i) podemos perder membros da nossa alta administração para empresas concorrentes ou para indivíduos que decidam empreender na criação de instituições de ensino concorrentes;

(ii) Não podemos garantir que a remuneração contratual ou os acordos de não concorrência celebrados com nossa alta administração sejam suficientemente abrangentes ou eficazes para evitar que esses membros renunciem aos cargos que ocupam atualmente, ou que os acordos de não concorrência sejam mantidos pelo Poder Judiciário ou completamente respeitados pelas partes envolvidas;

(iii) Podemos enfrentar dificuldades para encontrar substitutos adequados ou fazê-lo dentro de um prazo adequado, o que poderia ter um impacto adverso significativo em nossos negócios e resultados.

Podemos ser responsabilizados por eventos que ocorram em nossas unidades, e nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para proteger contra perdas substanciais.

Podemos ser responsabilizados por atos ilícitos praticados por diretores, professores e funcionários relacionados às nossas atividades. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos a nossos estudantes dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de negligência, supervisão inadequada ou outras formas de responsabilidade. Também podemos enfrentar alegações de assédio moral, sexual ou outros atos ilícitos por parte de professores ou outros funcionários contra nossos estudantes. Nossas apólices de seguro atuais podem:

(i) Não oferecer proteção adequada contra esses tipos de reivindicações e podem não ser suficientes para cobrir eventuais indenizações que possamos ser obrigados a pagar;

(ii) Essas apólices podem não cobrir certos atos ou eventos;

(iii) Não podemos garantir que, no futuro, seremos capazes de renovar nossas apólices de seguro nas mesmas condições atuais ou a preços adequados;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iv) Ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nossos resultados financeiros. Mesmo que essas ações sejam malsucedidas, podem causar publicidade negativa, afetar nossa imagem, reduzir o número de matrículas, aumentar a evasão de estudantes.

Podemos estar sujeitos às penalidades da Lei 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), da Lei Federal de Procedimentos Administrativos e/ou da Lei de Improbidade Administrativa caso a conduta de algum de nossos colaboradores se enquadre em atos tipificados na legislação.

O Brasil ainda possui uma percepção de elevado risco de corrupção pública, o que pode deixar a Companhia exposta a possíveis violações de leis anticorrupção. A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito civil e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores e terceiros agindo em seu nome. Mantemos relações com entes públicos principalmente através do Programa Mais Médicos, convênios com prefeituras e outras entidades públicas para os cursos de Medicina, programas de financiamento público de fomento à educação (FIES, ProUni e outros programas municipais e estaduais) e para obtenção de licenças necessárias ao nosso funcionamento (Alvarás, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, licenças regulatórias para o setor de educação e outras necessidades eventuais e do cotidiano do negócio). Estamos sujeitos aos seguintes riscos:

(i) Multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00;

(ii) Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais, detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, gerenciar todos os riscos identificados na sua política de gerenciamento de riscos e novos riscos e detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a reputação da Companhia e nos causar perdas financeiras.

O governo brasileiro promulgou a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – “LGPD”) em 14 de agosto de 2018, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade. A LGPD estabelece limites e condições para o tratamento de dados pessoais por pessoas jurídicas. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Caso não estejamos em conformidade com a LGPD, podemos nos expor aos seguintes riscos:

(i) Advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$ 50 milhões por infração;

(ii) Podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós ou prestadores de serviços devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD;

(iii) Podemos experimentar danos significativos à nossa reputação impactando negativamente as operações comerciais e os resultados da Companhia.

(iv) Podemos enfrentar custos adicionais relacionados à implementação de medidas corretivas, contratação de consultoria especializada, treinamento de funcionários e investimentos em tecnologia para garantir a conformidade com a lei.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos realizar novas emissões de valores mobiliários, o que pode resultar em diluição societária e econômica da participação de nossos acionistas em nosso capital social.

Para captar recursos financeiros adicionais, podemos emitir publicamente ou de forma privada títulos de dívida, ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. No entanto, se financiamentos públicos ou privados não estiverem disponíveis, ou se nossos acionistas ou membros do Conselho de Administração assim decidirem, tais recursos podem ser obtidos por meio do aumento do nosso capital social, o que pode diluir a participação dos acionistas atuais. Além disso, implementamos planos de outorga de opções de compra de ações para nossos administradores e colaboradores podendo nos expor aos seguintes riscos:

(i) A emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou a emissão de novas ações no contexto desses planos, pode resultar na diluição da participação dos acionistas em nosso capital social;

(ii) A diluição resultante das emissões de valores mobiliários pode afetar os direitos dos acionistas existentes, como o direito a dividendos, voto e participação nos lucros da empresa.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

Conforme estabelecido em nosso estatuto social, temos a obrigação de distribuir aos nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. No entanto, esse lucro líquido pode ser utilizado de diversas formas, como capitalização, compensação de prejuízos, formação de reservas ou retenção, de acordo com as disposições legais. Portanto, pode ocorrer que o montante disponível para distribuição não seja suficiente para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Adicionalmente, a legislação permite que uma empresa não distribua dividendos obrigatórios em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração considere que essa distribuição seja inviável diante da situação financeira da empresa, ocasionando os seguintes riscos:

(i) Os acionistas podem não receber os dividendos ou juros sobre o capital próprio esperados.

Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.

Os ativos de informação da Companhia estão sujeitos a falhas em sua segurança cibernética, que podem incluir:

(i) Ataques cibernéticos, como invasões das plataformas e sistemas de tecnologia da informação, com o objetivo de acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir sistemas, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas pela Companhia, decorrentes de malware, ransomware, worm, phishing, engenharia social e exploração de fraquezas do ambiente e sistemas;

(ii) Violação de privacidade e dados pessoais, com acesso ou divulgação não autorizados de dados confidenciais e/ou particulares de clientes, tanto por pessoas dentro como fora da Companhia;

(iii) A Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, através da internet, de dados eletrônicos contendo informações pessoais e confidenciais de clientes, os quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes podem expor a Companhia aos seguintes riscos:

(i) Impactos na imagem e reputação da Companhia;

(ii) Paralisação de sistemas ou indisponibilidade de serviços, ocasionando perdas de negócios, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas;

(iii) Divulgação não autorizada de informações ou perda de ativos líquidos significativos;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iv) Conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização;

(v) Custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações, bem como custos necessários à restauração de ambientes;

(vi) Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, investigar ou remediar vulnerabilidades ou violações, ou comunicar ataques cibernéticos a seus clientes;

(vii) A Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade ou ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do previsto para combater tais ataques, pois as formas de ataques cibernéticos estão sempre sendo alteradas e reinventadas.

Nosso sucesso depende da localização e infraestrutura adequada em imóveis próprios e de terceiros nos quais a Companhia faz investimentos relevantes.

A mobilidade urbana, os sistemas inadequados de transporte público e os altos custos de transporte em muitas cidades brasileiras tornam a localização e a acessibilidade das unidades educacionais um fator decisivo para os alunos que escolhem uma instituição educacional. Portanto, um componente-chave do sucesso das nossas instituições consiste em encontrar, alugar e/ou comprar imóveis estrategicamente localizados que atendam às necessidades logísticas dos alunos. Estamos expostos aos seguintes riscos neste contexto:

(i) Não podemos garantir que serão mantidos os imóveis atuais ou adquiridos novos imóveis que estejam estrategicamente localizados;

(ii) Os custos de aquisição, custos associados a benfeitorias, construção e reparos de imóveis existentes e valores de aluguel dos imóveis utilizados pelas unidades podem variar significativamente no futuro e causar um efeito adverso em nossos negócios;

(iii) Devido a mudanças demográficas e socioeconômicas nas regiões em que operamos, não podemos garantir que a localização das unidades continuará atraente e conveniente para os respectivos alunos;

(iv) Um componente importante do resultado de nossos negócios consiste em operarmos unidades em imóveis de terceiros e de mantê-las com a infraestrutura adequada, incluindo aspectos regulatórios. Eventuais alterações das condições de prestação de serviços ou em nossa necessidade ou intenção de permanência nesses imóveis, que podem resultar em devoluções ou mudanças de imóveis, podem reduzir a vida útil de nossas benfeitorias gerando impactos negativos em custos e despesas com depreciação;

(v) Em caso de término dos contratos de locação dos imóveis de terceiros, por exemplo, existe o risco de que apenas parte das benfeitorias efetuadas pela Companhia nestes imóveis sejam indenizadas pelo proprietário/locador, variando de acordo com o que foi determinado no respectivo contrato de locação e impactando adversamente a Companhia.

Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar, abrir, manter e/ou instalar nossas unidades de forma economicamente eficiente e/ou se não obtivermos os atos e/ou provimentos administrativos necessários para autorizações ou credenciamentos das nossas unidades de maneira oportuna.

A abertura de novas unidades, a manutenção das unidades existentes e/ou a consolidação daquelas provenientes de aquisições feitas pela Companhia representam desafios significativos que requerem investimentos substanciais, envolvendo os seguintes riscos:

(i) Podemos ser ineficientes na alocação de investimentos em infraestrutura, marketing, pessoal e outras despesas pré-operacionais;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(ii) Podemos não ser capazes de identificar e manter nossas unidades em locais estratégicos e na negociação de aquisição, locação ou sublocação de imóveis, construção ou reforma de instalações, obtenção e manutenção de licenças de funcionamento, alvarás de construção e certificados de conclusão de obras;

(iii) Podemos falhar na contratação e treinamento de docentes e funcionários;

(iv) Podemos enfrentar riscos no registro de nossas novas unidades no MEC antes de abri-las ou operá-las, bem como obter o credenciamento das instituições de ensino, autorização ou reconhecimento dos cursos, para que possamos expedir diplomas e certificados aos nossos estudantes.

Podemos enfrentar dificuldades na manutenção ou renovação dos atuais contratos de locação, na celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis e na manutenção dos imóveis próprios.

Os contratos de locação nos quais a Companhia figura como locatária têm prazos determinados que variam de 5 (cinco) a 20 (vinte) anos, conforme estabelecido na Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, alterada pela legislação vigente ("Lei de Locação"). Caso a Companhia não consiga manter seus Contratos de Locação, celebrar novos contratos e/ou renová-los em condições consideradas adequadas ou favoráveis, poderemos enfrentar os seguintes riscos:

(i) Enfrentar interrupções em nossas atividades e ser impactada negativamente. Isso pode resultar em custos relacionados à realocação de operações e perda ou diminuição de receita, especialmente se não conseguirmos encontrar imóveis substitutos adequados ou se houver atrasos ou custos elevados na localização desses imóveis;

(ii) A rescisão eventual dos Contratos de Locação de imóveis operacionais relevantes da Companhia, conforme previsto no art. 53 da Lei de Locação, podem ter impactos negativos em seus negócios;

(iii) A não obtenção ou renovação de alvarás e licenças necessários para as atividades nos imóveis, bem como a execução de ônus incidentes sobre os imóveis/unidades ocupadas, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Enfrentamos riscos relacionados à obtenção e renovação de licenças e alvarás necessários para a instalação e operação de nossas unidades.

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção e manutenção de diversas autorizações, licenças e alvarás essenciais para a operação e localização de nossas unidades, tais como licenças de funcionamento e o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Estas devem ser regularmente renovadas o que pressupõe o cumprimento de inúmeros requisitos regulatórios. Em caso de impossibilidade de obtenção ou renovação dessas licenças e alvarás, corremos os seguintes riscos:

(i) Enfrentar sanções administrativas ou judiciais, incluindo multas e até mesmo a suspensão ou interdição das unidades em operação;

(ii) A falta dessas autorizações pode acarretar complicações relacionadas ao seguro em caso de acidentes, impactando negativamente nossa imagem perante o público;

(iii) Custos adicionais e necessários para a obtenção de licenças e alvarás.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas, conhecidas como "Covenants", em seus contratos de dívida. O descumprimento desses termos pode resultar no vencimento antecipado das dívidas.

Essas cláusulas "Covenants" abrangem tanto aspectos financeiros quanto não financeiros em seus contratos de empréstimo e financiamento. Os aspectos financeiros envolvem métricas como a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA ajustado, que é avaliada anualmente. Além disso, existem obrigações não financeiras, como restrições a mudanças no controle societário, entre outras. A Companhia pode enfrentar dificuldades para cumprir esses requisitos financeiros e obrigações devido a condições adversas no ambiente de negócios, como falta de liquidez ou retração do mercado, podendo incorrer nos seguintes riscos:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (i) As dívidas podem ser antecipadamente vencidas, o que limitaria o acesso a novas fontes de financiamento para seus planos de investimento;
- (ii) Cláusulas de aceleração cruzada ou inadimplemento cruzado podem ser acionadas em outros contratos financeiros e de garantia existentes;
- (iii) O vencimento antecipado de qualquer contrato financeiro pode comprometer a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos e ter um impacto adverso significativo em seus negócios e situação financeira.

Os interesses dos nossos Acionistas Controladores podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

Nossos Acionistas Controladores têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e decidir sobre quaisquer questões que sejam de competência dos nossos acionistas, inclusive sobre reorganizações societárias, cancelamento de nosso registro de companhia aberta, alienação de nossas controladas, montante e momento para distribuição dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas, ressalvadas as exigências de dividendo obrigatório, de acordo com nosso estatuto social. Desde que nossos Acionistas Controladores continuem a ser titulares de uma parcela significativa de nosso capital, ainda que essa parcela seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do nosso capital social, nossos Acionistas Controladores poderão continuar a ser capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre nossas decisões, dessa forma incorremos nos seguintes riscos:

- (i) Os interesses de nossos Acionistas Controladores poderão ser divergentes ou conflitantes com os interesses de nossos demais acionistas, inclusive para orientar nossos negócios, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados;
- (ii) Nossos Acionistas Controladores detêm menos que 50% do capital votante da Companhia, o que nos torna suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante;
- (iii) Não podemos garantir que a influência e controle que vêm sendo exercidos pelos Acionistas Controladores sejam mantidos. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido;
- (iv) Poderemos não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos;
- (iv) Qualquer mudança repentina ou inesperada no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, bem como a ocorrência do vencimento antecipado ou a rescisão de contratos pode nos afetar adversamente.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia e incorremos nos seguintes riscos:

- (i) Caso as transações com partes relacionadas não sejam conduzidas de forma transparente e justa, os acionistas podem sofrer prejuízos financeiros, seja pela diluição de seus interesses ou pela alocação inadequada de recursos da empresa;
- (ii) Transações envolvendo partes relacionadas podem ser percebidas pelo público como falta de transparência ou como um sinal de má governança corporativa, afetando negativamente a reputação da Companhia;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iii) Conflitos de interesses podem levar a decisões que não são necessariamente as mais benéficas para a empresa em termos financeiros, resultando em perdas ou custos adicionais que afetam os resultados operacionais da Companhia;

(iv) Se as partes envolvidas perceberem que foram prejudicadas por conflitos de interesses nas negociações, isso pode resultar em disputas legais onerosas para a empresa, além de danificar sua imagem perante o mercado.

Podemos não obter os resultados financeiros esperados de nossas subsidiárias

Nossa empresa é composta por diversas subsidiárias. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e pagar dividendos aos acionistas depende das restrições assumidas em contratos de financiamento, do fluxo de caixa e dos lucros gerados por essas subsidiárias. É também essencial que esses lucros sejam distribuídos a nós na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Os riscos associados às nossas subsidiárias e empresas coligadas são os mesmos que nos afetam diretamente, são eles:

(i) não podemos garantir que teremos acesso a esses recursos ou que serão suficientes para cumprir nossas obrigações financeiras e pagar dividendos. A falta de disponibilidade desses recursos, ou sua insuficiência, pode ter um impacto significativo e prejudicial em nossos negócios e resultados;

(ii) Os novos investimentos podem estar sujeitos às condições econômicas e de mercado, como flutuações na demanda por educação superior, mudanças na regulamentação governamental, concorrência crescente ou diminuição do financiamento público para o ensino superior;

(iii) Alocar recursos em novos investimentos pode exigir financiamento adicional, o que aumenta a exposição da holding ao endividamento. Flutuações nas taxas de juros, disponibilidade de crédito ou condições econômicas adversas podem dificultar o acesso a financiamento ou aumentar os custos de capital;

(iii) Os novos investimentos podem envolver a operação de diferentes tipos de instituições educacionais ou programas acadêmicos, cada um com seus próprios desafios operacionais. Problemas como falta de qualificação de pessoal, dificuldades na integração de sistemas e processos ou resistência à mudança podem impactar negativamente o desempenho dos novos empreendimentos;

(iv) Investir em novas áreas ou programas educacionais pode expor a holding a regulamentações adicionais ou alterações na legislação educacional. Não conformidade com requisitos regulatórios ou mudanças na política governamental podem resultar em sanções, multas ou restrições operacionais;

(v) O desempenho dos novos investimentos pode afetar a reputação global da holding. Problemas como baixa qualidade acadêmica, má gestão financeira ou escândalos podem prejudicar a confiança dos alunos, pais e stakeholders, afetando assim a reputação da holding e suas universidades existentes.

Não podemos garantir que tenhamos contratos formalizados com todos os nossos fornecedores em geral, bem como com outros terceiros com os quais conduzimos negócios.

Trabalhamos com diversos fornecedores e mantemos relações comerciais com vários prestadores de serviços. No entanto, é possível que tenhamos relacionamentos comerciais com terceiros que não estejam formalizados por meio de contratos assinados. A ausência de um contrato escrito para oficializar nossos relacionamentos comerciais pode ter um efeito adverso sobre nossos negócios e nos expor aos seguintes riscos:

(i) Sem contratos formais, pode ser difícil comprovar os termos exatos do relacionamento comercial em caso de litígio. Isso pode resultar em disputas legais prolongadas e custosas;

(ii) A falta de contratos pode levar a mal-entendidos sobre expectativas, prazos e responsabilidades, o que pode afetar negativamente a eficiência operacional e a qualidade dos produtos ou serviços fornecidos;

(iii) Sem contratos formalizados, a empresa pode ter dificuldade em fazer valer seus direitos em caso de disputa com fornecedores ou terceiros, o que pode resultar na perda de recursos financeiros ou de oportunidades de negócio;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iv) Conflitos não resolvidos com fornecedores ou terceiros podem levar à interrupção das operações das instituições de ensino, afetando assim a receita e a satisfação de alunos.

Um aumento nos níveis de evasão dos nossos alunos do ensino superior pode impactar nossos resultados operacionais.

Nossa atividade no ensino superior está diretamente relacionada ao número de alunos matriculados em nossas instituições de ensino superior. Diversos fatores, como questões financeiras dos alunos, percepção da qualidade dos cursos, condições econômicas macroeconômicas, concorrência com outras instituições de ensino, adaptabilidade dos cursos, acesso a financiamento e ambiente escolar, podem influenciar a decisão dos alunos de abandonar os cursos durante o período letivo. Nesse sentido, pode ser difícil substituir, na mesma medida ou com o mesmo valor de mensalidade, os alunos que deixam os cursos. Dessa forma, estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) O aumento da evasão de alunos pode resultar na redução da receita, especialmente se não for possível substituir os alunos perdidos por novas matrículas;

(ii) Podemos incorrer em gastos adicionais de marketing no intuito de compensar o volume de alunos evadidos no período.

Se não conseguirmos atrair e manter estudantes, ou se tivermos que reduzir as mensalidades para fazê-lo, nossas receitas podem ser afetadas, prejudicando nossos negócios.

Nosso sucesso depende principalmente do número de estudantes matriculados em nossos cursos e das mensalidades que recebemos. Nossa capacidade de atrair e manter estudantes está diretamente ligada às mensalidades que cobramos, à localização conveniente e à infraestrutura de nossas unidades, bem como à percepção de qualidade de nossos cursos por parte dos estudantes atuais e potenciais. Essa capacidade pode ser influenciada por diversos fatores, como:

(i) Responder às crescentes pressões competitivas;

(ii) Preparar os estudantes para suas carreiras profissionais;

(iii) Desenvolver novos cursos e melhorar os existentes para acompanhar as mudanças no mercado e as demandas dos estudantes;

(iv) Obter avaliações favoráveis do Ministério da Educação (MEC) em processos de fiscalização, credenciamento e recredenciamento;

(v) Expandir com sucesso nossas operações e gerenciar o crescimento mantendo a qualidade do ensino;

(vi) Promover nossas unidades e cursos com sucesso por meio de estratégias de vendas, marketing e publicidade.

Podemos enfrentar dificuldades para ajustar as mensalidades a fim de refletir os aumentos em nossos custos.

As mensalidades pagas pelos alunos representam a principal fonte de receita da Companhia. Se não conseguirmos aumentar as mensalidades para compensar os aumentos de custos, isso pode impactar diretamente nossa receita e, conseqüentemente, nossos resultados financeiros. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) As despesas com pessoal e aluguéis são componentes significativos dos custos operacionais das universidades. Se esses custos aumentarem devido a inflação ou outros fatores, e a empresa não puder repassar esses aumentos para as mensalidades dos alunos, nossa margem de lucro será reduzida;

(ii) Podemos ter nossa capacidade de reinvestir em melhorias nas instalações, contratar professores qualificados e oferecer programas educacionais de alta qualidade, o que, por sua vez, pode impactar na competitividade no mercado;

(iii) Podemos ter nossa capacidade de geração de caixa impactada o que poderá afetar nossa capacidade de honrar com as despesas financeiras;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iv) Pode afetar a percepção dos alunos sobre o valor oferecido pela universidade. Se os custos continuarem a subir, mas a qualidade da educação ou das instalações não acompanhar esse aumento, os alunos podem optar por buscar outras opções de ensino superior.

Podemos ser prejudicados caso o governo altere sua estratégia de investimento em educação.

Conforme estabelecido na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ("Lei nº 9.394"), o Brasil deve incentivar investimentos no ensino superior por entidades privadas. Historicamente, o apoio do governo ao ensino superior concentra-se em certas universidades que são reconhecidas como centros de excelência e pesquisa. No entanto, o acesso a essas universidades é restrito devido ao número limitado de vagas e aos processos de admissão altamente competitivos. Como resultado, o mercado de ensino superior privado tem crescido, em parte devido ao critério seletivo do apoio do Governo Federal a um número limitado de instituições públicas. Se o Governo Federal modificar essa política de investimento podemos enfrentar os seguintes riscos:

(i) Aumentos nos investimentos em universidades públicas, particularmente aquelas reconhecidas como centros de excelência e pesquisa, podem intensificar a competição com as universidades privadas. Isso pode atrair estudantes que, de outra forma, optariam por instituições privadas;

(ii) Podemos observar uma redução na demanda pela educação superior privada por parte de alunos que podem ser contemplados por programas governamentais atrativos e de menor custo (ou custo inexistente);

(iii) O Governo Federal pode decidir reduzir os investimentos públicos nos ensinos fundamental e médio, o que resultaria em menos estudantes buscando ingressar em instituições de ensino superior após concluírem o ensino médio. Isso poderia reduzir a demanda por nossos cursos;

(iv) Mudanças nos programas governamentais de financiamento estudantil, como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o ProUni (Programa Universidade para Todos), podem impactar diretamente o acesso dos alunos ao ensino superior privado. Reduções nos recursos destinados a esses programas ou mudanças nos critérios de elegibilidade podem afetar a demanda por cursos oferecidos por nossas instituições;

(v) Mudanças na regulamentação do setor educacional, como requisitos adicionais de qualidade ou exigências de transparência financeira, podem aumentar nossos custos operacionais. Além disso, uma fiscalização mais rigorosa pode resultar em penalidades por infrações, afetando negativamente a reputação e os resultados financeiros de nossas instituições;

(vi) O Governo pode implementar políticas que promovam (ou desincentivem) o ensino à distância como uma alternativa viável ao ensino presencial exigindo adaptações em nossas estratégias de oferta de cursos e tecnologias educacionais.

Atuamos em um setor altamente regulado por órgãos governamentais, em especial o MEC, que elaboram regulamentos de observância obrigatória e fiscalizam nossas atividades, podendo nos demandar administrativa e judicialmente, o que pode gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a diversas leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Por meio da Lei nº 9.394, que estabeleceu diretrizes para a prestação de serviços de educação no Brasil e delegou poderes ao Governo Federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação dos cursos superiores e ao credenciamento e reconhecimento de instituições de ensino superior. A educação à distância no Brasil goza de tratamento diferenciado e é regulada pela Lei nº 9.394 e pelo MEC. Nossas instituições de ensino superior dependem de prévio credenciamento e de reconhecimento no MEC para poder operar, bem como para poder oferecer nossos cursos e programas de educação presencial e a distância. Os cursos oferecidos por nossas instituições de ensino devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos seus estudantes depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos por nós oferecidos. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) O Governo Federal poderá rever as leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil ou sugerir alterações nessas leis e regulamentos ao Congresso Nacional. Podemos ser significativamente prejudicados por

4.1 Descrição dos fatores de risco

qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente em relação a subsídios, tais como bolsas de estudo, e mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas, (ii) imposição de controles de mensalidades, (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente, (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos, (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios, suporte administrativo, entre outras;

(ii) A interpretação adversa de leis e regulamentos existentes podem gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados;

(iii) A atividade de supervisão de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino foi instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. São responsáveis por atividades de supervisão relativas, respectivamente, aos cursos de graduação e sequenciais, aos cursos superiores de tecnologia e aos cursos na modalidade de educação a distância as secretarias de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação a Distância, órgãos do MEC. No que se refere à Secretaria de Educação Superior, são realizados dois tipos de ações de supervisão: a ordinária e a especial. A supervisão ordinária é aquela que se origina de denúncias e representações de alunos, pais e professores, bem como de órgãos públicos e da imprensa, envolvendo casos isolados de instituições e cursos com indícios de irregularidades ou deficiências. A supervisão especial, por sua vez, é aquela iniciada pelo próprio MEC, a partir de seus indicadores de regularidade e qualidade da educação superior, e envolvem mais de um curso ou instituição. Reguladores podem propor e instaurar procedimentos administrativos e/ou ações judiciais contra nós pelo não cumprimento das normas regulatórias vigentes;

(iv) Podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, ou outras questões regulatórias relativas ao MEC das empresas que já possuímos ou que venham a ser adquiridas. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis, ou se não pudermos nos defender e patrocinar a defesa de nossas controladas com sucesso, poderemos ser obrigados a pagar condenações pecuniárias ou estar sujeitos a multas, restrições, liminares ou outras penalidades aplicáveis;

(v) O cancelamento ou a ausência de autorização, habilitação, reconhecimento, credenciamento e/ou recredenciamento das nossas instituições de ensino e dos nossos cursos pelo MEC podem nos afetar negativamente, uma vez que podem resultar na vedação à admissão de novos estudantes, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, descredenciamento e/ou redução do número de vagas autorizadas, entre outros tipos de sanções;

(vi) Poderemos ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para responder e solucionar questões levantadas por supervisões ou para nos defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais.

Nossas instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conseguirem renegociar os acordos coletivos com os sindicatos que representam seus professores e funcionários, ou por greves e outras atividades sindicais.

Os professores e funcionários de nossas instituições de ensino superior são representados por sindicatos com forte atuação no segmento. Os acordos coletivos ou semelhantes, que regulam a duração do dia letivo ou do ano letivo, a remuneração mínima, férias e benefícios indiretos dos professores, entre outros, estão sujeitos à renegociação anual e têm sido historicamente alterados substancialmente, podendo continuar a sê-lo no futuro. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para a discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas de nossas instituições de ensino superior com pessoal, principalmente o corpo docente, representam a maior parte de seu custo de serviços prestados. No tocante ao tema estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Nossas instituições de ensino superior podem não ser capazes de repassar aos valores de mensalidade um aumento de custos decorrente da renegociação de acordos ou convenções coletivas;

(ii) nossas instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conquistarem e mantiverem um bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários, ou se enfrentarem greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários, o que também poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Mudanças na legislação fiscal ou conflitos em sua interpretação podem resultar em aumentos em determinados tributos, o que poderia reduzir nossa lucratividade.

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando um potencial aumento da nossa carga tributária. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas de maneira controversa pelas autoridades fiscais, o que pode levar a disputas legais ou ações fiscais adversas contra a Companhia;

(ii) Projetos de lei ainda em tramitação, caso sejam aprovados, poderão resultar na tributação da receita bruta da companhia pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, em substituição à atual cobrança das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS, bem como na tributação de dividendos;

(iii) Há o risco de que uma reforma tributária, inclusive o Projeto de Lei 3.887/2020, impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos e o prazo pelo qual serão mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais;

(iv) A necessidade de adaptação constante às mudanças na legislação tributária pode aumentar a complexidade das operações da empresa e exigir recursos adicionais para conformidade e planejamento tributário.

Estamos sujeitos à legislação e regulamentações ambientais, que podem se tornar mais rigorosas no futuro e exigir maiores investimentos de capital para cumprimento.

Essas normativas abrangem leis ambientais em âmbito municipal, estadual e federal. O não cumprimento dessas leis pode acarretar sanções criminais e administrativas, além de responsabilidade civil em ações de reparação por supostos danos ambientais e a terceiros. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) A promulgação de leis e regulamentos mais rigorosos, ou interpretações mais severas das normativas existentes, pode nos obrigar a aumentar nossos investimentos em conformidade ambiental;

(ii) A inadequada disposição de resíduos sólidos e acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem resultar em sanções administrativas, civis e criminais;

(iii) Podemos nos tornar responsáveis por danos ambientais causados por terceiros contratados para prestação de serviços de coleta, transporte e descarte final de resíduos;

(iv) A violação das legislações e regulamentações ambientais pode nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

O governo federal exerceu e continua a exercer uma influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, assim como a conjuntura econômica e política do país, pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A economia brasileira tem sido frequentemente alvo de intervenções por parte do governo federal, que ocasionalmente implementa mudanças significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, visando influenciar a economia do país. As medidas adotadas pelo governo federal para controlar a inflação e outras políticas frequentemente envolvem o aumento das taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capitais e restrições às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre tais medidas ou a capacidade de prever quais políticas o governo poderá adotar no futuro. Assim, a Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

(i) Taxas de juros;

(ii) Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (iii) Política monetária;
- (iv) Flutuação cambial;
- (v) Alterações nas normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- (vi) Inflação;
- (vii) Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (viii) Racionamento de água e energia;
- (ix) Políticas sanitárias;
- (x) Política fiscal e mudanças na legislação tributária;
- (xi) Controle sobre importação e exportação; e
- (xii) Instabilidade social e política.

A incerteza em torno da implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro gera instabilidade na economia do país, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, juntamente com uma possível recessão seguida de um período de lenta recuperação econômica no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia nacional, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e em países emergentes, podem ter um impacto adverso na economia brasileira e no preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários de empresas brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e economias emergentes. Embora as condições econômicas nesses países possam ser significativamente diferentes das do Brasil, a reação dos investidores a eventos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Esses eventos podem impactar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia e podem dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capitais, bem como o financiamento de suas operações em termos aceitáveis.

Neste contexto estamos sujeitos aos seguintes riscos:

- (i) O Brasil é afetado pelas condições econômicas e de mercado internacionais de forma geral, especialmente pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Por exemplo, os preços das ações na B3 historicamente foram sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e às variações nos principais índices de ações norte-americanos;
- (ii) Reduções na oferta de crédito e deterioração das condições econômicas em outros países também podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiro;
- (iii) Eventos passados, como a crise financeira global iniciada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, demonstraram como condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes podem resultar na saída de recursos do Brasil e, conseqüentemente, na redução de investimentos externos no país;
- (iv) O Brasil está sujeito a diversos acontecimentos, incluindo a crise financeira e instabilidade política nos Estados Unidos, conflitos internacionais, como o entre Ucrânia e Rússia, a guerra comercial entre Estados Unidos e China, e crises em países europeus e em outras partes do mundo, que podem produzir uma série de efeitos que afetam direta ou indiretamente os mercados de capitais e a economia brasileira. Esses efeitos podem incluir flutuações nos preços de títulos de empresas

4.1 Descrição dos fatores de risco

cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, variações nas taxas de câmbio e inflação, entre outros;

(v) O crescimento da Companhia está diretamente ligado à expansão do mercado interno brasileiro, e seus negócios estão fortemente integrados à economia e às operações de seus clientes em diversos setores econômicos. Portanto, mudanças nas condições econômicas e de mercado, tanto internas quanto externas, podem afetar significativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados das operações da Companhia.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, os quais também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade nos mercados. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro tem sido marcado por altos níveis de instabilidade e volatilidade, incluindo a contração do Produto Interno Bruto (PIB), oscilações significativas do real em relação ao dólar americano, inflação, aumento do desemprego e queda nos níveis de gastos e confiança do consumidor.

Investigações a respeito de alegações de lavagem de dinheiro e corrupção afetaram negativamente a economia e o ambiente político no Brasil. Há, ainda, atualmente, incertezas políticas resultantes da transição para um novo governo presidencial e sobre a possibilidade de o governo brasileiro implementar as reformas necessárias para a recuperação econômica.

A recente instabilidade política e econômica no Brasil tem contribuído para uma queda na confiança do mercado na economia brasileira, bem como para a deterioração do ambiente político, sem falar, ainda, na extensão dos danos ainda causados pela pandemia do Covid-19. Prevê-se que as condições macroeconômicas desfavoráveis no Brasil continuem ao longo de 2024. Em 2023, o PIB apresentou crescimento de 2,9%.

(i) Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o presidente adotará ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia;

(ii) A instabilidade política, incluindo eleições, conflitos entre poderes e crises políticas, podem gerar incertezas e afetar a confiança dos investidores, o que por sua vez impacta os investimentos e o crescimento econômico do país.

(iii) Dificuldades fiscais, como déficits orçamentários e alta carga tributária, podem levar a aumentos de impostos e cortes de gastos públicos, afetando o ambiente de negócios e a demanda doméstica.

(iv) A percepção dos investidores e empresários sobre o ambiente de negócios, incluindo questões como corrupção, segurança jurídica e burocracia, pode influenciar as decisões de investimento e expansão das empresas.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.

O Brasil tem registrado altas taxas de inflação nos últimos anos e que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,25% ao ano em 31 de dezembro de 2015 para 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 11,75% ao ano em 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil estava em 10,75% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. Estamos expostos aos seguintes riscos:

4.1 Descrição dos fatores de risco

(i) Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Apesar dos reajustes anuais com base na inflação, se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus usuários para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos;

(ii) A inflação pode aumentar os custos operacionais, incluindo despesas com pessoal, fornecedores, contratos de aluguel e manutenção;

(iii) Se a inflação resultar em uma recessão econômica, pode haver um aumento no desemprego e uma redução na renda das famílias. Isso pode afetar a capacidade das famílias de pagar mensalidades universitárias e levar a uma redução na captação de novos alunos e na retenção dos alunos existentes.

Alavancagem e flutuações da taxa de juros podem aumentar o custo de nossas dívidas, causando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro, levando em consideração, entre outros fatores, o crescimento econômico do país e a inflação. Devido à natureza de nossas operações e à nova estrutura de capital resultante da captação de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos aos efeitos das variações das taxas de juros, especialmente devido à indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Se as taxas de juros aumentarem, os custos relativos ao nosso endividamento aumentarão, o que pode impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados;

(ii) O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo da sua dívida atual, bem como em seu caixa e seus equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar a Companhia adversamente.

Mais detalhes sobre os contratos firmados e os limites de covenants estão apresentados no item 2.1, F "Nível de endividamento e características de tais dívidas" deste formulário.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro podem substancialmente limitar a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, frequentemente apresenta um risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emissores em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos econômicos e políticos, tais como, mas não limitados a:

(i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos;

(ii) restrições ao investimento estrangeiro e ao repatriamento do capital investido;

(iii) O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como nos Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião desejados;

(iv) Além disso, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou órgão que venha a sucedê-la pode ser regulada de forma diferente daquela com a qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender sua participação no preço e no momento desejados. O preço de mercado das ações ordinárias de

4.1 Descrição dos fatores de risco

emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais estão fora do controle da Companhia.

Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil pode reduzir o preço de negociação de nossos valores mobiliários.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores de riscos relacionados a classificações de crédito da dívida pública do Brasil. Agências de crédito avaliam regularmente o Brasil e sua dívida, com base em inúmeros fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores. A nota de crédito soberano do Brasil está atualmente classificada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de classificação de crédito.

Consequentemente, os preços dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras têm sido negativamente afetados. A prorrogação ou agravamento da recessão brasileira atual e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos nas avaliações de crédito. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, consequentemente, reduzir o preço de negociação de nossos valores mobiliários.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas. Estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) A Companhia não pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma;

(ii) a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão tomadas pelo governo brasileiro no futuro;

(iii) O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia;

(iv) A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e pode ser adversamente afetada por essas políticas.

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que seus ganhos se baseiam, também, em um plano de opção de compra de ações.

Implementamos em 22 de agosto de 2013 um Plano de Opção de Compra de Ações de nossa emissão ("Plano"). Nos termos do Plano, poderão ser emitidas opções de ações aos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, gerentes, empregados, consultores e prestadores de serviços, até o limite de 2,5% de nosso capital social. O Plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração e, desde sua implementação e até a data deste Formulário de Referência, não foram outorgadas quaisquer opções. Aprovamos em 2018 dois planos de incentivos de longo prazo: o Plano de Incentivo de Longo Prazo 1 ("ILP1"), que visa bonificar executivos e gestores da Companhia ou suas subsidiárias, que desempenhem atividades ou funções de nível "N0 a N2" ou estejam entre aquelas consideradas pela Companhia como

4.1 Descrição dos fatores de risco

“pessoas chave”; e o Plano de Incentivo de Longo Prazo 2 (“ILP2”), que visa bonificar executivos ou gestores que desempenhem atividades ou funções de níveis “N0 a N5”, na Companhia ou suas controladas/subsidiárias, que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito.

Nos Planos de Incentivo de Longo Prazo (conforme definidos no item 8.4 deste Formulário de Referência), a bonificação se dará por meio da transferência, a título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no respectivo plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício. Os planos terão vigência por prazo indeterminado e poderão abranger até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sendo que caberá ao Conselho de Administração fixar a quantidade máxima anual que será objeto de cada programa específico do exercício.

Em 12 de maio de 2020, aprovamos o “Programa Dáviva 2”, que visa a bonificação do grupo de pessoas elegíveis e retenção de talentos, tendo em vista a verificação de desempenho superior ao ordinariamente esperado. O programa, de natureza onerosa, tem como objetivo viabilizar a aquisição, pelo beneficiário aderente, de um lote de ações, de no mínimo 20 (vinte) ações da Companhia, ao valor de custo em tesouraria. As ações que serão outorgadas pela Companhia aos beneficiários, em virtude do Programa, compreenderão somente ações de emissão da Companhia, que ela venha a possuir em tesouraria, inclusive em decorrência de programa de recompra de ações.

(i) O fato de uma parcela dos ganhos dos administradores e executivos estar intimamente ligada à geração de nossos resultados e ao desempenho das ações de nossa emissão pode levar nossa Administração a dirigir nossos negócios e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

Para informações adicionais sobre os planos, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI, FIES e programas estaduais e municipais poderá afetar adversamente nossos resultados.

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), um programa criado pelo MEC e gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (“FNDE”). O FIES destina-se a financiar estudantes que atendam aos requisitos do programa, em cursos presenciais de educação profissional, técnica e tecnológica, bem como em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Além disso, aderimos ao ProUni – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), que tem como objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e tecnológicos oferecidos por instituições privadas de ensino superior. Em contrapartida, as instituições que aderem ao PROUNI recebem isenção de alguns tributos federais. Adicionalmente, também aderimos em nossas diversidades unidades à programas estaduais e municipais de financiamento da educação superior no país. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) No caso de mudanças nas regras aplicáveis ao PROUNI, a isenção fiscal que obtivemos pode ser significativamente reduzida e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos ou que foram compensados;

(ii) Se o Governo Federal optar por extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, bem como a sua estratégia de investimento na educação superior do país podem afetar inadvertidamente nossos resultados;

(iii) Qualquer sanção aplicada pelo Ministério da Educação (MEC) em resposta a obrigações regulatórias pode prejudicar a oferta de financiamentos públicos aos alunos e, portanto, afetar nossos negócios e resultados;

(iv) Podemos não cumprir com os requisitos de conformidade previstos nos programas e sermos impedidos de ofertá-los aos nossos estudantes;

(v) A partir de 1º de fevereiro de 2017, a oferta de cursos para financiamento estudantil ficou condicionada à adesão da entidade mantenedora da instituição de ensino ao FIES e ao FGEDUC que por sua vez eliminou a necessidade de fiador no momento da contratação do financiamento pelo estudante, garantindo até 90% do risco de inadimplência. As mantenedoras passaram a assumir 15% de risco sobre os 10% não cobertos pelo FGEDUC dos alunos inadimplentes (30% em caso de débito com a Receita Federal). A partir do primeiro semestre de 2018, tornou-se obrigatória a adesão ao Fundo

4.1 Descrição dos fatores de risco

Garantidor do FIES (FG-FIES) pelas faculdades participantes do programa. Compartilhamos do risco do financiamento como devedoras solidárias ao FG-FIES, com aportes calculados conforme prazo, inadimplência e evasão dos estudantes. Em novembro de 2023 foi publicada a Lei 14.719/2023 que estabeleceu um teto no aporte ao FG-Fies de 27,5% sobre os encargos educacionais, após o quinto ano da entidade mantenedora no FG-Fies.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Nosso endividamento pode impactar negativamente nossos negócios.

A disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis são essenciais para financiar nossos planos de expansão e manter nosso negócio como está estruturado atualmente. A falta desses recursos pode prejudicar nossa estratégia de crescimento e nos expor aos seguintes riscos:

- (i) Podemos ser forçados a reavaliar nosso portfólio de operações e buscar alternativas de desalavancagem e desinvestimento;
- (ii) Situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar o nível de endividamento decorrente de nossa estratégia de crescimento, resultando em alavancagem financeira excessiva e riscos relacionados ao pagamento de nossos passivos financeiros;
- (iii) Nossa capacidade de obter novos empréstimos e financiamentos pode ser limitada, bem como nossa reputação e percepção de risco no mercado financeiro do país;
- (iv) Podemos ser exigidos que destinemos uma parte substancial do nosso fluxo de caixa para pagar custos financeiros da dívida e que pode prejudicar os níveis de qualidade acadêmica e prestação de serviços desejados;
- (v) Podemos ficar em desvantagem competitiva em relação a alguns concorrentes com menos dívida e que podem estar mais bem posicionados para futuras oportunidades de aquisição de ativos atrativos;
- (vi) Aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas adversas, como mudanças nas taxas de juros ou uma queda nos negócios ou na economia.

Podemos não conseguirmos manter a qualidade de ensino e infraestrutura em nossas instituições ou não obtermos avaliações positivas de avaliação de nossas unidades, cursos e alunos.

A manutenção da qualidade de ensino em nossas instituições é uma prioridade essencial para alcançar nossos objetivos de negócio. A percepção de qualidade é influenciada por diversos fatores, como a qualidade dos currículos, do corpo docente, da infraestrutura, dos serviços e aspectos regulatórios. Por isso, não podemos garantir que:

- (i) Encontraremos novos imóveis com infraestrutura adequada ou que seremos capazes de instalar e manter infraestrutura adequada em imóveis adquiridos;
- (ii) Conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível praticado atualmente para novos cursos;
- (iii) Sejamos atraentes e competitivos ou possuamos processos que garantam a contratação e manutenção de um corpo docente alinhado aos padrões de qualidade da Companhia;
- (iv) Tenhamos processos internos que atendam às expectativas e ao nível de serviço de nossos alunos, o que pode afetar inadvertidamente a percepção da qualidade de nossa prestação de serviços;
- (v) Nossas instituições e alunos são frequentemente avaliados pelo MEC. Portanto, qualquer queda nos resultados de avaliação no Índice Geral de Cursos ou no ENADE pode prejudicar a imagem de nossa marca, afetando negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.
- (vi) Podemos ser obrigados a celebrar um termo de compromisso com o MEC, estabelecendo metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias, caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório. O não cumprimento total ou parcial dessas condições pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, como desativação de cursos, suspensão temporária de ingresso de novos estudantes e até descredenciamento, além de impactar nosso acesso a políticas de financiamento ou benefícios fiscais;
- (vii) A necessidade de corrigir deficiências na qualidade do ensino e da infraestrutura pode exigir investimentos significativos em melhorias, aumentando os custos operacionais e reduzindo a rentabilidade;

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

(viii) A percepção negativa da qualidade do ensino pode levar à diminuição do número de alunos matriculados e aumentar a desafio de atração de novos alunos.

Alavancagem e flutuações da taxa de juros podem aumentar o custo de nossas dívidas, causando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro, levando em consideração, entre outros fatores, o crescimento econômico do país e a inflação. Devido à natureza de nossas operações e à nova estrutura de capital resultante da captação de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos aos efeitos das variações das taxas de juros, especialmente devido à indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Se as taxas de juros aumentarem, os custos relativos ao nosso endividamento aumentarão, o que pode impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados;

(ii) O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo da sua dívida atual, bem como em seu caixa e seus equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar a Companhia adversamente.

Mais detalhes sobre os contratos firmados e os limites de covenants estão apresentados no item 2.1, F "Nível de endividamento e características de tais dívidas" deste formulário.

Enfrentamos uma concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos. Se não competirmos com eficiência, corremos o risco de perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados. Nossos concorrentes podem oferecer cursos mais atrativos, contar com melhor infraestrutura, mais prestígio acadêmico e de mercado, unidades com localização mais conveniente e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Neste contexto, podemos incorrer os seguintes riscos:

(i) Podemos ser obrigados a aumentar nossas despesas e custos operacionais, incluindo custo docente, marketing e estrutura física para melhorar nossos serviços, infraestrutura e posicionamento de mercado;

(ii) Podemos ser forçados a reduzir nossas mensalidades e conseqüentemente nossa lucratividade como resposta à concorrência a fim de manter ou atrair novos estudantes ou buscar novas oportunidades de mercado;

(iii) Podemos perder participação no mercado e conseqüentemente diminuir a quantidade de alunos em nossas unidades;

(iv) Podemos ser pressionados para investirmos recursos adicionais na melhoria de serviços educacionais, tecnologia e desenvolvimento de novos currículos e iniciativas para o aumento da qualidade de nosso ensino.

Se não conseguirmos atrair e manter estudantes, ou se tivermos que reduzir as mensalidades para fazê-lo, nossas receitas podem ser afetadas, prejudicando nossos negócios.

Nosso sucesso depende principalmente do número de estudantes matriculados em nossos cursos e das mensalidades que recebemos. Nossa capacidade de atrair e manter estudantes está diretamente ligada às mensalidades que cobramos, à localização conveniente e à infraestrutura de nossas unidades, bem como à percepção de qualidade de nossos cursos por parte dos estudantes atuais e potenciais. Essa capacidade pode ser influenciada por diversos fatores, como:

(i) Responder às crescentes pressões competitivas;

(ii) Preparar os estudantes para suas carreiras profissionais;

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- (iii) Desenvolver novos cursos e melhorar os existentes para acompanhar as mudanças no mercado e as demandas dos estudantes;
- (iv) Obter avaliações favoráveis do Ministério da Educação (MEC) em processos de fiscalização, credenciamento e reconhecimentos;
- (v) Expandir com sucesso nossas operações e gerenciar o crescimento mantendo a qualidade do ensino;
- (vi) Promover nossas unidades e cursos com sucesso por meio de estratégias de vendas, marketing e publicidade.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.

Para os fins deste item "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Endividamento e Risco da taxa de juros

O total de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 3.797,1 milhões (vs. R\$ 4.110,2 milhões registrados em 2022).

	Consolidado										
	31/12/2022	Adição	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ emprést- imos	Ajuste MTM	Varição cambial	Ajuste Renegociação	Juros vendedores	31/12/2023
Moeda nacional											
Debêntures 1ª emissão	23.304	-	-23.077	-1.201	909	65	-	-	-	-	-
Debêntures 2ª emissão	203.024	-	-126.359	-25.349	21.950	544	-	-	-	-	73.810
Debêntures 3ª emissão – série 1	513.008	-	-500.000	-42.581	25.289	4.284	-	-	-	-	-
Debêntures 3ª emissão – série 2	62.327	-	-62.380	-8.101	5.815	2.339	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª emissão – séries 1 e 2	772.973	-	-	-97.193	109.196	5.297	-1.289	-	-	-	788.984
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	2.043.391	-	-	-316.220	307.572	7.918	-	-	-	-	2.042.661
IFC	39.610	-	-25.218	-4.601	3.363	-	-	-	-	-	13.154
Banco ABC	-	99.000	-	-7.959	9.112	222	-	-	-	-	100.375
Banco ABC	-	49.273	-	-1.846	2.748	103	-	-	-	-	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	-7.402	7.563	103	-	-	-	-	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	-9.908	9.963	131	-	-	-	-	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	97.314	-	-	7.167	85	-	-	-	-	104.566
Banco do Brasil	218.805	-	-21.845	-30.433	30.063	443	-	-	-1.500	-	195.533
Outros empréstimos	7.186	125.857	-79.098	-1.738	1.760	-	-	-	-	95	54.062
Moeda estrangeira											
IFC	226.533	-	-40.520	-13.817	13.748	903	2.392	-14.610	-	-	174.629
Total	4.110.161	570.044	-878.497	-568.349	556.218	22.437	1.103	-14.610	-1.500	95	3.797.102

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debêntures.

					Saldo em 31 de dezembro de
--	--	--	--	--	----------------------------

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Modalidade Moeda		Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	2023	2022
Capital de giro	R\$	Prefixado 7,00% a CDI + 6,80%	2027	703,9	226,0
IFC	U\$	SOFR + 2,43%	2028	174,6	226,5
IFC	R\$	CDI +1,49%	2024	13,2	39,6
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 4,75%	2029	2.905,5	3.618,0
			Total	3.797,1	4.110,2

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC	10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	IFC (a)	10/07/2020	R\$ 242.320.800,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2,43% a.a SOFR
Ânima Holding	Banco Bradesco (líder)	29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú (líder) (b)	21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	3,475% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Bradesco (líder) (c)	14/04/2021	R\$ 2.500.000.000,00	15/04/2023 (1ª série) 15/04/2027 (2ª série)	Debêntures	Garantia Fidejussória	CDI + 3,75% (1 série) CDI + 4,75% (2 série)
Inspirali Brasil	Banco Bradesco (líder)	31/03/2022	R\$ 2.000.000.000,00	30/03/2027	Debêntures	Real	2,60% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding		28/12/2022	R\$ 800.000.000,00	13/12/2027 (1ª série)	CRI CDI		CDI + 1,65%

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	XP Investimentos (líder)			13/12/2029 (2ª série)	CRI IPCA		IPCA + 8,0481%
Ânima Holding	Banco do Brasil	28/04/2023	R\$ 100.000.000,00	28/04/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,65% a.a 100% CDI
Ânima Holding	Banco do Brasil	28/06/2023	R\$ 100.000.000,00	25/07/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,60% a.a 100% CDI
Ânima Holding	Banco do Brasil	04/07/2023	R\$ 98.000.000,00	25/07/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,60% a.a 100% CDI
Ânima Holding	Banco ABC	26/05/2023	R\$ 100.000.000,00	01/06/2026	Nota Comercial	Fiança + 100% recebível SOCEC	3,25% a.a 100% CDI
Ânima Holding	Banco ABC	14/08/2023	R\$ 50.000.000,00	13/08/2026	Nota Comercial	Recebíveis: RITTER e Fiança: ASPEC/FADERGS/IBMR/SOCEC	3,25% a.a 100% CDI

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

Em dezembro de 2023, renegociamos com o IFC os índices mínimos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo os seguintes:

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,05;
- Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado – inferior a 3,37
- EBITDA ajustado / Despesa financeira líquida – não inferior a 0,70

✓ Debêntures ANIM12

- EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro – superior a 1,3;
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 3,0; e
- Índice de Liquidez Corrente– superior a 1,3.

✓ Debêntures Inel11 (Inspirali)

- Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) -Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,0
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

✓ Debêntures/CRI Ânima

- Até 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 31 de junho de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;
- A partir de 30 de junho de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras - Superior a 1,3

✓ Notas Comerciais - Anima

- A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 30 de junho de 2025 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;

✓ Capital de Giro - Anima

- A partir de 31 de dezembro de 2023 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5;
 - Capital de Giro - Rede
 - A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia assinou uma Carta de Dispensa (“Waiver Letter”) com o International Finance Corporation (“IFC”), na qual obteve waivers: (i) autorizando a antecipação de recebíveis de cartões de créditos e PraValer no valor total de até R\$ 100.000.000,00 antes de 31 de março de 2024 (ii) considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição da Laureate Brasil, renegociando os índices de “Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado”, “EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida” e “Liquidez Corrente” exclusivamente para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. A referida Waiver Letter não implicou em nenhuma outra dispensa, alteração ou variação de quaisquer disposições do contrato de empréstimo com o IFC, as quais permanecem em pleno vigor e efeito.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de “alta dos indexadores”, pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos menos aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 11,65% (divulgada pela CETIP), INPC – 3,71%, IPCA – 4,62%, IGPM – 3,18% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 6,55% (divulgada pela IDG) e TR – 1,76% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

			Consolidado		
			31/12/2023		
			Efeito no resultado		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
			provável	possível (25%)	remoto (50%)
Indexador	Risco	Valor			

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(943.326)	(109.897)	(137.372)	(164.846)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	3.743.040	436.064	545.080	654.096
Derivativos	CDI	Alta do CDI	33.252	3.874	4.842	5.811
Contas a pagar por aquisições	CDI	Alta do CDI	715	83	104	125
Contas a pagar por aquisições	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	11.089	190	238	286
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	54.270	2.013	2.517	3.020
Contas a pagar por aquisições	IPCA	Alta do IPCA	16.387	757	946	1.136
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	102.423	12.035	15.043	18.052
Exposição líquida - perda			3.017.850	345.119	431.398	517.680

Riscos Regulatórios

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo Ministério da Educação (“MEC”) e também aderimos ao Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), ambos programas de incentivo do Governo Federal. Tendo em vista que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, os recursos do FIES representavam, em conjunto, 4,3% da nossa receita (7,8% da nossa receita no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022). Acreditamos que caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização desses programas de incentivo, ou, ainda, caso, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos negócios e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES. Ademais, há o risco de uma reforma tributária, tal como proposta pelo Projeto de Lei 3.887/2020, que pode impedir, interromper ou modificar o uso de incentivos fiscais concedidos, especialmente com relação ao PROUNI. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos, tampouco o prazo pelo qual serão mantidos.

Em abril de 2024, o governo federal brasileiro apresentou o projeto de lei PLP 68/2024, que regulamenta a reforma do imposto sobre o consumo aprovado em dezembro de 2023. Este projeto consiste na criação dos tributos sobre valor agregado IBS (impostos estaduais e municipais) e CBS (impostos federais), substituindo os tributos IPI, ISS, ICMS, PIS e COFINS. Haverá um período de transição, começando em 2026 e terminando em 2032. O setor de educação se beneficiará com redução de 60% no IBS e a graduação ficará isenta da CBS devido a manutenção do programa Prouni. Estimamos que tal mudança poderá trazer um impacto sobre nossas operações, entretanto, ainda não é possível concluir com precisão a magnitude destes impactos pois há temas, especialmente sobre as tomadas de créditos e alíquotas do IBS, que não estão definidos e por isso não podem ser quantificados.

Risco de Crédito

Nós e nossas controladas diretas e indiretas estamos sujeitas a eventuais riscos decorrentes da inadimplência de nossos estudantes. Em 31 de dezembro de 2023, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita líquida era de 5,2% (5,5% em 31 de dezembro de 2022). O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por parte de nossos alunos pode comprometer o nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para informações sobre as medidas por nós tomadas para administrar o risco de crédito decorrente da inadimplência de nossos estudantes, vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Na data base de 31 de dezembro de 2023, nós e nossas controladas éramos parte passiva em processos judiciais, procedimentos administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista e discussões acerca da existência de vínculo empregatício. Destes processos e discussões, R\$ 203.301.830,27 representavam contingências cuja possibilidade de perda era provável, para os quais constituímos uma provisão contábil, incluindo outras naturezas, no valor de R\$ 203.301.830,27.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos advogados externos e na análise individual de cada contingência.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos a que estávamos sujeitos em 31 de dezembro de 2023, segregados conforme sua natureza.

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal

Em 31 de dezembro de 2023, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, com um valor envolvido no montante de R\$ 1,687 bilhão. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 6.413.286,80 para nossos processos tributários.

Dentre os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal que representavam contingências relevantes para nós em 31 de dezembro de 2023, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto, os seguintes:

Processo nº	Execução Fiscal nº 0109807-17.1300.8.26.0090
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais Municipais
b. instância	Primeira
c. data de instauração	24/02/2015
d. partes no processo	Autor: Município de São Paulo Réu: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 476.545.345,32
f. principais fatos g. resumo das decisões proferidas	Trata-se de execução fiscal objetivando a cobrança de ISS referente aos exercícios de 2003, 2004 e 2005. Após apresentação de bens à penhora e manifestação no Município pela não aceitação dos bens, em 27.05.2014 foi publicada decisão acolhendo a recusa do Município dos bens oferecidos à penhora pela inobservância da ordem de preferência legal do art. 11 da LEF, unilateralidade da avaliação, bem como a existência de outras restrições. Foi aberto prazo para apresentação de outro bem em substituição, notadamente carta de fiança. Em 09.06.2014 foi interposto agravo de instrumento com pedido de tutela antecipada para determinar a penhora dos imóveis. Em 11.06.2014 foi despachado pedido de reconsideração da r. decisão que rejeitou os bens oferecidos à penhora, juntamente com a petição do artigo 526 do CPC, bem como requerendo a expedição de Vara determinando ao CADIN a suspensão do débito objeto da execução do relatório de restrições. Em 04.07.2014 foi publicada decisão acatando o pedido de reconsideração formulado e determinando a penhora dos imóveis. Em 10.07.2014 foram opostos embargos de declaração e realizado despacho para o Juízo se pronunciar sobre a omissão no tocante ao pedido de expedição de Vara ao CADIN determinando a suspensão do débito do relatório de restrições. Em 22.01.2015 foi disponibilizada decisão intimando o ISCP a opor Embargos à Execução, os quais foram protocolados e distribuídos em 24.02.2015. Em 30.07.2015 foi proferida decisão recebendo os Embargos no efeito suspensivo e intimando a municipalidade a se manifestar. Em 15.04.2016 foi disponibilizada decisão intimando o ISCP a apresentar réplica e especificar as provas que pretende produzir. Em 09.05.2016 foi apresentada réplica e foi requerida a realização de prova pericial. Em 22.08.2016 foi protocolizada manifestação apresentando os quesitos para o exame pericial. Em 14.10.2016 foi publicada decisão intimando o ISCP a se manifestar acerca dos honorários periciais apresentados pelo Perito do Juízo. Em 20.10.2016 foi protocolada manifestação concordando com os honorários periciais apresentados nos autos. Em 31.05.2017 foi publicada decisão intimando o ISCP a apresentar manifestação ao laudo pericial. Em 23.06.2017 foi protocolada manifestação ao laudo do Perito do Juízo e foi requerida a realização de perícia imobiliária. Em 29.06.2017 foi protocolizada petição do perito contador assistente Júlio Fatureto. Em 29.01.2018 foi protocolada

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	petição informando os quesitos imobiliário para a análise pericial. Em 05.11.2018 foi publicada decisão intimando o ISCP a se manifestar acerca dos honorários periciais requeridos pelo Perito Imobiliário do Juízo, José Roberto Pricoli, no valor de R\$ 141.550,00. Em 12.11.2018 foi protocolada petição requerendo dilação por dez dias no prazo para manifestar acerca dos honorários periciais. Em 29.11.2018 foi protocolada petição impugnando os honorários estimados, solicitando a redução para R\$ 110.000,00. Em 16.05.2019 foi proferida decisão intimando o perito a se manifestar. Em 23.10.2023 foi homologada a proposta de honorários periciais, após concordância das partes, no valor de R\$ 145.550,00. Aguarda-se início da perícia.
h. estágio do processo	Conhecimento
i. chance de perda	Possível
j. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão da matéria discutida nos autos, qual seja, o impacto da imunidade tributária sustentada. Noutra ponto, o processo se torna relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo executados.
k. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
l. valor provisionado (se houver provisão)	Não se aplica.

Processo nº	Ação Cautelar Em Caráter Antecedente nº 5055764-54.2022.8.24.0038
a. juízo	3ª Vara de Fazenda Pública de Joinville
b. instância	Primeira
c. data de instauração	14/12/2022
d. partes no processo	Autor: Município de Joinville Réu: SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 116.627.347,15
f. principais fatos g. resumo das decisões proferidas	Lançamento de crédito tributário municipal do período de 2010 a 2017 em razão do afastamento da imunidade tributária pelo Município de Joinville. Após extensa ação fiscalizatória, constituiu-se o lançamento fiscal. Houve a apresentação de defesa, porém, mantida a exigência em 1º grau. Foi apresentado os recursos ao pleno da JURAT, contudo, entendeu o colegiado, por maioria dos votos, manteve a integralidade do lançamento. Tendo em vista o trânsito em julgado dos processos administrativos, os débitos passaram a constar como em exigência perante a Prefeitura, de modo que, ante a intenção de discutir a sua inexigibilidade e a ausência de execução fiscal ajuizada, necessário se faz a manutenção da sua regularidade fiscal por meio de caução (seguro garantia). Em 16/12/2022 foi concedida a tutela provisória para determinar a emissão da CND. Em 06/03/2023 foi apresentada contestação pela Fazenda Municipal. Atualmente processo se encontra concluso para julgamento em 1ª instância. Em 16/11/2023 foi proferida sentença de improcedência do pedido, No entanto, diante do ajuizamento das 06 (seis) Execuções Fiscais correspondentes aos créditos objeto da presente cautelar, ocorreu a perda superveniente do objeto da ação e foi solicitada, em 30/11/2023, a desoneração da apólice apresentada na Cautelar em vista dos seguros garantias realizados nas Execuções Fiscais correlatas. Em 24/01/2024 foi proferido despacho autorizando o levantamento do seguro garantia e determinado o arquivamento do processo. Aguarda-se arquivamento definitivo da Ação Cautelar. As Execuções Fiscais, aguarda-se decisão em 1ª instância.
h. estágio do processo	Conhecimento
i. chance de perda	Possível.
j. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão da matéria discutida nos autos, qual seja, o impacto da imunidade tributária sustentada. Noutra ponto, o processo se torna relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo executados.
k. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

I. valor provisionado (se houver provisão)	Não se aplica.
---------------------------------------------------	----------------

Processo nº	Processo Administrativo nº 16062-720.098/2018-68
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	12/06/2018
d. partes no processo	Autor: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL Réu: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 140.864.538,51
f. principais fatos g. resumo das decisões proferidas	Em 10.07.2018, foram apresentadas Impugnações aos Autos de Infração. Em 22.03.2019, o julgamento foi convertido em diligência. Em 05.06.2019, a ISCP apresentou Resposta diante do resultado da diligência, ocasião em que apresentou novos documentos. Em razão da apresentação da referida Manifestação, os autos foram novamente convertidos em diligência. Em 07.06.2021, a ISCP apresentou Resposta ao resultado da nova diligência. Em 23.08.2022, a 15ª Turma, da DRJ07, julgou parcialmente procedente a Impugnação apresentada pela ISCP, tendo sido mantido o lançamento apenas em relação às multas isoladas pela suposta ausência de recolhimento de estimativas mensais. A Impugnação apresentada por REDE, Eduardo Moreira Giestas e Eduardo Paz Diz de Araújo foram julgadas procedentes, de modo que foram excluídos do polo passivo. A decisão da DRJ ainda não é definitiva, pois está submetida a recurso de ofício. Em 14.10.2022, a ISCP interpôs recurso voluntário. Em 01.11.2022, os autos entraram no CARF e, no momento, aguarda-se inclusão em pauta para julgamento.
h. estágio do processo	Recursal
i. chance de perda	Remoto
j. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão da matéria discutida nos autos, qual seja, o impacto da imunidade tributária sustentada. Noutro ponto, o processo se torna relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo executados.
k. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
l. valor provisionado (se houver provisão)	Não se aplica.

Processos Judiciais de Natureza Cível

Em 31 de dezembro de 2023, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais de natureza cível, com um valor envolvido no montante de R\$ 746 milhões. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 96.883.864,00 para nossos processos cíveis.

Dentre os processos judiciais de natureza cível que representavam contingências relevantes para nós em 31 de dezembro de 2023, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto os seguintes:

Processo nº	0803693-78.2014.8.20.6001
a. juízo	2ª Vara Cível/ 3ª Câmara Cível
b. instância	2ª Instância – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
c. data de instauração	7 de Agosto de 2014

4.4 Processos não sigilosos relevantes

<p>d. partes no processo</p>	<p>Autor: Ministério Público Estadual - 27ª Promotoria de Natal ("MPRN")</p> <p>Réus:</p> <p>APEC – Sociedade Potiguar de Educação e Cultura S.A. ("APEC")</p> <p>Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. ("Laureate")</p> <p>Paulo Vasconcelos de Paula ("Paulo Vasconcelos")</p> <p>Jurema Mesquita Cansação ("Jurema Mesquita")</p> <p>ICE Inversiones Brazil S.L. ("ICE Inversiones")</p> <p>Guelmin Administração de Bens Ltda. ("Guelmin Administração")</p> <p>Biofa Participações Societárias Ltda. ("Biofa Participações")</p>
<p>e. valores, bens ou direitos envolvidos</p>	<p>O valor histórico atribuído à causa pelo MPRN foi de R\$ 150.000.000,00.</p> <p>O valor atualizado corresponde a R\$ 318.294.789,52, com base no índice IGP-M, na data-base de março/2023.</p>
<p>f. principais fatos</p>	<p>O MPRN ajuizou a ação civil pública buscando, em síntese:</p> <p>(i) A declaração de nulidade do Contrato de Compra de Ações firmado entre os corréus Paulo Vasconcelos, Jurema Mesquita e ICE Inversiones, para a alienação da APEC;</p> <p>(ii) A condenação dos Réus ao pagamento de indenização equivalente ao patrimônio da APEC à época da celebração do negócio, acrescida de correção monetária, em valor a ser apurado em liquidação de sentença. O MPRN requereu que a indenização fosse revertida para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.</p> <p>O juiz de primeira instância proferiu sentença indeferindo a inicial e extinguindo o processo com resolução do mérito, em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão do MPRN.</p> <p>O MPRN interpôs apelação contra a sentença.</p> <p>A APEC e a Laureate Netherlands Holding B.V., na qualidade de sucessora da ICE, apresentaram contrarrazões à apelação, assim como dos demais corréus.</p> <p>A Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em unanimidade de votos, não deu provimento à apelação cível interposta pelo MPRN, mantendo inalterada a sentença que entendeu prescrita a pretensão deduzida na inicial.</p> <p>O MPRN opôs Embargos de declaração, alegando omissão no Julgado. A APEC e a Laureate Netherlands Holding B.V., na qualidade de sucessora da ICE, apresentaram contrarrazões.</p> <p>Aguarda-se julgamento dos Embargos.</p>
<p>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</p>	<p>A sentença indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo com resolução de mérito, em razão da ocorrência de prescrição, nos termos dos arts. 269, IV, e 295, IV, do CPC de 1973. Nos termos da sentença, a pretensão do MPRN estaria prescrita com base no prazo trienal do art. 206, §3º, IV e V do Código Civil.</p> <p>Acórdão conheceu e não deu provimento à apelação cível interposta pelo MPRN, mantendo incólume a sentença proferida.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Estágio do processo	Fase recursal
i. Chance de perda	Remota
j. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo discutidos.
k. Análise do impacto em caso de perda no processo	O MPRN requereu a condenação dos Réus ao pagamento de indenização equivalente ao patrimônio da APEC à época da celebração do negócio, acrescida de correção monetária, em valor a ser apurado em liquidação de sentença. O MPRN requereu que a indenização fosse revertida para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Considerando que a apelação do MPRN ainda segue pendente de julgamento, na hipótese de a ação ser julgada procedente (vide análise de risco enviada em 30 de novembro de 2021), os réus poderão ser condenados ao pagamento solidário da indenização pleiteada. Ainda pendente de quantificação.
l. Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2023, nós e nossas controladas éramos parte em vários processos judiciais de natureza trabalhista, com um valor envolvido no montante de R\$ 344 . Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 105.170.112,04 para nossos processos trabalhistas e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

Nossos processos de natureza trabalhista em andamento versam, em geral, sobre o pagamento de horas extras, verbas rescisórias, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas por nossas controladas, pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente.

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Ambiental

Em 31 de dezembro de 2023, nós e nossas controladas éramos parte em processos judiciais de natureza ambiental. Na mesma data, não possuíamos provisão para nossos processos ambientais e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

Outros

Até a data deste Formulário de Referência, não somos parte em qualquer outro processo judicial, administrativo ou arbitral que possa materialmente impactar as nossas atividades, que não descritos acima.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4 acima, era de R\$ 203.301.830,00.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2023, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Informamos que, em 21 de maio de 2024, a Portaria SERES/MEC nº 193/2024 foi publicada, revogando medidas cautelares que estavam em vigor contra determinadas Instituições de Ensino Superior (IES) do Grupo. Esta ação foi realizada em conformidade com um Termo de Compromisso firmado entre essas IES e o Ministério da Educação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

I. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, em especial para os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência. Adicionalmente também busca proteção contra riscos menos relevantes, sendo todos eles classificados, conforme sua natureza, nas seguintes categorias:

- Riscos Estratégicos
- Riscos Financeiros
- Riscos de Conformidade
- Riscos Operacionais

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia busca, através de um processo estruturado, mitigar seus riscos avaliando impacto e probabilidade dele se materializarem.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê as seguintes etapas neste processo:

(1) Identificação dos Riscos

O processo de captura e identificação de riscos consiste na execução de atividades específicas, como mapeamento de processos, entrevistas com os gestores responsáveis de cada área/segmento de negócio e o levantamento de perdas ocorridas no passado, com o intuito de estabelecer as matrizes de riscos e controles e mantê-las constantemente atualizadas, com base nos eventos que possam impactar os objetivos estratégicos e de negócio da Companhia.

A área de Gestão de Riscos atuará como facilitadora e consolidadora no processo de identificação e atualização dos riscos da Companhia.

(2) Avaliação de Riscos

Nesta etapa do processo a Companhia refina o entendimento do nível e natureza dos riscos, quantificando estes em termos de probabilidade e impacto de acordo com sua capacidade de afetar as atividades da Companhia em curto, médio e longo prazo.

Toda a metodologia de avaliação, ponderação e priorização dos riscos será proposta pela área de Gestão de Riscos e validada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, contemplando minimamente (podendo ser utilizada uma combinação de cada uma delas) as etapas de (1) Categorização (2) Estabelecimento de Critério para Cálculo da Severidade e (3) Elaboração de Mapa dos Riscos.

(3) Respostas (tratamento) aos Riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Após avaliar e classificar os riscos a administração determinará como pretende responder a eles. Tais respostas devem estar em linha com o apetite de riscos definido pelo Conselho de Administração. Cada risco identificado e avaliado pode ter uma ou mais respostas. A administração pode adotar as seguintes respostas aos riscos:

- (i) Evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar, como por exemplo, a descontinuação de uma linha de serviços;
- (ii) Reduzir: são adotadas medidas, por meio de planos de ação, para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos;
- (iii) Compartilhar: redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma parte do risco, como por exemplo, a terceirização de uma atividade ou a contratação de seguros;
- (iv) Aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

(4) Atividades de Controle

As áreas de negócio possuem o papel de implementar e garantir a continuidade operacional dos controles internos associados às suas atividades, garantindo que os riscos residuais estejam alinhados ao nível de apetite e tolerância estabelecidos e validados pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, subordinada a Vice Presidência Executiva e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos atuará ativamente no processo de identificação e avaliação de controles internos por meio de revisões de processos, investigações pontuais e auditorias internas.

(5) Comunicação

As informações pertinentes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e em prazo hábil, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades. A comunicação eficaz deve ocorrer em todos os níveis da organização, de modo que cada colaborador entenda a sua função no gerenciamento de riscos corporativos, assim como as atividades individuais que se relacionam com o trabalho dos demais. Deve haver, também, uma comunicação eficaz com terceiros, como clientes, fornecedores, órgãos reguladores e acionistas. Os sistemas de gestão de riscos devem permitir o acompanhamento através de indicadores e dashboards, possibilitando a tomada de decisão baseadas em dados relacionados aos objetivos.

(6) Monitoramento e Análise Crítica

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, autoavaliações e verificação contínua.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é composta pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, a qual responde diretamente Vice-Presidente Executivo e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. As áreas atuam de forma conjunta com o Presidente e demais Diretores da Companhia, sendo estes também parte fundamental da estrutura de gerenciamento de riscos.

A área de Auditoria Interna está inserida na Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. A Auditoria Interna ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia está inserida

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

nos trabalhos de controles internos e adequação dos processos relativos à gestão de riscos, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é formada por três membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles o coordenador, o qual tem como principais funções: (i) convocar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (ii) coordenar e definir a pauta das reuniões; (iii) assegurar que os membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos recebam informações completas e tempestivas sobre os itens da pauta das reuniões; (iv) assegurar a eficácia e bom desempenho do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (v) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (vi) propor, quando necessário, o convite a especialistas para participarem de reuniões; (vii) representar o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no seu relacionamento com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia; (viii) reportar periodicamente os temas discutidos nas reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia tem entre suas atribuições a de assessorar o Conselho de Administração, ao qual se reporta, no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Além disso, nosso Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é formado exclusivamente por membros independentes, tendo um de seus membros experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria. Para outras informações sobre Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações, atuando na mitigação deles sempre que necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer controles internos necessários para garantir a efetividade dos processos internos, dos fluxos de informação e permitir a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras livres de distorções relevantes, garantindo, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras para divulgação no mercado, de acordo com as normas de contabilidade. Ainda que os controles internos sobre os relatórios financeiros possam não prevenir ou não detectar todos os erros devido às suas limitações inerentes, a Administração acredita que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, os erros e deficiências identificadas no ambiente de controles internos não impactaram, de forma relevante, as Demonstrações Financeiras emitidas.

b) estruturas organizacionais envolvidas

As Diretorias da Companhia, subordinadas à Presidência, são as responsáveis por criar e manter os controles internos necessários em suas respectivas áreas para garantir a efetividade dos processos e fluxos de informação.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Vice-Presidência Financeira, à qual está subordinada a área contábil. As informações são revisadas pelo gestor da área, Diretor de Controladoria e Vice-presidente financeiro. Posteriormente, as demonstrações são enviadas para apreciação do Comitê de Auditoria e Riscos, o qual recomenda a aprovação para o Conselho de Administração, e Conselho Fiscal além de serem submetidas ao processo de auditoria independente.

A Companhia possui ainda a área de Auditoria, riscos e compliance, responsável pela realização de trabalhos voltados ao compliance operacional e auditorias específicas, a que reporta suas atividades ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, órgão não estatutário, composto por dois Conselheiros independentes e por um Especialista externo, comitê este que, por sua vez, é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e cujas atribuições são aprovadas por este. São atribuições da área de Auditoria Interna da Companhia:

(i) Proceder a avaliação e entendimento do ambiente de riscos e controles da Companhia e suas controladas, incluindo as operações que ocorrem nos campi; (ii) verificar o funcionamento dos controles internos da organização através de testes sobre os mesmos, sempre com uma abordagem de parceria com as áreas auditadas e com objetivo de incentivar as melhorias de qualidade dos processos e redução de riscos, evitando abordagens meramente punitivas; e (iii) realizar auditoria contínua dos processos críticos de negócio, em conjunto com as respectivas áreas operacionais.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

A Administração da Companhia supervisiona a eficiência dos controles internos por meio de trabalhos da área de Auditoria Interna, que reporta periodicamente eventuais deficiências para o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Para as deficiências eventualmente encontradas são elaborados plano de ação pelos departamentos responsáveis pela execução dos processos onde reside o controle a ser aprimorado, com responsáveis e prazos de implantação. Os planos de ação de implementações de melhorias de controle são acompanhados mensalmente pela Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria e Riscos até serem incorporadas ao ambiente de controles, quando então voltam a ser testados no próximo ciclo de testes da Auditoria Interna. Anualmente os resultados dos trabalhos de gestão de riscos e *compliance*, incluídos aí os trabalhos de auditoria sobre os controles internos, são apresentados e discutidos com o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Atualmente, está em andamento um projeto de revisão e mapeamento de deficiência de nossos sistemas e integrações para que possamos realizar o redesenho dos processos, redefinir normas e procedimentos e adequação de políticas internas para melhoria e aprimoramento dos controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

A auditoria externa, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, avalia o sistema contábil e os controles internos a fim de obter entendimento dos controles que consideram relevantes para o processo de auditoria, com objetivo de avaliar e identificar riscos que distorçam de forma relevante as Demonstrações Financeiras. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, informou à Companhia sugestões de aprimoramento de alguns dos controles internos. Os seguintes pontos foram identificados como deficiências significativas na avaliação do auditor independente e suas respectivas recomendações:

5.2 Descrição dos controles internos

Gestão de mudança de sistemas

Durante o exercício findo em 2023 foi observada ausência de controles internos adequados no processo de gestão de mudanças em sistemas. Novos sistemas ou mudanças em programas existentes, incluindo relatórios, configurações e interfaces, podem não funcionar como descrito ou solicitado, por não terem sido adequadamente testados por pessoas competentes, diferentes dos que desenvolvem a mudança. Novos sistemas ou mudanças em programas em produção podem não ser apropriados ao negócio ou ambiente de TI da companhia, causando erros ou distorções nas demonstrações financeiras.

Ausência de controles internos no processo de fechamento contábil

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi observada ausência de controles internos adequados sobre as conciliações contábeis em empresas do grupo, e que, como consequência, apontam para diversas divergências entre os relatórios oriundos dos sistemas de informação do grupo e aqueles saldos contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Conciliações contábeis da Companhia devem estar sempre atualizadas ao final do processo de fechamento contábil. É crucial que a Companhia implemente controles internos sólidos e eficazes que permitam a identificação e correção de erros de maneira oportuna.

e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente. A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia entende que as deficiências significativas nos controles internos apontadas nos relatórios descritos no item (d) acima não impactaram de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

A Administração da companhia está comprometida em continuar a melhorar os processos e continuará a revisar diligentemente os controles e procedimentos de relatórios financeiros, a fim de garantir a conformidade com os requisitos e regras aplicáveis à devida apresentação das demonstrações financeiras.

Nesse sentido, foram e continuarão a serem implementadas medidas destinadas a remediar as deficiências materiais e significativas, a curto e médio prazo, para mitigar os potenciais efeitos adversos. Reportamos abaixo ações tomadas e planejadas para melhorar o controle interno sobre relatórios financeiros e correção das deficiências significativas identificadas.

(i) Durante o ano de 2023, em relação ao processo de mudanças de programas, alguns controles internos de tecnologia relacionados ao gerenciamento de mudanças foram aprimorados e estabelecidos.

Para 2024 todo o processo foi redesenhado e definidos KPIs de acompanhamentos. O processo é todo rastreável em apenas uma única ferramenta, facilitando a identificação de inconsistências e controles no geral para Auditoria.

Foram conduzidas ações voltadas aos pipelines de desenvolvimento, sendo: (i) testes de qualidade (ii) análise de segregação de função (desenvolvedor vs revisor (QA) vs implantador PRD); (iii) segregação de ambientes entre homologação e produção (iv) homologação (UAT) pelo solicitante; (iii) aprovação da homologação e da implementação pela área de negócio.

(ii) A Companhia está engajada na busca de melhorias e aprimoramento do ambiente de controles. Desde 2021 tem sido feitos investimentos robustos nos sistemas para reduzir a complexidade das operações. Foi realizada, até o final de 2023 a migração de 17 sistemas acadêmicos, 3 sistemas de folha e 3 sistemas de ERP, para 2 sistemas acadêmicos, 1 sistema de folha e 1 ERP.

Para 2024 já foi iniciado o mapeamento de deficiência de nossos sistemas e integrações para que possamos realizar o redesenho dos processos, redefinir normas e procedimentos e adequação de políticas internas para melhoria e aprimoramento dos controles internos de forma que sejam efetivos para mitigar o risco de deficiência relacionados a

5.2 Descrição dos controles internos

conferência e armazenamento da documentação das conciliações contábeis com as informações oriundas dos sistemas de informações.

Adicionalmente, para 2024 será implantado um sistema de consolidação dos dados contábeis e elaboração dos relatórios financeiros integrado que consome informações diretamente do ERP o que deixará o processo mais automatizado, rastreável e maior compliance das informações.

5.3 Programa de integridade

a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A companhia adota o Programa de Integridade e Ética, o qual foi estabelecido a partir de uma avaliação de riscos e de acordo com a exposição identificada para a Companhia, inclusive aqueles envolvendo a administração pública. Tem por objetivo estabelecer processos que mitiguem riscos, detectem e respondam às irregularidades e ilegalidades e promovam uma cultura e ambiente ético, em conformidade ao Código de Ética e Conduta e políticas de Compliance.

Contamos com uma área dedicada ao programa de integridade, cujas principais atividades são:

- Assegurar o comprometimento da liderança no desenvolvimento da cultura de conformidade;
- Avaliação e monitoramento dos riscos considerando regulamentos internos e externos;
- Formalização de políticas e procedimentos específicas, tais como o Código de Conduta e demais normativos de integridade;
- Comunicações e Treinamentos com objetivo de disseminar e capacitar os colaboradores quanto as diretrizes do programa;
- Detecção e resposta para assegurar que todo e qualquer descumprimento às políticas, procedimentos e leis sejam devidamente apuradas e as medidas cabíveis tomadas.
- Monitoramento contínuo como forma de monitorar os controles e identificar situações que fujam da normalidade e indiquem situações atípicas.

Com relação as atividades que possuem interação com a administração pública, a Companhia possui a Política Corporativa Anticorrupção, que objetiva estabelecer diretrizes e procedimentos para mitigar o risco de suborno e corrupção, sendo aplicável a todos os colaboradores, membros do Conselho e terceiros que atuam em nome da Ânima.

Possuímos um canal de denúncia de desvios de conduta, operado em parceria com empresa terceira, de forma a assegurar a independência e anonimato das denúncias. A apuração e gestão de denúncias que envolvam desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos é realizada pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e as decisões são tomadas pela Comissão de Integridade e Ética, órgão multidisciplinar, independente e composto por representantes seniores indicados por todas as Vice-presidências e Jornadas.

O resultado de todos os trabalhos do Programa de Integridade são reportados por meio de relatórios com dados quantitativos e qualitativos, estatísticas, indicadores e metas de desempenho semestralmente ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

São órgãos da estrutura organizacional envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade:

- Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance: Por meio da gerência de Integridade e Ética, e responsável por implementar e garantir a efetividade do Programa de Integridade. A auditoria interna é também uma gerência desta Diretoria e age no sentido de operacionalizar, como terceira linha de defesa, os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam causar perdas financeiras ou que comprometam a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas. Reporta diretamente ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e ao Vice-Presidente Executivo, respectivamente, garantindo, desta forma, sua independência, autonomia e efetividade.

5.3 Programa de integridade

- Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos: é um órgão de caráter consultivo e técnico, de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui as atribuições descritas no item 12.1 (a) deste Formulário de Referência.
- Comissão de Integridade e Ética: é uma entidade de nível corporativo, cujo regimento foi aprovado formalmente pelo executivo, responsável por deliberar sobre assuntos relacionados ao Programa de Integridades, indicadores do Canal de Denúncias, além de propor ações e melhorias para promover uma cultura organizacional de alta integridade e conduta ética e para manutenção da conformidade perante as Leis e normas internas. Realiza a prestação de contas de forma semestral ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Tanto a Comissão de Ética, quanto o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos são órgãos internos não estatutários, contudo, seus regimentos internos, aprovados pelos gestores da companhia, dão a estes órgãos a independência na avaliação dos riscos e práticas de negócio.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

**se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Dispomos de Código de Conduta e Ética aprovado pelo seu Conselho de Administração. Este código se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam nossos negócios, bem como políticas e procedimentos internos.

**Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

Todos os novos colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética quando de sua admissão. Após ingresso na Companhia, os colaboradores passam por um treinamento de reciclagem, cuja ~~ocorrência~~ recorrência é definida pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance. O Código de Conduta e Ética, assim como demais políticas e normas da empresa ficam disponíveis na intranet da companhia, sites institucionais, podendo ser acessados por qualquer parte interessada a qualquer momento.

**as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

O descumprimento das regras do Código de Conduta, assim como o descumprimento dos Regimentos Internos e da legislação, é passível de aplicação de medidas disciplinares de acordo com a gravidade do ato, conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT") e na legislação vigente.

**órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código de Conduta e Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de agosto de 2013 e pode ser acessado no canal de comunicação interna dos colaboradores, nos sites das Instituições que compõe a Ânima e nos links abaixo:

- <http://ri.animaeducacao.com.br/>
- <https://contatoseguro.com.br/anima>

b) canal de denúncia

** se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

5.3 Programa de integridade

A empresa dispõe do **Canal de Conduta** (<https://contatoseguro.com.br/anima>), um espaço para relatar desvios, práticas e condutas de educadores e educadoras, membros da comunidade acadêmica, fornecedores ou parceiros de negócio que não estejam de acordo com o Código de Conduta, Regimentos e Atos Normativos das Instituições, das leis e dos princípios e valores do nosso Ecossistema. É gerido por uma empresa externa terceirizada, independente, imparcial, que recepciona as denúncias, classifica e transmite as informações para a área de Integridade e Ética da empresa.

** se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O canal de denúncias é disponível para todas as partes interessadas e recebe relatos tanto de colaboradores internos quanto do público externo, abrangendo docentes, administrativos, alunos, fornecedores e membros da comunidade externa etc.

** se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*

As denúncias podem ser registradas de forma anônima. São recebidas e tratadas de forma confidencial, com imparcialidade, agilidade e independência.

Não permitimos que ninguém seja tratado(a) com hostilidade por ter feito uma denúncia de boa-fé ou que tenha participado de uma investigação. Quaisquer formas de retaliação são passíveis de aplicação de medidas disciplinares a quem as comete.

** órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Todas as denúncias são investigadas pela Diretoria de Auditoria, Riscos e as decisões são tomadas de forma colegiada pela Comissão de Ética, órgão multidisciplinar, independente e composto por representantes seniores indicados por todas as Vice-Presidências.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais não foram confirmados casos relacionados.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, possuímos um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos os colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas, principalmente na relação com a administração pública. Ademais, uma Política Anticorrupção foi estabelecida com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para mitigar os riscos de suborno e corrupção, promover a integridade, transparência e "fazer o certo" como parte integrante da nossa cultura corporativa. Entendemos que a existência do Código de Conduta e Ética e dos procedimentos descritos nos itens anteriores demonstra que adotamos uma política e procedimento claro para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, portanto este item é não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Endividamento

Conforme informado em itens anteriores, a alavancagem e flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de nossas operações e a nova estrutura de capital em decorrência de captações de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados.

Mais detalhes dos contratos firmados e limites de *covenants* estão apresentados no item 2.1, F “Nível de endividamento e características de tais dívidas” deste formulário.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido abordadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ÁTILA SIMÕES DA CUNHA						
178.893.298-65	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
4.779.491	1,183	0	0,000	4.779.491	1,183	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DANIEL FACCINI CASTANHO						
177.268.508-92	Brasil	Sim	Sim	29/01/2020		
Não						
42.936.634	10,631	0	0,000	42.936.634	10,631	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FABRÍCIO GHINATO MAINIERI						
752.322.510-15	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
1.193.622	0,296	0	0,000	1.193.622	0,296	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO						
043.580.888-56	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
3.070.646	0,760	0	0,000	3.070.646	0,760	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
IGNÁCIO DAUDEN MARTINEZ						
213.279.458-86	Espanha	Sim	Sim	23/10/2013		
Não						
5.102.680	1,263	0	0,000	5.102.680	1,263	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LEONARDO BARROS HADDAD						
257.041.918-43	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
157.000	0,039	0	0,000	157.000	0,039	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MARCELO BATTISTELLA BUENO						
171.266.448-41	Brasil	Sim	Sim	29/01/2020		
Não						
27.978.011	6,927	0	0,000	27.978.011	6,927	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR						
179.933.738-32	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
10.546.088	2,611	0	0,000	10.546.088	2,611	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO CAÑADO GONÇALVES DE SOUZA						
250.347.826-34	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
3.098.702	0,767	0	0,000	3.098.702	0,767	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RODRIGO ROSSETTO DIAS RAMOS						
142.018.098-38	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
2.654.052	0,657	0	0,000	2.654.052	0,657	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RÔMULO FACCI CASTANHO						
275.264.818-93	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
18.506.028	4,582	0	0,000	18.506.028	4,582	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA						
07.625.200/0001-89	Brasil	Não	Não	23/02/2024		
Não						
23.318.700	5,774	0	0,000	23.318.700	5,774	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
26.480.554	6,557	0	0,000	26.480.554	6,557	
OUTROS						
234.046.597	57,951	0	0,000	234.046.597	57,951	
TOTAL						
403.868.805	100,000	0	0,000	403.868.805	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	24.884
Quantidade acionistas pessoa jurídica	245
Quantidade investidores institucionais	439

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	257.040.189	63,644%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	257.040.189	63,644%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AGES EMPREENDEMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.	03.732.265/0001-72	74
APEC SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	08.480.071/0001-40	86
ASPEC SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	05.247.100/0001-30	100,00
BRASIL EDUCAÇÃO S.A.	05.648.257/0001-78	86
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA	02.493.951/0001-75	64
CENTRO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO SUPERIOR - CEFOS LTDA	16.694.697/0001-88	100,00
CESG – CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S/A	04.097.860/0001-46	47
CESUC EDUCAÇÃO LTDA	01.067.420/0001-58	100,00
FACEB EDUCAÇÃO LTDA.	03.099.921/0001-41	100,00
FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	13.526.884/0001-64	86
FADERGS – FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA	02.247.214/0001-92	100,00
HSM DO BRASIL S/A	01.619.385/0001-32	100,00
IBCMED SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO S.A	05.610.260/0001-00	74
IEDUC – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A.	08.446.503/0001-05	86

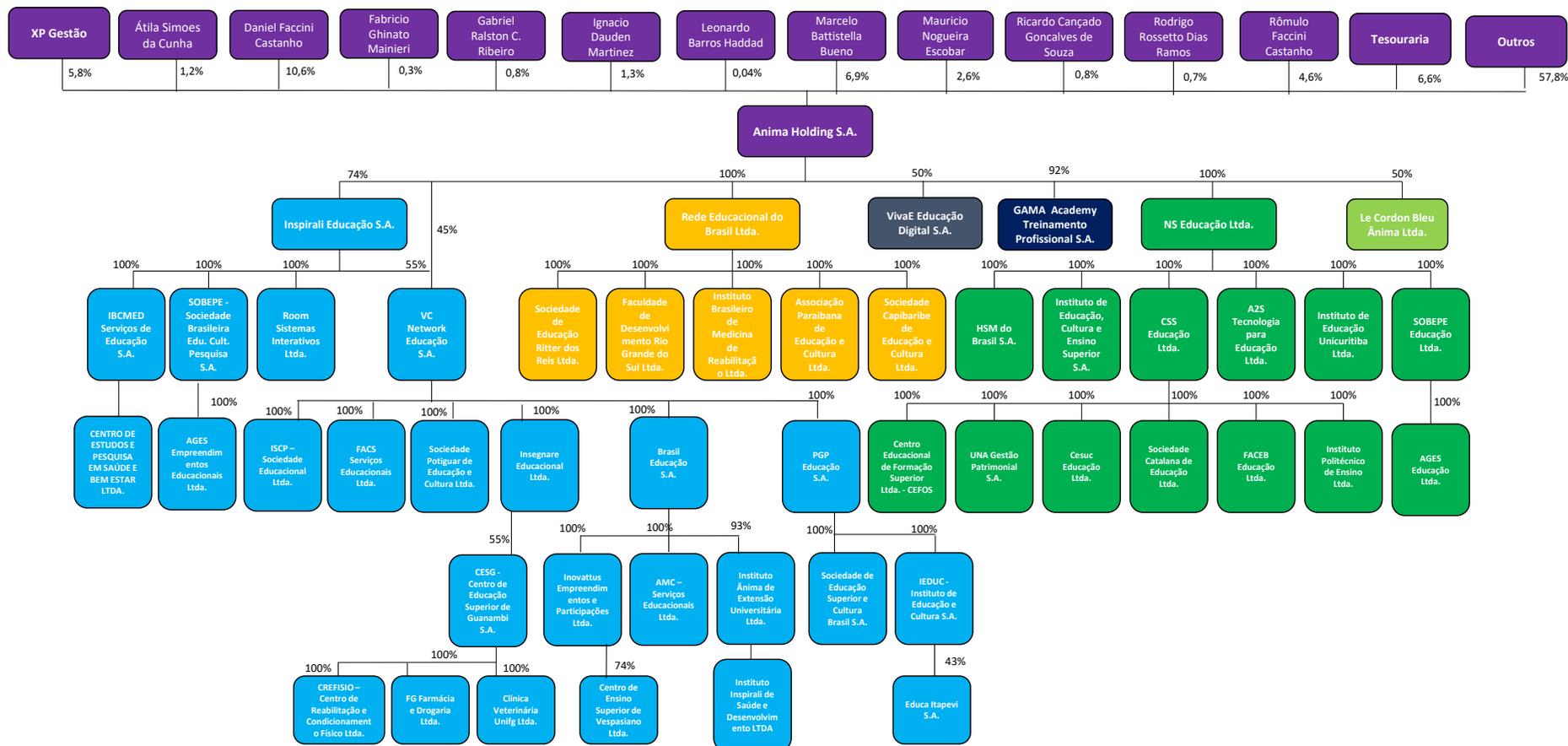
6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	18.487.854/0001-00	86
INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A	35.822.503/0001-27	74
INSEGNARE EDUCACIONAL S/A	35.822.594/0001-09	86
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO LTDA	42.365.445/0001-15	100
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIMONTE S/A	44.952.711/0001-31	100,00
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO UNICURITIBA LTDA.	76.534.924/0001-30	100,00
INSTITUTO POLITÉCNICO DE ENSINO LTDA	03.387.092/0001-00	100,00
ISCP SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA	62.596.408/0001-25	86
PGP EDUCAÇÃO S/A	11.408.980/0001-82	86
REDE EDUCACIONAL DO BRASIL LTDA	07.728.655/0001-20	100,00
ROOM SISTEMA INTERATIVOS LTDA	25.301.793/0001-00	74
SOBEPE - SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, PESQUISA E EXTENSÃO S/A	09.241.131/0001-35	100,00
SOCEC – SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	41.229.501/0001-21	100,00
SOCIEDADE CATALANA DE EDUCAÇÃO LTDA.	05.373.130/0001-93	100,00
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO RITTER DOS REIS LTDA	87.248.522/0001-95	100

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA – SOCIESC S.A.	84.684.182/0001-57	100,00
UNA GESTÃO PATRIMONIAL S.A.	17.248.634/0001-60	100,00
VC NETWORK EDUCAÇÃO S/A	04.011.351/0001-59	86
AGES EDUCACAO LTDA	18.867.222/0001-71	100
AMC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	43.045.772/0001-52	86
CSS EDUCACAO LTDA	42.436.083/0001-06	100
INSTITUTO ANIMA DE EXTENSAO UNIVERSITARIA LTDA	27.629.449/0001-70	86
NS EDUCACAO LTDA	42.444.823/0001-56	100
SOBEPE EDUCACAO LTDA	42.402.783/0001-80	74
A2S TECNOLOGIA PARA EDUCACAO LTDA	05.879.439/0001-50	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Atualizado em maio/2024

6.6 Outras informações relevantes

No Item 6.1/6.2, nas participações relevantes detida em conjunto por diferentes fundos de investimentos ou carteiras, a identificação dos fundos ou carteiras estão indicadas pelo nome do gestor.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos

Nossa Administração é composta por um Conselho de Administração de 5 a 9 membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, dos quais, no mínimo, 2 (dois) ou 20,0% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e por uma Diretoria com, no mínimo, 4 e, no máximo, 6 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores e os demais membros cujas funções e denominações específicas serão definidas pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos.

Nosso Estatuto Social prevê, ainda, um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que, quando instalado será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e seus respectivos suplentes.

Conselho de Administração:

Nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes dos nossos negócios, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho.

Nosso Estatuto Social prevê, especificamente, as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- i. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- ii. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- iii. eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto no Estatuto Social;
- iv. fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- v. manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- vi. determinar os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos diretores estatutários da Companhia;
- vii. distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- viii. deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- ix. determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos do Estatuto Social;
- x. deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo quarto, do artigo 5º do Estatuto Social, com a emissão de novas ações ordinárias, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de títulos com direito de subscrição, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- xi. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, assim como deliberar sobre as respectivas condições referidas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- xii. deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, de uso comum no mercado, incluindo, mas não se limitando, a emissão de notas promissórias;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- xiii. dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- xiv. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- xv. deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, bem como sobre a constituição de subsidiárias, sempre tendo em vista os objetivos sociais;
- xvi. deliberar sobre a alteração da política de dividendos das controladas e/ou subsidiárias da Companhia;
- xvii. deliberar sobre a alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídas a quaisquer valores mobiliários de emissão das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xviii. aprovar a transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação das sociedades nas quais a Companhia detenha participação ou a incorporação de qualquer destas em outra;
- xix. deliberar sobre requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xx. deliberar sobre a alteração das práticas contábeis das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, salvo se exigido por lei;
- xxi. aprovar atos de transferência de tecnologia, venda, licenciamento ou renúncia de patentes, marcas registradas, informações técnicas e know-how que envolvam valor excedente, individualmente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- xxii. deliberar sobre a celebração de qualquer negócio jurídico com terceiros, inclusive a celebração de contratos de financiamento, empréstimos ou assunção de qualquer dívida que, individualmente considerada, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) cada ou, em valor agregado ao longo de um mesmo exercício social, superior a 50% do patrimônio líquido da Companhia. No caso de contratos locatícios, o valor total do contrato será considerado como o resultado da multiplicação do valor mensal do aluguel por 12 (doze), acrescido de todas e quaisquer outras despesas ou multas (rescisórias ou não) contidas no contrato aplicável;
- xxiii. deliberar sobre a realização, pela Companhia e/ou pelas sociedades nas quais a Companhia detenha participação, de qualquer negócio com quaisquer dos administradores e/ou Acionista Controlador desde que, em qualquer caso, realizado em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Não serão vedadas (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias (b) prestação de serviços realizada pela Companhia às empresas em que tiver participação;
- xxiv. deliberar sobre a aquisição, constituição ou alienação de sociedade, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, conforme o caso, que, em um mesmo exercício social, superem 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação, conforme o caso, apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, por seus auditores independentes, relativas obrigatoriamente ao último exercício social, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;
- xxv. deliberar sobre a aprovação da aquisição de ativos (i) que não sejam relacionados ao setor de educação; (ii) que, ainda no setor de educação, sejam relacionados ao setor de educação básica; ou (iii) imobiliários, ainda que relacionados ao setor de educação, salvo aqueles já pertencentes à instituição de ensino que vier a ser adquirida;
- xxvi. deliberar sobre a aprovação de investimentos que excedam, em um mesmo exercício social, 3,5% (três vírgula cinco por cento) da receita operacional líquida da Companhia apurada no período de 12 (doze) meses que anteceder à data da aprovação, conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- xxvii. deliberar sobre a celebração, pela Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias, de acordos de acionistas, de quotistas ou de instrumentos análogos relativos à participação societária por elas detidas, ou alterações a tais instrumentos vigentes;
- xxviii. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- xxix. aprovar a outorga de procuração para a prática de qualquer um dos atos contidos no artigo 14 do Estatuto Social;
- xxx. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- xxxi. deliberar sobre a elaboração e aprovação de seu Regimento Interno; e
- xxxii. deliberar sobre a aprovação do orçamento anual e plano quinquenal ou plurianual de negócios.

Além disso, o Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

Nosso Conselho de Administração reúne-se a cada trimestre, de forma ordinária, e, de forma extraordinária, sempre que necessário, mediante convocação por seu Presidente, ou, na falta deste, pelo Vice-Presidente, ou por qualquer de seus membros (neste último caso, exclusivamente caso o presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não tenham convocado, por qualquer motivo, uma reunião solicitada por tal Conselheiro em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da respectiva solicitação), com antecedência mínima de 5 dias em primeira convocação e de 2 dias em segunda convocação, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia e dos documentos que deem suporte às deliberações a serem tomadas.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da nossa Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ressalvado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, com a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, observado o caso de empate nas deliberações em reuniões do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de minerva.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Nosso Conselho de Administração possui Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 08 de novembro 2018, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Diretoria:

Compete à nossa Diretoria, além de outras funções previstas em Lei ou no Estatuto Social, representar a nossa Companhia na prática de quaisquer negócios, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de quaisquer documentos ou prática de atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a nossa Companhia

Nossa Diretoria reunir-se-á (i) anualmente para elaborar as demonstrações financeiras e respectivo relatório a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração, nos termos da alínea "(iv)" do artigo 14 do nosso Estatuto Social; e

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(ii) periodicamente, quando necessário, por convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo constar da convocação a ordem do dia.

As reuniões são instaladas com a presença da maioria dos membros da Diretoria, em primeira convocação, e com qualquer quórum, em segunda convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Diretor Presidente ou o Diretor que o substituir na reunião terá o voto de qualidade.

A Diretoria da Companhia não possui Regimento Interno. Dentro do processo de aprimoramento da Governança, a Companhia pretende adotar, em breve, um Regimento Interno da Diretoria.

Conselho Fiscal:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O nosso Conselho Fiscal é de caráter não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de nossos acionistas, como descrito abaixo.

Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, que terão as atribuições previstas em lei. O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à qual houve a respectiva eleição, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal reunir-se-á nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras e essas reuniões serão válidas quando contarem com a presença da maioria de seus membros então em exercício.

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela assembleia geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2,0% do capital social votante dependendo do nosso capital social, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não pode ter membros que (i) sejam do nosso Conselho de Administração ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (ii) sejam nossos diretores; (iii) sejam nossos empregados ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (iv) sejam cônjuge ou parente, até terceiro grau, de qualquer de nossos administradores. Além disso, a mesma lei exige que os membros do Conselho Fiscal recebam uma remuneração de, pelo menos, 10% da média do montante pago para cada diretor, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Considerando que na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, mais de 2% dos acionistas com direito a voto requereram a instalação do Conselho Fiscal e considerando o disposto na Resolução CVM nº 70 de 22/03/2022, referido órgão foi instalado nesta data.

Política de Indicação:

Nossa Política de Indicação foi aprovada em 26 de julho de 2019 pelo Conselho de Administração tendo como objetivo definir os procedimentos, diretrizes e critérios que deverão ser observados pela Companhia no processo de indicação de membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Executiva. Sem prejuízo de diretrizes e requisitos adicionais aprovados pelo Conselho de Administração, os seguintes elementos deverão ser considerados e ponderados na seleção e indicação de candidatos para o preenchimento dos cargos sujeitos à nossa Política de Indicação: (i) adequação do currículo e qualificação profissional do candidato às atividades e atribuições inerentes ao respectivo cargo e alinhados aos valores e à cultura da Companhia, além dos aspectos éticos e comportamentais previstos no Código de Conduta e Ética da Companhia; (ii) demais atividades exercidas pelo candidato, especialmente à luz: (a) das vedações constantes do artigo 147, § 3º, da Lei das S.A., (b) de eventuais conflitos de interesse do candidato em relação à companhia, cuja natureza o torne inapto para o exercício do cargo; e (c) da necessidade de o candidato dispor de tempo e energia para o adequado e diligente exercício da função a que seria indicado; (iii) complementaridade de competências, experiências e características pessoais com relação aos demais membros, quando se tratar de órgão colegiado; (iv) background check de integridade, tendo em vista aspectos como histórico criminal, eventuais condenações administrativas e histórico profissional; (v) a sua assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior e seu desempenho em processo de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

avaliação, se aplicável, caso o candidato já ocupe cargo de administração da Companhia: (vi) busca da diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero: O Comitê de Pessoas é o responsável pelo suporte ao Conselho de Administração da Companhia no processo de indicação dos candidatos.

Nossa Política de Indicação está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b. mecanismos de avaliação de desempenho

Avaliação de desempenho:

A Companhia, fortalecida em seu comprometimento com as melhores práticas de governança, consolidando os padrões éticos e aprimorando continuamente a transparência, remodelou em 2019, as suas práticas de Governança Corporativa e com o apoio do Comitê de Pessoas definiu os mecanismos para o processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria. O primeiro processo (auto avaliação), foi aplicado no mês de março de 2020, após o primeiro ano de funcionamento da nova estrutura e será realizado, ao menos uma vez, durante a vigência do mandato de cada administração, conforme preconiza o Novo Regulamento do Novo Mercado. O Comitê de Pessoas é o responsável pelo suporte ao Conselho de Administração da Companhia no processo de avaliação de desempenho.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conflitos de interesse:

A Companhia adota Política de Transação com Partes Relacionadas que visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas quando da ocorrência de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse, assegurando a comutatividade e transparência das operações e garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que as transações entre a Companhia e suas Partes Relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, priorizando os melhores interesses da Companhia, pautando-se no disposto nas melhores práticas de governança corporativa, na Lei das Sociedades Anônimas e no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como a apuração e punição dos responsáveis em caso de descumprimento. A Política completa pode ser encontrada no site de RI da Companhia: (www.ri.animaeducacao.com.br) Governança Corporativa > Política de Transação com Partes Relacionadas.

Além disso, a Companhia possui norma interna de conflito de interesses, que busca estabelecer diretrizes de integridade, orientar sobre a identificação e a resolução de situações que possam apresentar conflitos de interesses reais ou potenciais por educador(a), terceiros, ou quaisquer outras partes relacionadas, visando eliminar ou mitigar riscos, assegurando meios para que os educadores(as) possam declarar em tempo hábil, conflitos de interesses reais ou potenciais.

Consoante ao Estatuto Social da Companhia, ao Regimento Interno dos órgãos da Companhia (inclusive regimento interno do Conselho de Administração), ao disposto na Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Adicionalmente, ao identificar-se conflitado, o Administrador deve ausentar-se de quaisquer discussões sobre o tema em questão.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Desde 2020, a Ânima vem desenvolvendo a cultura Ânima Plurais (Â Plurais), com a finalidade de promover institucionalmente e intencionalmente a equidade e inclusão para todas as pessoas que se relacionam e interagem com o nosso Ecossistema. Atualmente, o Â Plurais organiza-se estrategicamente em quatro frentes de atuação: recrutamento, seleção e progressão; letramento, sensibilização e engajamento; comunicação; e ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve também acompanhamento e metrificação dos indicadores. Em dois anos e meio, o programa obteve avanços notáveis, tanto para realidade e práticas internas, quanto para impacto em nossas comunidades acadêmicas. A promoção da diversidade, e seus impactos de inclusão e equidade, são parte essencial da cultura da Ânima. Embora não haja objetivos

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

específicos estabelecidos para os órgãos de administração, há ações, projetos e proposições efetivas para o avanço da formalização e do engajamento sobre o tema da diversidade, atualmente abordado e incorporado no desenvolvimento do Â Plurais de forma transversal a todas as áreas e vice-presidências da Companhia. A contratação de docentes negros/as, por exemplo, importante para a representatividade, formação acadêmica e composição de equipe multiplamente diversa e interseccional em suas identidades culturais. Essa abordagem reflete o compromisso contínuo da Ânima em criar um ambiente diverso, o que impulsiona a inovação e criatividade, por ser inclusivo desde o recrutamento até as opiniões que precisam ser expressas em toda a estrutura da organização.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Desde 2020, a Ânima vem desenvolvendo a cultura Ânima Plurais (Â Plurais), com a finalidade de promover institucionalmente e intencionalmente a equidade e inclusão para todas as pessoas que se relacionam e interagem com o nosso Ecossistema. Atualmente, o Â Plurais organiza-se estrategicamente em quatro frentes de atuação: recrutamento, seleção e progressão; letramento, sensibilização e engajamento; comunicação; e ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve também acompanhamento e metrificação dos indicadores. Em dois anos e meio, o programa obteve avanços notáveis, tanto para realidade e práticas internas, quanto para impacto em nossas comunidades acadêmicas. A promoção da diversidade, e seus impactos de inclusão e equidade, são parte essencial da cultura da Ânima. Embora não haja objetivos específicos estabelecidos para os órgãos de administração, há ações, projetos e proposições efetivas para o avanço da formalização e do engajamento sobre o tema da diversidade, atualmente abordado e incorporado no desenvolvimento do Â Plurais de forma transversal a todas as áreas e vice-presidências da Companhia. A contratação de docentes negros/as, por exemplo, importante para a representatividade, formação acadêmica e composição de equipe multiplamente diversa e interseccional em suas identidades culturais. Essa abordagem reflete o compromisso contínuo da Ânima em criar um ambiente diverso, o que impulsiona a inovação e criatividade, por ser inclusivo desde o recrutamento até as opiniões que precisam ser expressas em toda a estrutura da organização.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Temos na Companhia uma gerência que acompanha as questões de meio ambiente e sustentabilidade, e que monitora impactos ambientais e atua na mitigação, acompanhando todas as normas e regras ambientais (NRs) vigentes – que envolvem as questões relacionadas ao clima. Essa gerência é a responsável por fazer o acompanhamento próximo com base em um processo consistente de avaliação de riscos que é revisado revisa regularmente. Sempre que um novo risco ambiental e/ou de clima são identificadas, existe processo de avaliação com os órgãos da administração para avaliar novos processos e mitigações. Em 2023, após nova estruturação dos comitês, o Conselho de Administração definiu comitê específico para assessorar nos temas ambientais e de sustentabilidade, o Comitês de Estratégia, novas negócios e ESG.

Atualmente, a Companhia está em processo de diagnóstico das questões relacionadas a ESG, ainda não finalizada até a data de publicação deste formulário. Com esse trabalho, está em construção a matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG, em que riscos ambientais estão contemplados, e terão ações discutidas e implementadas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	2	1	0	0	0
TOTAL = 18	6	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 18	0	18	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

Em janeiro de 2023, em reunião realizada pelo Conselho de Administração, foi aprovada a reestruturação dos Comitês de Assessoramento ao Conselho, que a partir de 15/01/2023 passaram a ser: Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital, e o Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG.

Comitês:

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, com mandato similar ao do Conselho de Administração. O Comitê será preferencialmente composto por membros do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente da companhia, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM, que dispõe sobre o registro e o exercício de atividade de auditoria independente. O mesmo membro do Comitê pode acumular ambas as características referidas acima. É vedada a participação, como membros do comitê, de seus diretores, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

Compete ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- (iii) analisar e emitir recomendações acerca da adoção de melhores práticas de governança corporativa, bem como acompanhar o processo de implementação e manutenção das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia;
- (iv) analisar e emitir recomendações sobre o Estatuto Social, as políticas institucionais, a estrutura, regulamentos e funcionamento dos Comitês de Assessoramento do Conselho, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia;
- (v) acompanhar a contínua aderência da Companhia, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários, bem como às melhores práticas de governança corporativa, com o apoio da Diretoria Jurídica e áreas de Governança Corporativa da Companhia;
- (vi) analisar e emitir recomendações sobre a adequação das transações entre partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais situações Envolvendo Conflito de Interesse (“Política de Transações com Partes Relacionadas”); fazer recomendações de alterações e atualizações dessa Política, se necessário;
- (vii) analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas e, em caso de violação ao disposto nessa política, recomendar ao Conselho de Administração a adoção das providências cabíveis;
- (viii) avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia e recomendar melhorias e adequações necessárias;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (ix) avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (*Compliance*);
- (x) supervisionar atividades de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às eventuais infrações ao código de conduta e aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;
- (xi) garantir o funcionamento e idoneidade do canal de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como supervisionar a apuração e resolução adequada de todos os casos de desvios comprovados, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (xii) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;
- (xiii) supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;
- (xiv) conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela auditoria independente e pela auditoria interna;
- (xv) analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados para atender as regras legais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (xvi) acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências que possam ter impacto nas demonstrações financeiras, em conjunto com a área jurídica;
- (xvii) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018, e com alterações aprovadas em 17 de setembro de 2019, e em 16 de dezembro de 2020, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

A área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna reporta-se ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (*Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais*) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. A Auditoria Interna tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia auxilia nos trabalhos de controles internos e gestão de riscos com o resultado do seu trabalho, recomendações e validação da implantação dos planos de ações, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia

Em reunião realizada no dia 12 de maio de 2020, o Conselho de Administração aprovou, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a nossa Política de Gerenciamento de Riscos, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

A Companhia possui ainda uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de agosto de 2020. Esta política aplica-se ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, Diretoria Executiva, assim como toda e qualquer área e colaboradores da Companhia e suas controladas e subsidiárias que estejam envolvidas em processos de seleção, avaliação, e contratação e/ou pagamento de Serviços de Auditoria e/ou Extra Auditoria. A nossa Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Ainda, em reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a nossa Política Corporativa Anticorrupção, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Finanças e M&A:

O Comitê de Finanças e M&A da Companhia é composto por no mínimo, 03 (três) membros efetivos.

Os membros deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato similar ao dos membros do Conselho. Compete ao Comitê de Finanças e M&A:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) referendar e submeter à aprovação do Conselho elaboração e alterações das políticas financeiras de Gestão de Riscos e suas políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia;
- (iii) acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;
- (iv) analisar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, os orçamentos e planos de investimentos anuais, bem como acompanhar as suas execuções;
- (v) assessorar o Conselho de Administração e suportá-lo na análise do cenário macroeconômico e seus impactos para a Companhia;
- (vi) assessorar o Conselho de Administração na análise e supervisão dos relatórios gerenciais de desempenho e das demonstrações financeiras da Companhia;
- (vii) analisar os relatórios periódicos enviados aos órgãos regulatórios do mercado de capitais, bem como as correspondências trocadas com os mesmos;
- (viii) propor recomendações ao Conselho Administração sobre políticas financeiras e de relacionamento da Companhia com o mercado de capitais;
- (ix) analisar financeiramente as políticas de ICP (Incentivo de Curto Prazo) e ILP (Incentivo de Longo Prazo) da diretoria;
- (x) monitorar a liquidez, o fluxo de caixa e o endividamento da Companhia;
- (xi) analisar e propor operações de captação e aplicação de recursos no mercado financeiro;
- (xii) analisar e propor operações de emissão de ações e títulos junto ao mercado de capitais;
- (xiii) monitorar e analisar o desempenho da Companhia em comparação a outras empresas do setor de atuação;
- (xiv) analisar e propor a otimização das estruturas societária e tributária do conglomerado de empresa;
- (xv) analisar, previamente ao Conselho de Administração e suportar o Conselho de Administração em processos de M&A;
- (xvi) acompanhar o desempenho do atual portfólio (e cada um dos negócios que o compõe individualmente) com base em sua contribuição ao *core business*, atratividade intrínseca, e/ou potencial de disrupção;
- (xvii) garantir a alocação de recursos da companhia visando uma distribuição adequada entre a maximização do *core business*, o desenvolvimento do portfólio de negócios correlatos e exploração de novos negócios com potencial de transformação e/ou disrupção;
- (xviii) acompanhar a evolução dos planos da companhia relacionados a estratégias de acesso e financiamento estudantil;
- (xix) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Comitê de Finanças e M&A possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital:

O Comitê de Pessoas é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG:

O Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome ANA PAULA DE ASSIS BOGUS **CPF:** 179.295.498-01 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 27/03/1974

Experiência Profissional: Ana Paula Bogus é executiva com extensa experiência profissional e ocupa, atualmente, a posição de Presidente Beiersdorf Brasil (Casa de Nivea e Eucerin). Antes disso foi também Presidente Latam Havaianas (Grupo Alpargatas) entre 2021 a 2024, e Global Head of Business da Rappi entre 2019 e 2021, General Manager da Kimberly-Clarke e Kimberly Clark Professional entre 2008 e 2019, e com experiências anteriores na Nestlé e BankBoston. Até Abr/2022 era conselheira independente do Grupo NotreDame Intermédica. É formada em Administração de Empresas pela PUC-SP, Pós-Graduada em International Economics pela USP e MBA (International Business) pela University of Pittsburgh. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Ana Paula não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	26/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANTONOALDO GRANGEON TRANCOSO NEVES **CPF:** 882.494.845-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 05/03/1975

Experiência Profissional: Antonoaldo é o atual Chief Executive Officer da Etihad Airways. Antes disso, foi Chief Executive Officer da TAP Air Portugal de 01 fevereiro de 2018 até Setembro de 2020. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretaria de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de finanças e M&A. Além disso é membro do Conselho de Administração da Tenda e CEO e fundador da Oner Travel. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Antonoaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	21/03/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ÁTILA SIMÕES DA CUNHA **CPF:** 178.893.298-65 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 13/02/1973

Experiência Profissional: Átilla graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) em 2000. Concluiu o mestrado Profissional em Administração de Empresas no Centro Universitário UNA em 2013 e o Doutorado em administração na EAESP/FGV em maio de 2023. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre fevereiro de 1993 a agosto de 2002. Ocupou diversos cargos de Direção no Centro Universitário UNA, entre 2003 e 2016. Além disso, ele ocupou o cargo de diretor nas seguintes empresas: FACEB Educação Ltda., Brasil Educação S.A., CESUC Educação Ltda., IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda., PGP - Posse Gestão Patrimonial S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda., Una Gestão Patrimonial S.A. e VC Network Educação S.A., todas pertencentes ao Grupo Ânima. Átilla atuava desde junho de 2017 como Vice-Presidente de Expansão em nossa Companhia, e passou a exercer o cargo estatutário de Diretor de Novos Negócios, desde 19 de março de 2019, para complementar o mandato até 24 de abril de 2019, bem como reassumir, nesta mesma data, novo mandato de 02 anos que se encerrou, a pedido, em 11/05/2021. Em 06/07/2023 assumiu a Diretoria Financeira. Além disso, foi membro do Comitês de Finanças e M&A e membro Suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., postos que já não ocupa mais. O Sr. Átilla não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Átilla não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	06/07/2023	2 anos, até AGO de 2025	Outros Diretores	Diretor Financeiro	06/07/2023	Sim	06/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome BRUNO MEIRELLES SALOTTI **CPF:** 278.948.878-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 22/12/1977

Experiência Profissional: Bruno Salotti é graduado, mestre e doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP e graduado em Ciências Atuariais pela mesma instituição. Atualmente é Prof. Dr. do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP e Coordenador do Laboratório de Contabilidade Internacional da FIPECAFI. É membro do Conselho Fiscal da Serena Energia S.A., membro do Conselho Fiscal do Instituto Janela para o Mundo e membro votante do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Possui Certificação em IFRS emitido pelo ACCA - Association of Chartered Certified Accountants. Pesquisador e parecerista em assuntos relativos à matéria contábil societária e internacional. Co-autor do livro "Contabilidade Financeira", editado pela Ed. Atlas em 2019. Organizador e Co-autor do livro "IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais", editado pela Ed. Atlas em 2015. Colaborou na redação e revisão de capítulos do Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC - 3ª Edição - 2018 e 4ª Edição - 2022. Foi membro da Comissão Julgadora do Troféu Transparência, de 2018 a 2021. Autor e co-autor de diversos artigos publicados em congressos e periódicos da área contábil. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	1 ano, até AGO de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2024	Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome CARLA ALESSANDRA TREMATORE **CPF:** 248.855.668-86 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contadora **Data de Nascimento:** 30/10/1975

Experiência Profissional: Carla Trematore é bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. Atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010, e foi sócia da Hirashima amp; Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias. Foi presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e Conselheira de Administração do BRB - Banco de Brasília. Atualmente é membro do Conselho de Administração da BR Partners e de conselhos fiscais e comitês de auditoria de companhias abertas e fechadas. Sua experiência compreende auditoria de demonstrações financeiras de empresas de diversos segmentos, de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; auditoria de controles internos, em consonância com a Sarbanes-Oxley Act; gerenciamento de processos de aquisição, fusão e incorporação de empresas com foco financeiro-contábil; assessoria em processos de reestruturações societárias; assessoria em processos de abertura de capital; gerenciamento e monitoramento de riscos através do planejamento, execução e monitoramento de programas corporativos de auditoria interna; avaliação e diagnóstico de fraudes corporativas. Foi eleita membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 19/10/2018, sendo reeleita em 29/04/2020, 26/04/2021, 29/04/2022, 28/04/2023, e em 29/04/2024. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspensa ou inabilitada para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Carla não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	1 ano, até AGO de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2024	Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DANIEL FACCI NI
CASTANHO **CPF:** 177.268.508-92 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/05/1975

Experiência Profissional: O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital e Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A, e membro efetivo do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2023	Sim	21/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome EDUARDO AZEVEDO **CPF:** 299.155.458-43 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Eletrônico **Data de Nascimento:** 31/07/1978
 MARQUES DE ALVARENGA

Experiência Profissional: Engenheiro eletrônico de formação, Eduardo Alvarenga, instalou a 1ª tela em elevador de edifício comercial no Brasil em 2001, pela Novavista, empresa pioneira no segmento cuja rede foi adquirida pela Elemidia em 2004. No mesmo ano, fundou a E+ Tech, especializada na criação e desenvolvimento de tecnologia para PDV e mídia exterior. Em 2007, regressou à indústria de mídia digital exterior, em sociedade com a Elemidia, para atuar em shopping centers e novos negócios. Entre 2012 e 2013, assumiu a diretoria de negócios digitais do Grupo Abril. Voltou a se dedicar a Elemidia em março de 2013, onde permaneceu até a aquisição da empresa pelo grupo HIG, em janeiro de 2020, quando, após processo de fusão entre as duas empresas de OOH do grupo - Elemidia e Eletromidia - tornou-se CEO da Eletromidia. Liderou a empresa na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021 como a primeira empresa do setor de publicidade a abrir capital no Brasil. Saída do cargo de CEO da Eletromidia em fevereiro de 2022, tendo sido promovido a membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia e Inovação da empresa. Foi presidente da ABOOH nas gestões de 2016/2017 e 2017/2018. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Eduardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO **CPF:** 043.580.888-56 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/03/1974

Experiência Profissional: Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É membro do comitê de Finanças e M&A de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020 e membro do Conselho de Administração da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	19/10/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUCIANA DORIA WILSON **CPF:** 268.475.448-99 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 14/02/1996

Experiência Profissional: Luciana Doria Wilson. Possui bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica (FEA-PUC), com mestrado em finanças pela Escola de Negócios (BSP) e educação executiva em Liderança e Inovação Corporativa na Escola de Graduação em Negócios de Stanford (Stanford LEAD GSB). Atualmente, é sócia da Managrow e membro do Conselho fiscal da EzTec e Grupo Camil Alimentos. Antes disso, atuou como Diretora Executiva da Saraiva. Doria tem ampla experiência em liderar transações de Private Equity, Mamp;A, processos de due diligence, pré-IPO, IPOs (NYSE e BOVESPA), integração pré e pós-fusão, emissão de dívida, projetos de reestruturação, governança corporativa e avaliação de risco. Antes de ingressar no comitê executivo da Saraiva, Doria foi Head de Mercado de Capitais da Gafisa (investida GP Investments), e estrategista da corretora e da tesouraria do Banco Santander, analista de Real Estate pela Bear Stearns, JP Morgan, HSBC e Itaú Unibanco. Membro DELL Women Entrepreneurs Network, Women Corporate Directors (WCD), Stanford Entrepreneurs and Investors, Conselho Regional de Economia e Stanford Women of Impact Network. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Luciana não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	1 ano, até AGO de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCELO BARBALHO CARDOSO **CPF:** 561.016.865-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/01/1972

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Cardoso é graduado em Engenharia pela Unicamp, com MBA Executivo pela University of Michigan. Possui ampla experiência profissional ocupando posições seniores em empresas de três setores distintos: educação, TI e automotivo. Atualmente é Diretor de Operações (COO) da Laureate Education, Inc., função que ocupa desde junho de 2021. Antes de sua função atual, Marcelo ocupou vários cargos seniores na Laureate, incluindo Diretor de Transformação, Vice-presidente Regional de Operações para o Brasil e Diretor-Presidente da Laureate Brasil. Foi Vice-Presidente, CFO e COO, entre outros cargos, na EMC2 Computer System, de 2001 a 2011, com atuação na América Latina. Passou também pela Johnson Controls (JCI), tendo como principal posição a de Gerente Regional na América do Sul. Sr. Cardoso participou do conselho de administração do Incor Medicina Diagnóstica, em Sorocaba- SP, entre os anos de 2009 e 2011. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Cardoso não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	14/09/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARINA OEHLING GELMAN **CPF:** 251.164.408-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 08/02/1973

Experiência Profissional: Marina Gelman ingressou no Grupo Ânima Educação em 2013, inicialmente no cargo de Diretora Jurídica Adjunta. Desde 2016 atua como Diretora de Relações Institucionais do grupo e, entre outubro de 2018 e agosto de 2022, exerceu cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores. Em agosto de 2022 assumiu como Diretora de Novos Negócios, exercendo cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores, quando assumiu novamente em novembro de 2023. Anteriormente, ocupou o cargo de administradora da Companhia Melhoramentos de São Paulo, na função de Diretora Jurídica patrimonial até 2011. Marina graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e fez Mestrado em Direito dos Negócios, Mercado de Capitais na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 2012, tendo sido premiada pelo IBGC e pela ANBIMA pelas pesquisas realizadas no período. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Marina Gelman não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	Outros Diretores	Diretora de Novos Negócios	15/05/2023	Sim	22/08/2022
Diretoria	30/11/2023	Até AGO 2025	Diretor de Relações com Investidores		30/11/2023	Sim	30/11/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MATHEUS AGOSTINI OLIVEIRA **CPF:** 385.628.828-79 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 13/02/1995

Experiência Profissional: Matheus Agostini Oliveira é Sócio e Analista de investimentos da FW Capital, formado com honras em Administração de Empresas pelo Insper. Antes de participar da fundação da FW Capital, trabalhou no Family Office Fitpart, onde era Analista de Investimentos, tendo sido Board Observer da Loja do Mecânico. Antes disso trabalhou na Loft, responsável por projetos em produtos financeiros, mercados de capitais e operações. Iniciou a carreira como Analista de investimentos na gestora de ações Núcleo Capital. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Matheus Oliveira não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	1 ano, até AGO de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	29/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR **CPF:** 179.933.738-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/07/1975

Experiência Profissional: O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente, é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia, além de membro e coordenador do Comitê Pessoas, Cultura e Transformação Digital. Também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em setembro de 2020, exercido a Presidência do Conselho de 2022 a 2024, e reeleito em maio de 2024. Além disso, é Conselheiro da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em julho de 2021, e membro e Presidente do Conselho de Administração da Inspirali Educação S.A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	25/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ORESTES FONTANA ROMEIRO **CPF:** 064.654.859-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 27/06/1995

Experiência Profissional: Orestes Fontana Romeiro é Analista de investimentos e Diretor de Risco da FW Capital. Engenheiro formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Antes de participar da fundação da FW Capital, trabalhou no Family Office Fitpart, onde era Analista de Investimentos, tendo sido Board Observer da TMOV. Antes disso trabalhou na Loft, onde foi responsável por desenvolver diversos controles internos na área de procurement. Iniciou a carreira como Analista de investimentos no fundo de venture capital Canary. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Orestes Romeiro não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	1 ano, até AGO de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2024	Não	23/01/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome PAULA MARIA HARRACA **CPF:** 018.469.186-93 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Argentina **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 26/04/1980

Experiência Profissional: Argentina de Rosário e mãe de duas meninas, Paula tem uma trajetória de 25 anos marcada pelo esporte e o empreendedorismo. Seu background acadêmico inclui a formação em Ciências Empresariais (Universidade Austral, Argentina); Máster em RH e Gestão do Conhecimento (Universidade de Leon, Espanha); Coach Executiva e Organizacional (International Coaching Federation); Finance for Executives (Wharton University, USA) e "Futurista" (Certified Foresight Practitioner - Institute for the Future, Silicon Valley). Muito além dos cargos ou diplomas, Paula se define como Eterna Aprendiz, Educadora, Executiva e Empreendedora. Referência nos temas de: Estratégia, Gestão de pessoas, ESG, Liderança, Cultura Organizacional, Inovação e Transformação Organizacional. Aos 22 anos ingressou na ArcelorMittal, empresa líder mundial em aço, como trainee, sendo na época a única mulher numa aciaria de 400 pessoas. Ao longo de 20 anos de carreira na multinacional do aço, têm liderado com sucesso equipes em 6 países (Argentina, Brasil, Canada, Trinidad & Tobago, Espanha e Luxemburgo), conduzindo planos estratégicos de gestão de mudança e transformação cultural, com grande vivência nas áreas de Gestão de Pessoas, Comunicação, Branding, Investimento Social, ESG, Estratégia, PMO, Inovação e Novos Negócios. Também tem atuado como Presidente do Conselho da Abertta Saúde, Conselheira da Fundação ArcelorMittal Brasil, Presidente Executiva da Fundação ArcelorMittal Brasil e do Açolab. Entre seus legados, encontra-se a criação do premiadíssimo Açolab, 1º Hub de inovação aberta da indústria mundial de aço, que centra a estratégia de inovação nas pessoas e está conectado a 15 mil startups, a criação e desenvolvimento da pioneira "Diretoria do Futuro" incluindo uma estratégia de desenvolvimento de novos modelos de negócios alavancada por um fundo de CVC de R\$ 100 milhões que já investiu em 4 startups, um processo robusto de CVB e a liderança de uma profunda jornada de evolução da cultura organizacional durante os 5 anos no C-level da empresa. Em 2013, Paula foi homenageada com o Título de "Cidadã do Espírito Santo" pela Assembleia Legislativa do Estado, e em 2020 foi premiada como uma das "RHs mais admiradas do Brasil" pelo Grupo Gestão RH. Atualmente atua como membro do Conselho de Administração da Ânima Educação, do Conselho Estratégico da AMCHAM-MG, e do MPA (Mestrado Profissional em Administração) da Fundação Dom Cabral. Também atuou como membro do Conselho Estratégico do Museu do Amanhã (RJ) e do Centro Universitário UNA (Ânima Educação). Seu livro "O poder transformador do ESG: como alinhar lucro e propósito", com prefácio do Bernardino, se tornou Top 1 de vendas na categoria Desenvolvimento Sustentável na Amazon. Paula declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Paula Harraca não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/01/2024	Até a AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		23/01/2024	Sim	23/01/2024
Diretoria	27/06/2024	Até AGO de 2025	Diretor Presidente / Superintendente		27/06/2024	Sim	27/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome RAQUEL WILLE SARQUIS **CPF:** 080.614.829-24 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Professora/Contadora **Data de Nascimento:** 25/08/1991

Experiência Profissional: Raquel Sarquis é professora Doutora no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo - FEA-USP (2019), com período de intercâmbio no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), sendo bolsista FAPESP. Obteve o "Prêmio Melhor Tese 2020" concedido pelo CRC SP e o prêmio de Melhor Tese de Doutorado defendida no PPGCC FEA/USP em 2019. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo - FEA-USP (2015), recebendo o prêmio de Melhor Dissertação de Mestrado defendida no PPGCC FEA/USP em 2015. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (2013), recebendo o prêmio de Melhor Índice de Rendimento Acadêmico (UFPR) e Diploma de Honra ao Mérito (CPC-PR e Academia de Ciências Contábeis do Paraná). Experiência em docência nas disciplinas de Contabilidade Societária e Contabilidade Avançada. Artigos publicados em revistas e congressos nacionais e internacionais, nas áreas de Contabilidade Financeira e IFRS. Projeto (parte da tese) aprovado no programa de pesquisa 'Inform the IASB Standard Setting Process', desenvolvido pela IAAER (International Association for Accounting Education amp; Research) em parceria com a KPMG e o IASB (International Accounting Standards Board). Coordenadora do Laboratório de Contabilidade Societária (LPCS) da FEA-USP, além de membro suplente do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Atuou também na área de Riskamp;Quality na PwC Brasil (2019). Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspensa ou inabilitada para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	1 ano, até AGO de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO CANÇADO GONÇALVES DE SOUZA **CPF:** 250.347.826-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 22/11/1955

Experiência Profissional: Ricardo Cançado Gonçalves de Souza é vice-presidente de Operações da Ânima Educação e atua como administrador nas empresas do Grupo. Foi Vice Presidente da joint venture entre o Pitágoras e a Apollo International-PAI e diretor da Planitrade, empresa do grupo Irgominas. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Fundação Dom Cabral. Formado em Economia pela UFMG, fez pós graduação na Universidade Estadual de Campinas. O Sr. Ricardo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Ricardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	Outros Diretores	Diretor Executivo	15/05/2023	Sim	22/08/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANA PAULA DE ASSIS BOGUS **CPF:** 179.295.498-01 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador a **Data de Nascimento:** 27/03/1974

Experiência Profissional:

Ana Paula Bogus é executiva com extensa experiência profissional e ocupa, atualmente, a posição de Presidente Beiersdorf Brasil (Casa de Nivea e Eucerin). Antes disso foi também Presidente Latam Havaianas (Grupo Alpargatas) entre 2021 a 2024, e Global Head of Business da Rappi entre 2019 e 2021, General Manager da Kimberly-Clarke e Kimberly Clark Professional entre 2008 e 2019, e com experiências anteriores na Nestlé e BankBoston. Até Abr/2022 era conselheira independente do Grupo NotreDame Intermédica. É formada em Administração de Empresas pela PUC-SP, Pós-Graduada em International Economics pela USP e MBA (International Business) pela University of Pittsburgh. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Ana Paula não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	Até AGO 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ANTONOALDO GRANGEON TRANCOSO NEVES **CPF:** 882.494.845-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 05/03/1975

Experiência Profissional:

Antonoaldo é o atual Chief Executive Officer da Etihad Airways. Antes disso, foi Chief Executive Officer da TAP Air Portugal de 01 fevereiro de 2018 até Setembro de 2020. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretaria de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de finanças e M&A. Além disso é membro do Conselho de Administração da Tenda e CEO e fundador da Oner Travel. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Antonoaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	18/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: ÁTILA SIMÕES DA CUNHA **CPF:** 178.893.298-65 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 13/02/1973

Experiência Profissional:

Átilda graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) em 2000. Concluiu o mestrado Profissional em Administração de Empresas no Centro Universitário UNA em 2013 e o Doutorado em administração na EAESP/FGV em maio de 2023. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre fevereiro de 1993 a agosto de 2002. Ocupou diversos cargos de Direção no Centro Universitário UNA, entre 2003 e 2016. Além disso, ele ocupou o cargo de diretor nas seguintes empresas: FACEB Educação Ltda., Brasil Educação S.A., CESUC Educação Ltda., IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda., PGP - Posse Gestão Patrimonial S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda., Una Gestão Patrimonial S.A. e VC Network Educação S.A., todas pertencentes ao Grupo Ânima. Átilda atuava desde junho de 2017 como Vice-Presidente de Expansão em nossa Companhia, e passou a exercer o cargo estatutário de Diretor de Novos Negócios, desde 19 de março de 2019, para complementar o mandato até 24 de abril de 2019, bem como reassumir, nesta mesma data, novo mandato de 02 anos que se encerrou, a pedido, em 11/05/2021. Em 06/07/2023 assumiu a Diretoria Financeira. Além disso, foi membro do Comitês de Finanças e M&A e membro Suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., postos que já não ocupa mais. O Sr. Átilda não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Átilda não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A	Coordenador do Comitê	15/05/2023	Sim	18/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: DANIEL FACCINI CASTANHO **CPF:** 177.268.508-92 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/05/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital e Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A, e membro efetivo do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	18/10/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	07/12/2018
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE ESTRATÉGIA, NOVOS NEGÓCIOS E ESG		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: EDGAR JABBOUR **CPF:** 839.554.458-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador e Administrador **Data de Nascimento:** 20/07/1955

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP em 1978 e em Ciências Contábeis pela PUC em 1984. Atendeu diversos cursos no exterior, incluindo cursos oferecidos pela Arthur Andersen em seu centro de treinamento em Saint Charles – Illinois e na Faculdade de Administração e Finanças da Wharton nos Estados Unidos, além de cursos na Holanda e Alemanha. Em 2015 ingressou no curso técnico em gastronomia da USF – Universidade São Francisco, Unidade Cambuí, em Campinas, com o objetivo de aprimorar-se em técnicas de administração de estabelecimentos alimentícios, incluindo foodservice, bem como receber instrução formal sobre gastronomia propriamente dita. Conta com mais de 40 anos de experiência em diversas áreas (auditoria, consultoria empresarial, M&A) na Arthur Andersen (1977 a 2002) e na Deloitte (2002 a 2017). Ingressou na Arthur Andersen em 1977 e foi promovido a sócio em setembro de 1991. Liderou a área de consultoria empresarial da Arthur Andersen em Campinas no período de 1987 a 1997. Em 1997 transferiu-se para o escritório da Arthur Andersen em São Paulo para liderar a área de M&A no Brasil, permanecendo nessa posição até maio de 2002, quando os profissionais da Arthur Andersen se integraram às operações locais da Deloitte. Devido a sua experiência em consultoria, participou ativamente da integração das operações da Arthur Andersen e Deloitte, notadamente nas seguintes áreas: controladoria, recursos humanos, tecnologia da informação e marketing. Durante 2003 a 2009 foi o sócio líder de desenvolvimento de mercado e atendimento a clientes da Deloitte, tendo liderado esta área também na América Latina em 2006, o que lhe permitiu participar de vários comitês internacionais da Deloitte. Atuou continuamente como membro de vários grupos internos, notadamente o Grupo Internacional de Agronegócio. Entre 2009 e 2016 foi o sócio gestor das operações da Deloitte no interior do Estado de São Paulo por meio dos escritórios de Campinas e Ribeirão Preto. Foi membro do Conselho de Administração da Deloitte entre 2004 e 2008. Foi líder de inúmeros projetos em consultoria, corporate finance e auditoria em diversos segmentos de negócio, dos quais destacam-se: Serviços – Educação, comunicação e mídia, turismo e hotelaria, hospitais e clínicas médicas, locação de bens móveis, 3º Setor (entidades sem fins lucrativos). Infraestrutura – Energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico e concessões rodoviárias. Manufatura e Consumo – Automotiva, bens de capital, bens de consumo, agronegócio, vestuário, varejo, tintas e vernizes. Serviço público – Administração direta e indireta. Aposentou-se como sócio da Deloitte em maio de 2017. Associado à IBEF Campinas – Membro fundador (1985). Membro efetivo do Conselho Consultivo a partir de março de 2017. IBGC – Associado e Conselheiro Fiscal Certificado desde março de 2017 - IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES – Membro desde 2006, tendo sido membro do Conselho Fiscal entre 2009 e 2010. Foi eleito membro especialista na área contábil-societária do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia em 23/04/2019. O Sr. Edgar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Outros	15/05/2023	Até AGO 2025		Membro e especialista financeiro do Comitê de auditoria, governança e gestão de riscos (CAR)	15/05/2023	Sim	23/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: EDUARDO AZEVEDO MARQUES DE ALVARENGA **CPF:** 299.155.458-43 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Eletrônico **Data de Nascimento:** 31/07/1978

Experiência Profissional: Engenheiro eletrônico de formação, Eduardo Alvarenga, instalou a 1ª tela em elevador de edifício comercial no Brasil em 2001, pela Novavista, empresa pioneira no segmento cuja rede foi adquirida pela Elemidia em 2004. No mesmo ano, fundou a E+ Tech, especializada na criação e desenvolvimento de tecnologia para PDV e mídia exterior. Em 2007, regressou à indústria de mídia digital exterior, em sociedade com a Elemidia, para atuar em shopping centers e novos negócios. Entre 2012 e 2013, assumiu a diretoria de negócios digitais do Grupo Abril. Voltou a se dedicar a Elemidia em março de 2013, onde permaneceu até a aquisição da empresa pelo grupo HIG, em janeiro de 2020, quando, após processo de fusão entre as duas empresas de OOH do grupo - Elemidia e Eletromidia - tornou-se CEO da Eletromidia. Liderou a empresa na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021 como a primeira empresa do setor de publicidade a abrir capital no Brasil. Saída do cargo de CEO da Eletromidia em fevereiro de 2022, tendo sido promovido a membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia e Inovação da empresa. Foi presidente da ABOOH nas gestões de 2016/2017 e 2017/2018. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Eduardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE ESTRATÉGIA, NOVOS NEGÓCIOS E ESG	Coordenador do Comitê	15/05/2023	Sim	15/05/2023
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	23/07/2024	Até AGO de 2025			23/07/2024	Sim	23/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO **CPF:** 043.580.888-56 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/03/1974

Experiência Profissional:

Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É membro do comitê de Finanças e M&A de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020 e membro do Conselho de Administração da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	07/12/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: IGNÁCIO DAUDEN MARTINEZ **CPF:** 213.279.458-86 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Espanha **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 05/10/1975

Experiência Profissional:

Graduou-se em Administração de Empresas pela FGV de São Paulo em 1997 e concluiu seu MBA pelo IE Business School de Madrid em 2011. Depois de 6 anos atuando no Mercado de Capitais resolveu dedicar sua carreira à Educação. Ocupou diversos cargos de Direção nos Centros Universitários UNA e Unimonte, entre 2003 e 2010, também atuou como Diretor de Estudos de Mercado da Hoper Educação entre 2011 e 2012. Atualmente é Diretor estatutário do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH e membro suplente do Conselho de Administração da nossa Companhia, desde 13 de abril de 2012, além de ser membro dos seguintes Comitês da Companhia: Mamp;A e Financeiro. O Sr. Ignácio não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	10/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JOÃO CARLOS SENISE **CPF:** 075.914.258-03 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/05/1962

Experiência Profissional:

João Senise é formado em Engenharia Civil e Ambiental pela Escola de Engenharia Mauá em 1986 e MBA pela FGV. Possui 35 anos de experiência diversificada, ocupando posições executivas no Brasil e no exterior, nos segmentos de bens de consumo, private equity e varejo. Nas organizações em que trabalhou (Unilever, PepsiCo, Diageo, Patria Investimentos e Carrefour) atuou inicialmente na área de Sustentabilidade e posteriormente migrou para RH, atuando como executivo C-level liderando os processos de RH. Participou de vários programas de assessment de executivos, apoiando-os no planejamento e execução de ações para evolução de carreira. Liderou projetos de construção de cultura organizacional, apoiando e orientando CEOs e membros dos comitês executivos nos processos transformacionais de cultura. Acumulou RH e Sustentabilidade em vários momentos de sua carreira, tendo liderado importantes projetos de Responsabilidade Social Corporativa. Atuou como conselheiro em empresas do portfólio de investidas do Patria, nos setores de agro, alimentos e oftalmologia. No Carrefour, foi conselheiro do Banco Carrefour e da Ewally, fintech adquirida pelo grupo em 2019. É membro dos Comitês de RH do Hospital AC Camargo, do Instituto Ser+ e dos Laboratórios Aché. É membro do conselho do Grupo Talenses. Formações adicionais, incluem: Coaching pela Columbia University; Formação de Conselheiros de Administração no IBGC e na Fundação Dom Cabral; "Responsible Investment for Trustees" da PRI Academy; "Sustainable Leadership and Corporate Reputation" pela London Business School. Fez vários cursos de desenvolvimento de liderança ao longo da carreira, internos e externos às organizações em que atuou. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Senise não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	18/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: LUIZ CARLOS DE QUEIROZ CABRERA **CPF:** 065.152.588-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 05/03/1944

Experiência Profissional:

O Sr. Luiz Carlos Cabrera é o Fundador e Presidente da LCABRERA, empresa dedicada à Consultoria em Governança Corporativa, focada em Processos de Autoavaliação de Conselhos e de Conselheiros, Processos de Seleção de Conselheiros, Coaching de Executivos, Processos de Assessment, fundada em 10/06/2009. Foi Sócio Fundador da PMC - Panelli Motta Cabrera, empresa pioneira na prestação e serviços de Executive Search no Brasil. É Ex-Chairman do Brazil National Committee da AESC - Association of Executive Search and Leadership Consultants. Foi Membro do America's Council de 2006 a 2012 e do Board of Directors da AESC de 2011 a 2012. É Conselheiro Consultivo da Aliança de Misericórdia e Ex-Conselheiro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. É Presidente do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Membro do Comitê de Pessoas da Ânima Educação, Membro do Comitê de Governança do A.C.Camargo e Membro do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho (CERT) da FECOMÉRCIO SP. É o único sul-americano agraciado com o Prêmio Internacional 2011 Gardner W. Heidrick, oferecido anualmente pela AESC a uma pessoa que tenha dado uma contribuição notável para a atividade de consultoria em Executive Search. Foi Professor da Escola de Engenharia Mauá por mais de dez anos e lecionou no MPA (Mestrado Profissional em Administração) e no OneMBA, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, por quarenta e dois anos. É também Professor do IBGC e da EMI – Escola de Marketing Industrial. É coautor de “Transição 2000”, livro da McGrawHill, coautor de “Se eu fosse você, o que eu faria como gestor de pessoas”, Editora Campus-Elsevier. Cabrera é Engenheiro Metalurgista, com pós-graduação em Administração (CPG) pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e extensão em Business Administration na USC - University of Southern California. O Sr. Luis Carlos Cabrera não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	10/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCELO BARBALHO CARDOSO **CPF:** 561.016.865-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/01/1972

Experiência Profissional:

O Sr. Marcelo Cardoso é graduado em Engenharia pela Unicamp, com MBA Executivo pela University of Michigan. Possui ampla experiência profissional ocupando posições seniores em empresas de três setores distintos: educação, TI e automotivo. Atualmente é Diretor de Operações (COO) da Laureate Education, Inc., função que ocupa desde junho de 2021. Antes de sua função atual, Marcelo ocupou vários cargos seniores na Laureate, incluindo Diretor de Transformação, Vice-presidente Regional de Operações para o Brasil e Diretor-Presidente da Laureate Brasil. Foi Vice-Presidente, CFO e COO, entre outros cargos, na EMC2 Computer System, de 2001 a 2011, com atuação na América Latina. Passou também pela Johnson Controls (JCI), tendo como principal posição a de Gerente Regional na América do Sul. Sr. Cardoso participou do conselho de administração do Incor Medicina Diagnóstica, em Sorocaba- SP, entre os anos de 2009 e 2011. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Cardoso não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	Até AGO de 2025	COMITÊ DE ESTRATÉGIA, NOVOS NEGÓCIOS E ESG		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCELO BATTISTELLA BUENO **CPF:** 171.266.448-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 30/07/1974

Experiência Profissional:

Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e atuou como CEO da Companhia entre agosto de 2018 e junho de 2024. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice- Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Bueno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	15/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	15/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE ESTRATÉGIA, NOVOS NEGÓCIOS E ESG		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR **CPF:** 179.933.738-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/07/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente, é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia, além de membro e coordenador do Comitê Pessoas, Cultura e Transformação Digital. Também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em setembro de 2020, exercido a Presidência do Conselho de 2022 a 2024, e reeleito em maio de 2024. Além disso, é Conselheiro da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em julho de 2021, e membro e Presidente do Conselho de Administração da Inspiralí Educação S.A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	Coordenador do Comitê	15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ROBERTA ANCHIETA DA SILVA **CPF:** 277.585.438-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bancária **Data de Nascimento:** 25/10/1977

Experiência Profissional:

Roberta Anchieta da Silva graduou-se em Matemática aplicada e computacional pela Unicamp, mestre em Modelagem Matemática para Finanças pela USP e tem MBA em Finanças pelo Insper. Atua no Itaú Unibanco desde 2000, onde hoje é Diretora de Administração Fiduciária, em um contexto de ambiente regulatório e de gestão de riscos, sendo responsável pela administração fiduciária de mais de 4,5mil fundos de investimento e mais de R\$ 1 tri de AuS. Com perfil conciliador e reconhecida experiência no mercado financeiro, Roberta atuou como presidente da comissão temática de administração e custódia da Abima por 6 anos e atualmente é presidente do Comitê de Serviços Qualificados, buscando convergência nas decisões dos diversos bancos e asset managements associados, de forma a contribuir para o desenvolvimento da indústria de fundos brasileira. Foi membro do Conselho Fiscal de nossa companhia de 26/04/2021 a 27/04/2023. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Roberta não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Outros	26/12/2023	Até AGO 2025		Membro e especialista financeiro do Comitê de auditoria, governança e gestão de riscos (CAR)	26/12/2023	Sim	26/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DANIEL FACCINI CASTANHO	177.268.508-92	ÂNIMA HOLDING SA	09.288.252/0001-32	
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Membro do grupo de controle.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RÔMULO FACCINI CASTANHO	275.264.818-93	ÂNIMA HOLDING SA	09.288.252/0001-32	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do grupo de controle.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Responsabilidade Civil Administradores – D&O

Diante da pujante responsabilidade dos Diretores e Administradores que realizam a gestão das empresas do Ecossistema Anima, faz-se necessário a contratação dessa modalidade de seguro, tendo em vista que a legislação vigente, prevê responsabilização durante o regime.

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como de nossas empresas controladas, estão cobertos por apólices de seguros para conselheiros e diretores (D&O), emitida pela Seguradora Zurich Brasil e possui a importância máxima de cobertura no valor de R\$ 70.000.000,00.

A apólice prevê cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais que estejam relacionados com os atos de gestão de executivos e tem como principal finalidade a proteção do patrimônio deles, bem como a responsabilidade civil e criminal por prática equivocada perante terceiros.

O objetivo deste é garantir aos Segurados¹, quando responsabilizados por danos causados a Terceiros, em consequência de Fato Gerador praticado no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os Terceiros prejudicados, com a anuidade da Seguradora

¹ Considera-se Administrador a pessoa física que seja, tenha sido ou que, durante o Período de Vigência, se torne:

- a) Diretor da Empresa; ou
- b) Membro do conselho de administração da Empresa; ou
- c) Membro de qualquer outro conselho ou órgão estatutário da Empresa;

7.8 Outras informações relevantes

As práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia valorizam a ética e a transparência no relacionamento com os acionistas e demais *stakeholders* da Companhia e estão devidamente evidenciadas na divulgação das informações ao mercado.

Essas práticas têm a finalidade de cooperar com a compreensão do real valor da Companhia, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Na busca constante pelo aprimoramento de suas práticas de Governança, foram constituídas em 2019 a Secretaria de Governança, e a Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance, responsável pela Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance, ambas com reporte direto ao Presidente do Conselho de Administração, e suportadas por um Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos totalmente independente. Adicionalmente, foram implementadas sete novas políticas corporativas: (i) Política de Transação com Partes Relacionadas; (ii) Política de Indicação de Administradores; (iii) Política de Remuneração dos Administradores; (iv) Política de Gerenciamento de Riscos; (v) Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria; (vi) Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, e; (vii) Política Corporativa Anticorrupção. As iniciativas propiciam maior vigor ao sistema de Governança da Companhia, com clara definição de papéis e equidade de tratamento aos acionistas.

A Companhia, ainda, possui as suas ações negociadas no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado da B3, destinado exclusivamente a companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de governança corporativa diferenciadas, incluindo, entre outros:

- i. Manter uma estrutura de capital social composta exclusivamente de ações ordinárias;
- ii. Manter ações em circulação em percentual correspondente a, no mínimo, 25% do seu capital social;
- iii. Prever a composição do seu conselho de administração com, pelo menos, dois conselheiros independentes;
- iv. Elaborar e divulgar código de conduta aprovado pelo conselho de administração e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- v. Elaborar e divulgar políticas de transações com partes relacionadas;
- vi. Instaurar canal que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código de conduta, de políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia; e
- vii. Instaurar comitê de auditoria, estatutário ou não, que deve ser órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração da Companhia, com autonomia operacional.

Adicionalmente, a Companhia é aderente à maioria das recomendações do CBGC -Código Brasileiro de Governança, assim como ao Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa publicada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e vem gradativamente evoluindo na adesão das práticas recomendadas, declarando que aplica os princípios e as regras estabelecidas nos referidos códigos.

a) Informações sobre Assembleias de Acionistas realizadas

Data	29/04/2024
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 43,2% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	21/02/2024
------	------------

7.8 Outras informações relevantes

Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 2ª convocação com a presença de acionistas representando 53,38% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	23/01/2024
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 53,31% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	28/04/2023
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 65,1% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	26/01/2023
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 67,5% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	29/04/2022
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 76,71% do capital social com direito a voto da Companhia em assembleia ordinária e 77,44% em assembleia extraordinária.

7.8 Outras informações relevantes

Data	29/03/2022
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 72,93% do capital social com direito a voto da Companhia.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 7 foram descritas nos itens acima.

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para administradores, incluindo os membros da Diretoria estatutária e não estatutária, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de outubro de 2019, visa: (i) atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos administradores da Companhia aos princípios e aos objetivos estratégicos da Companhia e com as melhores práticas de remuneração adotadas pelo mercado, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (iii) prover um equilíbrio adequado entre as remunerações fixa e variável, de curto e de longo prazo, conforme a cultura da Companhia; (iv) definir um programa de remuneração claro e transparente.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(a) Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixa e será paga em 12 (doze) parcelas mensais, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração receberão remuneração adicional mensal quando participarem como membros em mais de um comitê.

Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus à remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

O valor das remunerações e os reajustes serão recomendados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital, alinhados às práticas de mercado.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento serão beneficiários do seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O - "Directors and Officers" e/ou "Comfort Letter"), compulsoriamente incluídos na apólice, cujo custo será inteiramente assumido pela Companhia.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser distinta da dos demais membros em função do cargo exercido, uma vez em que o Presidente possui obrigações e deveres próprios, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Dentre tais funções, pode-se destacar a de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia, bem como a presidência das mesas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando e se instalado, fazem jus a uma remuneração fixa mensal que deverá obedecer aos preceitos do artigo 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, que prescreve que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal deve ser equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal de cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme sejam pontualmente acionados para substituição dos membros efetivos em reuniões.

(c) Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

A remuneração dos Diretores Estatutários será fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores não estatutários observará os planos de cargos e salários da Companhia e seus respectivos contratos de trabalho.

A estrutura de remuneração dos Diretores poderá ser composta por uma parcela fixa e outra variável, bem como benefícios e incentivos de curto e longo prazo, sempre baseada nos padrões de mercado e nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia.

(d) Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital; Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG:

8.1 Política ou prática de remuneração

Os membros dos Comitês de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, Comitê de Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital, Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG que forem do Conselho de Administração, serão remunerados após a participação em mais de um comitê, pois a participação em um único comitê está inclusa na remuneração do Conselho. Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus a remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

c. composição da remuneração, indicando:

(c).I Remuneração Fixa

Objetivo

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer uma remuneração com foco no curto prazo, para a compensação direta aos diretores da Companhia pelos serviços prestados e reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, demanda de tempo, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento do executivo.

Metodologia de cálculo e de reajuste

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, a aprovação da respectiva política, estratégia ou orçamento, sempre que cabível.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

(c).II Remuneração Variável

Objetivo

A remuneração variável concedida pela Companhia, que tem beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, tem por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, podendo ser composta por Incentivos de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), e por quaisquer outras remunerações extraordinárias que venham a ser concedidas, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Qualquer remuneração baseada em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou Plano Stock Purchase, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da Companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável é revisado anualmente.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

O programa é dividido em incentivos de curto, médio e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual; além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia. O percentual de atingimento da meta de EBITDA determina o valor do *pool* de bônus que será distribuído.

8.1 Política ou prática de remuneração

Existe ainda programa de incentivo de longo prazo com *matching* em ações, no qual os participantes elegíveis podem optar por aderir ao programa, investir recursos próprios na compra de ações da Companhia por meio da corretora de sua preferência e pagando o preço de mercado da ação. O limite de compra coberto no programa é 50% do valor pago no ICP. Aqueles que permanecerem até o final do programa e atenderem aos seus requisitos, serão contemplados com um lote adicional de ações.

Anualmente, a Diretoria e o Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, promoverão a correta apuração e acompanhamento dos planos e programas, bem como a definição de propostas para o ano subsequente e propostas de revisão necessárias, inclusive aquelas a serem encaminhadas à Assembleia Geral.

©.III Benefícios

Objetivo

A Companhia concede um pacote de benefícios, como incentivo de curto prazo, este fazendo parte de sua remuneração mensal, respeitados os parâmetros de mercado e regiões de atuação. Itens comumente abrangidos por esse pacote incluem: plano de saúde e odontológico, plano de previdência complementar, seguro de vida e ticket refeição, entre outros.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Os reajustes dos planos de saúde e odontológico se darão mediante negociação contratual entre a Ânima e as operadoras, enquanto os demais benefícios serão reajustados quando houver a necessidade de uma melhor equiparação frente aos valores praticados no mercado.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês recebem apenas remuneração fixa e um benefício mensal para Home Office, sem nenhum tipo de bonificação ou qualquer tipo de remuneração variável.

A proporção de cada elemento da remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária pode variar e ocorreu, em relação aos três últimos exercícios, da seguinte forma:

Composição da Remuneração	2023	2022	2021
Remuneração Fixa	75,2%	50,60%	56,77%
Remuneração Variável	19,6%	40,96%	40,19%
Benefícios	5,2%	2,44%	3,04%
TOTAL	100%	100%	100%

Incluir aqui indicadores ligados a questões ASG, se aplicável

Não aplicável. Atualmente não consideramos os índices de ASG para influenciar na remuneração, mas estamos amadurecendo os conceitos para que futuramente possamos considerar.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns membros de nossa Diretoria (3 membros) e do Conselho de Administração (2 membros) tem valores recebido pelas atividades exercidas exclusivamente para uma de nossas subsidiárias. O percentual médio pago pela subsidiária aos

8.1 Política ou prática de remuneração

membros da diretoria, responde por 4,3% da remuneração total dos membros nesta condição, enquanto o percentual médio pago aos membros do C.A. foi de 15,8% da remuneração total destes membros nesta condição.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário nos envolvendo.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,92	5,67	4,58	19,17
Nº de membros remunerados	8,92	5,67	4,58	19,17
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.655.083,75	7.113.936,91	688.209,36	14.457.230,02
Benefícios direto e indireto	21.700,00	405.668,33	7.700,00	435.068,33
Participações em comitês	2.004.502,50	0,00	0,00	2.004.502,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.962.329,83	0,00	3.962.329,83
Participação de resultados	0,00	00,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	3.857.397,39	0,00	3.857.397,39
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	268.510,85	0,00	268.510,85
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados"	Número de membros apurado conforme instrução CVM.		
Total da remuneração	8.681.286,25	15.607.843,31	695.909,36	24.985.038,92

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92	16,42
Nº de membros remunerados	8,58	4,92	2,92	16,42
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.788.105,04	5.279.478,03	356.660,60	10.424.243,67
Benefícios direto e indireto	14.341,05	365.466,96	2.240,00	382.048,01
Participações em comitês	1.297.362,70	0,00	0,00	1.297.362,70
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.076.377,47	0,00	1.076.377,47
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	302.794,76	0,00	302.794,76
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.099.808,79	7.024.117,22	358.900,60	13.482.826,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	5	3	15,92
Nº de membros remunerados	7,92	5	3	15,92
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.194.000,00	5.214.251,77	282.515,25	9.690.767,02
Benefícios direto e indireto	22.068,92	251.137,34	3.920,00	277.126,26
Participações em comitês	1.831.000,00	0,00	0,00	1.831.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.411.025,61	0,00	2.411.025,61
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.427.734,23	0,00	2.427.734,23
Observação	"Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados"	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.047.068,92	10.304.148,95	286.435,25	16.637.653,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	5	3	15,33
Nº de membros remunerados	7,33	5	3	15,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.500.000,00	4.464.185,50	247.576,62	7.211.762,12
Benefícios direto e indireto	0,00	239.272,04	0,00	239.272,04
Participações em comitês	1.672.000,00	0,00	0,00	1.672.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.159.951,37	0,00	3.159.951,37
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021. Adicionalmente, informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participações em comitês, tanto dos membros do Conselho de Administração quanto dos membros convidados.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021.	
Total da remuneração	4.172.000,00	7.863.408,91	247.576,62	12.282.985,53

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,92	5,67		14,59
Nº de membros remunerados	8,92	5,67		14,59
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.962.329,83		3.962.329,83
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.641.553,22		2.641.553,22
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92	16,42
Nº de membros remunerados	8,58	4,92	2,92	16,42
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.225.872,64	0,00	3.225.872,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.150.812,92	0,00	2.150.812,92
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.076.377,47	0,00	1.076.377,47
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	5	3	15,92
Nº de membros remunerados	7,92	5	3	15,92
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.132.525,50	0,00	4.132.525,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.951.803,93	0,00	2.951.803,93
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.411.025,61	0,00	2.411.025,61
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	5	3	15,33
Nº de membros remunerados	7,33	5	3	15,33
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	542.668,24	0,00	542.668,24
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.757.113,25	0,00	4.757.113,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.922.059,74	0,00	2.922.059,74
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3.159.951,37	0,00	3.159.951,37
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a. Termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias (“Plano”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão (“Opções”), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as disposições do Plano, são elegíveis a participar do Plano membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle (“Beneficiários”).

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas neste instrumento. Ainda, será facultado ao Conselho de Administração delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto (“Comitê”). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, por maioria. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições deste Plano, nosso Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos diretores, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (d) a emissão de novas ações da nossa Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; (e) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da nossa Assembleia Geral Extraordinária; (f) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas; (g) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, razão pela qual o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle, bem como estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante perante a nossa Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de competência do Conselho de Administração.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga.

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da nossa Companhia, com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

b. Incluir data de aprovação e órgão responsável

A Companhia possui um Plano de Opção de Compras de Ações Ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, possui Planos de Ações para a outorga de Ações da Ânima Holding S.A., aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018, que contempla dois Programas ("ILP1" e "ILP2"), descritos adiante. E, ainda um Plano Stock Purchase, que se trata de um Plano Geral para Aquisição de Ações, aprovado na AGE de 31/08/2015

c. Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item 'f' acima, as Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

e. Condições de aquisição de ações

As Opções poderão ser exercidas desde que integralmente atendidas as condições, exigências, assim como respeitados os períodos de carência e os cronogramas previstos no Plano e nos Termos de Adesão.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou compra de cada Ação a ser subscrita pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) no momento de sua outorga ao respectivo Beneficiário mediante assinatura do Termo de Adesão, devendo esse preço ser fixado em moeda corrente nacional. O preço deverá estar vinculado às cotações das ações da Companhia, mas o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) terá liberdade para fixar os parâmetros para fixação dos valores ("Preços de Exercício").

g. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários.

Nos termos do Plano, as Opções outorgadas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê, caso a caso, na data da outorga da Opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos, contado da data da outorga da Opção.

h. Forma de liquidação

O Beneficiário deverá realizar o pagamento em moeda corrente nacional, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

i. Restrições à transferência das ações

As Opções concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. É vedada a criação pelos Beneficiários de instrumentos financeiros de derivativos atrelados ou relacionados às Opções. As ações decorrentes do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da nossa Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou de bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da nossa Companhia, (d) pela nossa dissolução e liquidação, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste Plano.

Exceto pela extinção do Plano por deliberação dos nossos acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos. Caso extinção do Plano se dê por ocasião de reorganização societária da nossa Companhia, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos, salvo se as deliberações sobre a reorganização expressamente estabelecem a permanência do Plano ou das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por outras.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para fins do Plano, o desligamento do Beneficiário significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário da Opção conosco ou com nossas controladas, exceto aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento (“Desligamento”). Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Desligamento por Interesse da Companhia ou do Beneficiário. Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do Desligamento, e mediante pagamento à vista, independentemente se disposto de forma diversa no Termo de Adesão. Além disso, caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do Desligamento para efetuar o pagamento integral ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado. O Conselho de Administração poderá estender os prazos constantes neste item, desde que devidamente justificado, para adequar às circunstâncias específicas do caso.

Desligamento por Justa Causa. No caso de Desligamento do Beneficiário ocorrer em razão de justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente nesta mesma data, e mediante pagamento à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário deverá efetuar o pagamento integral do valor restante na data do Desligamento, ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Opção de Compra da Companhia. Nós ou terceiros por nós indicados, teremos, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de Desligamento do Beneficiário, a opção de compra de todas as ações subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário em virtude do Plano, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas após o Desligamento em virtude de Opções já exercíveis ou em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados no Plano, por valor correspondente à cotação média das nossas ações nos últimos 30 (trinta) pregões, contados da data de Desligamento.

Falecimento. Em caso de falecimento de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a Opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou por disposição testamentária até o término do prazo da Opção outorgada, podendo a Opção ser exercida no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do Beneficiário, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, os herdeiros e/ou sucessores terão o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados do falecimento se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Invalidez Permanente ou Aposentadoria. Em caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de Lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

8.4.2. Plano Baseado em Ações

a. Termos e condições gerais

O Plano de Ações é composto de dois Programas:

-ILP1: que consiste na bonificação por meio da transferência ao Beneficiário, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras constantes do Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico") até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sujeitas a vesting.

-ILP2: que consiste na bonificação daqueles que tiverem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e que decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito, sendo que a bonificação em ações se dará por meio da transferência, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico").

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários sejam premiados com ações da nossa Companhia ("ILP2"), com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa com base na função desempenhada, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos, por meio de entrega de resultados acima do esperado.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. O plano alinha os interesses dos participantes aos da Companhia, uma vez que os participantes contam com um incentivo adicional para implementar ações de curto, médio e longo prazos que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo e que devem se refletir na valorização das ações da Companhia.

b. Incluir data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações para Outorga de Ações da Ânima Holding S.A., foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018.

c. Número máximo de ações abrangidas

As ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 1% (um por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d. Número máximo de ações a serem outorgadas

Não aplicável. O regulamento de cada programa estabelece limites para participação do Beneficiário, mas não estão expressos em quantidade máxima de ações.

e. Condições de aquisição de ações

Conforme regulamento constante em cada um dos programas vigente ("ILP1" e "ILP2").

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

g. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo aos Beneficiários. A partir do momento que as ações são entregues aos Beneficiários, conforme regras de cada Programa, ficará a seu exclusivo critério o momento do exercício.

As ações concedidas aos Beneficiários no programa "ILP1" terão período de vesting de 3 (três) anos, podendo ser liberadas na proporção de 1/3 a cada 12 meses da sua concessão. Para o "ILP2", somente poderão ser liberadas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser liberadas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê. Até que se cumpra cada um dos períodos de vesting as ações não serão devidas e, portanto, não serão de titularidade do Beneficiário, razão pela qual não farão jus, durante referido período, a qualquer fruto ou produto das mesmas, inclusive a título de dividendos.

h. Forma de liquidação

As ações objeto da bonificação deverão ser entregues pela Companhia aos Beneficiários no prazo previsto em cada regulamento a contar do encerramento do prazo de cada um dos períodos de vesting.

i. Restrições à transferência das ações

As ações concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. As ações não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano vigorará por tempo indeterminado, não havendo nenhum critério ou evento previsto que possa ocasionar a sua suspensão, alteração ou extinção.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano baseado em ações, cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às ações, de modo que os direitos conferidos ao beneficiário de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que não constam opções em aberto dos membros do Conselho de Administração e nem dos membros da Diretoria Estatutária no exercício social corrente e nos anteriores.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos quaisquer opções de compra de ações de nossa emissão outorgadas no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Somente a Diretoria possui remuneração baseada em ações.

Ano	2024 (Previsto)
Órgão	Diretoria
Número de membros	5,67
Número de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,010%

Ano	2023
Órgão	Diretoria
Número de membros	4,92
Número de membros remunerados	4
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,021%

Ano	2022
Órgão	Diretoria
Número de membros	5
Número de membros remunerados	3
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,108%

Ano	2021
Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Número de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,011%

8.10 Outorga de ações

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,92	5,67	4,58
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7	5	2,67
Nº de membros remunerados	0	1	0
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2022	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	25.179	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/12/2022	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	5,58	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	140.500,72	N/A

8.10 Outorga de ações

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,33	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2021	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	60.057	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2024	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	12,60	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	756.718,20	N/A

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,33	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Outorga	N/A	ILP-2	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2021	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	87.263	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2024	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	12,60	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.099.513,80	N/A

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Nº de ações	0	79.817	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	3,79	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	3,53	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	20.752,42	0,00
Esclarecimento	Não há membro vinculados ao plano.		Não há membro vinculados ao plano.

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,92	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00
Nº de ações	0	406.972	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	5,97	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	7,48	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-614.527,72	0,00
Esclarecimento	Não há membro vinculados ao plano.		Não há membro vinculados ao plano.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.8.4 deste Formulário.

8.13 Participações detidas por órgão**8.13 - Participações detidas por órgão**

Em 31 de dezembro de 2023

Companhia						
Órgão	Ações (uni.)	ON (%)	Ações (uni.)	PN (%)	Total de Ações	%
Conselho de Administração	56.567.568	14,00	0	0	56.567.568	14,00
Diretoria	36.063.612	8,93	0	0	36.063.612	8,93
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0
Total de Ações	92.631.180	22,93	0	0	92.631.180	22,93

8.14 Planos de previdência

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável. Não há plano de previdência vigente para os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de algum dos Comitês.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	4,92	5	5	8,58	7,92	7,33	2,92	3	3
Nº de membros remunerados	4,92	5	5	8,58	7,92	7,33	2,92	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	1.705.353,31	2.806.240,88	1.899.630,22	1.801.680,00	1.576.680,00	780.000,00	113.863,00	95.691,75	84.689,64
Valor da menor remuneraçãoReal	597.774,66	1.133.003,63	1.211.044,44	40.560,00	300.000,00	300.000,00	32.743,00	29.360,00	84.689,64
Valor médio da remuneraçãoReal	1.170.686,20	1.717.358,16	1.572.681,78	435.995,00	600.830,56	425.000,00	89.725,15	71.608,81	82.525,54

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	A diretoria contou com 6 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	
31/12/2022	A diretoria contou com 6 membros ao longo de todo exercício de 2022, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	A diretoria contou com 11 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O Conselho Fiscal contou com 4 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	
31/12/2022	O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2022, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2021.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não possuímos arranjos contratuais ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Entretanto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode celebrar contrato com administradores prevendo indenização como compensação pela vedação de práticas de atos considerados de concorrência com a Companhia, estando o valor abrangido no montante de remuneração global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores****Previsão exercício de 2024**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,92	5,67	4,58
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	6.670.063,75	15.607.843,30	695.909,36
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	3.317.040,00	6.999.642,96	0
% da Remuneração total do órgão	49,84%	44,85%	0%

Exercício de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,58	4,92	2,92
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	4.795.945,04	7.024.117,22	358.900,60
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.825.040,00	2.382.705,90	0
% da Remuneração total do órgão	58,90%	33,92%	0%

Exercício de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,92	5,75	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	4.806.644,46	10.304.148,95	286.435,25
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.866.064,46	3.765.037,30	0
% da Remuneração total do órgão	65,28%	39,33%	0%

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**Exercício de 2021**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,33	5,00	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	3.400.000,00	7.863.408,91	247.576,62
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.650.000,00	3.475.726,16	0
% da Remuneração total do órgão	48,53%	44,20%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam e não há previsão para pagamentos em 2024

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**8.19 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

2024 (Previsto)

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	1.001.250,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	1	311.025,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.

2023

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	901.651,64	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	1	300.825,82	Honorários por participação no Conselho de controlada.

2022

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	525.000,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	2	448.124,90	Honorários por participação no Conselho de controlada. Benefícios

Não houve, no exercício social de 2021, valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária, de nossa Diretoria não Estatutária ou do Conselho Fiscal.

8.20 Outras informações relevantes

08.20 - Outras informações relevantes

No item 8.2 do Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração

Mês	Previsto 2024	2023	2022	2021
Janeiro	8	7	8	7
Fevereiro	9	8	8	7
Março	9	8	8	7
Abril	9	8	8	7
Mai	9	9	8	7
Junho	9	9	8	7
Julho	9	9	8	7
Agosto	9	9	8	7
Setembro	9	9	8	8
Outubro	9	9	8	8
Novembro	9	9	8	8
Dezembro	9	9	7	8
Total	107	103	95	88
Média	8,92	8,58	7,92	7,33

Diretoria

Mês	Previsto 2024	2023	2022	2021
Janeiro	4	5	5	5
Fevereiro	4	5	5	5
Março	6	5	5	5
Abril	6	5	5	5
Mai	6	5	5	5
Junho	6	5	5	5
Julho	6	5	5	5
Agosto	6	5	5	5
Setembro	6	5	5	5
Outubro	6	5	5	5
Novembro	6	5	5	5
Dezembro	6	4	5	5
Total	68	59	60	60
Média	5,67	4,92	5,00	5,00

8.20 Outras informações relevantes**Conselho Fiscal**

Mês	Previsto 2024	2023	2022	2021
Janeiro	2	3	3	3
Fevereiro	3	3	3	3
Março	5	3	3	3
Abril	5	3	3	3
Maio	5	3	3	3
Junho	5	3	3	3
Julho	5	3	3	3
Agosto	5	3	3	3
Setembro	5	3	3	3
Outubro	5	3	3	3
Novembro	5	3	3	3
Dezembro	5	2	3	3
Total	55	35	36	36
Média	4,58	2,92	3,00	3,00

Observação – A variação no número previsto de 2024 a partir do mês de março, são referentes as vagas em aberto.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0014-40	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2023	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
<p>Exame dos balanços patrimoniais da Ânima Holding S.A. dos exercícios a findarem em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os balanços patrimoniais consolidados da Ânima Holding S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em conjunto com a auditoria anual, o auditor realizará a revisão das informações financeiras trimestrais da Ânima Holding S.A. em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2024 e 2025. Essa revisão será realizada de acordo com normas do CFC e IAASB.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Os honorários relativos aos trabalhos em 2023 foram de R\$ 1.695.800,00 (líquido de impostos) e que representa os honorários de serviços de auditoria externa.			
Justificativa da substituição			
Não se aplica.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE COMPANHIA E AUDITORES INDEPENDENTES

Além das informações obrigatórias apresentadas nos itens 9.1 e 9.2, a Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, conforme a sua Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

Em reunião realizada no dia 11 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas em relação à contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pelos auditores independentes ou por parte relacionada dos auditores independentes, com intuito de assegurar o cumprimento das normas de governança corporativa, bem como garantir a transparência no processo de contratação e a independência do prestador de serviço.

9.4 Outras informações relevantes

ESCOLHA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

Em reunião realizada no dia 11 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas em relação à contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pelos auditores independentes ou por parte relacionada dos auditores independentes, com intuito de assegurar o cumprimento das normas de governança corporativa, bem como garantir a transparência no processo de contratação e a independência do prestador de serviço.

A Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Em reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC BRASIL") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES ("DELOITTE").

O primeiro documento objeto da análise da PwC BRASIL foram as informações trimestrais da Companhia findadas em 31 de março de 2018.

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, o responsável técnico foi o Sr. Guilherme Campos e Silva, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº. 714.114.966-04.

A partir de 01 de janeiro de 2019, o responsável técnico passou a ser o Sr. Fabio Abreu de Paula, inscrito no CPF/ME sob o nº. 935.194.436-00.

Em reunião realizada no dia 11 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC BRASIL").

O primeiro documento objeto da análise da EY foi referente às informações trimestrais da Companhia findadas em 31 de março de 2023 (1T23).

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	692	508	0	0	0
Não-liderança	8.303	6.250	0	0	0
TOTAL = 15.753	8995	6758	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	16	805	46	315	0	0	18
Não-liderança	115	9.153	1.038	3.962	9	0	276
TOTAL = 15.753	131	9958	1084	4277	9	0	294

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	125	926	149
Não-liderança	3.111	8.801	2.641
TOTAL = 15.753	3236	9727	2790

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	2	209	14	813	162	0
Não-liderança	5	3.397	195	8.260	2.696	0
TOTAL = 15.753	7	3606	209	9073	2858	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	5	2	0	0	0
Nordeste	2.089	1.517	0	0	0
Centro-Oeste	130	79	0	0	0
Sudeste	5.166	3.907	0	0	0
Sul	1.605	1.253	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 15.753	8995	6758	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	5	0	2	0	0	0
Nordeste	21	1.533	341	1.628	1	0	82
Centro-Oeste	2	140	10	51	0	0	6
Sudeste	93	5.753	651	2.401	7	0	168
Sul	15	2.527	82	195	1	0	38
Exterior	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL = 15.753	131	9958	1084	4277	9	0	294
----------------	-----	------	------	------	---	---	-----

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	2	5	0
Nordeste	729	2.431	446
Centro-Oeste	50	144	15
Sudeste	2.023	5.394	1.656
Sul	432	1.753	673
Exterior	0	0	0
TOTAL = 15.753	3236	9727	2790

10.1 Descrição dos recursos humanos

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de terceirizados e aprendizes	31/12/2023
Aprendizes	23
Terceirizados	833
Total*	861

* Desempenham atividades administrativas.

Terceirizados por região	2023
Nordeste	117
Sudeste	469
Sul	247
Total	833

c. Índice de rotatividade

As informações abaixo se referem aos nossos números consolidados, incluindo as nossas controladas.

31/12/2023

25,1%

10.2 Alterações relevantes

O Ecossistema Ânima que reúne 18 instituições de ensino superior, marcas especialistas e mais de 600 polos educacionais por todo o Brasil, além do Instituto Ânima. Estudam mais de 395 mil estudantes em todo o país. E conta com uma composição de mais de 15.400 educadoras e educadores que trabalham para transformar o país pela Educação, colocando seus estudantes no centro de suas decisões e atuação. Mais de 7 mil são docentes, que são entendidos como fonte de inspiração para nossos estudantes. Portanto, uma frente voltada para proporcionar ao docente uma experiência positiva e significativa em sua Jornada na Ânima tem sido fortalecida e conta projetos que visam atrair os melhores professores, acolhê-los em sua integração ao Ecossistema. Desenvolvê-los proporcionando diversos programas de formação e preparando-os para exercer seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. E ainda, os nossos professores e professoras contam com acompanhamento e apoio no dia a dia propiciando engajamento e sentimento de pertencimento, além de contarem com ações de valorização e reconhecimento do professor.

Por isso, em 2023, o corpo docente do Ecossistema Ânima foi incluído como uma prioridade estratégica. Nesse sentido, em fevereiro de 2023, na área de Desenvolvimento Organizacional, foi criada a Jornada Docente, área especialista focada em melhorar a experiência do docente Ânima. A Jornada Docente tem como propósito potencializar a qualidade acadêmica pela valorização docente, conhecendo suas competências e habilidades, por meio de inteligência de dados (quantitativas e qualitativas), com transparência e personalização que permitem o desenvolvimento e autonomia de carreira. Para área gerencial, a Jornada Docente fornece informações e dados que possibilitam o desenvolvimento de uma gestão estratégica que consolide o conhecimento sobre o docente e seus perfis, fortalecendo a governança e a carreira docente. Até o momento foram desenvolvidos diagnósticos, indicadores e iniciativas que impactam diretamente a jornada do docente no nosso Ecossistema, na atração, acolhimento, desenvolvimento, inspiração, sustentação e reconhecimento, tomando o princípio “o aluno é o centro da escola e o professor é a sua grande inspiração” como referência para a tomada de decisões.

Além disso, foi mantida a atuação no acolhimento de todos os educadores e o engajamento dos educadores na cultura. Dessa maneira, o fortalecimento dos ritos de cultura foi mais uma das prioridades de 2023, buscando converter ações similares isoladas em ritos institucionais do Ecossistema, criando identidade e reforçando o senso de pertencimento. Reforçando os papéis de lideranças, Gestão de Pessoas e educadores na jornada da Cultura. Favorecendo uma comunicação eficaz e mensagem única para os educadores, respeitando as particularidades regionais e de localização. E ainda, reforçando os princípios e estratégias da Ânima de acordo com o contexto do momento. Para tanto, além dos ritos de gestão em que as lideranças tomaram como práticas como reuniões semanais de times, reuniões 1:1, encontros de planejamento e avaliação de resultados, ao longo do ano os seguintes ritos de cultura foram realizados periodicamente alcançando todos os educadores do Ecossistema:

- Live com o presidente: Encontro realizado desde setembro de 2018, de forma mensal (exceto janeiro e julho), no qual potencializamos o Jeito Ânima de Ser e reforçamos a transparência entre nossos educadores e educadoras, por meio da disseminação de informações importantes conduzidas pelo presidente;
- Nós: Conjunto de encontros, fora da rotina e construído a várias mãos para as equipes conhecerem, vivenciarem e integrarem pautas conduzidas pelas Consultoras Internas da Jornada do Educador. Desta forma, procura-se compreender a dinâmica, demanda e desafios de cada marca, região ou unidade com encontros presenciais, seguindo a característica e logística local, com temas definidos para os encontros de acordo com cada contexto;
- Somos Líderes: Encontros virtuais para reforçar estratégias, novidades e mudanças que vão direcionar o papel da liderança e munir os mesmos de informações para o exercício do dia a dia. Garantimos nesse encontro que a comunicação seja linear e, após a iniciativa, desdobradas com cada público;
- Reunir: Mantendo o propósito de potencializar o Jeito Ânima de Ser a partir do estímulo ao diálogo e à escuta, contribuindo para a melhoria contínua do clima organizacional e fortalecimento de nossa cultura. Pode ser realizado por todos os níveis de liderança;
- Parada: Encontro anual ou semestral para valorizar e enaltecer os esforços, engajamento e dedicação dos educadores e educadoras, a partir de um momento integração, que amplia o senso de orgulho e pertencimento de todos e todas do Ecossistema, fortalecendo os laços e o estímulo para a busca de nosso propósito e, assim, potencializando também a cultura e o Jeito Ânima de Ser. Pode ser realizado por marca, regional ou Jornada.

10.2 Alterações relevantes

Do ponto de vista de governança, foi mantido o conceito de Jornadas no nosso Ecossistema com times especializados para garantir aos nossos educadores(as) e estudantes a melhor experiência em todo o ciclo de relacionamento destas pessoas com o Ecossistema. Assim, manteve-se a Jornada do Educador e Jornada do Aluno, junto com as vice-presidências de Marketing e Crescimento, Acadêmica, de Transformação Digital, de Serviços Acadêmicos e Jurídicos e de Finanças, M&A e RI, que possuem o papel de atuar como grandes áreas de apoio, prestando serviços às Jornadas, além da diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, Escritório de Transformação e Interações e a vice-presidência Executiva.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
1.801.680,00	37.214,00	48,41
Esclarecimento		

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A remuneração de nossos empregados é composta pela remuneração direta e pelos incentivos variáveis.

Remuneração direta

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer compensação direta aos educadores, professores e administrativos, da Companhia pelos serviços prestados; reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento das atividades requeridas na função.

Trabalhamos com tabelas salariais, definidas de acordo com o grau de complexidade de cada cargo, observando-se área geográfica e estratégia de remuneração da Companhia.

A movimentação do colaborador no plano salarial poderá ser por mérito, promoção, enquadramento, alteração de cargo e demais casos previstos no Plano de Cargos e Salários, normas internas e/ou em acordo ou norma coletiva.

A movimentação por promoção e mérito levam em conta a meritocracia, as necessidades de substituição de educadores ou aumento de quadro, e devem seguir as normas vigentes.

A Companhia conta com um programa de recrutamento interno, no qual todo colaborador será candidato em potencial a qualquer vaga em aberto, desde que atenda aos pré-requisitos necessários para a ocupação do cargo pretendido, conforme descrição formal do cargo e observados os critérios de movimentação.

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê Cultura, Pessoas e ESG, a aprovação da respectiva política ou orçamento, sempre que cabível. Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Remuneração variável

A remuneração variável é composta por programas de incentivo de curto prazo (ICP) e incentivos de longo prazo (ILP), que contam com regramentos específicos para cada programa, podendo ser revistos anualmente, estando condicionados à aprovação do Conselho de Administração. Os programas estão alinhados às estratégias de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Há na Companhia Programas de premiação ou incentivo, com valor variável e decorrentes de desempenho superior ao ordinariamente esperado, que não têm natureza jurídica própria de remuneração (art. 457, §§2º e 4º da CLT e art. 28, §9º, alíneas “e”, item 7, e “z”, da Lei 8.212). Os Programas, com beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, têm por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento e ao planejamento estratégico.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável foi revisto em 2019 e passa por revisões anuais.

São elegíveis ao programa executivos e gestores da Companhia: presidente, vice-presidentes, diretores, gerentes e outras pessoas chaves para a entrega do resultado da companhia e que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. Em linhas gerais, o programa é dividido em incentivos de curto e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA e atrelado a um Contrato de Performance Individual, no caso do ICP.

No Incentivo de Curto Prazo (ICP), o pagamento é definido por múltiplos salários de acordo com o nível do cargo e apurado a partir do resultado de indicadores específicos, como por exemplo desempenho financeiro, operacional, de qualidade acadêmica e de serviços da Companhia.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) é um meio de conectarmos nossos educadores com o oitavo princípio da Ânima: a Ânima é da Ânima, provocando aqui um sentimento de dono e de pertencimento, sendo composto por dois Planos, e cada um com seus respectivos programas:

1. ILP1 - Plano de Incentivo da Companhia 1: visa bonificar executivos, gestores e Educadores da Companhia ou suas subsidiárias que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e consideradas como “pessoas chave”, conforme critérios a serem fixados em programa específico.
2. ILP2 - Plano de Incentivo da Companhia: é um programa de adesão voluntaria e espontânea, que visa bonificar executivos e outras funções elegíveis, que desempenhem funções que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. Assim, os colaboradores elegíveis que quiserem aderir ao plano devem adquirir no mercado, dentro de um prazo previamente estipulado, um número de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um determinado período de tempo a contar do fim do prazo de adesão. O benefício será quitado mediante a transferência, pela Companhia ao Beneficiário, de um lote adicional de ações, composto pelo mesmo número de ações adquiridas diretamente pelo Beneficiário no mercado secundário dentro do Prazo de Adesão (ou ajustada pela performance apurada do período, se assim houver previsão nos programas aprovados), desde que cumpra o prazo de inalienabilidade do total de ações adquiridas pelo gestor e as demais condições previstas no regulamento.

Ambos os programas de Incentivo de Longo Prazo não podem ultrapassar 1% das ações do capital social cada e o Conselho fixará a quantidade máxima anual de cada Programa Específico do exercício

Remuneração Variável Comercial

Em linhas gerais, a Companhia conta com programas destinados aos educadores das áreas comerciais e de retenção, que atuam com captação e manutenção de matrículas para graduação e pós-graduação, bem como:

- Promover maior abrangência do plano de remuneração variável da Instituição;
- Criar um senso de envolvimento e comprometimento com o negócio;
- Remunerar de forma diferenciada, valorizando a capacidade de gerar resultados e atingir metas;
- Oferecer oportunidade de uma remuneração mais competitiva, de maneira objetiva e justa.
- Para a empresa o objetivo é gerar Leads, trabalhando a divulgação e captação de alunos para os cursos de Graduação e Pós-Graduação. De forma proativa e planejada, visando aumento da receita e maior rentabilidade dos cursos.
- Para o colaborador, o objetivo é estimular o desempenho, produtividade e o envolvimento, premiando-os no caso da superação das metas estabelecidas pela instituição.

b. política de benefícios

O pacote de benefícios de nossos educadores (administrativos e professores) poderá contemplar, conforme regramento local, os seguintes benefícios, com subsídio total ou parcial das nossas empresas:

- Assistência Médica
- Assistência odontológica:
- Alimentação
- Vale transporte
- Empréstimo consignado
- Auxílio Creche
- Seguro de Vida

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Ajuda de custo docente para deslocamento entre unidades

Poderá existir, conforme estabelecido em cada localidade, convênios e parcerias com empresas prestadoras de serviços (escola de idiomas, livrarias, seguro automóvel, grupo de corrida, outros) para disponibilização vantagens exclusivas para os nossos educadores, sem subsídio das nossas empresas.

Exemplo compra de equipamentos de informática

Além disso, temos como política promover o bem-estar de nossos empregados, de modo que promovemos ações em datas comemorativas (aniversários, casamentos, formaturas, etc.); Programa Valor das Pessoas abrangendo momentos importantes na vida do educador, como o seu casamento, o nascimento de um filho, uma conquista de formação profissional e um momento difícil da perda de um parente próximo; Programas de saúde mental; Programa de incentivo a atividades físicas e qualidade de vida.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

O Plano de Remuneração baseado em Ações descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência é aplicável, além dos diretores estatutários, aos diretores não estatutários e executivos ou gestores que desempenhem atividades/funções que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. As condições de participação no Plano estão descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Possuímos um relacionamento cordial, aberto e construtivo com os sindicatos de nossos empregados, reconhecendo-os como importantes atores na dinâmica das relações trabalhistas. Buscamos resolver eventuais conflitos diretamente com os sindicatos, por meio de encontros e reuniões permanentes

Os nossos empregados são representados por 54 Sindicatos listados abaixo:

Sindicato	Cidade(s)	UF
Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Educação Superior em Estabelecimentos Privados de Ensino do Estado da Bahia (SINAE)	Guanambi, Irecê, Jacobina, Paripiranga, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim e Tucano	BA
Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (SINPRO-BA)	Guanambi, Irecê, Jacobina, Paripiranga, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim e Tucano	BA
Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO-GO)	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás (SINAAE-GO)	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Lagoa Santa, Nova Lima, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberlândia e Vespasiano	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAE-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Lagoa Santa, Nova Lima, Sete Lagoas e Vespasiano	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Região Sul do Estado de Minas Gerais (SAAE-SUL)	Pouso Alegre	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar das Regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais (SAAETM-AP)	Uberlândia	MG
Sindicato dos Empregados em Entidades de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de Minas Gerais – (SENALBA-MG)	Minas Gerais	MG
Sindicato dos Aux. de Adm. Escolar no Estado do Pará (SAAE-PA)	Tucuruí	PA
Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará (SINPRO-PA)	Tucuruí	PA
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional do Estado do Pará e Amapá (SENALBA-PAAP)	Pará	PA
Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba (SINTESPB)	João Pessoa	PB
Sindicato dos Bibliotecários do Estado Paraná (SINDIB)	Curitiba	PR

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Paraná (SAAEPAR)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores do Estado do Paraná (SINPES)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores das Instituições do Ensino Superior Privadas do Recife e Região Metropolitana (SINPROES)	Jaboatão dos Guararapes e Recife	PE
Sindicato dos Trab Nos Estab de Ensino de Pernambuco (SINTEEPE)	Jaboatão dos Guararapes e Recife	PE
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-RIO)	Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Auxiliares de Administração do Estado RJ (SAAE-RJ)	Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte (SINPRO-RN)	Caico, Currais Novos, Mossoró, Natal, Parnamirim e Pau dos Ferros	RN
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Estado do Rio Grande do Norte (SEEPERN)	Caico, Currais Novos, Mossoró, Natal, Parnamirim e Pau dos Ferros	RN
Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (SINPRO-RS)	Canoas, Porto Alegre	RS
Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar no Rio Grande do Sul (SINTAE-RS)	Porto Alegre	RS
Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Privado dos Vales do RS (SINTEP-VALES)	Canoas	RS
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Grande Florianópolis (SAAE-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis e Palhoça	SC
Sindicato dos Professores de Florianópolis e Região (SINPRO-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Itajaí (SAAE-ITAJAÍ)	Balneário Camboriú e Itajaí	SC
Sindicato dos Professores de Itajaí (SINPRO-ITAJAI)	Balneário Camboriú e Itajaí	SC
Sindicato dos Professores e Auxiliares nas Escolas Particulares de Blumenau e Região (SINPABRE)	Blumenau	SC
Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Particular e Fundações Educacionais do Norte do Estado de SC (SINPRONORTE)	Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul	SC
Sindicato dos Professores e Auxiliares de Admin Escolar de Tubarão (SINPAAET)	Tubarão	SC
Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul de Santa Catarina (STEERSESC)	Araranguá, Braço do Norte e Içara	SC
Sindicato dos Professores do Estado de Santa Catarina (SINPROESC)	Palhoça	SC

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado de Santa Catarina (SENALBA-SC)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (SINPRO-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (SAAE-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Professores de Guarulhos (SINPROG)	Guarulhos	SP
Sindicato dos Professores de Santo André, S. Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (SINPRO-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Bernardo do Campo (SAAE-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Professores de Santos (SINPRO-SANTOS)	Santos	SP
Sindicato dos professores de São José dos Campos (SINPRAE)	São José dos Campos	SP
Sindicato dos Professores de Campinas e Região (SINPRO-CAMPINAS)	Campinas e Piracicaba	SP
Sindicato dos Professores de Mogi das Cruzes e Região (SINPRO-MOGI)	Itapevi e Santana de Parnaíba	SP
Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO)	Barueri, Carapicuíba e Osasco	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Guarulhos, Mogi das Cruzes e Região (SAAE-MOGI)	Guarulhos	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra (SAAE-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Santos (SAAE-SANTOS)	Cubatão e Santos	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Osasco e Região - SP (SAAE-OSASCO)	Barueri, Carapicuíba, Osasco e Santana de Parnaíba	SP
Sindicato dos Aux. de Adm. Escolar de Campinas e Região (SAAEC)	Campinas e Limeira	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Marília (SAAE-MARÍLIA)	Marília	SP
Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Piracicaba (SAAEP-SP)	Piracicaba	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Vale do Paraíba (SAAE-VALE)	São José dos Campos	SP
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, de Serviços de Computação,	São Paulo	SP

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

de Informática e de Tecnologia da Informação e dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Computação, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (SINDPD-SP)		
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado de São Paulo (SENALBA-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo (SINDADM)	Barueri	SP

Possuímos acordos e convenções coletivas com todas essas entidades, geralmente com prazo anual e mantemos relações regulares e respeitadas com tais sindicatos.

Nossa conduta perante os sindicatos de nossos empregados é pautada pelo tratamento transparente e ético. Acreditamos ser possível estabelecer um relacionamento saudável, harmonioso e construtivo, fundado no mútuo respeito e no interesse comum.

Temos, inclusive, líderes sindicais destas entidades, com e sem estabilidade, que atuam como colaboradores da casa.

Não ocorreram, nos últimos exercícios sociais, greves ou paralisações nas atividades da Companhia.

10.5 Outras informações relevantes

Em 2022, houve a reorganização da governança, criando o conceito de atuação em Jornadas. Entre as Jornadas, temos a Jornada do Educador, que envolve projetos, iniciativas e estratégias relacionadas aos subsistemas de Gestão de Pessoas, considerando recrutamento e seleção, admissão, onboarding, treinamento e desenvolvimento, clima e cultura organizacional, saúde e bem-estar, comunicação interna e todos os processos que envolvem a jornada do colaborador, seja administrativo ou docente. No último ano, todos os projetos e programas foram embasados em melhorar a experiência do educador no seu ambiente de trabalho, entendendo que o engajamento dos educadores é fundamental para que o Ecossistema Ânima alcance seus resultados e cumpra seu propósito.

A Jornada do Educador está organizada em seis áreas, sendo elas:

1. Bem-estar do trabalho e sustentabilidade: com as frentes de Segurança do trabalho, Riscos Operacionais e Resposta a Emergência, Qualidade de Vida e Saúde Integral e Meio Ambiente e Sustentabilidade.
2. Consultoria Interna: equipe que atua de forma estratégica, como consultor e agente de mudança, ativo na consolidação da Cultura do Ecossistema, apoiando no cuidado com o Clima Organizacional, na gestão do negócio, seguindo as políticas e processos nacionais, sempre atento às necessidades específicas das áreas administrativa e acadêmica, transformando as necessidades do negócio em ações de Gestão de Pessoas;
3. Desenvolvimento Organizacional: com as frentes de Cultura e Integrações, Treinamento e Desenvolvimento, Recrutamento e Seleção, Diversidade e Inclusão e Jornada Docente;
4. Remuneração e Gestão de Benefícios;
5. People Analytics e Folha de Pagamento;
6. Comunicação Interna e Endomarketing.

Em fevereiro de 2023, na área de Desenvolvimento Organizacional, foi criada a Jornada Docente, área especialista focada em melhorar a experiência do docente Ânima. A Jornada Docente tem como propósito potencializar a qualidade acadêmica pela valorização docente, conhecendo suas competências e habilidades, por meio de inteligência de dados (quantitativas e qualitativas), com transparência e personalização que permitem o desenvolvimento e autonomia de carreira. Para área gerencial, a Jornada Docente fornece informações e dados que possibilitam o desenvolvimento de uma gestão estratégica que consolide o conhecimento sobre o docente e seus perfis, fortalecendo a governança e a carreira docente. Até o momento foram desenvolvidos diagnósticos, indicadores e iniciativas que impactam diretamente a jornada do docente no nosso Ecossistema, na atração, acolhimento, desenvolvimento, inspiração, sustentação e reconhecimento, tomando o princípio “o aluno é o centro da escola e o professor é a sua grande inspiração” como referência para a tomada de decisões.

E com vistas aos direcionadores estratégicos da Ânima e seus nove princípios, desenvolveu um plano de trabalho ancorado nas seguintes prioridades para 2024:

- Construir uma Ânima digital e única;
- Talentos e incentivos;
- Saúde mental;
- Carreira docente e remuneração;
- Aluno no centro;

E assim, a Jornada do Educador, em conjunto com as demais Jornadas, Vice-Presidências e Diretorias, tem orgulho de ser o maior e mais inovador Ecossistema de ensino de qualidade do Brasil e inspirados pelo propósito de transformar o país pela educação.

11.1 Regras, políticas e práticas

Temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece o dever do acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, de se abster de votar nas deliberações relativas (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso. A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Na reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2019, foi aprovado a Política de Transações com Partes Relacionadas. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, assegurando a comutatividade e transparência das operações aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, priorizando os melhores interesses da Companhia, pautando-se no disposto nas melhores práticas de governança corporativa, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado.

No curso regular de nossos negócios, contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 11.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva de nossa Administração e observam as diretrizes especificadas em nossa Política de Transação com Partes Relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto Anima Sociesc	18/10/2018	9.185.000,00	5.747.000,00	5.747.000,00	132 meses	1,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Contrato de Mútuo celebrado entre o Instituto Ânima Sociesc, na qualidade de mutuária e a nossa Companhia na qualidade de mutuante para fomento de projetos de pesquisas do Instituto. O valor no "Saldo existente (R\$)" refere-se a data base de 31 de dezembro de 2022.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Tendo em vista a celebração de convênio para fomento de projetos de pesquisas do Instituto Ânima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura que visam o desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino, os quais serão de co-propriedade da Mutuante como contrapartida do presente empréstimo.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n) Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse.

Adotamos em situações de conflitos de interesses as práticas de governança previstas pela legislação vigente, bem como as normas estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3. Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a B3 obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que deve ser previamente aprovada por nosso Conselho de Administração a realização, por nós e/ou nossas controladas ou subsidiárias, de qualquer negócio com quaisquer dos nossos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, não sendo vedadas, entretanto (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao nosso objeto social e/ou nossas controladas ou subsidiárias; (b) prestação de serviços realizada por nós às empresas em que tivermos participação; desde que, em qualquer caso, realizada em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

Nossas transações com partes relacionadas são celebradas em condições comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas.

Os contratos de empréstimos firmados com nossas partes relacionadas descritas no item 11.2 foram realizados com taxas equivalentes aos demais contratos de empréstimos firmados com terceiros. Mesmo que no momento da transação não tenha sido estipulado a incidência de nenhuma taxa de juros, normalmente liquidamos estas operações aplicando uma taxa de juros vinculada a indexadores, principalmente INPC ou CDI, nos mesmos termos utilizados amplamente para transações em geral no mercado.

11.3 Outras informações relevantes

Em 2021 foi realizada transação entre partes relacionadas referente a contratos de alienação para a Bahema Educação S.A. ("Bahema") das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau ("EIs"), do Colégio Tupy ("COT") em Joinville, que pertenciam à sua Subsidiária SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A. ("Sociesc") e que foram objeto de cisão, com versão dos ativos para uma outra controlada da Ânima, cujas participações foram objeto de alienação à Bahema. Além da alienação a transação envolveu compromisso de sublocar à Bahema os espaços nos campi das IES da Ânima Educação onde funcionam as EIs e COTs (Joinville, Blumenau e Florianópolis), ao valor anual de R\$816.000,00, com correção anual por IPCA, pelo prazo mínimo de 10 anos. A operação considerava também earn outs calculados a partir da apuração do Ebitda dessas escolas nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 que conforme avaliação submetida pela Administração ao Comitê de Auditoria e Riscos (CAR), não foram atingidos.

Em linha com iniciativas de fortalecimento das práticas de governança da Ânima Educação e dos segmentos de negócio, em especial da Inspirali, a qual detém nossa vertical de Medicina, iniciou-se, em 2021, uma reestruturação societária que tem por objetivo estratificar os resultados de nossas verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Houve a celebração do instrumento de rateio de custos, despesas e eventuais receitas compartilhadas entre a Ânima Holding S.A., a Inspirali Educação S.A., a VC Network Educação S.A. e suas subsidiárias, tudo decorrente do acordo de investimento celebrado entre as partes Anima Holding S.A. e DNA Capital Consultoria Ltda, datado de 29 de novembro de 2021. Assim, em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da ÂNIMA, equivalentes a 45% do capital social da VC Network (controlada diretamente pela Ânima Educação e indiretamente DNA Capital), em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Às ações preferenciais será garantida a distribuição do dividendo prioritário e fixo, o qual será equivalente a todo o lucro líquido do respectivo exercício social que não for oriundo dos cursos de Medicina, conforme critérios de rateio determinados no contrato assinado entre as partes. Tais critérios foram objetos de verificação independente por firma de auditoria, Taticca Auditores e Consultores. Essa transação foi avaliada pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme política da Ânima Educação para Transações entre Parte Relacionadas. A Taticca recomendou que os critérios de rateios fossem revisados pelo menos anualmente.

Para as demais potenciais transações com partes relacionadas, a Auditoria Interna contemplou em seu Plano de Auditoria a execução de procedimentos analíticos que envolveram a identificação de potenciais transações com partes relacionadas com o objetivo de avaliar se são razoáveis, equitativas, condizentes com práticas de mercado e em conformidade com a Política de Transações com Partes Relacionadas. Para o exercício de 2023 e considerando a avaliação independente realizada, nenhuma exceção foi identificada.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/02/2021		2.569.624.313,76	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
403.868.805	0	403.868.805	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
23/11/2020		4.000.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, pois somos uma companhia nacional, com sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	15/04/2021
Data de vencimento	15/04/2027
Quantidade	2.500.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	2.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	<p>Conforme o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, observado o disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo 1º da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.</p>
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar resgate antecipado facultativo das Debêntures da primeira série. O resgate antecipado facultativo será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão, e o valor devido pela Companhia nessa hipótese será equivalente ao valor nominal unitário das Debêntures da primeira série, acrescido dos juros a ela aplicáveis, de eventuais encargos moratórios aplicáveis e de um prêmio flat, a ser calculado conforme termos indicados na Escritura de Emissão.</p> <p>Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas de todas as séries, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"). A oferta de resgate antecipado será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures resgatadas pela Emissora, neste caso, serão obrigatoriamente canceladas.</p> <p>Resgate Antecipado Obrigatório. A Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório das Debêntures, a ser operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão, observadas determinadas condições ali indicadas. As Debêntures resgatadas pela Emissora, neste caso, deverão ser canceladas.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Amortização Extraordinária Facultativa. As Debêntures da primeira série poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa, a qualquer momento e à exclusivo critério da Companhia, limitada a 98% (noventa e oito) por cento do valor nominal unitário das debêntures aplicáveis, observados os termos e procedimentos da Escritura de Emissão.

Amortização Extraordinária Obrigatória. As Debêntures da primeira série também serão objeto de amortização extraordinária obrigatória mediante a ocorrência de determinados eventos de liquidez, conforme indicados na Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

Vencimento Antecipado. As Debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, sendo as principais: a. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia não sanada dentro do prazo de cura aplicável; b. inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 ou seu valor equivalente em outras moedas, decorrente de empréstimos ou captação de recursos realizada pela Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras no mercado financeiro ou de capitais no Brasil ou no exterior; c. decretação de falência; pedido de autofalência; pedido de falência, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; d. pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou liquidação, dissolução ou extinção, exceto para eventos de liquidação, dissolução ou extinção no âmbito de reorganização societária, conforme previsto na Escritura de Emissão, exclusivamente no caso das Fiadoras; e. declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária, no Brasil ou no exterior, assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira, local ou internacional), em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00, ou seu valor equivalente em outras moedas, decorrente de empréstimos ou captação de recursos realizada pela Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras no mercado financeiro ou de capitais no Brasil ou no exterior; f. redução de capital da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, sem o consentimento prévio dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, salvo em algumas hipóteses previstas na Escritura de Emissão; g. Emissora e/ou qualquer uma das Fiadoras transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, sem a prévia anuência de 75% dos Debenturistas, ressalvados os direitos de reorganização societária permitidos nos termos da Escritura de Emissão; h. cisão, fusão, incorporação, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, exceto conforme previsto na Escritura de Emissão; i. contratação, pela Emissora, de qualquer nova dívida superior a R\$100.000.000,00 que tenha preferência na ordem de pagamento às Debêntures em concurso entre credores, exceto conforme previsto na Escritura de Emissão; j. constituição voluntária, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou pelos acionistas da Emissora, de quaisquer ônus ou gravames sobre os bens objeto das Garantias, que não aqueles constituídos nos termos dos Contratos de Garantia, ressalvadas determinadas hipóteses da Escritura de Emissão; j. venda, alienação ou qualquer forma de disposição dos ativos objeto das Garantias pela Emissora, pela VC Network ou qualquer outro garantidor no âmbito dos Contratos de Garantia, ressalvados os direitos de reorganização societária permitidos nos termos da Escritura de Emissão; (...) [continua em "Outras características relevantes"]

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Vecimento: 15/04/2023 para as debêntures da primeira série e 15/04/2027 para as debêntures da segunda série.

As Debêntures são ou serão, conforme o caso, garantidas por fianças outorgadas por determinadas empresas do grupo da Companhia e da Laureate, por alienação fiduciária de cotas da Laureate, e por cessão fiduciária dos direitos e créditos, detidos e a serem detidos por determinadas empresas do grupo Laureate, oriundos (a) de mensalidades pagas às escolas e sistemas de ensino; (b) de contratos de prestação de serviços celebrados no exercício de sua atividade econômica; e (c) da conta vinculada de titularidade das companhias, onde será depositada a totalidade dos créditos objeto da cessão fiduciária, conforme termos e condições indicados na Escritura de Emissão.

[Continuação de "Características dos valores mobiliários de dívida] (...) k. anulação, invalidade ou inexecutabilidade da emissão das Debêntures e/ou dos respectivos documentos da Oferta Restrita; l. inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de notificação acerca do inadimplemento; m. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da prevista na Escritura de Emissão; n. não observância pela Emissora dos índices e limites financeiros especificados na Escritura de Emissão, o. alteração das principais atividades do objeto social da Emissora e/ou das Fiadoras sem o consentimento prévio dos Debenturistas, salvo em caso de acréscimo de atividades que sejam afins ou congêneres às principais; p. não cumprimento de decisão exequível, inclusive arbitral, administrativa ou judicial em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00, ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo conforme indicado na Escritura de Emissão; q. protestos de títulos cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior, a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo em determinadas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão; r. venda, cessão ou transferência de ativos, de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000.000,00 ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto conforme permitido na Escritura de Emissão; s. pagamento de quaisquer dividendos, lucros, juros sobre o capital próprio, e/ou outras formas de distribuição de lucros aos acionistas da Emissora, caso o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Emissora seja maior do que 2,50 inteiros e/ou a Emissora esteja em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária, exceto pelo pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações; t. caso a Emissora, qualquer Fiadora e/ou a Laureate constitua, a qualquer tempo, hipoteca, penhor, alienação fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima sobre quaisquer dos seus bens ou direitos de sua propriedade ou titularidade de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000.000,00, exceto conforme permitido na Escritura de Emissão; u. alteração no controle acionário indireto da Emissora e/ou das Fiadoras, exceto conforme permitido na Escritura de Emissão. As demais hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures estão detalhadas e descritas na Escritura de Emissão.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	28/12/2022
Data de vencimento	13/12/2029
Quantidade Unidade	800.000
Valor nominal global R\$	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	788.984.000,00
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Conforme o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, observado o disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo 1º da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, e a partir de 13 de dezembro de 2023 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures CDI, sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures CDI (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI”).</p> <p>O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI deverá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida à Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI”), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI”).</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI, acrescido da respectiva Remuneração calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Prêmio de Resgate das Debêntures CDI”).</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, e a partir de 13 de dezembro de 2023 (inclusive), realizar a amortização extraordinária das Debêntures CDI, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures CDI (“Amortização Extraordinária das Debêntures CDI”).</p> <p>Por ocasião da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI a ser amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures CDI, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures CDI imediatamente anterior até a data da efetiva Amortização Extraordinária das Debêntures CDI (“Data da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI”), bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de amortização correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures CDI”).</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

A Debenturista deverá considerar antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão de Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI) e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios e Despesas, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures e/ou de qualquer dos demais Documentos da Operação, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência das hipóteses presentes da escritura.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	29/05/2018
Data de vencimento	29/05/2023
Quantidade	150.000.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539” e “Investidores Profissionais”, respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate A Emissora poderá, a partir da Data de Integralização, inclusive, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade, e não menos do que a totalidade, das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer mediante envio de comunicado aos debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário e à B3 ou publicação de comunicado aos debenturistas nos termos da Escritura de Emissão. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Ânima será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, e acrescido de um prêmio incidente sobre tal montante equivalente a (i) 2,00% (dois por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a Data de Integralização e 24 de maio de 2019, inclusive; (ii) 1,50% (cento e cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 25 de maio de 2019, exclusive, e 18 de maio de 2020, inclusive; (iii) 1,00% (um por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 19 de maio de 2020, exclusive, e 13 de maio de 2021, inclusive; e (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 14 de maio de 2021, exclusive, e 03 de maio de 2023, inclusive calculado conforme disposto na Escritura de Emissão e de Encargos Moratórios (conforme definido) devidos e não pagos até a data do referido resgate.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático, sendo as principais: i. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Ânima e/ou de suas controladas e de suas coligadas (conforme definição prevista no artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das S/A), desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita líquida da Ânima, com base nas demonstrações financeiras divulgadas relativas ao último exercício social da Ânima ("Controladas Relevantes" e "Coligadas Relevantes", respectivamente) e/ou da Companhia, independentemente do deferimento do pedido e/ou processamento; ii. extinção, liquidação, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Ânima e/ou de suas Controladas Relevantes e de suas Coligadas Relevantes e/ou da Companhia; iii. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures pela Ânima ou pela Companhia, na respectiva data de pagamento, desde que tal inadimplemento não seja sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data do respectivo vencimento; iv. protestos legítimos de títulos contra a Ânima, Controladas Relevantes e/ou Coligadas Relevantes e/ou contra a Companhia, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse: (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia, salvo, em qualquer caso, se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Ânima e/ou pela Companhia ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação de protesto, ou no prazo determinado na notificação, o que for menor; v. vencimento antecipado ou declaração de vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Ânima, de suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes ou da Companhia, no mercado local ou internacional, em valor agregado igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia; vi. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Ânima, suas Controladas Relevantes e/ou Coligadas Relevantes e/ou contra a Companhia, em valor agregado igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia; vii. redução de capital social da Ânima e/ou da companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 30, da Lei das S/A; (viii) caso a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão, distribuição ou pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de dividendos ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (ix) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos Artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações. (x) existência contra a Emissora e/ou contra a Garantidora de condenação judicial ou arbitral, relacionados a infrações ou crimes ambientais, atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, ou proveito criminoso da prostituição.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	11/11/2019
Data de vencimento	11/11/2024
Quantidade Unidade	350.000

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor nominal global R\$	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	73.810.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das debêntures resgatadas, que será endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático, sendo elas: (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na Escritura de Emissão não sanada dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento; (b) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior; (c) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras exceto para eventos de liquidação, dissolução ou extinção no âmbito de reorganização societária que não acarretem a perda do controle direto ou indireto dos atuais controladores da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme aplicável; (d) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, no mercado de capitais local ou internacional, assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira, local ou internacional), da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; (e) redução de capital da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, sem o consentimento prévio dos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão), a ser deliberado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se os bens ou recursos que forem utilizados para quitar o capital reduzido exclusivamente da Fiadora for vertido para a Emissora e/ou para demais Fiadoras, caso em que não será configurado Evento de Inadimplemento; (f) transformação da Emissora em sociedade limitada ou, ainda, alteração no estatuto social da Emissora ou estatuto social ou contrato social de qualquer uma das Fiadoras, conforme o caso, que visem alterar as atividades principais da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme o caso; (g) a Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da escritura de emissão, sem a prévia anuência de 90% (noventa por cento) dos debenturistas; (h) cisão, fusão incorporação, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras que gere a versão de patrimônio para outra companhia não integrante do grupo econômico da emissora (inclusive por meio de incorporação de ações), sem o consentimento prévio dos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a ser deliberado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas; (i) constituição, pela Emissora, de qualquer nova dívida que tenha preferência na ordem de pagamento às debêntures em concurso entre credores (i.e., dívida sênior), excetuando-se endividamentos com garantias de qualquer modalidade, desde que as respectivas garantias sejam compartilhadas pari passu com os debenturistas; [continua em outras características relevantes]

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	(j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos documentos da Oferta e/ou qualquer de suas disposições, tornem-se inválidos ou ineficazes, em quaisquer dos casos desde que em virtude de decisão ou sentença judicial transitada em julgado; (k) não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, conforme definido na escritura de emissão; ou (l) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis à Emissora e/ou às Fiadoras, especialmente trabalhistas que importem trabalho infantil (excetuado o menor aprendiz), trabalho análogo ao escravo ou proveito criminoso da prostituição e ambientais. Ademais, ressalta-se que, nos termos da escritura de emissão das debêntures, a emissão conta com garantia fidejussória, qual seja, fiança, em favor dos debenturistas.
------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª (quinta) emissão de debêntures simples
Data de emissão	15/05/2024
Data de vencimento	15/05/2029
Quantidade	200.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia poderá, observados os termos e condições da Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado de 15/05/2024, ou seja, 15/06/2026 (inclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso); (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão.</p> <p>Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A oferta de resgate antecipado será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão. A Companhia poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. As Debêntures resgatadas pela Companhia, neste caso, serão obrigatoriamente canceladas.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Amortização Extraordinária Facultativa Parcial. A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado de 15/05/2024, ou seja, 15/06/2026 (inclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, o valor devido pela Companhia será equivalente (a) à parcela Valor Nominal Unitário das Debêntures (Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas
Outras características relevantes	Vencimento: 15/05/2029 Vencimento Antecipado: As Debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, as quais estão detalhadas e descritas na Escritura de Emissão.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures simples
Data de emissão	16/08/2024
Data de vencimento	16/08/2029
Quantidade Unidade	360.000
Valor nominal global R\$	360.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	360.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) livremente, entre Investidores Profissionais, conforme definidos no artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 30”); (ii) entre investidores qualificados, conforme definidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta; e (iii) ao público investidor em geral após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso); (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão.</p> <p>Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A oferta de resgate antecipado será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão. A Companhia poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. As Debêntures resgatadas pela Companhia, neste caso, serão obrigatoriamente canceladas.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Amortização Extraordinária Facultativa Parcial. A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado de 16/08/2024, ou seja, 16/09/2026 (inclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, o valor devido pela Emissora será equivalente (a) à parcela Valor Nominal Unitário das Debêntures (saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas</p>
Outras características relevantes	<p>Vencimento: 16/08/2029 Vencimento Antecipado: As Debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, as quais estão detalhadas e descritas na Escritura de Emissão.</p>

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	42

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações de nossa emissão são admitidas a negociação na B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO sob a sigla “ANIM3”.

As debêntures de nossa 1ª Emissão de Debêntures foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTVM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As debêntures de nossa 2ª Emissão de Debêntures foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTVM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As Debêntures de nossa 3ª emissão foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), sendo a distribuição liquidada financeiramente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento Cetip UTVM (“B3”); e (ii) para negociação no mercado secundário, através do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos operacionalizados e administrados pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As Debêntures para colocação privada, de nossa 4ª emissão, nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures, as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista, sendo que (i) as Debêntures emitidas no âmbito da 1ª série servirão como lastro dos CRI CDI (conforme abaixo definido), doravante denominadas “Debêntures CDI”; e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da 2ª série servirão como lastro dos CRI IPCA, doravante denominadas “Debêntures IPCA”.

As Debêntures de nossa 5ª emissão foram depositadas (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) a negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As Debêntures de nossa 6ª emissão foram depositadas (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) a negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, os nossos valores mobiliários não são admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, não emitimos títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos oriundos da nossa 1ª (primeira) Emissão de Debêntures foram utilizados para reforço do capital de giro da Companhia e investimentos em bens de capital.

Os recursos oriundos da nossa 2ª (segunda) Emissão de Debêntures foram utilizados para a recomposição de caixa decorrente de aquisição de participações societárias.

Os recursos oriundos da Oferta Pública com esforços restritos de ações de emissão da companhia realizada em janeiro de 2020 estão sendo utilizados em parte para os pagamentos das aquisições e o saldo aplicado em Fundos de Investimentos.

Os recursos oriundos da Oferta Pública com esforços restritos de ações de emissão da companhia realizada em dezembro de 2020 foram utilizados para financiar uma parcela da aquisição dos ativos brasileiros do grupo Laureate Brasil.

Os recursos oriundos da nossa 3ª (terceira) Emissão de Debêntures foram destinados à aquisição de 100% do grupo Laureate no Brasil.

Os recursos oriundos da nossa 4ª (quarta) Emissão de Debêntures estão sendo destinados para (i) reembolso de montantes já incorridos nos 24 meses anteriores à data de encerramento da Oferta Restrita pela Ânima Educação ou pelas Subsidiárias Destinadas (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), em razão dos pagamentos de alugueis dos Imóveis Lastro (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures); e (ii) pagamento de montantes ainda não incorridos, a título de alugueis dos Imóveis Lastro, ambos devidos no âmbito de Contratos de Locação (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), conforme identificados na Escritura de Emissão de Debêntures (conforme abaixo definido).

Os recursos oriundos da nossa 5ª (emissão) Emissão de Debêntures serão destinados para usos corporativos ordinários e reforço de caixa.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

Formador de mercado

Em 21 de dezembro de 2017, o BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A foi contratado pela Companhia como instituição devidamente autorizada a atuar como formadora de mercado em relação às ações ordinárias de emissão da Companhia.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Marcelo Battistella Bueno	Diretor Presidente	Substituído	
Marina Oehling Gelman	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente**DECLARAÇÃO****PARA FINS DO ITEM 13.1, DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22**

MARCELO BATTISTELLA BUENO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 171.266.448-41, portador do Documento de identidade nº 14.360.088-6, com domicílio profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo - SP, na qualidade de Diretor Presidente da Anima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação", "Ânima Holding" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- (a) reviu o Formulário de Referência;
- (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/09, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



MARCELO BATTISTELLA BUENO
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1, DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

MARINA OEHLING GELMAN, brasileira, casada, advogada, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 251.164.408-85, portadora do Documento de Identidade nº 18.629.380-x, com endereço comercial Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo-SP, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo-SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação", "Ânima Holding" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- a. reviu as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência após a data de sua posse;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos artigos 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades



MARINA OEHLING GELMAN

Diretora de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Paula Maria Harraca	Diretor Presidente

Histórico dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Versão do FRE Entregue
Marcelo Battistella Bueno	Diretor Presidente	V1 - V1
Marina Oehling Gelman	Diretor de Relações com Investidores	V1 - V3
Paula Maria Harraca	Diretor Presidente	V2 - V3

13.2 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.2, DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Paula Maria Harraca, argentina, divorciada, administradora de empresas, identidade de estrangeiro nº V757784M (CGPI/DIREX/DPF) e CPF nº 018.469.186-93, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo - SP, na qualidade de Diretora Presidente da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo-SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação", "Ânima Holding" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- a. reviu as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência após a data de sua posse; e
- b. todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.



PAULA MARIA HARRACA

Diretora Presidente